

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**  
**FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**



***ESCOLA INFANTIL DE BRAGANÇA (1915-1934):***  
**MODERNIDADE PEDAGÓGICA E AS 1<sup>as</sup>. PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO DE**  
**INFÂNCIA NO INTERIOR**

**Manuel Luís Pinto Castanheira**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**  
**Área de Especialização em História da Educação**

**2006**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**



***ESCOLA INFANTIL DE BRAGANÇA (1915-1934):***  
**MODERNIDADE PEDAGÓGICA E AS 1<sup>as</sup>. PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO**  
**DE INFÂNCIA NO INTERIOR**

**Manuel Luís Pinto Castanheira**

**MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**  
**Área de Especialização em História da Educação**

**Dissertação orientada pela Prof. Dr.<sup>a</sup> Maria Isabel Alves Baptista**

**2006**

**“ «Pai, diga-me lá para que serve a História.»**

**Era assim que um rapazinho meu próximo parente interrogava, há poucos anos, um pai Historiador. Gostaria de poder dizer deste livro que ele é uma resposta. Pois não imagino, para um escritor, elogio maior que o de saber falar, no mesmo tom, aos doutos e aos escolares”**

**Marc Bloch**



## **Resumo**

O estudo desta dissertação tem como objecto a análise da Educação de Infância na cidade de Bragança, entre 1915 e 1934, numa instituição denominada Escola Infantil, de carácter oficial, criada pela Câmara Municipal. Esta foi a primeira experiência de Educação de Infância na cidade e região transmontana.

Interessou-nos a análise dos motivos da criação desta instituição no seio da sociedade brigantina, que poderá servir de exemplo para compreender o funcionamento de outras que foram criadas no País.

Interessou-nos compreender tudo o que dissesse respeito ao quotidiano da vida escolar, como a nomeação de professores, os alunos, o currículo, bem como o mobiliário e materiais utilizados. O estudo permitiu a investigação de algumas das práticas educativas adoptadas, assim como o modelo pedagógico que lhe estava subjacente e que deriva, em grande parte, dos princípios pedagógicos de Froebel em torno dos quais se fez a renovação pedagógica da Educação de Infância, ao questionar as suas potencialidades em termos do presente e do futuro.

O paradigma de investigação que sustenta o estudo integra-se numa perspectiva hermenêutica, utilizando metodologias de análise qualitativa na interpretação multidimensional dos problemas equacionados e numa heurística de procura de documentos.

A pesquisa, ao recriar a Escola Infantil de Bragança, procurou dar resposta à falta de dados específicos sobre o arranque da Educação de Infância em Portugal em geral e, mais particularmente, no Distrito de Bragança.

Ficou bem vincado o triunfo das ideias de modernidade pedagógica, no âmbito da Educação de Infância, um campo que os Republicanos abraçaram em prol do seu ideário e, por conseguinte, do País.

## **Abstract**

The study of this dissertation aims at analysing the Childhood Education in Bragança, from 1915 to 1934, in a public institution called “Escola Infantil”, which was created by the Town Council and was the first experience in Childhood Education in the town and in the region of Trás-os-Montes.

We have been interested in the analysis of the reasons for the creation of this Institution in the heart of the population of Bragança and that it will help us understand the functioning of others that have already been created in the country.

We have been interested in understanding everything related to the school daily life such as the appointment of teachers, the pupils, the curriculum as well as the furnishing and equipment used. The study allowed the investigation of some educational practices as well as the underlying pedagogical model that mostly derives from Froebel’s teaching principles, through which the pedagogical renovation of the Childhood Education was made, questioning its potentialities both in terms of present and future.

The pattern of investigation that supports the study integrates an hermeneutics perspective, using methodologies of qualitative analysis in the multidimensional interpretation of the equated problems and in a heuristic demand of documents.

The research, when recreating the “Escola Infantil” of Bragança, tried to answer the lack of specific data about the beginning of the Childhood Education in Portugal and particularly in the District of Bragança.

It has been well stressed the successful ideas of pedagogical modernization concerning Childhood Education, a field that the Republicans embraced on behalf of their ideas and, therefore, of their country.

## **Palavras-Chave**

História da Educação de Infância

Escola Infantil

Primeira República

Experiências Educativas

Modernidade Pedagógica

## **Key- Words**

History of Childhood Education

Infant-School

First Republic

Educative Experiences

Pedagogical Modernity

## Índice Geral

Resumo .....	5
Abstract .....	6
Palavras-Chave.....	7
Key- Words .....	8
Índice de figuras .....	13
Índice de quadros .....	14
Índice de gráficos .....	15
Índice de anexos.....	16
Siglas Utilizadas.....	17
Agradecimentos.....	21
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>23</b>
Objecto .....	23
Problemas teóricos e soluções empíricas .....	24
Roteiro de escrita da Dissertação .....	31
<b>PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....</b>	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO 1: EM TORNO DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA .....</b>	<b>35</b>
1.1. Antecedentes históricos.....	35
1.2. O conceito de Infância.....	37
1.3. A criança antes dos sete anos de idade.....	41
1.4. Os precursores da Educação de Infância.....	43
1.4.1. Nos tempos mais antigos.....	43
1.4.2. No Renascimento .....	46
1.4.3. No Iluminismo.....	49
1.4.4. A influência de Froebel .....	52
1.4.5. A Escola Nova.....	55

1.4.5.1. Maria Montessori.....	60
1.4.6. As Instituições de Educação de Infância .....	62
1.4.6.1. As primeiras Instituições .....	63
<b>CAPÍTULO 2: EM TORNO DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA EM PORTUGAL .....</b>	<b>67</b>
2.1. Evolução histórica até finais da Monarquia.....	67
2.2. A Educação de Infância na 1ª República.....	73
2.2.1. A 1ª República e a modernidade pedagógica .....	73
2.2.2. A Educação para a construção da nova sociedade.....	75
2.2.3. Surgimento das Escolas Infantis.....	77
2.2.4. O valor da Educação de Infância .....	78
2.2.5. A reorganização do ensino.....	80
2.2.5.1. A Reforma da Instrução Primária de 1911 .....	83
2.2.6. O programa e a organização das Escolas Infantis .....	85
2.2.7. A persistência Republicana pela Escola Infantil .....	91
2.2.8. A Reforma de João Camoesas .....	97
2.2.9. A descentralização do ensino.....	99
2.3. A Educação de Infância na Ditadura Militar .....	103
2.4. A Educação de Infância nos primeiros anos do Estado Novo (até 1937).....	105
2.4.1. Escolas Infantis criadas entre 1910 e 1937.....	106
<b>PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO .....</b>	<b>115</b>
<b>CAPÍTULO 3: A ESCOLA INFANTIL DE BRAGANÇA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA .....</b>	<b>117</b>
3.1. Contexto histórico e socio-político.....	117
3.2. A cidade de Bragança entre os anos 1915 a 1934 .....	119
3.2.1. Qualificação Urbana e Património.....	123
3.2.2. Ambiente.....	124
3.2.3. Educação e Cultura .....	124
3.3. A Educação de Infância em Bragança .....	125
3.4. A instrumentalização dos ideais pedagógicos do Republicanos em Bragança .....	128

<b>CAPÍTULO 4: A ESCOLA INFANTIL DE BRAGANÇA .....</b>	<b>131</b>
4.1. Motivações para a abertura de uma Escola Infantil em Bragança .....	131
4.2. O Jardim-Escola João de Deus de Bragança .....	133
4.2.1. Projecto do Jardim-Escola João de Deus em Bragança .....	139
4.2.2. Uma tentativa de explicação para as causas da não abertura do Jardim-Escola João de Deus .....	143
4.3. Fundação da Escola Infantil de Bragança .....	145
4.3.1. Fundadores .....	148
4.3.1.1. Augusto Ladeiro .....	149
4.3.1.2. Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso .....	150
4.3.1.3. Carlos Alberto de Lima e Almeida .....	151
4.4. Estrutura Física e Arquitectónica da Escola Infantil de Bragança .....	152
4.4.1. Primeiras instalações .....	152
4.4.2. Obras e melhoramentos .....	159
4.4.3. A Escola Infantil de Bragança na Escola Primária Adães Bermudes .....	161
4.5. Processo de construção do novo edifício .....	162
4.6. Organização administrativa e pedagógica .....	170
4.6.1. Direcção e gestão .....	172
4.6.1.1. Directora .....	173
4.7. Corpo docente .....	174
4.7.1. Perfil das professoras .....	175
4.7.2. Processo de colocações das professoras .....	178
4.7.2.1. Cândida Florinda Ferreira .....	184
4.7.2.2. Lídia Augusto Ramos .....	191
4.7.2.3. Amélia Beatriz Charula Madeira .....	192
4.7.2.4. Josefa dos Santos Lopes .....	193
4.7.2.5. Elisa do Céu Fernandes .....	194
4.7.2.6. Gaudência do Espírito Santo Gonçalves .....	195
4.8. Alunos .....	196
4.9. Pessoal auxiliar .....	201
4.10. Horário de funcionamento .....	203

4.11. Programa.....	205
4.11.1. Desenho e trabalhos manuais.....	210
4.11.2. Jardinagem e horticultura .....	212
4.11.3. Educação Física e Jogos .....	213
4.11.4. Órgãos dos sentidos .....	214
4.11.5. Música.....	215
4.11.6. Leitura e Escrita.....	216
4.11.7. Matemática .....	217
4.11.8. Geografia .....	218
4.11.9. Moral.....	218
4.11.10. Ciências Naturais .....	219
4.12. Equipamento, mobiliário e materiais escolares da EIB .....	219
4.13. Encerramento da Escola Infantil de Bragança.....	224
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>225</b>
Fontes e Bibliografia .....	235
1. Fontes .....	235
1.1. Manuscritas.....	235
1.2. Fontes Impressas .....	237
1.2.1. Jornais e revistas.....	237
1.2.2. Legislação.....	238
2. Bibliografia .....	241
<b>ANEXOS .....</b>	<b>259</b>

## Índice de figuras

Figura 1:	Modelo de análise da pesquisa.....	29
Figura 2:	A Escola Infantil de Bragança.....	157
Figura 3:	Terreno e Jardim da EIB .....	158
Figura 4:	Ante-Projecto da EIB de 1931 .....	167
Figura 5:	Planta da EIB em 1931.....	169
Figura 6:	Planta da EIB em 1933.....	169
Figura 7:	Organograma da EIB.....	171
Figura 8:	Professoras e alunos da EIB entre 1917 e 1932. ....	198

## Índice de quadros

Quadro 1:	Cidades com Escolas Infantis em Portugal entre os anos lectivos de 1926/27 a 1936/37 .....	110
Quadro 2:	Número de alunos por cidade entre os anos lectivos 1926/27 e 1936/37 .....	112
Quadro 3:	Salários (hora/dia) dos trabalhadores na construção do edifício da EIB, em 1934.....	170
Quadro 4:	Proposta de graduação das Professoras concorrentes à EIB, realizada pelo Inspector Escolar Augusto Ladeira .....	180
Quadro 5:	Professoras que exerceram na EIB, 1917/1932 .....	184
Quadro 6:	Horário e programa da EIB – Grupo A .....	208
Quadro 7:	Horário e programa da EIB – Grupo B.....	209
Quadro 8:	Relação do mobiliário e material escolar para o funcionamento provisório da Escola Infantil.....	222

## **Índice de gráficos**

Gráfico I-	N.º de Escolas por cidade criadas entre os anos 1926/27 a 1936/37. .....	111
Gráfico II-	Número de alunos por cidade entre os anos 1926/27 a 1936/37.	112
Gráfico III-	Nº de escolas ou secções infantis e n.º de professoras entre os anos 1926/27 a 1936/37.....	113
Gráfico IV-	Total do n.º de alunos por ano lectivo entre 1926/27 a 1936/37.	113
Gráfico V-	Professoras e alunos da EIB entre 1917 e 1932.....	198

## **Índice de anexos**

Anexo I:	Escolas e secções infantis existentes ou que existiram em Portugal até 1926. ....	261
Anexo II:	Número de Escolas e Secções Infantis, alunos e professoras entre 1926 e 1937 em Portugal. ....	264
Anexo III:	Relatório do Inspector Escolar Augusto Ladeiro .....	265
Anexo IV:	Guião de entrevistas.....	282
Anexo V:	Entrevista, realizada no dia 15 de Abril de 2005, a um habitante da cidade de Bragança no período de funcionamento da Escola Infantil. ....	283
Anexo VI:	Entrevista, realizada no dia 28 de Abril de 2005, a ex. aluno da Escola Infantil de Bragança.....	285

## **Siglas Utilizadas**

ADB – Asilo Duque de Bragança.

AHME – Arquivo Histórico do Ministério da Educação.

AHCMB – Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Bragança.

BPMP – Biblioteca Pública Municipal do Porto.

CECMB – Comissão Executiva da Câmara Municipal de Bragança.

CMB – Câmara Municipal de Bragança.

DG – DG.

EIB – Escola Infantil de Bragança.



À Ana Luí, Isabel, meus pais e irmãos



## **Agradecimentos**

Desde a escolha da temática até à construção da presente dissertação, percorri um longo caminho constituído por etapas diferenciadas, onde o esforço da pesquisa, análise e reflexão andaram intimamente associadas. Embora seja, em muitos aspectos, um processo solitário, nunca é individual, e por isso quero agradecer a quem directa ou indirectamente colaborou para a sua realização. A todos dirijo, desde já, o meu mais sentido apreço e gratidão, permitindo-me, no entanto, referir especificamente alguns sem que, de modo nenhum, tal signifique esquecimento ou menor importância dos outros.

Em primeiro lugar, à professora Doutora Isabel Alves Baptista dirijo a minha gratidão pelo acompanhamento e orientação desta dissertação, pelo constante incentivo e pela forma sábia com que clarificou as dúvidas e questões com que me confrontei.

Um agradecimento especial ao professor Doutor Jorge Ramos do Ó, coordenador do curso deste Mestrado em Ciências da Educação – especialidade em História da Educação, por ter sido o causador desta minha envolvência e fascínio pelo campo da História da Educação, pela promoção da minha autonomia na realização da dissertação e por ser um marco de referência para o meu desenvolvimento pessoal e profissional.

Aos professores do Mestrado, pela forma como partilharam comigo os seus saberes, contribuindo para que pudesse ver a História da Educação noutra perspectiva.

Aos Professores Doutores António Nóvoa, Justino Magalhães e Rogério Fernandes agradeço a amabilidade e disponibilidade demonstrada em ajudar-me a delinear os primeiros traços desta dissertação, pela bibliografia disponibilizada para a conceptualização teórica e pela ajuda preciosa no enquadramento teórico-prático na fase inicial desta.

A todos os funcionários das bibliotecas e arquivos consultados que pelo seu profissionalismo e dedicação foram elementos facilitadores desta investigação.

Aos meus colegas de Mestrado quero deixar uma palavra amiga, e ao mesmo tempo de coragem, pois com eles partilhei saberes, experiências, ajudando

a amenizar sacrifícios comuns a todos nós.

Ao Conselho Directivo da Escola Superior de Educação de Bragança pelo apoio incondicional.

Aos meus alunos, cujas exigências ao longo dos meus três anos de carreira no ensino superior me ajudaram a não parar.

Ao Dr. Luís Mina e senhor Luís Carlos que tiveram a paciência de terem lido, corrigido e dado uma forma gráfica mais agradável a esta dissertação.

Agradeço também à Lili pela decisiva ajuda na investigação e à Zé pelo apoio e acompanhamento permanente.

A toda a minha família, em especial à minha mãe e meus irmãos Normando, Tenxa e Zé sempre presentes no incondicional apoio e carinho que sempre me deram.

Não posso terminar esta rubrica sem deixar aqui um agradecimento muito especial à minha esposa Isabel e à minha filha Ana Luís, cúmplices neste percurso pela paciência e compreensão demonstradas, pelos sacrifícios e constrangimentos suportados, pelo apoio e ânimo dispensados, privando-as de um maior convívio, sendo elas o suporte de apoio em todos os momentos, sem o qual não teria conseguido levar a bom termo este estudo.

Ao meu pai, que está sempre presente na minha vida, agradeço pelo sentido de abnegação e amor ao trabalho e ao próximo, que soube inculcar-me.

Para todos um “bem hajam”.

## INTRODUÇÃO

### Objecto

O objecto de investigação da presente dissertação insere-se no seio da História da Educação de Infância, através do estudo da Escola Infantil da cidade de Bragança, no período compreendido entre 1915 a 1934. Trata-se de uma experiência em Educação de Infância influenciada pelas ideias de modernidade pedagógica que se faziam sentir no País.

O rumo da investigação levou-nos a privilegiar a Educação de Infância na cidade de Bragança, ao contrário dos restantes níveis de ensino. Até à presente data, o distrito de Bragança e, mais especificamente, a cidade de Bragança não foi objecto de uma investigação científica sobre esta temática. Por um lado, moveram-nos motivações pessoais e profissionais, e por outro, por considerarmos que a História da Educação em Portugal ficará mais completa com a realização de estudos locais sobre educação em geral e a Educação de Infância em particular. Era nosso propósito inicial fazer o estudo completo da Educação de Infância em Bragança até à actualidade, mas dada a sua dimensão optámos por nos debruçar apenas sobre a Educação de Infância no período referenciado, deixando, no entanto, a ideia para outras investigações.

Relativamente aos materiais empíricos, objectos de análise, optámos por trabalhar o acervo documental, relativo à instituição estudada, existente no Arquivo da Câmara Municipal de Bragança e nos jornais e revistas da época. O período cronológico emergiu, portanto, a partir da massa documental estudada e abrange, essencialmente, três regimes políticos que foram marcantes na sociedade portuguesa: 1º República, Ditadura Militar e primeiros dois anos do Estado Novo.

A opção do estudo desta instituição justifica-se:

I) – Pelo facto de ser pioneira no panorama da Educação de Infância, não só no contexto local, mas também nacional;

II) – Pelas características particularmente inovadoras da sua organização pedagógica, que lhe conferem um significado particular de modernidade pedagógica.

Incorporou um conjunto de princípios e de práticas pedagógicas da educação ambicionada pelos Republicanos, motivo pelo qual consideramos que

não deve ficar no anonimato. Surpreende-nos o facto de esta Escola Infantil se localizar em Bragança, uma pequena cidade do interior norte de Portugal, de origem predominantemente rural, com fraca industrialização, poucas vias de comunicação e de cariz religioso, católico, num estado essencialmente laico. Por isso, procurámos averiguar como encontrou aqui condições para vingar, organizando-se em redor de modernas ideologias educativas num campo totalmente novo – a educação de crianças até aos sete anos de idade e até hoje profundamente esquecida.

Recentemente a Educação de Infância tem vindo a suscitar um crescente interesse social e político, aspecto que se deve ao facto de ter vindo a adquirir espaço próprio na sociedade. Este espaço tem sido uma conquistada lenta traduzida nos avanços e recuos das políticas no final do século XIX, no século XX e início do século XXI, fortemente marcadas pela “ideologia da criança como centro da sociedade” (Ferreira, 2000:7). Embora a História da Educação de Infância seja tão velha como a História da Educação, referimos as preocupações assistenciais da sociedade iluminista e liberal, bem expressas nas rodas dos expostos, nas creches e nos asilos, onde, em alguns casos, se associava a vertente educativa. Na verdade, para uma melhor compreensão das características e das questões actuais que afectam a Educação de Infância hoje, é fulcral o estudo da História da Educação de Infância em tempos que nos precederam.

### **Problemas teóricos e soluções empíricas**

Definir o tema desta investigação foi sobretudo pensar o objecto e não apenas escolher o assunto. Entende-se por Educação de Infância toda e qualquer educação destinada às crianças com idade inferior à idade da escolaridade obrigatória. No caso específico de Portugal, o período vai dos três aos seis anos de idade, embora, no período considerado, fosse até aos sete anos, o que respeitamos neste estudo.

Não obstante as diferentes designações que a Educação de Infância foi assumindo ao longo do tempo na História da Educação, bem como na legislação, quer de Portugal, quer de diferentes Países (Educação Infantil, Educação Pré-Escolar, Asilos Infantis, Creches, Escolas Maternais, Escolas Infantis, Jardins de Infância, Infantários), segundo (Cardona, 1997: 21) “...ao longo da sua evolução,

podemos observar diversas oscilações em relação ao papel e à especificidade atribuída a este nível de ensino, podendo constatar-se a existência de diferentes concepções subjacentes à expressão Educação de Infância”. Registam-se, em primeiro lugar, preocupações assistenciais ao longo dos séculos XVIII-XIX e mais recentemente preocupações educativas e socializadoras. Nos nossos dias, Teresa Vasconcelos (2003:20) refere que “...a escolha da terminologia – Educação e cuidados para a infância – pressupõem uma perspectiva integrada e coerente, implicando políticas articuladas comuns à faixa etária dos 0 aos 5/6 anos por parte do ministério que tutela a educação e não a partir dos 3 anos, tal como a legislação portuguesa prevê”. Também a OCDE (2001:14) considera que “a educação e cuidados para a infância inclui todos os contextos que proporcionam cuidados e educação para as crianças antes do ingresso na escola obrigatória, independentemente do tipo de estabelecimento, horário de atendimento, financiamento, ou conteúdos programáticos. O período da pequena infância é, em geral, definido como abrangendo a faixa etária que vai dos 0 aos 8 anos de idade”.

A opção por este tema na proposta desta pesquisa coloca-o como “Educação formal destinada às crianças dos três aos seis anos de idade, antes da entrada na Escola Primária, hoje designada, Escola do Ensino Básico – 1º Ciclo.

Ao longo do trabalho utilizamos as expressões “Escola Infantil” e “Ensino Infantil” para designar o local e o acto educativo, expressões características do período estudado e ainda hoje de uso comum entre nós.

O tema situa-se num espaço social concreto e definido historicamente: A escolarização das crianças que antecede a escolaridade obrigatória, na cidade de Bragança, no período de 1915 a 1934.

Estamos de acordo com Vieira et al., (1989:28), ao afirmar que “ A definição do tema a ser investigado e o tratamento do objecto de estudo têm uma relação com a postura do pesquisador”. De certo modo, foi a nossa condição de Educador de Infância e professor de Prática Pedagógica, no curso de Educação de Infância que nos motivou para este estudo. Sabemos bem quanto a História da Educação de Infância num curso de Formação de Educadores é pertinente e desejável, pois, aprender com o passado a traçar planos para o futuro é um dos grandes objectivos do ensino da História da Educação. Pensamos como Lourenço

Filho, citado de memória, ao afirmar que a História da Educação é a propedêutica da formação de professores. Vale, portanto, ressaltar que é nosso propósito, ao pensar no desenvolvimento desta dissertação – recriar uma experiência pioneira em Educação de Infância na cidade de Bragança – contribuindo assim para uma formação mais completa e para uma melhor reflexão sobre a profissão – Educador.

Pena que a historiografia escolar se tenha “limitado a transmitir uma memória nacional, apresentada como memória colectiva de todo o povo, mas que não passa das suas elites (Proença, 1994:24). Com este estudo procuramos inverter esta tendência valorizando a historiografia escolar local, evitando assim o erro de se considerar o nacional como um todo homogêneo. Felizmente que os estudos locais/regionais estão em franca expansão e são, no nosso entender, promotores de conhecimento científico sobre a criança e o seu desenvolvimento. A ideia de que a educação é direito de todos, inclusive, das crianças dos zero aos seis anos, tem contribuído para a expansão de estudos sobre Educação de Infância, um campo onde apenas se vislumbram algumas incursões, destacando-se as obras de Gomes (1977) e Cardona (1997).

É, pois, nesta área de ensino que se centra a nossa investigação, Pretendemos saber quando e como surgiu a Educação de Infância em Bragança, mais especificamente a Escola Infantil de Bragança (EIB – sigla pela qual será designada ao longo do estudo), que evolução sofreu durante o intervalo de tempo considerado e qual o pensamento pedagógico que lhe estava subjacente. De imediato este objectivo lançou-nos a uma análise de diagnóstico da situação.

Através de uma entrevista informal, a pessoas da área de educação, depressa nos apercebemos que quase todos eram unânimes em referir que não chegou a existir nenhuma EIB no período estudado. O desconhecimento sobre a mesma era quase completo. Mas, com a nossa incursão em arquivos, bibliotecas e, mais tarde, através de testemunhos orais, concluímos que estávamos na trilha certa. A EIB existia e encaixava na categoria de estabelecimento típico de Educação de Infância, opondo-se à concepção assistencial.

Segundo Magalhães (2004:57), o conceito de instituição associa-se à ideia de permanência e sistematicidade, à ideia de norma e de normatividade e orienta o

estudo empírico. Consagra ainda uma combinatória de finalidades, regras e normas, estruturas sociais organizadas, realidade sociológica envolvente e fundadora, relação intra e extra sistémica. A história de uma instituição é um processo de investigação em que a instituição e a educação se articulam por acção dos sujeitos, situados num horizonte sócio-cultural que define a sua existência e o sentido de cada um face aos seus interesses, motivações e expectativas. Em suma, a instituição é uma realidade dentro de outra realidade.

Estudar e conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é, na opinião do autor que vimos citando (Ibid.:58), “analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e projectivo, representações, tradição e memórias, práticas, envolvimento, apropriação”. Por isso ao estudarmos a EIB, é preciso ter presente que a dimensão material das estruturas e dos meios se alarga ao processo, à participação e à construção educacional dos sujeitos. Trata-se, portanto, de uma construção subjectiva que depende das circunstâncias históricas, das imagens e representações dos sujeitos, e que é afectada por dados de natureza biográfica e grupal. A sua história inscreve-se nos grandes marcos estruturais que constituem o Estado, a Família e as Corporações Administrativas, fazendo evoluir no tempo a relação entre estas estruturas e a dinâmica interna gerada. Nesta óptica, o desenvolvimento da pesquisa é um recuperar de memória da EIB, um processo histórico em permanente diálogo: passado – presente – futuro. Na verdade, “a história das Instituições educativas cumpre o triplo registo de conhecimento do passado, problematização do presente, perspectivação do futuro” (Ibid.:71). É um campo de investigação em que a instituição e a educação se articulam por acção dos sujeitos.

No processo de construção científica da História da Educação que se dá em instâncias do tempo presente, somos impelidos a lançar mão dos mecanismos que dão suporte à memória: - documentos, arquivos e relatos. São a matéria-prima da construção da narrativa que corresponde a três dimensões fundamentais: a hermenêutica, a heurística e o registo ou relatório. Trata-se de uma investigação que opera basicamente através de um processo regressivo.

Neste sentido, definimos o problema desta dissertação: - Em que medida a EIB, que funcionou no período de 1917 a 1934, foi uma resposta da edilidade

brigantina às ideias de modernidade pedagógica que se faziam sentir em Portugal, em torno da Educação de Infância?

No intento de dar resposta ao problema da pesquisa, levantamos as seguintes questões:

-Quais terão sido as causas que estiveram na origem da criação da EIB, relativamente às forças vivas da sociedade brigantina?

-Será que as soluções logísticas da EIB foram obtidas em função das normas que deviam regular a arquitectura, a higiene e a saúde escolar, ou pelo contrário, considerou-se o óbvio e o possível?

-Terão sido os professores seleccionados em função da especialidade em Ensino Infantil, com a formação adequada ao uso e manejo de técnicas didácticas, próprias deste nível de ensino?

- Que importância tiveram os professores no funcionamento desta escola?

-Que orientações curriculares nortearam a sua acção educativa?

-Que alunos terão beneficiado deste nível de ensino?

-Que razões estiveram subjacentes ao encerramento desta instituição em 1934?

Procuramos a resposta às questões acima enunciadas através da reconstituição do processo de criação e vida da EIB, desde a sua criação (1915) até ao seu fecho (1934), localizando, na complexidade da dinâmica dos processos educativos, aspectos de modernidade, em constante mudança e transformação e aspectos de retrocesso e ruptura que teriam conduzido ao seu encerramento no Estado Novo. Trata-se, portanto, de uma descrição explicada em termos de processo, onde as propriedades dos aspectos parcelares somente podem ser entendidas com base na dinâmica relacional do todo com as suas partes. Consideramos a escola em estudo, um organismo vivo, situado e localizado num espaço geográfico e num tempo próprios, aberto ao exterior, com o qual manteve trocas recíprocas, de natureza intrinsecamente dinâmica, ou seja, que influência e é influenciado (Moraes, 2002:72-77).

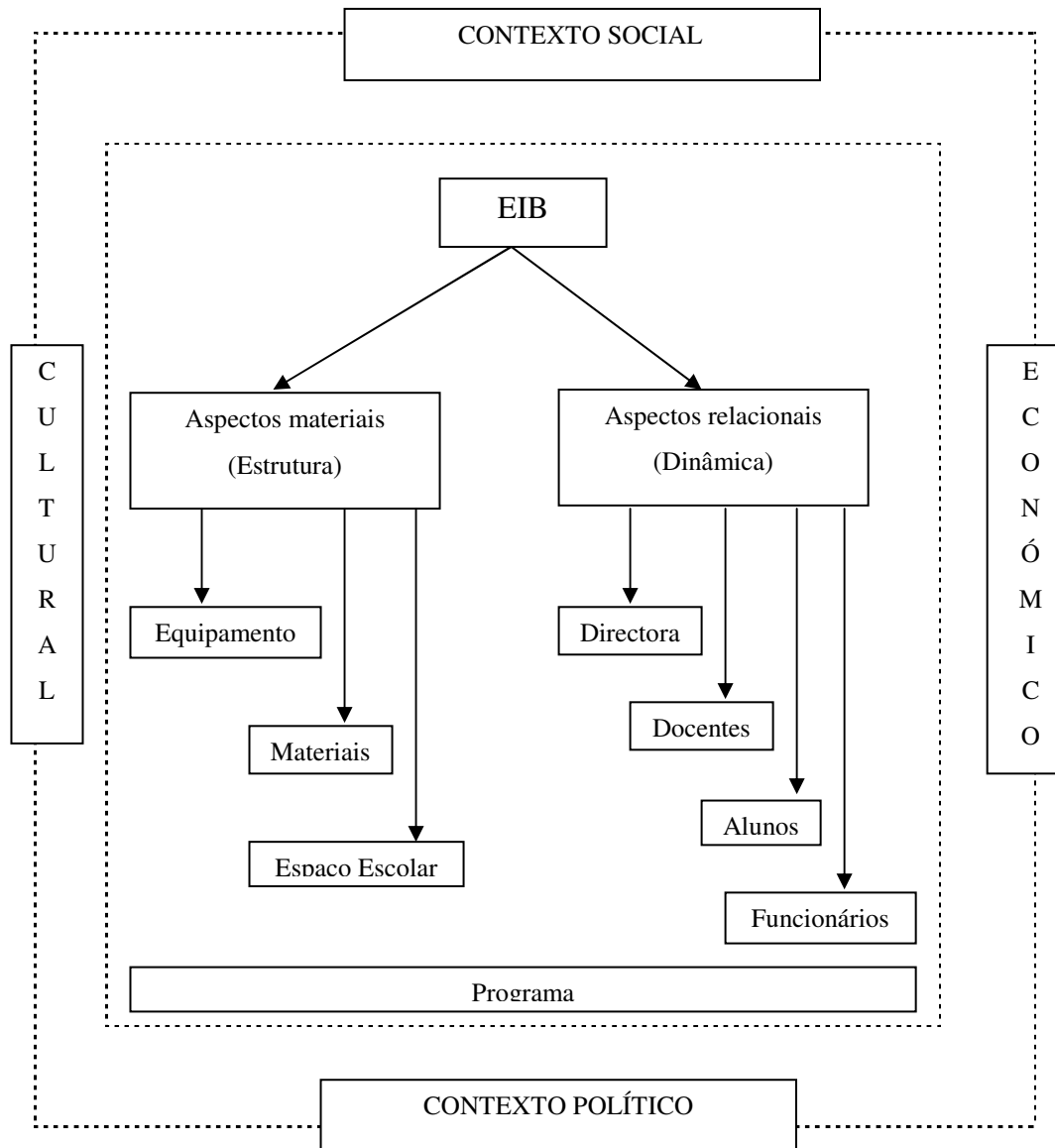
Tentar perceber toda esta trama, é um exercício concreto, onde:

“A problematização é contínua, acompanhando o trabalho todo: é o movimento constante que vai do empírico á teoria e vice-versa, demandando a elaboração ou reelaboração de noções, conceitos, categorias de análise, porque tais

elementos, por mais abstractos que sejam, surgem de engajamentos empíricos e do diálogo com evidências” (Vieira et al., 1989:38).

Este modo de interpretar a instituição educativa, lançou-nos para a construção do modelo de análise de pesquisa, a seguir indicado:

Figura 1: Modelo de análise da pesquisa



O modelo, perspectivado na figura 1, contém de forma organizada as variáveis de estudo e permite-nos uma apropriação da instituição em estudo, de forma a revisitá-la, num ambiente de história cultural, ao evidenciar-se o interesse pelo significado em detrimento das causas (Canadine, 2006:10).

As variáveis do estudo, são de duas espécies, conforme se referem a dados

da dinâmica ou da estrutura. No primeiro caso, são variáveis de execução, de funções e de papéis, características dos órgãos de gestão, dos funcionários, dos docentes e dos alunos. No caso dos professores e dos alunos, às variáveis atributivas devem acrescentar-se as decorrentes do processo educativo. São de natureza processual. As variáveis que definem os aspectos materiais são dados de estrutura, que por natureza amorfos, definem e condicionam as restantes variáveis.

Para a redacção da dissertação procedemos, inicialmente, a um levantamento bibliográfico e à localização de fontes impressas e manuscritas. O acervo bibliográfico não só ajudou à construção de anotações a respeito do surgimento da Educação de Infância, mas também favoreceu a identificação das lacunas no conhecimento do objecto e os seus pontos de fragilidade. Destacamos, ainda, a consulta de jornais, alguns dos quais publicados em Bragança e referenciados na obra *A imprensa de Educação e Ensino: Repertório Analítico (Séculos XIX – XX)*, de António Nóvoa (1993), que nos forneceram informação valiosa para levar a bom termo a pesquisa.

No Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Bragança, no Arquivo Distrital de Bragança, no Arquivo Histórico do Ministério da Educação em Lisboa, na Biblioteca Municipal do Porto e na Biblioteca Nacional de Lisboa - referidos por ordem de importância quanto ao fornecimento de dados para o estudo - encontramos imensos documentos, a maior parte manuscritos.

Cabe ainda mencionar duas entrevistas: uma a um ex aluno da EIB e outra a um morador que conheceu a EIB, nessa época (Anexos VI, VII E VIII). O principal objectivo, mediante uma conversa informal, foi captar as vivências dos entrevistados, o que se revelou importantíssimo para a compreensão da realidade da EIB. As entrevistas efectuadas em separado desenvolveram-se numa interacção criadora e captadora dos significados que os sujeitos dão às situações (Olabuénaga, 1996). A grande vantagem das entrevistas segundo Bell (1997) é a sua adaptabilidade. Segundo este autor as respostas numa entrevista podem ser desenvolvidas e clarificadas, podendo obter-se material precioso e, muitas vezes, consolidar as respostas obtidas. Na perspectiva de Altricher, Posch & Somekh (1993), as entrevistas não são apenas uma forma de recolha de dados, elas são também uma maneira de o entrevistado pensar sobre o tema ou situação e

compreendê-la melhor, o que pode levar a uma mudança de atitude e indirectamente da problemática.

### **Roteiro de escrita da Dissertação**

O roteiro desta dissertação aparece organizado em duas partes, sendo a primeira teórica e a segunda empírica.

A Parte I – Fundamentação Teórica – é constituída por dois Capítulos.

No Capítulo 1 apresentamos algumas considerações sobre a história da infância dos zero aos sete anos de idade, desde os alvares até ao primeiro quartel do século XX. É uma viagem no tempo, cheia de omissões e lacunas, fruto de um défice de conhecimento neste campo de estudo.

No Capítulo 2 apresentamos algumas considerações sobre a Educação de Infância em Portugal, debruçando-nos especificamente sobre o período Republicano, para dessa forma nos auxiliar na compreensão do objecto desta dissertação.

Durante o Período Republicano não foram criadas muitas Escolas Infantis. No entanto, não podemos, por motivos quantitativos, desvalorizar os aspectos qualitativos. Pouco pode significar bom, e muito pode significar mau. Não podemos, por isso, comparar este período com outros da nossa história e deixá-lo cair no esquecimento, desvalorizando essas inovações pedagógicas, pioneiras. “Foi ainda, o período da República, fértil em experiências pedagógicas inovadoras” (Proença:1998: 59). “Importantes foram também algumas experiências marginais em relação ao sistema, as mais conhecidas das quais foram a da Escola-Oficina nº1 e a dos Jardins-Escolas João de Deus” (Pintassilgo:1998:52), como consideramos que foi, também, esta que é objecto de estudo na nossa dissertação.

Cardona (1997) refere que a principal âncora para definir a infância em Portugal é o prenúncio do adulto como sujeito económico, definido pelas suas realizações materiais, pelo alcance do sucesso, do dinheiro e da fama, o que reflecte, como de resto em qualquer época, os valores sociais vigentes. A disponibilidade dos adultos é limitada pela envolvimento dos pais no trabalho fora de casa. A maioria dos adultos com quem a criança convive é composta por profissionais, pessoas pagas para desempenhar os papéis de Educadores. A rede

social está muito distante da que caracterizou a infância dos portugueses mais velhos: irmãos, primos e vizinhos de várias idades a brincarem nos quintais ou nas ruas. Essa rede praticamente deixou de incluir parentes e adquiriu um carácter de agrupamento etário, tendendo a ser domesticada em rotinas, materiais e procedimentos. A mesma autora refere que a criança urbana pobre, sem ter os benefícios de uma educação académica rica, paga um preço adicional à contemporaneidade. Além dos espaços exíguos e da falta de privacidade nas moradias, está ainda mais exposta aos riscos da violência urbana, uso e tráfico de drogas, criminalidade e violência sexual, ainda que, na enorme diversidade da realidade portuguesa, encontremos exemplos de infâncias mais “antigas”, com diferentes exigências, vantagens e limitações.

A Parte II – Empírica – compõe-se de dois Capítulos.

No Capítulo 3 apresentamos a contextualização histórica de Bragança, no período de 1915 a 1934. Caracterizamos, de um modo breve, a cidade sob o ponto de vista geográfico, económico, cultural e social, para assim termos um melhor conhecimento da realidade local, no tempo a que a pesquisa se reporta. No início do século XX, discutiam-se em Bragança as questões de desenvolvimento da cidade, a sua situação periférica em relação aos grandes centros urbanos, nomeadamente Porto e Lisboa, o problema das acessibilidades, as grandes taxas de analfabetismo e a realidade da escolarização. A abertura de uma escola nova para um ensino completamente novo veio suscitar muito interesse na população. A EIB facilitaria a alfabetização, veículo relevante na modernização económica e no desenvolvimento da cidade. Só assim, podemos compreender a problemática do estudo.

No Capítulo 4 são focadas entre outras, as condições de funcionamento da EIB, a sua localização, o seu projecto pedagógico, o calendário/horário escolar, bem como os docentes e o seu percurso profissional. Referenciamos também o processo da sua abertura e dos seus principais impulsionadores.

Nas transcrições que figuram ao longo da nossa dissertação, optámos por actualizar a ortografia e pontuação originais.

## **PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**



# CAPÍTULO 1: EM TORNO DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA

## 1.1. Antecedentes históricos

A produção bibliográfica em torno da problemática da criança não é ainda hoje avultada. Tardou para que as Ciências Sociais e Humanas focassem a criança e a infância como objectos centrais das suas pesquisas. Demorou ainda mais tempo para que centrassem as suas análises nas relações entre Sociedade, Infância e Escola, entendendo a criança como sujeito histórico e de direitos, tendo como eixo das suas investigações o registo das "falas" das crianças. Procurou interpretar-se as suas representações do mundo, entender o complexo e multifacetado processo de construção social da infância e o papel que a escola tem vindo a desempenhar diante desta invenção da modernidade pedagógica.

Localizámos na Literatura Educacional, vários teóricos preocupados em delinear uma nova proposta educativa. Uns com o propósito de salvar as almas, através do restabelecimento da disciplina e do ensino do Cristianismo, outros na tentativa de garantir uma socialização e um conseqüente domínio das ciências, letras e instrumentos de produção.

De entre os vários autores que directa ou indirectamente se referem à educação, apenas nos debruçámos sobre os que tecem considerações sobre a criança antes dos sete anos de idade, ou seja, sobre a Educação de Infância que é o enfoque do tema deste trabalho.

Até ao início da década de sessenta a História da Infância e a História da Educação pareciam ser dois campos distintos e inconciliáveis de pesquisa, um cenário que parece mudar, após a publicação, em França (1960) e nos E.U.A (1962), do livro de Philippe Ariès, sobre a história social da infância e da família, intitulado *A criança e a vida familiar do Antigo Regime*.

A partir d publicação desta obra, verificou-se no seio dos historiadores da educação um manifesto interesse pelo tema da infância. Até então, segundo Bárbara Finkelstein (1986:21):

"...sólo muy pocos Historiadores han sido sistemáticos en una tentativa de conectar la Historia de la infancia y la formación de los niños con la Historia de la educación, centrándose en los aprendices y el aprendizaje como aspectos fundamentales en el estudio de la Historia educativa".

Para Ariès a História da Infância e a História da Educação estão relacionadas tanto conceptual como socialmente:

“la Historia de la infancia y la Historia de la educación estaban conectadas de modo inextricable, y en varios niveles. En primer lugar, estaban conectadas conceptual y psicológicamente. En segundo lugar, estaban relacionadas en el tiempo. En tercer y último lugar, estaban unidas social e institucionalmente. Tanto Ariès como De Mause enfatizaron la simultaneidad en el tiempo del descubrimiento o reconocimiento de la infancia moderna y de la aparición de instituciones protectoras donde cuidar y formar a la generación más joven” (Finkelstein, 1986:20).

Depois de organizar e analisar a bibliografia em torno desta problemática, Simonetta Ulivieri (1986:48) conclui que os Historiadores, até à década de oitenta, não privilegiavam a criança nas suas pesquisas. Segundo a autora, o enfoque da história social não chegou apenas com atraso; existiu, também, uma certa indiferença em relação ao tema. "Muchas veces se relega la Historia de la familia al sector de estudios sociológicos, [...], la Historia de la infancia, en fin, aún no se han abordado directamente y a fondo, sino tan solo en artículos o estudios cronológicamente sectoriales". E continua afirmando, que não se estuda a criação, "como objeto de examen histórico en sus condiciones reales de vida, que en muchos casos son condiciones de supervivencia.

"Para esta autora, a falta de uma História da Infância e o seu registo historiográfico tardio "son un indicio 'de la incapacidad por parte del adulto de ver al niño en su perspectiva histórica, (...) cabe decir que, al no existir el niño con todas sus características infantiles, tampoco existía su Historia" (Ibíd.:48).

Somente nos últimos anos, o campo historiográfico rompeu com as rígidas regras da investigação tradicional, institucional e política, para abordar temas e problemas vinculados à história social. Narodowski (1994:73) centra as suas análises na relação entre infância, poder e Pedagogia, na sua tese de doutoramento, publicada sob o título *Infância e poder: la conformación de la pedagogía moderna*. Identifica um núcleo de consenso entre os Historiadores acerca da definição de infância e defende que é um fenómeno histórico e não meramente natural, cujas "características no Ocidente Moderno podem ser

esquemáticamente delineadas a partir da heteronomia, da dependência e da obediência ao adulto em troca de proteção".

Vilhena (2002:9) afirma que a cada momento histórico corresponde determinadas concepções de infância, modeladas pelas ideias filosóficas, políticas e religiosas predominantes, cujas raízes se encontram no passado e que por sua vez servirão de base para concepções futuras:

“As concepções de família, maternidade ou infância que vigoram actualmente, no mundo ocidental, são produto de uma (re) construção destes conceitos, ao longo do tempo, pois estas não constituem realidades naturais e universais, existentes desde sempre, mas sim realidades históricas sujeitas a variações sociais e culturais”.

Ariès (1978) refere que a infância como período específico, com direito a tratamento próprio esteve ausente durante grande período da História da Humanidade. Da mesma forma, em Portugal, são escassos os estudos sobre a criança antes dos sete anos de idade; as informações existentes estão dispersas e os dados estatísticos são pouco precisos como veremos no segundo Capítulo.

## **1.2. O conceito de Infância**

Ariès (1978) descreve a vida da criança urbana na Idade Média de uma forma que lembra a infância descrita pelos nossos pais e avós: brincadeiras na rua, grupos multietários, fraca supervisão de adultos da comunidade imediata. No decorrer da história, a criança urbana torna-se progressivamente mais reclusa à família imediata e à escola, e o seu quotidiano é entregue às Instituições onde se espera que profissionais substituam com vantagem as relações afectivas primárias. Muitos leitores de Ariès interpretam as suas ideias como significando que a Antiguidade e a Idade Média não tinham um conceito de infância e representavam a criança como um adulto em miniatura; por isso não lhe reservavam um lugar especial na sociedade e na cultura. No entanto, essa interpretação precisa de ser clarificada. Qualquer sociedade humana, necessariamente, tem um conceito de infância e de outras fases da vida. Se assim não fosse, bebés e crianças pequenas simplesmente não sobreviveriam. É evidente que todas as sociedades reconhecem as diferenças entre crianças pequenas, crianças maiores e adultos e que lidam com elas a partir dessas diferenciações.

O que distingue as concepções de infância em momentos e lugares históricos diferentes é a maneira como esse conceito é concretizado em cada cultura: em que idade a criança adquire autonomia, quando e como deve receber educação formal, qual a idade desejável para o casamento. Cada uma dessas concepções tem um preço de ajustamento entre a natureza da infância e as expectativas culturais a respeito dela e do seu lugar no mundo (Juliá, 1996:170).

Admitimos actualmente, pelo menos ao nível do discurso, que a criança é um ser diferente do adulto em pensamento, necessidades e problemas. A infância tem prioridade sobre os demais estágios da vida, devido não só à sua maior fragilidade, mas sobretudo por carregar as esperanças de continuidade no futuro. Esta mudança acompanhou o florescer das sociedades industriais, com as suas conquistas em conforto material e melhoria nos padrões de saúde e nos padrões de natalidade e mortalidade infantil. À medida que essas taxas decrescem e que a expectativa de vida aumenta, a criança passa a ser um bem mais raro e valioso, tendo uma probabilidade mais alta de sobreviver à idade adulta e merecendo, portanto, mais investimento, tanto dos pais como da sociedade.

Nunca se falou tanto da importância da infância, nunca as sociedades disponibilizaram tantos recursos para fornecer bem-estar e, acima de tudo, influenciar as pessoas através da sua formação nos primeiros anos de vida.

Na perspectiva de um embrião imaginário, que pudesse escolher a época do seu nascimento, há motivos para celebrar a vinda ao mundo no século XXI. A probabilidade de sobreviver ao primeiro ano de vida aumentou drasticamente com a erradicação de muitas doenças graves e a disponibilidade de medicamentos para combater a maioria das doenças da infância. A expectativa de vida é muito mais elevada e a oferta de educação escolar é mais ampla. Contudo, não pode esquecer-se de escolher, além da época, o lugar de nascimento (Llop, 1996:47).

As conquistas da infância não são universais, variando de uma região do mundo para outra e, dentro do mesmo País, de uma classe social a outra. Como em todos os outros aspectos da vida, não há igualdade na distribuição de recursos e todas as sociedades ainda têm de alterar os mecanismos de acesso aos bens que garantam os reconhecidos direitos universais da criança.

Mesmo aquelas crianças que nascem no lugar “certo” não estão a viver,

necessariamente, a sua época de ouro. Infelizmente, a primazia que as sociedades vêm dando à criança ocorre mais pelo potencial futuro do que pelo seu valor actual. Se, por um lado, as realizações científicas do século XX, o postulado da continuidade entre os eventos ocorridos, a ideia de educabilidade e a possibilidade de moldar adultos a partir da educação certa representam um enriquecimento da vida das crianças; por outro lado cobram um alto preço ao seu presente.

A historiografia da infância desenvolveu-se nas vertentes da história da assistência, da família e da educação, constituindo um patamar para se avançar na compreensão das inter relações entre esses três aspectos (Kuhlmann (2004:15). Compreende-se a infância como a concepção ou a representação que os adultos fazem sobre o período inicial de vida, ou como o próprio período foi vivido pela criança, e como foi a sua vida em todas as suas vertentes.

Segundo Kuhlmann (2004:20), a definição da duração do tempo da infância atribui-se a Hipócrates, 400 anos antes de Cristo, classificando a idade de bebé dos zero aos sete anos de idade.

No entender de Archard (cit in. Ferreira, 2000:4), as concepções de infância podem variar, quer nas suas fronteiras, ou seja, na determinação do seu início e do seu final, quer nas suas dimensões, existindo variações nas definições formuladas para este período de vida.

A infância pode ser subdividida numa série de períodos diferentes. Assim sendo, qualquer concepção da infância variará de acordo com o modo como as suas fronteiras são estabelecidas, as suas dimensões ordenadas e as suas divisões geridas. Cosini (1998) acrescenta ainda que a infância só adquire pertinência social quando lhe são atribuídas competências e papéis específicos.

No parecer de Kramer (1982:18), a ideia de infância não teve sempre o mesmo significado, pelo contrário, ela aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que muda a inserção e o papel social da criança na comunidade. Se, na sociedade feudal, a criança exercia um papel produtivo, na sociedade burguesa passava a ser alguém que precisava de ser cuidada, escolarizada e preparada para uma função futura. Este conceito de infância é determinado historicamente pela modificação nas formas de organização da sociedade.

Philippe Ariès refere no seu estudo que a arte medieval, não conhecia a infância, ou não se esforçava por a representar até ao século XII. Ele refere mesmo que lhe custa a crer que fosse por falta de habilidade ou impotência, mas simplesmente porque não havia lugar para a infância, fazendo mesmo referência a deformações do corpo da criança que os artistas representavam nas suas obras. (Ariès, 1988: 58).

As preocupações com a infância foram resultantes do reconhecimento e valorização que as crianças passaram a ter no meio em que viviam. Mudanças significativas ocorreram nas atitudes das famílias em relação às crianças que, inicialmente, eram educadas a partir de aprendizagens adquiridas junto aos adultos e, aos sete anos, a responsabilidade pela sua educação era atribuída a outra família que não a sua.

Apesar de uma grande parte das crianças com menos de sete anos de idade continuar a ser educada segundo as antigas práticas de aprendizagem, o surgimento do sentimento de infância provocou mudanças no quadro educacional. De acordo com Philippe Ariès (1988) esse sentimento surgiu no século XVII, quando a sociedade passou a ter consciência da particularidade da infância, particularidade essa que distingue essencialmente a criança do adulto.

Campanella (1568-1639), na sua obra *Cidade do Sol*, criticou o ensino servil da gramática e da lógica aristotélica e ressaltou a importância das crianças aprenderem ciências, geografia, os costumes e as histórias pintadas nas paredes das cidades. Campanella já demonstrava uma preocupação com a educação das crianças antes dos seis anos de idade, e, desde então, pode verificar-se, que surgiram as primeiras propostas educativas contemplando a educação das crianças dos zero aos seis anos. A infância passa, a partir de então, a ser percebida como uma fase da vida com valor próprio e não como uma simples etapa de preparação para a vida adulta.

Segundo Nóvoa (1987:414), o facto da infância se tornar alvo de atenção e preocupação por parte dos adultos vai ter como consequência o desenvolvimento das preocupações educativas e a consequente criação de Instituições consagradas ao ensino, o que pode ser interpretado como um sinal do reconhecimento de um estatuto próprio e diferente do dos adultos.

### 1.3. A criança antes dos sete anos de idade

A educação das crianças antes dos sete anos de idade esteve sempre presente em todas as sociedades e em todas as épocas, embora de formas diferentes.

Joaquim Ferreira Gomes (1977:13) inicia o seu livro *A Educação Infantil em Portugal: Acheias para a sua história* abordando a problemática que a Educação de infância suscitou nas sociedades através dos tempos, começando por referir: “Desde que há homens, eles ocuparam-se e preocuparam-se com a educação dos seus filhos”. Desde os tempos mais recuados, filósofos e pedagogos – como Platão e Comênio – chamaram a atenção para a importância da educação das crianças até aos sete anos de idade. Este período, que vai da Antiguidade até ao nascimento do pensamento pedagógico moderno, com Comênio, é denominado por Vilarinho (1987:10), como sendo o período do senso comum da Educação de Infância no mundo ocidental.

Durante muito tempo, na história da humanidade, a família era a única responsável pela educação das crianças. Vilarinho (1987:12) caracteriza o segundo período da História da Educação de Infância, como sendo o período das primeiras formulações teóricas feitas a seu respeito. Este surge nos séculos XVI e XVII, com Comênio, Rousseau e Pestalozzi.

A escola e a intencionalidade educativa fazem parte de uma evolução natural da espécie humana, demonstrando uma crescente preocupação com a formação.

“Existe escola desde que há sociedades organizadas interessadas na transformação do seu legado cultural às novas gerações. Uma vez atingida uma certa complexidade cultural, a Humanidade nunca mais dispensou a escola. É de prever que a escola se tenha tornado um instrumento perene que acompanhará o Homem até ao seu desaparecimento como espécie” (Marques, 2001:9).

A escola teve, em todas as épocas, o objectivo da transmissão do legado civilizacional às novas gerações e o desenvolvimento e realização das potencialidades de cada pessoa.

Ao longo da história da humanidade não abundam as referências às crianças até aos sete anos de idade. A Antiguidade Oriental influenciou a Cultura Ocidental através dos legados deixados pelas antigas civilizações dos vales do

Nilo e Eufrates, Suméria, Israel e Egípto.

Para Marques (2001), foi na Suméria que surgiram as primeiras escolas com o objectivo de formar os filhos dos escribas, os únicos com a possibilidade de aprender a ler e escrever depois dos sete anos de idade. No Egípto a possibilidade de aprender a ler não estava restringida, como na Suméria, aos filhos dos escribas, alargando-se aos filhos dos quadros intermédios da administração do Estado. O aluno entrava para a escola aos sete anos de idade e a sua formação podia ir até aos vinte e poucos anos.

Em Esparta e Atenas aparecem algumas referências à educação das crianças até aos sete anos. A criança era propriedade do Estado e, poucos dias após o nascimento era examinada por um conselho de anciãos que decidia se ela devia morrer ou viver. As crianças doentes ou demasiado fracas eram, quase sempre, expostas até morrer. As outras eram entregues às mães até aos sete anos, depois eram entregues ao cuidado de uma escola oficial que deveria prepará-las para se tornarem bons soldados (Marques, 2001:22).

“Logo que a criança começa a compreender o que lhe dizem, a ama, a mãe, o pedagogo e até o próprio pai se esforçam por que ela se torne o mais perfeita possível. A cada acção ou palavra que lhe ensinam ou apontam o que é justo e o que não é, que isto é benéfico e aquilo vergonhoso, que uma coisa é piedosa, e outra ímpia, e «faz isto», «não faças aquilo». E, ou ela obedece de boa mente, ou então, corrigem-na com ameaças e pancadas” (Gomes, 1967:55).

Em Esparta as mães eram preparadas para educarem as crianças de uma forma viril, para assim se tornarem cidadãos robustos e preparados para a dureza da vida.

“Até aos sete anos, a criança pertencia à família. Os recém-nascidos portadores de defeitos físicos que os tornassem inaptos para a vida militar eram sentenciados pelo conselho de anciãos a serem expostos nos *Apotets*, desfiladeiro do Taigeto, até morrerem de fome (eugenia). Os que nasciam fisicamente viáveis recebiam uma educação dura e severa, sem mimos nem comodidades, para o que as mães eram preparadas para uma educação viril” (Gomes, 1967:31).

No entanto importa referir que foi a dedicação de muitos autores a esta etapa da vida da criança que veio a modificar a concepção existente sobre a Educação de Infância.

## **1.4. Os precursores da Educação de Infância**

Muitos autores referiram-se à educação em geral mas muito poucos o fizeram à Educação de Infância, ou seja às crianças antes dos sete anos de idade. Apresentamos a seguir algumas considerações de autores que se referiram a este período da vida do ser humano.

### **1.4.1. Nos tempos mais antigos**

Importa considerar que já Platão, discípulo directo de Sócrates (427 - 347 A.C.), propôs que as crianças pequenas ficassem sob a responsabilidade de pessoas voltadas para a sua educação. Aos três anos, o Estado tomava conta dos meninos, dirigindo-lhes a educação. Esta, nunca deixava de ser ministrada em comum e com o objectivo de destruir os sentimentos e interesses que separassem o indivíduo da ideia de Estado. Segundo Gomes (1967:101) “Para Platão, dos três aos seis anos, a educação devia ser ministrada em Jardins consistindo principalmente na prática de jogos”.

Vem de longe, então, a palavra Jardim, que poderá ter designado o conceito de Jardim-de-Infância utilizado por Froebel. Os princípios da Educação de Infância, com a idade perfeitamente definida para as crianças de três anos foram iniciados por Platão e ainda hoje são válidos. Platão chegou inclusive a expor programas de Educação de Infância e de organização dos Jardins-de-Infância:

“...Aos três anos, aos quatro anos, aos cinco anos e até mesmo aos seis anos, os divertimentos são necessários às crianças. A partir desse momento, é preciso curá-las da moleza, corrigindo-as, sem lhes infligir, todavia, algum castigo ignominioso; [...] Nessa idade, elas têm jogos que lhes são, por assim dizer, naturais, e que elas descobrem por si mesmas, quando estão juntas. É por isso que as crianças de cada bairro, dos três aos seis anos, se juntarão nos lugares que aí são consagrados aos deuses...” (Leis, livro VII, cit in Gomes, 1967: 105).

Aristóteles, em 384-322 A.C., discípulo de Platão, também abordou a questão da educação das crianças até aos sete anos de idade. Considerava que a actividade educativa devia começar muito antes dos sete anos de idade, na própria casa dos pais, embora a ordenação das actividades educativas fossem pertença do Estado. Alertava os pais para que exercessem um controlo sobre a maneira como as crianças passavam o tempo (Marques, 2001: 41). Dos cinco aos sete anos, a

criança devia aprender a ver, a ouvir e a imitar sendo, este, o período da imitação.

Vilarinho (2001:45-46) refere que a preocupação com a educação das crianças antes da idade das aprendizagens formais existe desde a civilização Grega, acrescentando que “Aristóteles na obra «Política», ao preconizar o início da escolaridade formal para os sete anos, reflecte sobre a importância dos anos anteriores considerando-os como período prévio à escolarização”.

Aristóteles distingue dois períodos da vida da criança. Um vai dos dois/três anos até aos cinco anos e outro dos cinco aos sete anos. Debruça-se mais sobre o segundo período, não fazendo referência à institucionalização da educação destas crianças e considerando fundamental que elas permanecessem na família, antes do ingresso na escolaridade formal.

Na Roma Antiga, a família, em especial a mãe, era quem se encarregava da educação dos filhos até a sua entrada na escola.

“Durante mais de quatro séculos, os romanos não conheceram outra instituição educativa além da família. Na puerícia, era a mãe quem cuidava, reprendia e castigava os filhos. A esposa era a guardiã do lar, gozando a matrona de uma consideração e de um respeito que a mulher ateniense não conheceu” (Gomes, 1967:161).

Quintiliano foi um escritor, orador e pedagogo romano do Século I que também estudou este período da vida da criança. Considerava que esta deveria contactar precocemente com algumas normas elementares, em forma de jogo, de forma a facilitar a tarefa que se lhe apresentaria mais tarde. Segundo este autor, o primeiro cuidado devia dirigir-se à ama que cuida da criança. Esta deve ser de bons costumes e falar correctamente. Encarregar-se-ia de escolher os seus companheiros de brincadeira logo que a criança desse os primeiros passos. A criança deveria aprender intuitivamente através de jogos e de histórias. O autor estava a referir-se, ainda que de uma forma indirecta, às crianças antes dos sete anos de idade.

Orígenes (185-253 d.C.), cristão egípcio, sábio e teólogo, opinava que “a educação dos filhos dos Cristãos continuava a formá-los de acordo com as condições da sua classe social, enviando-os às escolas oficiais ou particulares, mas dava-lhes, desde pequenos, sólida orientação espiritual no lar sob a assistência dos ministros religiosos” (Marques 2001:53).

São João Crisóstomo, que viveu em Antioquia nos anos de 347 a 411, mais conhecido como o “Boca de Ouro” devido à sua eloquência, como refere Ramiro Marques (2001), deixou-nos um bom livro de Pedagogia intitulado: *Sobre a Van glória e a Educação dos filhos*, que é uma crítica à van glória que triunfa em Antioquia. A má educação dos filhos deve-se à negligência dos pais que não foram capazes de os educar desde a mais tenra idade para a Moral. Expõe que os pais devem tomar cuidados com a educação dos seus filhos de ambos os sexos, mas acrescenta que essa tarefa pertence, em primeiro lugar, à mãe, pelo facto de passar mais tempo em casa. A responsabilidade da má educação dos filhos é, assim, dos pais que alimentam a vaidade, o orgulho e o amor pelo luxo. São João Crisóstomo acentua que a educação começa no berço e as virtudes devem tornar-se hábitos, antes da criança ter oportunidade de contactar com os vícios.

Este pedagogo deixou-nos uma interessante teoria que, de modo involuntário ou não, muito tem a ver com a educação das crianças até aos seis anos. Criou uma alegoria sobre as cinco portas de entrada do bem ou do mal: o gosto, o ouvido, o olfacto, o olhar e o tacto. Todas estas portas tinham que ser bem trabalhadas, começando pela língua da qual devem sair boas palavras,

“Para alcançar esse objectivo educacional, cumpre ser rigoroso com a criança. E isso é fácil de conseguir com ela, pois o menino ainda não luta por riquezas e pela glória...Promulga logo uma lei, diz São João Crisóstomo, que impeça o menino de insultar os outros, de falar mal de alguém, de jurar ou procurar contendas. Se ele infringir a lei, castiga-o com olhar severo, com palavras e censuras. Não permitais, porém, que se acostume ao castigo, pois do contrário este perde a sua força. Por isso, é preferível ficar na ameaça, para que a criança permaneça no temor. Esse, entretanto, é o lado negativo da educação. É preciso ensinar o menino a ser modesto e caridoso” (Nunes, 1978:161).

A segunda porta é a audição, e por ela não devem entrar as palavras e as histórias desonestas. É preciso, portanto, escolher as pessoas certas a quem confiar as crianças e as suas companhias. O olfacto, que era a terceira porta, era simplesmente para evitarem os perfumes artificiais para não desabituar a criança dos odores naturais. O olhar é a quarta porta, pela qual entra o gosto pela sensualidade e pelos prazeres sensuais. Deverá, pois, fazer-se tudo para cultivar o pudor. A quinta porta é o tacto, a criança deve ter uma vontade forte habituando-se a coisas rijas; devem evitar-se os leitos macios que convidam a sonos prolongados e à preguiça. Depois destas cinco portas, São João Crisóstomo passa

a analisar o interior da criança, o seu peito, coração e cérebro que originam a razão e a ira. A virtude que vem do coração é a prudência, e o vício é a insensatez. As virtudes que procedem do coração são a temperança e a modéstia, enquanto os vícios são a audácia, dureza e a dissolução dos costumes. (Marques 2001).

João Crisóstomo expressa também que as crianças desde pequenas “devem aprender a suportar as ofensas valorosamente mas, ao mesmo tempo, devem ser ensinadas a atacarem valentemente os ofensores dos fracos, tomando a defesa deste, de modo conveniente” (Nunes, 1978:164).

Erasmus (1466-1536) foi pioneiro na defesa da Educação de Infância, defendendo o início dos estudos a partir dos três anos de idade, mas sempre no respeito pela maturidade da criança, procurando adaptar o ensino á personalidade do aprendiz (Marques:2001:96).

#### **1.4.2. No Renascimento**

Segundo Manacorda (1989: 218), vários teóricos desenvolveram as suas ideais sobre educação, incluindo já a Educação de Infância. Estes foram influenciados por ideias de universalização dos conteúdos da instrução, pelo seu carácter moderno e científico, pela didáctica revolucionária, pela articulação da instrução com o trabalho e pela importância do trabalho agrícola sempre marginalizado na reflexão dos filósofos e pedagogos.

Uma das figuras que prestou um enorme contributo à educação de crianças antes dos sete anos de idade foi João Amos Coménio (1592-1657). Em 1657 apresentou à sociedade europeia o seu tratado educacional *Didáctica Magna*. Nesta obra, enfatiza a importância da economia do tempo em, *Bases para a rapidez de ensino, com economia de tempo e de fadiga*. Considerada por muitos “...a sua obra-prima foi a *Didáctica Magna*, foi, talvez, o primeiro tratado completo de Pedagogia a apresentar um método de ensinar tudo a toda a gente” (Marques, 2001: 116).

Para Coménio, a educação deve ser profundamente Cristã e precoce, ou seja, deve iniciar-se o mais cedo possível. Organizou a sua didáctica em quatro períodos considerando os anos de desenvolvimento: o tempo da infância, da puerícia, da adolescência e da juventude, sendo que cada um desses períodos

durava seis anos. A escola materna era até aos seis anos. Segundo Comênio a formação do homem deve começar bem cedo, pois “...não deve passar-se a vida a aprender, mas a fazer” (Comênio:1957:128). A grande modernidade pedagógica de Comênio reside no facto de ter defendido que o desenvolvimento humano segue determinados padrões que evoluem por etapas. “...infância, puerícia, adolescência e juventude” (Ibid.:410).

Ao lermos o plano da escola materna na sua obra *Didáctica Magna*, podemos constatar que foi elaborada atribuindo aos pais uma tarefa educativa de muita responsabilidade, pois cabia-lhes a responsabilidade pela educação das crianças até aos seis anos de idade. O regaço materno era considerado a escola da infância ou escola materna, onde as crianças seriam educadas até aos seis anos. Nesta fase da vida, “...devem-se exercitar sobretudo os sentidos externos, para que se habituem a aplicar-se aos próprios objectos e a conhecê-los distintamente” (Ibid. 411).

Na primeira infância, a criança dá os primeiros passos e começa a emitir palavras. Na segunda infância, aprende a falar e começa a emitir frases longas. Comênio comparava a escola materna à “amena primavera, embelezada de rebentos e de florinhas de vária fragrância” (Ibid. 413).

O facto de atribuir aos pais a tarefa de educação das crianças antes dos seis anos de idade representava, para a época, um grande avanço. Comênio elabora um método a ser seguido pelos pais, ao elaborar o *Plano da Escola Materna* de modo especial dirigido à mãe, para iniciar a educação da criança nos primeiros anos de vida. Este método consiste em exigir que a criança observe determinada realidade para depois repetir a palavra apropriada (Ibid.:418).

Comênio chamou a atenção para a importância desse período e as suas repercussões na vida do ser humano. A sua contribuição ampliou-se ainda mais ao esboçar o que deve ser trabalhado nesse período e ao apresentar as áreas das matérias a serem ensinadas: desde a Metafísica, Ciências Físicas, Óptica, Astronomia, Geografia, Cronologia, História, Aritmética, Geometria, Estática, Artes Mecânicas, Dialéctica, Gramática, Retórica, Poesia, Música, Política (nomes de figuras e cargos políticos), Economia Doméstica, Moral (Ética), Religião e Piedade. Comênio pretendia que este plano funcionasse como um guia

para toda a educação das crianças até aos seis anos de idade.

Como podemos perceber, não foram poucas as preocupações de Comênio em relação ao que a criança até aos seis anos devia aprender. Não podemos porém, deixar de ressaltar que, até hoje, são essenciais no desenvolvimento de propostas educativas junto das crianças. O método de Comênio baseava-se,

“...na defesa do processo de maturação natural da criança, propondo um ensino que respeite as leis do desenvolvimento mental do aluno. Partindo da observação e da experiência sensorial, a criança vai elaborando conceitos e ideias cada vez mais abstractos, acompanhando essa evolução mental de construções linguísticas cada vez mais complexas” (Marques 2001:116).

Os princípios pedagógicos de Educação de Infância de Comênio podem resumir-se a:

“...o ensino deve adaptar-se à etapa do desenvolvimento mental do aluno; a escola deve estar aberta a todos, rapazes e raparigas, pobres e ricos; a aprendizagem deve basear-se na observação e na experiência sensorial; o aluno deve aprender a partir do mais simples para o mais complexo, em etapas suaves; deve haver um equilíbrio entre o estudo e o divertimento” (Ibid.:117).

Comênio considerava que a formação do homem se faz com muita facilidade na fase da infância, e só pode ser feita nesta etapa.

Outra personalidade que dedicou especial atenção a esta fase da vida da criança foi Locke (1632-1704). Da sua obra, podemos retirar algumas referências sobre as crianças antes dos sete anos de idade ou da entrada na escola. Só quando a criança começa a desejar ler é que se impõe a aprendizagem da leitura, através do contacto com as fábulas, histórias para crianças e leituras da Bíblia. Depois da criança ler bem, é tempo da aprendizagem da escrita. Locke ao tecer estas considerações estaria a referir-se ao período que antecede a entrada da criança na escola que se faria por volta dos sete anos de idade. Segundo Marques, Locke era um pedagogo profundamente religioso, pois defendia que o “menino” aprendesse de cor o “Pai-nosso, o Credo e os Dez Mandamentos”, devendo repeti-los mesmo antes de saber ler. Era o ensino doutrinal a fazer-se antes da entrada da criança na escola. Ficamos sem saber se ele seria mesmo religioso ou se era apenas o ensino que tinha características religiosas. Refere-se às crianças de três anos, pobres, ao defender a existência de casas de trabalho com o objectivo de ocupar as crianças entre os três anos de idade e os catorze anos. O objectivo era dar-lhes comida, cuidados de higiene, formação moral e religiosa, a fim de poderem tornar-se

trabalhadores obedientes, diligentes e respeitadores.

Fénelon (1651-1715) também se preocupou com a Educação de Infância. Interessou-se essencialmente pela educação dos príncipes e das raparigas. Na obra *De L'Éducation des Filles*, fez referência à Educação de Infância ao chamar a atenção para a preparação das crianças para a instrução, mesmo antes de saberem falar bem.

### 1.4.3. No Iluminismo

Durante o período do Iluminismo, no Século XVIII, a educação ocupa lugar de destaque nas preocupações dos reis, pensadores e políticos. "...é o Século pedagógico por excelência" (Luzurriaga, 1989:149). Filosoficamente é o "século das Luzes", politicamente, é a época do Absolutismo, marcado pelo advento da industrialização e, conseqüentemente, pela entrada da mulher no mercado de trabalho.

Neste período, destacou-se Jean Jacques Rousseau (1712-1778) no delineamento da Educação de Infância, considerado como uma das personalidades mais destacadas da História da Pedagogia. Apesar de não ter sido propriamente um educador, as suas ideias influenciaram muito a educação da modernidade. Foi ele quem centralizou a questão da infância na educação, evidenciando a necessidade de não considerar a criança como um homem pequeno, mas um ser que vive num mundo próprio, cabendo ao adulto compreendê-la. Ao ressaltar esse aspecto, direcciona a discussão para o reconhecimento da necessidade de ver a infância como um período distinto, que apresenta características peculiares, as quais precisam de ser estudadas e respeitadas. Rousseau chamou à atenção para esse aspecto ao afirmar:

" Procuram sempre o homem no menino, sem cuidar no que ele é antes de ser homem. Cumpre, pois, estudar o menino. Não se conhece a infância; com ideias que se tem dela, quanto mais longe vão mais se extraviam. A infância, tem maneiras de ver, de pensar, de sentir, que lhe são próprias" (Luzurriaga, 1989:166).

Rousseau com as suas ideias naturalistas entendia que a criança devia ser libertada dos pais para ser educada por preceptores. As suas concepções sobre a educação podem ser encontradas, em grande parte, na sua obra "*Emílio*"

publicado em 1762. Enfatiza a individualidade do ser humano marcante nos primeiros anos de vida. Nessa obra, Rousseau estruturou a educação em cinco partes, de acordo com as diferentes fases a serem vividas por Emílio – aluno imaginário – desde o seu nascimento até à idade de vinte e cinco anos.

Os dois primeiros livros *Emílio* foram dedicados à infância. No *Livro Primeiro*: do nascimento aos dois anos, ressaltou a importância da valorização da infância, do seu desenvolvimento e suas especificidades. O *Livro Segundo*: dos dois anos aos doze anos é apresentado como sendo a idade da natureza, onde ele aborda questões como o começo da fala da criança, a liberdade ligada ao sofrimento, a Educação na infância, o homem livre, as atitudes do educador, as virtudes e a imitação, a acção o pensamento e muitos outros temas.

“Na primeira fase da infância, que deve passar-se sob a supervisão da mãe, com o pai só acompanhando de longe, deve deixar-se a criança livre, na medida do possível, só orientada pelas forças fundamentais do prazer e da dor. Para evitar toda a artificialidade, o ambiente não deve fugir ao normal. A criança deve acumular a experiência sensorial mediante encontros directos, enquanto os pais e outros adultos permanecem discretamente afastados. Em resumo, no início da vida, a criança só se interessa por aquilo que estimula os sentidos, e uma vez que estes últimos são a matéria- prima do conhecimento, segue-se a ordem natural quando se permite que a memória forneça essas experiências e compreensão” (Rousseau cit in Giles 1987: 177).

Rousseau considerou muito importantes as Instituições de crianças, ideia referenciada por Marques (2001:134), visto que “...o homem deforma a sua própria natureza devido às más Instituições criadas por ele próprio. São as Instituições e, em particular, a educação e a cultura que corrompem os homens”. Rousseau demonstrou toda a sua preocupação com a infância e considerava-a marcada pela vulnerabilidade, pois naquela época a infância apresentava grandes riscos de sobrevivência. Para ele, esse facto não podia servir como pretexto na limitação da educação que se impunha às crianças. A educação deveria estar vinculada à própria vida da criança e deveria em cada fase do desenvolvimento propiciar-lhe condições de a viver o mais intensamente possível.

Defendeu que as crianças são naturalmente boas, sendo desviadas desse seu estado inicial pela sociedade. As suas ideias foram cruciais, ao denunciarem um tipo de educação baseado na memorização acrítica e na violência. Rousseau foi fundamental para a História da Educação por ter afirmado a especificidade do ser criança. O seu principal livro de Pedagogia intitulou-se *Como Gertrudes educa*

*o seu filho.*

Ainda no Século XVIII, no auge da Revolução Francesa, destaca-se a figura de Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), considerado o “educador da humanidade”. Influenciado por Rousseau, preocupou-se com a formação do homem natural, procurou unir esse homem à sua realidade histórica. Foi quem criou o método intuitivo em educação, (Luzurriaga, 1969), permitindo que Froebel, como seu discípulo, adaptasse as suas propostas e ideias à Educação de Infância.

O sistema pedagógico de Pestalozzi tinha como pressuposto básico propiciar à infância a aquisição dos primeiros elementos do saber, de forma natural e intuitiva. Foi considerado um dos precursores da Educação Nova que ressaltou a importância da Psicologia na educação e definiu-a em função das necessidades de crescimento e desenvolvimento da criança. Há que destacar, também, que o seu projecto educativo tinha a “Intuição” como fundamento básico para se atingir o conhecimento. Para Pestalozzi a educação fundamenta-se na arte de conduzir as crianças de intuições superficiais e fragmentárias a intuições mais claras e distintas.

Apesar de o situarmos no Século XVIII, é importante destacar que as suas contribuições foram de grande valia para a estruturação do pensamento educacional do Século XIX. Segundo Manacorda (1989:261), “o seu exemplo concreto e as suas intuições de Psicologia infantil e didáctica constituíram um dos pontos de partida de toda a nova Pedagogia e de todo o novo engajamento educativo dos oitocentos”.

Tal como Rousseau, Pestalozzi acreditava na bondade natural da criança, mas entendia que devia ser educada pela mãe. Acentuou sempre a importância da ligação da educação à natureza da criança. Entendia que todas as crianças tinham direito à educação e a capacidade de a aproveitar para as suas vidas. De acordo com os seus princípios, acreditava que as faculdades das crianças deviam ser desenvolvidas segundo a sua natureza. Os princípios gerais da Pedagogia de Pestalozzi podem resumir-se no seguinte: - a base da instrução é a percepção sensorial; - a linguagem deve estar sempre ligada à observação; - o ensino deve começar pelos elementos mais simples e ir evoluindo para os mais complexos; - o

aluno deve ter o tempo considerado necessário para completar as tarefas; o professor deve respeitar a individualidade do aluno; - a finalidade principal da educação é desenvolver a inteligência do aluno e não apenas transmitir-lhe informações; - o acto pedagógico deve basear-se no afecto, a instrução deve estar subordinada à educação.

Muitos destes princípios ainda hoje se mantêm actualizados na Educação de Infância. A isto juntava a noção de criação de um ambiente emocionalmente seguro e de amor. Acentuou a importância da Educação Física, condenando o ensino da Matemática feito apenas de forma abstracta. A Música foi igualmente considerada importante, bem como o Desenho e a Modelagem (Abbagnano, 1982a: 557-567)

Segundo Marques (2001:137), para Pestalozzi “...a educação escolar é a continuação e o complemento da educação doméstica”. Para tal deverá a sociedade estar organizada de maneira que permita que a família possa desempenhar sempre a sua indispensável função, porque “ somente graças a esta educação fundamental e à educação escolar, pode a criança preparar-se para a vida, essa educação progressiva, no contacto com os homens e as coisas, sobretudo em virtude do trabalho diário”.

#### **1.4.4. A influência de Froebel**

Evidenciamos Froebel (1782-1852) no nosso trabalho porque, além de ser a personagem que mais se destacou no contributo para o desenvolvimento da Educação de Infância, foram as suas ideias que mais influenciaram a escola objecto do nosso estudo: a Escola Infantil de Bragança, 1915-1934.

Trata-se de um educador protestante alemão que desenvolveu as suas teorias assentes em pressupostos idealistas inspiradas no amor à criança e à natureza. A sua filosofia educativa baseava-se na crença da unidade do mundo. Viu na Reforma da Educação de Infância a base de qualquer Reforma educativa. Foi notadamente reconhecido pela criação dos “Kindergartens” (Jardins-de-Infância), nos quais destacava ser importante cultivar as almas infantis, e para isso o fundamental era a actividade da criança. Contactou com Pestalozzi e o seu sistema em várias escolas, e com a influência da obra de Coménio “sentiu-se

arrebatado por uma ideia nova: a educação da primeira infância” (Gomes, 1977: 17). Da mesma maneira que em Coménio e Pestalozzi, predomina em Froebel uma visão mística e humanista, que serve de inspiração a toda a sua obra. A actividade e a liberdade constituem a essência da sua doutrina pedagógica. Entendia que a educação devia desenvolver a cooperação em vez da competição. A criança devia entender a unidade do mundo, e a presença do Divino na vida.

Froebel contactou, também, com o *Emílio* de Rousseau que teve muita influência na sua Pedagogia. Deixou-nos uma importante obra organizando as suas ideias educacionais em livros como a *Educação do Homem* (1826), a *Mãe e Cantos de Berçário* (1843) e *Pedagogia do Jardim-de-Infância* (1840). Essas ideias tiveram uma aplicação prática na primeira infância, mas considerava-se que elas se estendiam a todos os níveis educacionais, pois, para ele o conhecimento dá-se em todas as etapas da vida do ser humano. Considerado como o clássico da primeira infância, Froebel, fez não se limitou às suas produções teóricas. Concretizou o seu projecto educativo com a criação do chamado Kindergarten, em 1837, em Blankenburg, na Alemanha.

“ Froebel, criou, em 1837, na cidade de Blankenburg, uma Escola Infantil, a que deu o nome de Kleinkinderpflegeanstalt, designação então comum a todas as Instituições desse género na Alemanha. Em 1840, dá à sua instituição o nome de Kindergarten «Jardim infantil», para indicar que, como as plantas são tratadas num jardim com a protecção de Deus, em harmonia com a natureza e sob o cuidado de jardineiros experimentados, também as crianças, como plantas dedicadas e embriões do homem de amanhã, devem ser tratadas de harmonia com Deus, com a natureza e com elas mesmas” (Gomes 1977:17).

Sobre o mesmo assunto Marques (2001:141), refere que “depois de algumas experiências fracassadas, Froebel fundou uma escola, em 1837, em Blankenburg, para crianças de um a sete anos de idade, com a finalidade de experimentar com elas um ambiente mais livre e menos académico” Desde então, todos os estabelecimentos criados para crianças com menos de sete anos de idade passaram a receber aquela denominação.

Froebel é, ao mesmo tempo, o máximo teórico do jogo educativo e o seu mais ilustre realizador prático “...faz as primeiras explicações dos «jogos» por ele inventados para a educação das crianças, os quais ficaram conhecidos pela designação de material Froebeliano” (Gomes:1977:17). Foi, portanto, Froebel um pedagogo que não se limitou a teorizar, foi muito prático e construiu material

pedagógico que se viria a tornar importantíssimo para o reconhecimento do seu método. Segundo Marques (2001:141), foi “o primeiro pedagogo a desenvolver jogos e materiais educativos especificamente apropriados ao Jardim-de-Infância”. Ao compreender o aspecto educativo do brinquedo ou das actividades lúdicas, Froebel enfatizou o seu papel activo como o caminho mais viável para a determinação de um processo educacional. Foi inovador ao defender a ideia de desenvolver o jogo como actividade educativa, entendendo também como fundamental as actividades manuais, como forma de desenvolvimento da ligação “cérebro-mão”, aquilo a que se poderia chamar “psicomotricidade”. Para Maria Pla i Molins,

“a acção e a manipulação motora são eixos fundamentais da sua proposta didáctica. Intuiu o significado funcional do jogo. Enlaça-se com a teoria de Piaget na medida em que considerava a inteligência originada essencialmente pelo jogo das percepções ou sensações” (1994: 25).

O seu método baseava-se na auto-educação, na actividade espontânea da criança, na sua bondade, no trabalho manual e na capacidade de compreensão da simbologia, frisando ainda as vantagens da educação do campo sobre a da cidade.

Nos Jardins-de-Infância de Froebel, a educação era antes de tudo, actividade livre ou amavelmente dirigida. A Educação Física fazia-se por meio de jogos livres, ou de exercícios atraentes de ginástica e pela vida ao ar livre. A educação sensorial era realizada por meio de habilidade manual e pela delicadeza das percepções. A educação era activa, uma vez que comportava toda a espécie de pequenas criações e exercícios numerosos e variados de construções, de dobragens e de recortes, pela observação, comparação e curiosidade. Uma educação muito próxima da natureza através de actividades de jardinagem. Não esqueceu a Educação Musical tendo mesmo composto um livro de cânticos, danças e movimentos rítmicos. A educação deve ser em grupo e alegre. Defendia também, que teria que ser religiosa. Os Jardins-de-Infância de Froebel tinham materiais diversos, como sólidos geométricos: -bolas, esferas, cilindros e cubos.

O professor devia partir da actividade da criança, orientando-a, dando-lhe segurança e ajudando-a a descobrir o mundo. A educação é a própria vida e não uma preparação para a vida. Mais importantes do que os resultados futuros que possam vir da educação, é o próprio processo que consiste no envolvimento da

criança em actividades que partam das suas necessidades e interesses. Assim, defendia que a educação se devia basear na evolução natural das actividades da criança. O objectivo do ensino, para Froebel, era extrair mais do homem do que colocar mais e mais dentro dele. Só se devia iniciar um novo assunto quando a criança estivesse preparada para o receber e entender. Na educação inicial da criança o brincar é um processo essencial. Os currículos devem basear-se nas actividades e interesses de cada fase da vida da criança. Marques (2001:142), refere que Froebel “foi pioneiro na criação de um currículo para a infância centrado no jogo, na linguagem, no gesto e no canto”, Tinha a convicção de que a chave para o sucesso do pleno desenvolvimento do homem estava nos primeiros anos da sua vida. Foi sob a influência das suas ideias pedagógicas que a Educação de Infância mais se desenvolveu ao abrirem-se Jardins-de-Infância na América e por muitos Países da Europa como Inglaterra, França, Holanda, Bélgica, Suíça, Áustria, Itália, Espanha e Portugal.

#### **1.4.5. A Escola Nova**

No final do Século XIX e no decorrer do Século XX, na Europa e Estados Unidos da América, dão-se mudanças significativas no campo educacional. Um grande movimento de renovação pedagógica, denominado “movimento das escolas novas”, aconteceu nesse período. As escolas laicas marcaram a ruptura do domínio da Igreja sobre a educação, reafirmando a hegemonia da Burguesia Liberal.

Pode dizer-se que esse movimento foi resultante de toda uma mudança que já vinha a ocorrer no processo produtivo, e conseqüentemente, gerou mudanças sociais. Essas, por sua vez, exigiam a criação de um novo sistema de instrução.

Destacamos os principais precursores da Escola Nova e o seu contributo para a Educação de Infância:

John Dewey (1859-1952), filósofo e pedagogo liberal norte-americano, exerceu grande influência na Pedagogia contemporânea. Formulou uma concepção de educação fundamentada nos princípios de utilidade do conhecimento (Pragmatismo), na aquisição do conhecimento através da liberdade de experiência (Experimentalismo) na reflexão como elemento primordial da

aprendizagem (Reflexionismo). As ideias de Dewey foram aplicadas, inicialmente, ao ensino elementar e médio, mas, depois, foram estendidas à Educação de Infância pelo seu carácter genérico, marcando, decisivamente, o movimento da Escola Nova. As suas ideias contribuíram como fundamentos à prática de Educação de Infância no começo do século XX.

Dewey, denominado como o máximo teórico da escola activa e progressista, foi considerado um dos mais importantes teóricos da educação americana e, porque não dizer, da educação contemporânea. Na sua abordagem sobre educação, considerava que o método científico deveria subsidiar o trabalho na sala de aula, de tal maneira que o conhecimento fosse trabalhado de forma experimental desde a infância. Partia do princípio que o caminho mais viável para o aprender é o fazer, superando aquela visão de que cabia ao professor a responsabilidade integral pelo conhecimento a ser adquirido pelo aluno. Para Dewey, o professor, ao definir os objectivos, pode dimensionar um plano de acção e, conseqüentemente, prever os recursos disponíveis, as condições, os meios e os obstáculos para a sua exequibilidade. Dewey (2002: 62), refere: “no que diz respeito aos objectivos, o desenvolvimento moral da criança constituía o ideal do Jardim-de-Infância, ao invés da instrução ou da disciplina: um ideal por vezes exagerado até ao sentimentalismo”.

Um dos pontos culminantes das contribuições de Dewey pode ser hoje encontrado em grande número de Jardins-de-Infância. Trata-se do “ método de projecto”. A sua génese encontra-se numa escola experimental da Universidade de Chicago, onde o que se desejava, com a mudança de procedimentos didácticos, era elaborar uma nova teoria experimental, através da qual melhor se definisse o papel dos impulsos da acção. Dewey defendia a continuidade educativa entre o Jardim-de-Infância e a “Escola Primária”. No entanto, considerava difícil essa continuidade ao referir-se a um esquema por si desenhado sobre o sistema de ensino:

“A linha traçada na parte superior mostra que existe uma certa interacção entre o jardim e a Escola Primária. Contudo, na medida em que a Escola Primária permaneceu, em espírito afastada dos interesses naturais da vida da criança, esteve isolada do Jardim-de-Infância, de modo que actualmente constitui um problema introduzir métodos do Jardim-de-Infância na Escola Primária: o problema da chamada classe de ligação. A dificuldade reside no facto de os dois não constituírem um todo desde o princípio” (Dewey 2002: 62).

Na realidade o que se passou foi o desencadeamento de novos modelos didáticos e, desde esse período, o “sistema de projectos” foi aperfeiçoado por vários discípulos de Dewey.

Ovide Décroly (1871-1932), inicialmente, desenvolveu as suas actividades junto de crianças com necessidades educativas especiais (1901). Este médico, belga, formulou uma metodologia a partir da crítica à organização tradicional do ensino, denominada – Centro de Interesse – , inicialmente destinada a alunos da escola elementar, foi depois aplicada com êxito em classes de Educação de Infância. A sua proposta de trabalho estava alicerçada nas actividades da individualidade e colectividade da criança, sustentada em princípios psicológicos. Primeiramente, as suas experiências foram concretizadas na sua residência, onde pode observar, directamente, o desenvolvimento infantil.

Num momento posterior (1907), resolveu desenvolver a sua proposta educativa junto de crianças, criando uma escola em Bruxelas – L`Ermitage –. O trabalho desenvolvido nessa escola serviu para que as autoridades belgas oficializassem o seu sistema nas escolas públicas (Gomes, 1962: 139-144). A sua preocupação, ao expor a proposta, era a de substituir o ensino formalista, baseado no estudo dos tradicionais livros de textos, por uma educação voltada para os interesses e necessidades das crianças. O Sistema Décroly era baseado em fins e em princípios para uma nova escola, que superasse a escola tradicional. Considerando a finalidade do seu sistema pode afirmar-se que o organizou com vista a superar as deficiências do sistema educativo que vigorava na época, criando novas possibilidades educativas (Ibid.).

Concluiu que o mais importante é a criança conhecer-se a si própria para depois conhecer o meio em que vive. Foi em função dessa conclusão e das características e domínios, atrás citados, que apresentou o seu programa de ideias associadas. Décroly preocupou-se com a forma como devia ser abordado o programa que apresentou. Partia do princípio que a melhor alternativa para o fazer seria o uso da “globalização”, esta, a seu ver, só seria possível, se houvesse uma mudança na dinâmica do trabalho escolar e, para isso, propôs que o ensino fosse desenvolvido através dos – Centros de Interesse –. Partir do interesse da criança significa respeitar o seu desenvolvimento e as suas necessidades; consiste em

desenvolver uma proposta educativa que considere o seu universo real e respeite os seus desejos. A dinâmica desse trabalho vai exigir, segundo Décroly, novas estratégias para as crianças realizarem plenamente as suas actividades, para tal, deviam fazer uso da Observação associada e da Expressão (Ballesteros, 1945:10-120).

A sistematização destes estudos leva-nos a constatar, mais uma vez, a actualidade do pensamento de Décroly, estimulando-nos a procurar um aprofundamento sobre as suas contribuições para que possamos difundir a riqueza do seu pensamento.

Ao tratar a Educação de Infância, não podemos deixar de referir o nome de Édouard Claparède (1873-1940), pois desenvolveu importantes trabalhos sobre Pedagogia e Psicologia da infância. Das suas obras destacamos: *Psicologia da criança e Pedagogia Experimental* (1905), *Educação Funcional* (1931) e *Moral e Política* (1940), por prestarem um enorme contributo ao desenvolvimento da educação. Marques (2001:168), considera que “Claparède contribui, como poucos, para o desenvolvimento de uma Pedagogia centrada na criança, baseada no jogo e na actividade lúdica”, onde o professor devia ser um estimulador de interesses e um despertador das necessidades intelectuais da criança.

Para Claparède a inteligência é uma forma de adaptação só necessária quando faltam instrumentos mais rudimentares: os instintos e os hábitos; é assim, que a adaptação e a capacidade para resolver os problemas podem surgir ao indivíduo sob forma empírica ou racional. Chamou a atenção para que se conheça a criança a educar e se mobilize toda a sua actividade, incutindo-lhe, simultaneamente, amor ao trabalho (Claparède, 1931). Esta noção de Educação, tal como as concepções de Dewey, alterou a relação pedagógica da escola tradicional.

Defendia uma “escola por medida”, uma escola adaptada às necessidades das crianças, para melhor poderem desenvolver as suas capacidades.

Celestin Freinet (1897-1966) poderá parecer à primeira vista que nada teve a ver com a Educação de Infância, visto que a sua maior preocupação estava voltada para a renovação do Ensino Primário público. No entanto, à medida que se lêem as suas obras, constata-se que as suas preocupações podem ser

direccionadas à Educação de Infância, ao referir-se especificamente à escola maternal e toda a sua organização (Freinet, 1969:40). Foi considerado um educador revolucionário; o cultivo do aspecto social, na educação, foi um dos grandes feitos desse educador francês, professor primário, socialista, pacifista; acreditava mais no que acontecia na sala de aula, no contacto directo com os seus alunos, do que nos maiores compêndios sobre educação ou nas mais importantes conferências em congressos internacionais em que tomava parte.

Partindo de uma análise crítica do sistema de ensino francês, fez uma denúncia da escola capitalista, da sua incapacidade de atender aos verdadeiros interesses do povo. Freinet foi um autodidacta, buscando soluções para os problemas que iam surgindo no quotidiano da sua sala de aula. Lia muito e manteve-se aberto a todas as experiências pedagógicas da sua época. Defendia a ideia de que os Educadores experimentassem os diferentes métodos, não como adeptos ofuscados, mas como Educadores que estão decididos a extrair deles tudo que contém de válido (Freinet, 1969:39-43).

Desenvolveu com os seus alunos novos instrumentos educacionais, como: a aula-passeio, a imprensa escolar, o texto livre, o livro da vida, a livre expressão, a correspondência inter-escolar, o Jornal escolar, a cooperativa escolar, entre outros. Estas técnicas faziam sentido num contexto de actividades significativas, que possibilitassem às crianças sentirem-se sujeitos do processo de aquisição de conhecimentos. Juntamente com outros professores criou uma cooperativa para divulgar o trabalho realizado e para uma melhor formação dos professores. Este movimento existe hoje em todo o mundo (Ibid.: 48-61).

Lev Semenovich Vygotsky (1896-1934) ao preocupar-se com o desenvolvimento cultural da humanidade, levou a envolver-se com a infância e a elaborar alguns estudos que lhe permitiram compreender o comportamento humano; “a necessidade do estudo da criança reside no facto de ela estar no centro da pré-história do desenvolvimento cultural devido ao surgimento do uso do instrumento da fala” (Rego, 1995:25).

Vygotsky dedicou-se ao estudo da Pedologia – ciência da criança - voltada para o estudo do desenvolvimento humano, articulando os aspectos psicológicos, antropológicos e biológicos. O caminho trilhado baseou-se sempre nas

contribuições de Carl Marx e procurou compreender o homem em constantes processos de interação social. As suas preocupações foram direccionadas para o entendimento das origens sociais e das bases culturais do desenvolvimento individual, tendo como pressuposto fundamental que “ tais processos psicológicos superiores se desenvolvem nas crianças por meio da imersão cultural nas práticas das sociedades, pela aquisição dos símbolos e instrumentos tecnológicos da sociedade e pela educação em todas as suas formas” (Moll, 1996: 3).

Os postulados básicos de Vygotsky dão destaque à mudança em quatro níveis históricos: - Filogénico – desenvolvimento das espécies; - histórico – história dos seres humanos; - Ontogénico – história individual das crianças; - micro genético; - desenvolvimento de processos psicológicos particulares.

Estes níveis foram tidos em conta por ele e pelos seus colaboradores, na proposição das suas teorias, na escola sócio histórica. Aplicá-los ao problema do desenvolvimento cognitivo e da escolarização formal, permite compreendê-los de forma mais aprofundada.

Há que destacar, também, no que refere à relação entre desenvolvimento e aprendizagem, a contribuição deixada a respeito da “ zona de desenvolvimento proximal”. Para Vygotsky, o desenvolvimento e aprendizagem são processos interactivos. No entanto, cabe ao processo de aprendizagem, realizado num contexto social específico, possibilitar o processo de desenvolvimento; “a aprendizagem pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam”, (Vygotsky, 1994:99).

#### **1.4.5.1. Maria Montessori**

Destacamos Maria Montessori (1870-1959) por ser uma grande impulsionadora do desenvolvimento da Educação de Infância, tendo o seu método juntamente com o de Froebel influenciado fortemente a EIB.

O seu envolvimento com a Educação de Infância data de 1907, quando fundou em Roma a primeira “ Casa dei Bambini”, para abrigar, aproximadamente, cinquenta crianças carentes, filhas de desempregados. Nessa casa-escola, Montessori realizou várias experiências que deram sustentação ao seu método,

fundamentado numa concepção biológica de crescimento e desenvolvimento. Preocupou-se com o biológico, contudo, não deixou de lado, o aspecto psicológico bem como o social. Montessori, ao referir-se ao seu próprio método, enfatiza:

“Se abolíssemos não só o nome, mas também o conceito comum de método para substituí-lo por uma outra indicação, se falássemos de uma ajuda a fim de que a personalidade humana pudesse conquistar a sua independência, de um meio para libertá-la das opressões, dos preconceitos antigos sobre a educação, então, tudo se tornaria claro. É a personalidade humana e não um método de educação que vamos considerar, é a defesa da criança, o reconhecimento científico da sua natureza, a proclamação social dos seus direitos que devem substituir os falhos de modos de conceber a educação” (Montessori, 1944: 12).

É considerada uma das mais importantes representantes da mudança que se dá na escola com relação à concepção do ensino e aprendizagem. No livro – *A Pedagogia Científica* – apresenta as principais ideias do seu método, que assenta na auto-educação e no emprego de abundante material didático como cubos, prismas, sólidos, caixas, cartões, etc. A criança deve envolver-se nas actividades de forma espontânea e com muita alegria; deve aprender fazendo. É a favor da disciplina mas sem coerções como as recompensas e os castigos (Montessori, 1944; 173). Essa disciplina deve ter origem dentro da criança e não imposta de fora (Ibid.184). O seu método baseia-se num grande respeito pela personalidade da criança, com espaço para crescer numa independência biológica e com grande margem de liberdade. A individualidade de cada criança deve ser respeitada (Ibid.:158). Deve trabalhar partindo da sua livre escolha, sem competição, sem tensões, sem sentimentos de inferioridade e outras experiências capazes de deixar marcas no decorrer da sua vida. A criança deve desenvolver todas as suas capacidades por inteiro, não apenas as intelectuais. Sustentava assim uma educação centrada na criança em que só ela é educadora da sua personalidade (Ibid.:153-218).

A Pedagogia de Montessori, inserida no movimento da Escola Nova, como uma oposição aos métodos tradicionais, que não respeitavam as necessidades e os mecanismos evolutivos do desenvolvimento da criança, alertou para vários erros que os adultos cometiam, por exemplo a impaciência quanto ao ritmo de aprendizagem, muitas vezes lento, impaciência essa que varia, geralmente, na razão inversa da necessidade e compreensão por parte da criança.

Da sua Pedagogia destaca-se o Puerocentrismo, a Liberdade, o Movimento o amor e uma cientificidade bastante avançada em relação à sua época. A flexibilidade do seu sistema não estava de acordo com a excessiva rigidez do sistema da época.

Montessori produziu uma série de material específico para a Educação de Infância, preponderante no seu trabalho educativo. Este material era um auxiliar preciosíssimo para a criança compreender as coisas, ajudando-a a desenvolver o seu impulso interior. Os materiais produzidos eram diversificados, relacionados com a vida quotidiana, material sensorial, material de linguagem, de Matemática e de ciências. A livre escolha dos materiais e a concentração para a sua utilização são aspectos fundamentais para o desenvolvimento da criança (Montessori, 1944:171-173).

#### **1.4.6. As Instituições de Educação de Infância**

A necessidade de criação de Instituições de Educação de Infância está relacionada com o processo mais geral de institucionalização da educação, que originou a criação dos sistemas educativos contemporâneos (Orzaes, 1991), inserindo-se num projecto mais vasto de construção da modernidade, possuindo, segundo Bouillé (1988), as mesmas fontes ideológicas.

O século XIX foi o período de surgimento e divulgação das Instituições de Educação de Infância. Essencialmente de iniciativa filantrópica e religiosa, a sua principal finalidade era o acolhimento, a guarda e a educação das crianças antes dos sete anos de idade. É neste sentido que se pode falar no que Våg (1991) designa “processo de institucionalização da Educação de Infância”. Neste século surge uma enorme crença nas potencialidades da educação, fundamentada pela “ideia de que o poder dos Países se podia medir pelo seu nível de desenvolvimento escolar” (Nóvoa, 1996:418). Assim, a emergência dos sistemas educativos contemporâneos está profundamente relacionada não só com o advento da escola de massas e a expansão da literacia popular, mas também com a origem da escola do Estado, que se tornou predominante em todas as sociedades modernas. Todos estes factores levaram a que a instituição escolar se transformasse num fenómeno de massas e num aspecto central de organização

social. A realidade educativa de um País é o reflexo da sua realidade social, económica e política. Só a ocorrência de alterações mais profundas ao nível social, económico e político, é que possibilitam o surgimento de uma conjuntura favorável que determinam a emergência de qualquer sistema educativo. Estas Instituições de Educação de Infância surgem assim neste contexto, tendo por modelo a Escola Primária (Ibid.: 420).

Segundo Allen (2000), embora a ideia dominante, no início do século XIX, fosse a de que as crianças antes dos sete anos de idade deviam ser educadas em casa, pelas suas mães, é reconhecido, ao mesmo tempo, que a Educação de Infância, deve ser também uma preocupação pública, crucial para a preservação da ordem social e para a educação de uma nova geração de cidadãos.

Pode assim afirmar-se que a Educação de Infância no século XIX estava num processo irreversível e bem encaminhado, graças ao trabalho de vários pedagogos.

Ao longo do século XX as Instituições de Educação de Infância não pararam de aumentar. No entender de Wollons, (2000), foi um século caracterizado, por uma valorização, cada vez maior, da Educação de Infância e por um desejo de inovação no campo da educação.

Ganhou uma posição cada vez mais importante dentro do sistema educativo com o contributo dos novos métodos como o de Montessori, da Educação Nova e da Educação Socialista (Våg, 1991).

#### **1.4.6.1. As primeiras Instituições**

Segundo Gomes (1977), as Instituições de Educação de Infância surgiram na Europa na segunda metade do século XVIII, obra da revolução industrial. Contudo, já anteriormente havia Instituições de carácter caritativo e assistencial que não fazem parte do nosso estudo, embora tenhamos de nos referir a elas, uma vez que se fundem, não sendo fácil distinguir com precisão as que se propunham a objectivos predominantemente pedagógicos ou educativos. Mas tudo terá começado nestas Instituições.

Antes do século XVIII, na Europa, com o Estado patrimonial descentralizado e o poder nas mãos da Igreja e do Estado, as políticas sociais eram

filantrópicas e assistencialistas, e o atendimento à infância era pouco específico, oriundo de iniciativas particulares e religiosas.

Não ocorreram mudanças significativas nas políticas sociais no século XVIII, permanecendo este padrão filantrópico e assistencialista encontrado nos chamados “refúgios”.

Segundo Gomes, a iniciativa assistencial do Pastor Oberlin, na França, em 1769, mereceu registo na historiografia da educação como a primeira experiência mais formal de atendimento à criança em idade de Educação de Infância. As “salas de Asilo” de Oberlin, aos poucos, foram-se expandindo pela França e posteriormente por toda a Europa com a designação de “*Ècolles maternelles*” (1977:14). No entanto, só viriam a obter um autêntico significado educativo quando se modelaram sobre as “*Infant Schools*” inglesas organizadas por Robert Owen (1771-1858) filantropo escocês que criou a “Escola Infantil” e o “Instituto para a formação do carácter”. Sobre este assunto Gomes (1977:15) diz “... Owen criou, junto da sua fábrica de New Lanark, na Escócia, uma grande instituição escolar, que abriu em 1816”. Esta instituição era para os filhos dos operários e marcou o início da passagem do usual atendimento ou assistência para uma acção de educação e de instrução. Preocupado com as condições de vida do operariado, era um observador da realidade social do seu tempo. Alguns dos seus empregados tinham seis anos de idade, vindo depois a admitir apenas crianças com dez anos. O Instituto para a formação do carácter estava organizado em três níveis e era frequentado por alunos dos três aos vinte anos. A Escola Infantil era destinada a crianças dos três aos seis anos de idade. No seu Instituto aprendia-se a ler, a escrever, aritmética, música, dança, história e geografia. Owen propunha uma Reforma geral da sociedade, e as suas Instituições educativas deveriam preparar cidadãos para essa nova sociedade (Gomes, 1977:15).

A partir dos anos vinte do século XIX, surgiram Escolas Infantis que seguiam o seu modelo, nos Estados Unidos. As suas ideias sobre educação foram importantes principalmente por considerar que a escola pode ser um local agradável, porque se formava a criança moralmente, não se aplicando castigos corporais, salientando-se o papel da acção no ensino (Ibid.).

O Italiano Aporti, baseando-se na experiência inglesa, abre em Cremona,

dezasseis anos após a iniciativa de Owen, o primeiro “asilo infantil”. No princípio, esta instituição foi destinada somente a crianças de famílias abastadas; só posteriormente aceitou crianças pobres. Aporti não foi um grande teórico da Educação de Infância, mas trabalhou dedicadamente para que as crianças desta idade não fossem apenas protegidas, mas também educadas e instruídas. Em 1848, o nome das “salas de asilo” foi substituído pelo de escola maternal. Em 1881, é criada por Decreto a “escola maternal francesa”, que sucede às “salas de asilo”, sempre com carácter assistencial (Luc, 1982:305).

Surge, em 1837, na Alemanha a primeira Escola Infantil de Froebel, ficando com o nome de “Kindergarten” em 1840. A influência de Froebel fez-se sentir levando à abertura de Escolas Infantis um pouco por todo o mundo como na Europa e América. O País onde se deu pela primeira vez a consagração oficial aos princípios de Froebel foi a Áustria “...reconhecendo a existência legal dos jardins infantis, em 1872” (Gomes, 1977:18). Posteriormente na Bélgica *Écoles de l'Ermitage* e em Espanha nas *Escuelas de Parvulos*. Registamos também o Jardim-de-Infância da Estrela de Lisboa e o “Colégio Pestalozzi Jardim e escola Froebel”.

Pelo exposto, concluímos que a experiência inglesa – Owen, (1817) e a Italiana – Aporti, (1833) expressam o carácter educacional que começa a ser dado à Educação de Infância. No entanto, é a proposta alemã de Froebel (1837) que vai marcar profundamente a História da Educação de Infância, sendo o projecto mais significativo de cunho educacional/pedagógico, que veio influenciar fortemente a EIB, objecto da nossa dissertação.



## **CAPÍTULO 2: EM TORNO DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA EM PORTUGAL**

A Educação de Infância em Portugal sofreu grandes alterações ao longo dos tempos. Segundo Gomes (1977:20), “percorreu as mesmas etapas que noutros Países da Europa, embora com significativo atraso no que concerne ao calendário e ao número de estabelecimentos”. Tal atraso deveu-se acima de tudo, no entender de Cardona (2006:132), ao facto do processo de industrialização e o desenvolvimento de políticas sociais para a infância terem sido mais lentos. As primeiras Instituições tinham predominantemente fins assistenciais e sociais.

### **2.1. Evolução histórica até finais da Monarquia**

Em Portugal, os serviços de protecção à infância começaram nos séculos XV e XVI com a criação das Misericórdias pela Rainha D. Leonor (1458 – 1525) -facto referenciado por vários autores (Gomes, 1977; Ramirez, Penha e Loff, 1988; Bairrão/Vasconcelos/Cardona 1997), “O seu início marcou o começo da criação de estruturas vocacionadas para a prática de obras de caridade destinadas aos pobres, doentes e crianças sem família” (Cardona, 1997:26). Muitas eram as designações dadas a estas Instituições, tais como “rodas”, “refúgios”, “hospícios”, e “asilos”. Por estas designações podemos inferir que se propunham objectivos predominantemente sociais ou assistenciais, como já foi referido.

A componente assistencial sempre prevaleceu com especial incidência nas Instituições particulares, grande parte delas tuteladas pela Igreja Católica. Afirma Magalhães (1997: 121) que “a primeira grande acção junto da infância foi de protecção”. O mesmo autor refere que as Misericórdias, os higienistas e a prática das amas no século XVII visavam sobretudo proteger e acolher a criança, ao mesmo tempo que procuravam proporcionar-lhes uma formação rudimentar – incluindo a Leitura e a Escrita.

Apesar destas Instituições se manterem ao longo dos tempos, a partir do século XVIII, mais precisamente durante a Revolução Industrial, foram-se

distinguindo, entre Instituições que propunham objectivos sociais ou assistenciais e Instituições que propunham objectivos predominantemente pedagógicos ou educativos. Por vezes surgiam Instituições que conciliavam estes dois objectivos – assistenciais e educativos.

Segundo Magalhães (1997:122) esta crescente preocupação com a criança e com o seu sucesso educativo levou à necessidade de criação de “planos educativos estruturados e consequentes” dando origem a uma “meta-escolarização da Educação de Infância que tendeu a reduzir a acção educacional a uma propedêutica escolar”.

Podemos dizer que em Portugal, tal como noutros Países, a Educação de Infância passou por diferentes etapas, sendo o século XIX– pós Revolução Industrial, uma época marcante para a sua história uma vez que começa a ser mais valorizada, intimamente associada à afirmação da classe média que se torna cada vez mais influente, portadora de novos valores relativos à educação da criança e do cidadão. Surgiu lentamente como campo distinto da educação havendo uma série de factores que contribuíram para o seu desenvolvimento.

“A emergência de novos Estados e a sua necessidade de cidadãos com boa formação cívica contribuindo para o desenvolvimento da Educação a todos os níveis. O decréscimo da mortalidade infantil também tornou compensador investir nas crianças. O aumento da industrialização e da urbanização da sociedade ocidental com vista à produção de bens, tal como mudanças nas estruturas familiares e organização da família” (Formosinho, 1986:14).

Em consequência da Revolução Industrial ocorreram mudanças a nível social, tais como, o movimento das populações para as zonas urbanas, o que implicou a necessidade e a procura de níveis de Educação mais elevados e a emancipação feminina, que levou às alterações da estrutura e do funcionamento da família.

Só em 1834, com a expulsão das ordens religiosas do nosso País é que se criaram as primeiras instituição para crianças até aos seis anos de idade, de iniciativa privada, com preocupações de tipo asilar, sedeadas nas grandes cidades e destinadas a crianças provenientes das classes sociais mais desfavorecidas. Estas Instituições estavam integradas na “Sociedade das Casas da Infância Desvalida” - uma sociedade privada e sob protecção do rei D. Pedro IV (Gomes, 1977:20).

De acordo com os estatutos publicados em 1852, esta sociedade tinha como finalidade,

“...dar protecção, Educação e instrução às crianças pobres de ambos os sexos desde que tenham, acabado a criação de leite, tratando dos meninos até à idade de 7 anos e das meninas até à de 9 anos, habilitando assim os pais e mães de família a ocuparem-se da sua vida diária, sem o inconveniente de deixarem os filhos ao abandono” (Cardona, 1997:27).

A partir da década de setenta do século XIX, começou a sentir-se cada vez mais a necessidade de criar mais Instituições de Educação de Infância começando a notar-se a progressiva substituição do espírito assistencial por uma nova concepção educativa.

A carta de lei de 2/5/1878 define as condições para a criação de “Asilos de Educação” em todo o País, para crianças dos três aos seis anos. Estes “Asilos de Educação” eram considerados como auxiliares da Escola Primária. No entanto, apesar dos suportes legais, não houve grandes desenvolvimentos.

Só começa a utilizar-se, a partir de 1879, a expressão “Jardim-de-Infância” e observa-se essa designação na lei 11/6/1880 que diz que o estado deve apoiar as iniciativas privadas na criação de “Jardins-de-Infância”.

Em 1880, é criado, um colégio, no Porto, designado “Colégio Pestalozzi Jardim e escola Froebel”, cujo regulamento se encontra referenciado em bibliografia.

“Acrescentamos agora que em 4 de Outubro de 1880, Augusto Gustavo de Almeida fundou no Porto um estabelecimento de ensino a que deu o nome de «Colégio Pestalozzi – Escola Froebel» (Revista da Sociedade de Instrução do Porto, Ano II, nº 3, 1/3/1982:42, cit in Gomes, 1977:43).

Só passados dois anos, em 1882 é criado o Jardim-de-Infância da Estrela em Lisboa, por ocasião do aniversário do centenário da morte de Froebel (Gomes 1977, Cardona 1997).

Podemos dizer que depois de 1880, o ensino começa a ser tema de discussão, não apenas nos círculos intelectuais académicos, e pedagogos, mas também na opinião pública, que se vai inteirando cada vez mais dos índices altos das taxas de analfabetismo, através da revelação pela imprensa dos dados estatísticos, obtidos dos censos populacionais de 1878. Discute-se a validade e rentabilidade dos métodos e estratégias pedagógicas do ensino, a Educação de

Infância também chega ao debate pedagógico.

Os telégrafos, a imprensa, o comboio e os modernos e mais rápidos navios encurtam distâncias, aproximando mais os Países uns dos outros, o que permitiu compreender melhor o atraso do País face àqueles Países com os quais mantínhamos relações políticas económicas e culturais mais intensas. Impunha-se por isso, reformular as estruturas deste sistema, e criar um novo, que privilegiasse a instrução, investindo em crianças, mais receptivas, em suma, criando um novo homem e uma nova mulher, com outra mentalidade e com outra dinâmica. Eram as ideias Republicanas a fazerem sentir-se.

Cardona (1997) refere que na década de 1880 se debate a Educação de Infância em várias publicações, destacando as conferências pedagógicas de 1881 e 1884.

Francisco Adolfo Coelho, em 1875/76, continuava a ser um dinamizador da importância da Educação de Infância e das ideias de Froebel, quando utilizou, no Porto, os materiais e exercícios Froebelianos sobre influência de Carolina Michaelis de Vasconcelos. Continuou com a divulgação destas ideias e da sua biografia na imprensa e em conferências, chegando, em 1883, a orientar um curso de formação teórico/prático em Lisboa sobre o método de Froebel. Este pedagogo propôs a aprovação da criação de Jardins-de-Infância nos principais centros de Portugal (Gomes, 1977:). Propunha que as crianças fossem educadas dos três aos seis anos sobre o método de Froebel e seus continuadores, ressaltando as convenientes modificações e desenvolvimento.

Em 1876 João de Deus publica a “Cartilha Maternal”, que leva à criação, em 1882, da “Associação das Escolas Móveis” para divulgar o seu método de leitura, e, desta forma combater o analfabetismo. Sampaio (1968:90; Gomes 1977: 51). João de Deus considerou importante o começo do processo educativo na infância e, como tal, realçava quão necessária era a criação de Jardins-Escolas. Nasceu, assim, o movimento de criação de Jardins-Escolas, a funcionar segundo o método de João de Deus. Posteriormente o seu filho, João de Deus Ramos, deu-lhe continuidade, contribuindo para a construção do primeiro Jardim-Escola em 1908, destinado a crianças dos três aos oito anos.

Na década de 1890, contínua a preocupação em criar mais Instituições para

a Educação de Infância (Cardona 1997). Em 1893, surge a obra do pedagogo José Augusto Coelho que publicou um programa para as crianças de quatro a oito anos, método português para a Educação de Infância bastante influenciado pelas ideias de Froebel (Gomes, 1977:48).

Na Reforma de João Franco, em 1894, “as Escolas Infantis recebem crianças dos três aos seis anos e são destinadas a ministrar-lhes o ensino compatível com a sua idade” (*Diário do Governo, DG N.º.292, 24/12/1894*). Sempre que utilizar a expressão “Diário do Governo, será substituída pelas iniciais *DG*). A Educação de Infância ganha destaque nas medidas dos Governantes ao referirem a sua importância e a necessidade de se criarem Escolas Infantis, nas cidades do Porto e Lisboa, bem como em outras povoações importantes. Este Decreto regulamentado e aprovado em 1896 (*DG N.º.141, 27/6/1896*), reforçava a ideia da necessidade de criação de mais Escolas Infantis, os seus objectivos, as condições e normas de funcionamento a que estas deviam obedecer. Destacamos também a palavra “ensino” ao referirem-se à Educação de Infância, destinada a crianças dos três aos seis anos, valorizando as recreações, favorecendo, essencialmente, o desenvolvimento físico e social das crianças, os seus hábitos e sentimentos, para que a criança tivesse um clima favorável de desenvolvimento, notando-se claramente a grande influência do método de Froebel.

Nas orientações decretadas para a educação, em 1901, por Hintze Ribeiro (Decreto n.º.8, de 24/12/1901), salienta-se que a Educação de Infância não é um grau de ensino, mas sai reforçada a sua integração no sistema educativo português. No entanto, refere-se apenas ao apoio do Estado às Instituições privadas. Destaca-se que a idade de entrada das crianças deixa de ser aos três anos para passar a ser aos quatro anos e nota-se a preocupação em preparar as crianças para a Escola Primária, valorizando o desenvolvimento intelectual, a leitura e a escrita, observando-se uma maior aproximação ao modelo escolar. A influência de Froebel continua a verificar-se. Cardona refere que neste período não há referências à criação de Escolas Infantis em Portugal (Cardona, 1977:32).

Nos últimos anos da Monarquia, houve uma intensa actividade pedagógica, apesar da criação de Instituições de Educação de Infância ser muito

reduzida. Segundo Gomes (1977:50) foi criado um Jardim-de-Infância no Porto em 1906, adoptando o método de Froebel. Adolfo Coelho, em 1910 refere que em Portugal só existe um Jardim-de-Infância que foi criado em 1882, em Lisboa.

A Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus, criada em 1882, “...procedeu, em 1907, à Reforma dos estatutos, passando, a incluir nos seus objectivos a criação das escolas maternais” (Sampaio: 1968: 90; Gomes 1977:51). Em 1908, passou a denominar-se “Associação de Escolas Móveis pelo Método de João de Deus, Bibliotecas Ambulantes e Jardins-Escolas” (Gomes, 1977:51).

João de Deus Ramos pretendia assim criar Jardins-de-Infância destinados a crianças dos três aos sete anos, onde fosse aplicado o método de João de Deus, criando um modelo de Escola Infantil Portuguesa. Este pedagogo, entre 1907 e 1910, esteve envolvido na criação do Jardim-Escola de Coimbra, aberto em 1911. Em 1914 a Associação ao remodelar os seus estatutos, passou a designar-se “Associação das Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus”, pretendendo criar Jardins-Escolas João de Deus de preferência nos centros de população operária, para abrigo, educação e ensino de crianças de quatro até ao máximo limite de idade de nove anos (Sampaio:1968:92).

Destacamos a voz de João de Deus Ramos, João de Barros e Casimiro Freire nos últimos anos da Monarquia ao abordarem a questão da Educação de Infância e da importância que teria para a construção do homem novo. Segundo R. Fernandes (1992:74), em 1907, João de Barros e João de Deus Ramos elaboraram um relatório das visitas efectuadas a estabelecimentos de Educação de Infância em Espanha, França, Bélgica e Inglaterra. Combatem a escola velha para criar uma sociedade moderna, através de uma escola nova. Uma escola Republicana, laica, sem ensino religioso, com liberdade de culto e de religião.

Este relatório fundamentava a concepção de Ensino Infantil e a absoluta importância que era dada à sua expansão. Iria desenvolver aptidões, acentuar inteligências e definir caracteres. Defendia o ensino intuitivo, o ensino de toda a ciência e arte da vida. Advogava para a Educação de Infância a alegria, o bem-estar, o equilíbrio físico, moral e mental da nova geração de crianças. A utilização de instrumentos pedagógicos adequados permitia desenvolver as faculdades de

raciocínio lógico, com plena vantagem da escolarização futura, defendia a preparação para a Escola Primária. Referia as vantagens da frequência do Ensino Infantil pelas crianças a partir dos três anos de idade, salvaguardando que este ensino fosse adaptado às necessidades do seu desenvolvimento físico e mental.

## **2.2. A Educação de Infância na 1ª República**

Embora o Governo Republicano enfatizasse o papel desempenhado pela educação no progresso do País, através do combate ao analfabetismo e à generalização da Escola Primária, a Educação de Infância era uma prioridade deste regime político (Cardona, 1997:35). Sendo considerada, pela mesma autora (2006:135), “como sua missão primordial a preparação para a escola, paralelamente foi predominada a tendência para valorizar a especificidade deste ensino, tendo em conta as características das crianças”.

Neste período, como veremos mais à frente, observaram-se algumas oscilações em relação à forma como a Educação de Infância foi concebida e desenvolvida,

### **2.2.1. A 1ª República e a modernidade pedagógica**

O direito de todas as crianças, dos quatro aos sete anos, receberem Educação escolar, gratuita e facultativa foi uma das primeiras inspirações no plano filosófico para o surgimento da escola moderna.

Para compreender essa mudança é necessário entender a transformação da concepção de homem e de mundo, uma vez que a modernidade, como revolução social promove a formação e a afirmação de uma nova classe: -a Burguesia. Estas mudanças, por sua vez, produziram uma revolução na Educação e na Pedagogia.

Do ponto de vista ideológico-cultural, a modernidade opera uma dupla transformação: primeiro, de laicização, emancipando a mentalidade - sobretudo das classes altas da sociedade - da visão religiosa do mundo e da vida humana, ligando o homem à história e à direção do seu processo (a liberdade, o progresso); segundo, de racionalização, produzindo uma revolução profunda nos saberes que se legitimam e se organizam através de um livre uso da razão, a qual segue apenas os seus vínculos internos, opondo-se a toda a forma de preconceitos. O

Iluminismo caracterizará de modo orgânico e explícito este novo modelo de mentalidade e de cultura (Cambi, 1999:197).

Assim, é possível constatar que na 1ª República a Escola Infantil foi-se renovando profundamente, assumindo a feição de escola moderna, minuciosamente organizada através de legislação própria, administrada pelas Câmaras Municipais sempre sobre olhar atento do Estado e capaz de formar o homem cidadão, e não o perfeito cristão ou o bom católico, como ocorria anteriormente nas mãos da Igreja.

Os Republicanos mudaram profundamente os fins, os meios e os olhares sobre a escola, atribuindo-lhe um papel social mais central e mais universal e uma identidade mais orgânica e mais complexa.

A modernidade, enquanto revolução política, gira em torno do nascimento de um Estado moderno, centralizado e controlado pelo poder em todas as suas funções. Embora conformada pela realeza, passa a pautar-se, principalmente, num complexo sistema de controle, cuja função primordial é a elaboração do consenso e a penetração de uma lógica estatal (centralização das decisões e do controle) na sociedade no seu conjunto. Tal poder descentralizado, gera, desse modo, a já referida nova classe - a Burguesia - construindo-se, pois, os primeiros passos em direção à formação e afirmação desta.

“A formação do homem segue novos itinerários sociais, orienta-se segundo novos valores, estabelece novos modelos (...). Mudam assim os fins da Educação, destinando-se esta a um indivíduo ativo na sociedade, liberado de vínculos e de ordens, posto como *artifex fortunae suae* e do mundo em que vive; um indivíduo mundanizado, nutrido de fé laica e aberto para o cálculo racional da ação e suas conseqüências” (Cambi, 1999:198).

A ocidentalização da cultura caminha, simultaneamente, com o desenvolvimento urbano e comercial, e a necessidade de letrados torna-se imperativa. As mudanças relativas aos fins da Educação conduzem, concomitantemente, a uma radical redefinição do lugar da escola na sociedade moderna. Segundo o autor que vimos citando,

“toda a sociedade se anima de locais formativos, além da família e da Igreja, como ainda da oficina; também o exército, também a escola, bem como novas Instituições sociais (hospitais, prisões e manicômios) agem em função do controle e da conformação social; entre essas Instituições a escola ocupa um lugar cada vez mais central, cada vez mais orgânico e funcional para o desenvolvimento da sociedade moderna: da sua ideologia e do seu sistema econômico” (198).

Podemos dizer que o sistema escolar de Educação de Infância nasce com os Republicanos, tendo sido no fim da Monarquia um modo embrionário e não totalmente desenvolvido nas suas potencialidades. Todavia, na 1ª República as características essenciais da Educação de Infância já estão presentes.

### **2.2.2. A Educação para a construção da nova sociedade**

O discurso pedagógico Republicano depositava desmedida confiança no progresso social, atribuindo à Educação um papel decisivo na consecução das novas metas estabelecidas. O seu projecto educacional era, por isso, francamente voltado para a modernização do sistema educativo, mediante a criação de melhores condições de trabalho pedagógico, da renovação dos currículos, dos conteúdos do ensino e das actividades escolares, através da elevação qualitativa do nível da formação docente, (Fernandes 1993:167).

A Educação escolar torna-se um objectivo primordial, já que através dela se conseguiu atingir e consolidar a democratização e modernização do País, sendo a Educação moral e cívica, o trampolim para a sua consecução e a escola um dos pilares da República.

A política muda, e com ela muitos outros aspectos, pois os Republicanos tencionavam pôr em execução os seus princípios pedagógicos, que foram vector fundamental de propaganda durante a última fase da Monarquia,

“... Conquistado o poder, o Partido Republicano nomeou um Governo provisório, simbolicamente presidido pelo idoso e respeitado professor do Curso Superior de Letras, Teófilo Braga, mas cujos verdadeiros chefes eram os ministros do interior (António José de Almeida), da Justiça (Afonso Costa), dos Negócios Estrangeiros (Bernardino Machado) e, um pouco mais tarde, do Fomento (Brito Camacho). Em menos de um ano, o Governo Provisório conseguiu cumprir alguns dos pontos principais do programa Republicano, bem como consolidar o novo regime, assegurar a ordem pública interna e alcançar o reconhecimento por parte das potências estrangeiras” (Marques, 1986:225).

Homens com capacidade não faltavam. Havia excelentes pedagogos com novos ideais e projectos, nomeadamente João de Barros, João de Deus Ramos, António Sérgio, Adolfo Lima, Álvaro Viana de Lemos, Faria de Vasconcelos, entre outros.

“...o que mais marcou, do ponto de vista educativo, a 1ª República foi a grande riqueza do debate pedagógico. Nunca até aí se tinham difundido e discutido

tantas ideias inovadoras sobre Educação como nesse período em que a liberdade e a criatividade se juntaram às influências estrangeiras” (Pintassilgo, 1998:52).

Os Republicanos depararam-se com um problema que era a alta taxa de analfabetismo, “uma taxa de analfabetismo na população maior de sete anos de 69,7%; uma rede escolar primária extremamente deficiente existindo somente um terço das escolas necessárias para cobrir toda a população escolar” (Cardona:1997:34).

Gomes refere que “por altura da proclamação da República, a taxa de analfabetismo global, no nosso País, ultrapassava os 75%” (1977:54). “As taxas de analfabetismo rondavam os 75,1% na totalidade sendo de 81,2% para as mulheres” (Proença, 1998:60). Perante tal situação o combate ao analfabetismo impunha-se como objectivo prioritário. A valorização da Educação “muito típica da República, surge intimamente ligada ao contexto sócio-cultural que caracterizava o País durante este período” (Cardona, 1997:37).

A implantação da República trouxe um novo ânimo e uma nova esperança. “...transporta a ideia de homem novo e introduz novos conceitos de participação e cidadania. A participação passa a ser entendida como um “instrumento imprescindível e essencial da democratização e modernização do País” (Sousa Fernandes, 1992:313).

Não há dúvida de que os Republicanos queriam acabar com este mal social que era o analfabetismo. Rogério Fernandes refere que com o advento da 1ª República surgiram as condições ideológicas favoráveis a uma renovada esperança da nossa sociedade. A Educação está relacionada com o desenvolvimento, “...ou seja, toma-se consciência da ligação entre Educação e desenvolvimento. O surgimento do novo regime é acompanhado da distinção entre Educação e instrução, percebendo-se esta como uma das componentes daquela acção global” (Sarmiento, 2002:138).

A 1ª República, como acentuou António Nóvoa, caracteriza-se por uma intensa actividade educacional. A necessidade de formar um homem novo numa sociedade nova, diferente, moderna, rompendo com o passado, era uma das características da escola Republicana. Por isso a ruptura teria que ser radical. Proença (1977), refere que os Republicanos estavam fortemente influenciados

pela sociedade francesa, e que uma Educação Republicana só seria possível fazer-se no seio de uma nova sociedade.

Os Republicanos estavam determinados a educar, em todos os sentidos o povo Português, mas,

“...na prática nesse período a concretização destas boas intenções foi quase inexistente. Para solucionarem esta dificuldade os Republicanos concentraram todos os seus esforços educativos na Escola Primária. Mas o que fizeram, na verdade, foi «abrir o combate em todas as frentes»” (Proença, 1977:54).

Apesar do regime Monárquico ter publicado algumas medidas legislativas para o desenvolvimento da Educação de Infância, foi na 1ª República que foi profundamente pensada, reflectida, discutida e amplamente organizada e legislada.

### **2.2.3. Surgimento das Escolas Infantis**

A expressão “Escola Infantil”, utilizada em Portugal nas últimas décadas do século XIX para caracterizar o Ensino Infantil de crianças dos quatro aos sete anos, (Augusto Coelho 1893:543) generalizou-se na 1ª República, com a valorização do Ensino Infantil.

Tratava-se, segundo Branco Rumina (1932:4-5) de “uma instituição orientada para uma finalidade especial, estabelecida segundo regras que foram, pouco a pouco, formuladas por médicos, pedagogos e psicólogos”, para auxiliar a Educação das crianças dos três aos seis anos. A mesma autora, considerava que a Escola Infantil não era uma escola na acepção vulgar da palavra, mas uma instituição que se destinava a proteger e livrar a criança dos perigos que lhe advêm da falta de vigilância, e a dar-lhe, “dos três aos seis anos, todos os cuidados que necessita para o seu completo desenvolvimento físico, intelectual e moral”.

Esta autora considerava as Escolas Infantis como “a obra filantrópica de maior alcance social” (Ibid.:14). Admitia crianças dos três aos seis ou sete anos de idade, e podiam funcionar segundo os sistemas pedagógicos de Froebel ou Montessori. Defendia que deviam estar mais ligadas à creche que à Escola Primária, e que deviam ser um centro de Educação e de valorização do indivíduo antes de entrar na Escola Primária.

#### **2.2.4. O valor da Educação de Infância**

Passado quase um século desde a implantação da 1ª República no nosso País, tornou-se urgente reatar os fios que nos ligam, consciente ou inconscientemente, a esse período brilhante para a História da Educação em geral e da Educação de Infância em particular. Dadas as circunstâncias actuais de instabilidade justifica-se, mais do que nunca, um olhar diferente sobre este período histórico, de insegurança, de mudança e de incerteza em relação ao futuro da Educação em Portugal.

Rogério Fernandes realça a importância deste facto da história, para desvendar, tanto quanto possível, “... uma realidade histórica privilegiada como momento revolucionário no passado recente do País e, por outra parte, que nessa mesma visão nos libertemos das ilusões que privaram de futuro, ou, pelo menos, de imediata continuação” (Fernandes, 1992:10).

Nos dezasseis anos de República, é importante determinar as principais realizações benéficas e duráveis, assim como as que o não foram ou foram menos. Contudo devemos ir mais longe e mais fundo, ultrapassando o registo, simples e elementar, dos deveres e haveres da contabilidade facciosa. O autor citado considera que “a Educação Republicana é um dos temas mais ricos da história da cultura Portuguesa, e ao mesmo tempo, um dos mais descuidados.” (Ibid.: 1998:11). No entanto ressalva que não quer dizer que não tenha sido abordado já em alguns trabalhos pioneiros, mas pouco aprofundados. É impossível, de resto, no estado actual da investigação de base, iniciar-se alguém, numa obra de síntese no sector da instrução pública, sem a efectivação prévia e metódica de estudos monográficos sobre os seus vastos e diversos aspectos. Podemos dizer que a Educação de Infância, ainda não foi objecto de discriminação analítica e crítica, indispensável na reconstituição historiográfica.

Muitos autores da História da Educação em Portugal têm feito alusões à História da Educação de Infância nesse período, embora que de uma forma pouco aprofundada, como aliás o é nos restantes períodos da nossa História da Educação.

O trabalho de José Salvado Sampaio, em 1968, sobre o “Ensino Infantil”, com pertinente informação, foi a mais importante obra sobre Educação deste nível de ensino até 1977, altura em que surge o trabalho de Joaquim Ferreira Gomes A

*Educação Infantil em Portugal*, e, em 1997, o estudo de Maria João Cardona *Para a História da Educação de Infância em Portugal*. Outros Historiadores da Educação em Portugal teceram referências sobre este nível de ensino.

Estamos a referir-nos especificamente aos grandes trabalhos de Rómulo de Carvalho, Rogério Fernandes, Áurea Adão, Rui Grácio, António Nóvoa, Justino Magalhães, Glória de Saraiva, entre outros. As suas obras manifestam-se fundamentais para a construção da História da Educação em Portugal. No entanto, consideramos, que muito há por fazer neste campo de investigação.

Com a 1ª República surgiu o advento de novos ideais de vida - a construção de um homem novo, de uma nova sociedade – devia, então, começar-se pelo Ensino Infantil. Os homens Republicanos colocaram a criança e a Educação de Infância no centro das suas prioridades. Quando há interesse político e vontade popular, a obra pode nascer com mais facilidade. António Nóvoa refere:

“...o Ensino Infantil é uma criação da República, que transforma em projecto legal a preocupação social com a pequena infância e com o seu enquadramento educativo. A decisão de “alargar para baixo” as responsabilidades do Estado deve ser vista à luz de uma transformação das primeiras idades em objecto autónomo de intervenção social e de reflexão crítica” (2005:109).

A 1ª República quis encaminhar a Educação e começou a idealizar os objectivos para o ensino, incluindo o Ensino Infantil.

“Os homens da 1ª República tinham o mal perfeitamente identificado, tinham que por isso tomar medidas rapidamente, para recuperar o grande atraso relativamente aos outros Países da Europa. A urgência que os Republicanos puseram, logo nos inícios de 1911, na reformulação do Ensino Primário, justificava-se na urgência na actuação pois “...era preciso não atrasar a criação do novo modelo de homem português que a República trazia no seu programa e que deveria surgir das sementes lançadas logo no Ensino Infantil” (Carvalho, 2001:682).

A criança aparecia como elo fundamental para o desenvolvimento de um País. Nunca antes ninguém tinha feito tanto. Foi devido a acontecimentos como estes que começou por se designar o século XX como o século da criança. As ideias Republicanas viam a Educação como a principal via para atingir a igualdade de todos os cidadãos. A Educação de Infância teve aqui a sua idade de ouro, os seus tempos de brilho. Era vista como a modernidade, a inovação pedagógica de um País.

Finalmente, alguém se interessou pela Educação de Infância e pelas crianças antes dos sete anos de idade ou antes da entrada na Escola Primária. Esta nova ideia de escola, teve mais valor e peso na Escola Infantil. Este sistema seria novo em qualquer sociedade mundial. Foi uma revolução de mentalidades. Era, na verdadeira acepção da palavra uma Escola Nova em Portugal, que não queria continuar atrasado em relação ao resto da Europa onde este nível de ensino estava mais desenvolvido.

As influências estrangeiras faziam sentir-se através da facilidade de acesso a literatura sobre o assunto e às visitas efectuadas ao Estrangeiro. O Povo Português não queria adormecer ao lado das grandes mudanças que iam acontecendo por essa Europa fora. Gomes (1977) e Cardona (1997) referem que, em menos de um mês após o início da República foi decretada a criação de um Jardim-de-Infância em Lisboa. No Decreto n.º 25, do *DG, N.º.73, 3/11/1911*, o Governo Provisório Decretou que:

“Art.1.º A antiga cerca das necessidades, adjacente ao Paço das Necessidades, e suas dependências rurais, passará a denominar-se Jardim-Infantil; Art.2.º A sua direcção ficará a cargo da inspecção escolar da cidade de Lisboa, que apresentará, dentro do mais breve espaço de tempo, um plano completo da adaptação da cerca das necessidades ao fim que lhe é destinado; Art.3.º Fica desde já, patente todos os domingos ao público o Jardim Infantil”.

Infelizmente o Jardim-de-Infância foi criado mas não saiu do papel, porque não foram reunidas as condições para que fosse materializado. Esta medida, poderá ser entendida, como um sinal para o advento que os Republicanos queriam dar à Educação de Infância.

### **2.2.5. A reorganização do ensino**

A urgência que os Republicanos puseram, logo nos inícios de 1911, na reformulação do Ensino Primário, justificava-se na premência da actuação, visto que “...era preciso não atrasar a criação do novo modelo de homem português que a República trazia no seu programa e que deveria surgir das sementes lançadas logo no Ensino Infantil” (Carvalho, 2001:682).

Identificado o problema, o Ministro António José de Almeida encarregou uma comissão de fazer o projecto da Reforma do sistema educativo, chefiada por João de Barros, Director Geral da Instrução Primária, e por João de Deus Ramos

chefe da Repartição de Pedagogia que estava indicado para redactor do projecto. Segundo João de Barros, o ministro apenas estava em discordância do referido projecto no que respeitava à descentralização (Barros, 1911:I). Mas, o Ministro pôs inteiramente de lado esse projecto, depois de desentendimentos pessoais com João de Barros. A polémica estava estabelecida. O Ministro viria a publicar outro projecto, que, apesar de idêntico, continha algumas alterações; foi assim que nasceu a Reforma da Instrução Primária de 29/3/1911, com profundas influências de João de Deus Ramos.

João de Barros, depois de pedir a sua exoneração, publicou o seu projecto juntamente com a Reforma de 29/3/1911, fazendo a sua confrontação, para justificar que o projecto era dele e de João de Deus Ramos, e que as alterações que lhe foram feitas foram apenas para o descaracterizar.

João de Barros tinha dedicado a sua vida à luta pelos ideais Republicanos, sendo um forte impulsionador na fase da Monarquia, "...as ideias, quando verdadeiramente queridas e sinceramente defendidas, triunfam sempre, embora com o sacrifício das nossas melhores ilusões, ou da nossa mais profunda e mais nobre energia" (Barros:1911:II). O mesmo autor referia que o projecto dele era mais facilmente realizável do que a Reforma promulgada,

"Parece-me, no entanto, que, pela nossa grande boa vontade, pelo nosso conhecimento do País, e pela nossa absoluta indiferença por tudo o que não fosse o problema pedagógico, fizemos uma obra melhor orientada e mais praticamente realizável, exequível, do que a Reforma promulgada pelo Ministro" (Ibid.).

Afirmou que a Reforma promulgada não é mais que "...a cópia infiel, a tradução incorrectíssima do nosso projecto [...]. Mas com tal pressa, com tal desleixo, que tudo apareceu deturpado, desconexo e, creio-o bem, impossível de regulamentar em muitos artigos" (Ibid.: III). A certeza é que o Projecto de João de Barros e de João de Deus Ramos foi publicado. A Educação de Infância continuava como uma prioridade.

Numa análise aos dois projectos parece-nos que ambos introduziam elementos novos para o País, representando uma positiva aquisição para o desenvolvimento e progresso. Era uma orientação nova ao Ensino Primário. As ideias de João de Deus Ramos e de João de Barros estão bem presentes na valorização da Educação de Infância e a necessidade do alargamento a todos os

cidadãos. Consideram isso fundamental, apesar das limitações económicas do País.

“Com efeito, o Ensino Primário não é, como tanta gente ainda julga, o primeiro ensino, o ensino sem o qual outro se não pode ministrar; é, sim, o ensino fundamental para todos os cidadãos, a sua carta de guia, aquele de que todos os homens carecem para obter o direito de cidade, o direito de colaborar na vida publica do País – pois lhes fornece a habilitação literária e científica absolutamente indispensáveis ao exercício consciente dessa actividade. Não deve considerar-se um preparatório para outro curso, ainda que para isso haja de servir também; é um ensino com valor próprio, limitado a si mesmo; e, rigorosamente, se as condições materiais do país o permitissem desde já, ninguém devia ser dispensado da frequência dos seus três graus” (Barros:1911:IV).

Consideravam o Ensino Primário e o Ensino Infantil como o “substractum” do verdadeiro cidadão, e que tem que começar pela primeira infância e acabar com a adolescência, lançando para a vida não a criança, mas um indivíduo em que já se esboçam as faculdades de adulto. Nunca antes se tinham posto em causa estes dados e se tinha tentado criar com eles um novo espírito educativo e uma nova prática pedagógica.

Na estruturação do sistema de ensino, no entender de João de Barros, desenhando-o em forma de planta, o Ensino Infantil está na base de tudo,

“...que a raiz da árvore significa o Ensino Infantil; o tronco, a seguir na parte que não se ramifica, o Ensino Primário médio antigo 1.º e 2.º grau; e a continuação do tronco, de onde já se ramificam secções praticas (embora não propriamente profissionais) o Ensino Primário superior” (Ramos, 1911:48).

Neste projecto realça-se a importância das aprendizagens inovadoras, quer de carácter intelectual, quer de carácter prático. As principais diferenças situam-se na divisão do ensino que, enquanto na Reforma de 1911, estava separado em categorias: Ensino Infantil e Ensino Primário, deixando o Ensino Infantil fora do Ensino Primário. No projecto de João de Barros, o ensino aparecia organizado em três graus: infantil, médio, e superior. O Ensino Infantil e o Ensino Primário superior eram facultativos, ainda que gratuitos, só o Ensino Primário médio (que se divide em elementar e complementar) era obrigatório para ambos os sexos. A não desejável falta de obrigatoriedade dos três graus de ensino deve-se, segundo o relator do projecto, às condições materiais da escola portuguesa e à insuficiência da organização escolar.

João de Barros defendia que o método João de Deus Ramos deveria transformar-se no modelo nacional. Referiu que esta nova Escola Primária, que o País há muito reclamava e que a República se comprometeu a dar, só poderia existir se houvesse professores devidamente habilitados, com uma preparação pedagógica, profissional, assente em rigorosos princípios científicos e numa prática honesta e bem orientada, ou seja, a existência de uma formação de qualidade. Defendia a duração de dois anos para os cursos de formação de professores ao contrário dos quatro anos que a Reforma de 1911 apresentou.

“Ficando o curso normal reduzido a dois anos prestava-se um serviço grande ao país, que dentro de dois anos teria professores verdadeiramente modernos. [...] uma diferença de dois anos, em progressão geométrica, representa para o futuro dez anos de atraso, pelo menos” (Barros,1911:VIII).

Não havendo professores especializados, colocou-se a hipótese de serem recrutados no Estrangeiro, desde que dominassem a língua portuguesa, devendo ainda ser exclusivamente do sexo feminino, já que “a mulher tem, por instinto e sensibilidade delicada, condições de afabilidade e doçura para cuidar e dirigir crianças em tão tenra idade” (Ramos, 1911:6).

Os dois projectos defendiam que a construção dos edifícios ou aquisição de mobiliário e material pedagógico pertenciam às Câmaras Municipais, oferecendo o Estado os modelos que satisfizessem as principais condições higiénicas, pedagógicas e estéticas a adoptar, segundo os artigos 70.º a 75.º do citado nº 25.

#### **2.2.5.1. A Reforma da Instrução Primária de 1911**

O preâmbulo da Reforma da Instrução Primária de 1911 começa por valorizar a importância que a Educação tem para o homem, “O homem vale, sobretudo, pela Educação que possui, porque só ela é capaz de desenvolver harmonicamente as suas faculdades, de maneira a elevarem-se-lhe ao máximo em proveito dele e dos outros”, (DG, Nº.73, de 29/3/1911). Não legislava apenas o Ensino Primário, mas também o infantil, e o normal. A República pretendia recriar escolas com melhores condições. O objectivo do Ensino Infantil era, segundo esta Reforma, “a Educação e desenvolvimento integral, físico, moral e intelectual das crianças, desde os quatro anos aos sete anos de idade”. Essa

Educação seria realizada “na escola pela professora, e na família pela mãe, devendo ambas harmonizar-se na orientação a dar” (art. 5.º). O Ensino Infantil, facultativo e gratuito (art. 38), seria ministrado na «forma de lições de coisas e como preparação para o Ensino Primário», e compreenderia aquisições muito elementares de vocabulário, de leitura, de escrita, de geografia do lugar, de contos e lendas tradicionais «com intuítos morais e patrióticos», e também o «conhecimento das diversas autoridades locais e pessoas e pessoas mais prestimosas da terra». A lista das ocupações seleccionadas para a criança é longa: adquirir o sentido das proporções das coisas, ser sensível às cores e às formas, praticar o desenho e a modelagem, conhecer os animais e as plantas da região, saber dizer pequenas poesias de «assuntos cívicos e patrióticos», etc., tudo ministrado «gradualmente, de harmonia com a idade das crianças. Diversidade do seu temperamento, robustez, precocidade ou atraso» (art.º6.º)”.

Seria a primeira reforma dos Republicanos e decisiva para o rumo que queriam dar à Educação em todos os ramos, começando pela Educação de Infância.

“Do grau primário ao universitário, do ensino clássico ao profissional nas suas diversas modalidades tudo foi contemplado com ampla visão [...] A Reforma da Instrução Primária de 29 Março é um documento notabilíssimo que nos colocaria ao nível dos Países mais avançados no domínio da instrução [...] e mostra bem não só como os seus redactores tinham plena consciência das necessidades daquele grau de ensino mas como também estavam a par da Pedagogia mais progressiva da sua época” (Carvalho:1986:663-665).

Era uma nova forma de estar na escola, onde haveria materiais e mobiliário completamente diferentes do usado até então. Era a influência dos materiais de Froebel a serem levados à risca, com pormenores que nunca antes se repetiram.

“Parece que nada ficou por contemplar neste notável Decreto de 29 de Março de 1911. Nele também não ficaram esquecidas a obrigatoriedade de excursões, de visitas, de passeios pedagógicos, a colheita e a colecção de espécimes para o estudo da Ciências Naturais, tudo isto num País com insuficientes escolas e em grande número degradadas, sem material de ensino e sem professores habilitados” (R. Carvalho, 2001:675).

Um dos principais objectivos do Ensino Infantil era, segundo o Decreto de 29/3/ 1911, “a Educação e desenvolvimento integral, físico, moral e intelectual das crianças, desde os quatro anos aos sete anos de idade”. Na Escola Infantil

dava-se a continuação da Educação pela família, em especial a mãe que era mais valorizada, “na escola pela professora, e na família pela mãe, devendo ambas harmonizar-se na orientação a dar” (art.º5.º).

Este ensino era facultativo e gratuito (art. 38.º) e era visto como uma preparação para a Escola Primária, “As Escolas Infantis tem por missão tomar o filho à mãe, apresentando-o mais tarde ao professor primário, forte, robusto, alegre, equilibrado em suas faculdades, apto para receber a semente da verdadeira instrução” (*DG*, N.º. 198, 25/8/1911). Era ministrado na “forma de lições de coisas e como preparação para o Ensino Primário”, e compreendia aquisições muito elementares de vocabulário, de leitura, de escrita, de geografia do lugar, de contos e lendas tradicionais “com intuídos morais e patrióticos”, e também o conhecimento das “diversas autoridades locais e pessoas mais prestimosas da terra” (do art. 6, do Decreto de 30/3/191, in *DG*, N.º.73).

A lista das ocupações seleccionadas para a criança era longa: adquirir o sentido das proporções das coisas; ser sensível às cores e às formas; praticar o desenho e a modelagem; conhecer os animais e as plantas da região; saber dizer pequenas poesias de «assuntos cívicos e patrióticos»; etc., tudo ministrado “gradualmente, de harmonia com a idade das crianças, com seu temperamento, robustez, precocidade ou atraso” (art.º6.º), (Carvalho, 2001:667).

Esta Reforma consagra a função educativa da Escola Infantil como forma de ascensão e igualdade social para todas as crianças. “Esta valorização, revela a importância que é dada a esta fase da vida, sendo as crianças vistas como responsáveis pelo futuro progresso do País (Cardona, 1997:38).

A Escola Infantil passa a ser concebida de uma forma mais próxima do modelo escolar tradicional, sendo os seus objectivos definidos sobretudo em relação às futuras aprendizagens escolares.

#### **2.2.6. O programa e a organização das Escolas Infantis**

Ao apresentar o programa das Escolas Infantis, em 23/8/1911, o Governo pretendia esclarecer as inúmeras dúvidas que toda a sociedade tinha sobre esta nova escola. Parecia-lhe impossível uma escola para crianças desta idade. Era tudo novo, escolas, conceitos, hábitos, horários, materiais, uma idade diferente.

Era novo para os pais, para os professores e para a sociedade em geral, que não conheciam qualquer escola a não ser a Escola Primária. Nunca até então lhes tinham dito os benefícios que os filhos teriam em ir à escola aos quatro anos de idade. Não foi um processo fácil, conseguir levar a mensagem, numa época em que ainda não se tinha assimilado totalmente a ideia e a necessidade da frequência escolar depois dos sete anos, mais difícil seria antes dessa idade: “Assentes estas considerações prévias, necessárias pelo melindroso do assunto e pela sua novidade entre nós, onde, a tal respeito, ainda se não passou de simples tentativas infelizes” (*DG*, N.º198, 25/8/1911).

Havia necessidade de informação, de exemplos práticos sobre o que fazer com crianças tão pequenas que durante séculos tinham permanecido em casa. Ao lançar este programa, o Governo antecipava-se a toda uma sociedade de homens e Instituições que teriam de se preparar para esta nova exigência social.

“Não se trata nesta idade da preocupação de armazenar conhecimentos, mas de aperfeiçoar os instrumentos de os adquirir, precisos, conscientes e perduráveis. [...] Todo o fim, pois, das Escolas Infantis deve estar no robustecimento do organismo, na Educação dos órgãos dos sentidos, e no desenvolvimento das faculdades intelectuais das crianças segundo as leis naturais do desenvolvimento humano, enriquecendo as faculdades infantis, hora a hora, dia a dia, progressivamente, com um considerável numero de conhecimentos justos, precisos e verdadeiros.” (*DG*, N.º198, 25/8/1911).

Houve um cuidado especial neste programa para preparar as novas professoras, que deviam possuir uma formação específica e completa no sentido pedagógico, moral e profissional da especialidade “ O que mais importa, portanto é habilitar – educar – as professoras e não lhes tornar efectiva a nomeação sem que hajam durante dois anos, depois de admitidas ao serviço nas Escolas Infantis, dado evidentes provas da sua capacidade e aptidões” (*Ibid.*: 1911).

A idade dos alunos era diferente e por isso, não poderiam sujeitar-se a uma sistematização de programas, de horários e de exercícios como na Escola Primária. Tinha que se respeitar o aluno e o seu ritmo e não ser contrariado ou constringido, tomando sempre como ponto de partida a sua curiosidade natural, desenvolvendo qualidades como a observação e a reflexão. Preconizava-se que se seguisse este programa no sentido de orientar toda esta nova estrutura organizativa, pois, se assim não fosse, correr-se-ia, “...o risco de se

transformarem estas escolas, este ensino preliminar, em verdadeiros centros de desordem, de brincadeira ou de puro charlatanismo pedagógico” (Ibid.:1911).

Este programa apresentava as bases para a professora realizar o seu trabalho nas diversas áreas de Educação, com directrizes como:

- Favorecer o desenvolvimento da Educação Física onde se valorizava a liberdade e acção da criança, os jogos e exercícios de relaxamento, não esquecendo os cuidados com o vestuário, a higiene, a alimentação. Os espaços onde ocorriam estes exercícios deviam ser ventilado com luz e boa temperatura;

- Dos órgãos dos sentidos realça a importância das particularidades dos objectos quanto à forma, cor e modos da sua utilidade;

- Sobre o desenvolvimento do sentido da visão, realça a importância de uma boa e cuidada observação do que nos rodeia, exemplificando com alguns exercícios a fazer pelos alunos;

- Para o desenvolvimento do sentido da audição, deviam proibir-se as crianças de gritar, evitar sons bruscos, agudos e intensos. Referia também a importância de conhecerem os objectos pelos sons que produziam. Realçou a importância de cantar em coro a duas e três vozes hinos e canções populares;

- No desenvolvimento do sentido do tacto, este programa referiu a importância de manter as mãos bem cuidadas, exercitar as crianças em tactear objectos sem os verem para os poderem identificar. Referiu também a importância de jogos e o jogo da cabra-cega;

- No desenvolvimento da habilidade manual, valorizou as construções escolares, a composição, decomposição e recomposição de objectos de variadas formas, naturais, arquitectónicas e artísticas, segundo as indicações de Froebel, a modelagem em plasticina e barro e trabalhos elementares de jardinagem e horticultura também faziam parte do programa;

- Para o desenvolvimento da linguagem, propôs contos infantis, exercitação do vocabulário, da sílaba e da palavra, como precioso preliminar do ensino da leitura;

- Os sentimentos morais e os sentimentos de solidariedade social, deviam ser desenvolvidos, chamando a atenção da criança para as suas próprias

necessidades, valorizando a vida em comum, despertando o amor do próximo, bem como a valorização das relações dentro e fora da escola.

“Levar suavemente a criança ao cumprimento dos seus deveres infantis, preceituados em harmonia com o que lhes é mais natural e possível, tanto em relação aos cuidados do asseio pessoal e conservação dos objectos do seu uso, como ao tratamento devido aos seus semelhantes, aos animais domésticos, etc. Conhecimento das diversas autoridades locais e pessoas mais prestimosas da terra, chamando a atenção das crianças para os serviços que umas e outras prestam á localidade, inculcando-lhes assim naturalmente os sentimentos de estima, de respeito e acatamento que se lhes devem. Despertar nas crianças o respeito e a sujeição ás leis e ás autoridades da República chamando-lhes a atenção para as garantias de bem-estar e de segurança que estas representam na sociedade” (*DG*, N.º198, 25/8/1911).

- Sobre o desenvolvimento da inteligência, valorizou-se o exercício de todas as funções intelectuais, destacando a percepção e a atenção pela observação de objectos e fenómenos que rodeiam o aluno, satisfazendo a sua natural curiosidade. Não se referiu especificadamente à Matemática, propôs o auxílio a objectos do dia a dia da criança para fazer simples adições, subtracções, para ensinar a contar até dez e até cem.

As noções de Geografia Descritiva também faziam parte deste programa, através da observação de lugares que a criança conhecia, principalmente os da sua localidade. Para tal realizavam-se passeios com as crianças e exemplificava-se através de construções e desenhos.

O ensino da Língua Materna mereceu especial atenção, pois todo o cidadão devia saber falar correctamente a sua língua. A Língua Materna segundo os Republicanos não podia tratar-se isoladamente e abrangia todos os níveis de ensino, e devia iniciar-se logo que a criança balbuciasse as primeiras palavras. De realçar que neste programa não existe qualquer tipo de intenção de ensinar a ler ou a escrever, mas sim a preocupação de preparar a criança para tal. A criança devia conhecer o máximo dos nomes de objectos, animais, vegetais, minerais, móveis, utensílios caseiros, peças de vestuário, alimentos, pesos e medidas mais vulgares, realçando as suas qualidades, bem como as principais partes do corpo humano que deviam repetir para corrigir defeitos de dicção. Deverão repetir pequenas frases acerca desses mesmos objectos. Pensava-se que esta forma de ensino devia ser feito gradual e progressivamente e de uma forma intuitiva, separando claramente as crianças de quatro a cinco anos onde as lições deviam ser curtas e dedicadas

quase exclusivamente ao aperfeiçoamento físico e orgânico (art.2.º, 3.º e 4.º). Somente dos seis aos sete anos as crianças podiam receber lições metódicas, não devendo ultrapassar os vinte minutos de duração, intercalando sempre com cânticos populares e patrióticos, e jogos, pois é “brincando que a criança se educa” (art.5).

Para a estrutura organizativa de funcionamento das Escolas Infantis, era muito importante esclarecer de forma clara qual o tipo de escola e dependências, o mobiliário e material de ensino pedagógico, o pessoal necessário e a frequência e divisão de grupos. Houve especial cuidado com a construção das Escolas Infantis. Deviam ser instaladas em edifícios próprios, construídas em terrenos vedados, em qualquer edifício público ou particular plenamente adaptado com todas as condições higiénicas e pedagógicas. Além de mostrarem preocupação pela qualidade do ensino estavam a acautelar possibilidades de construir Escolas Infantis em outros locais. Legislou-se sobre a importância de haver um terreno anexo arborizado onde se pudesse praticar a jardinagem e a horticultura e próprio para crianças. (art.6.º). As salas deviam ser espaçosas, com excelente disposição de luz, ventiladas e sempre que possível ao mesmo nível do jardim; estar preparadas para a necessidade que as crianças têm de representar objectos ou animais; de riscar, garatujar e escrever, como tal, deviam ser forradas a ardósia ou ter quadros pretos à altura das crianças. A professora tinha a oportunidade de trabalhar com a criança o gosto pelo desenho e a observação, desenvolvendo a Educação dos sentidos e da destreza manual. (art.7.º e 8.º).

Devia haver: dormitórios para repouso das crianças de quatro e cinco anos (art.9.º), uma sala para cabides; um gabinete para a professora; uma sala com lavatórios e um balneário para as crianças tomarem banho sempre que necessário; na impossibilidade da existência deste deveriam existir “tinhas para o mesmo fim na sala dos lavatórios” (art.10.º).

Na ausência de uma cantina devia a Escola Infantil possuir uma “...cozinha com fogão e o material necessário para que as empregadas possam aquecer e preparar as refeições que as crianças devem necessariamente tomar na escola” (art.11.º).

O mobiliário que se revelava muito importante para a especificidade desta escola, “...constará de uma mesa grande em forma de ferradura, disposta no meio de cada uma das salas, com bancos-cadeiras em volta, uma e outra proporcionados à altura das crianças; de cadeiras e secretárias para as professoras, e cadeiras pequenas para as crianças” (art.12.º).

O material de ensino também mereceu especial atenção pois seria também aqui uma novidade pedagógica, este devia compreender um ou dois quadros pretos, sendo um deles, quadrado; colecções de desenhos coloridos das plantas mais conhecidas e de animais do nosso País, uma colecção do material Froebeliano entre os quais se destacaria os dons de Froebel; colecções de jogos próprios para exercitar a atenção e a observação, a precisão e a destreza dos movimentos e auxiliar a Educação Física e a dos órgãos dos sentidos; uma colecção dos minerais mais conhecidos; barro ou plasticina para modelagem; alguns pesos e medidas e balança de braços iguais bem como utensílios de jardinagem. (art. 13.º).

Sobre o pessoal a trabalhar nas Escolas Infantis, o ensino devia “...ser ministrado somente por senhoras de mais de vinte e um anos de idade, convenientemente habilitadas e dotadas de faculdades especiais indispensáveis a este ensino”. Refere-se a importância de possuir habilitação própria, ou seja a especialização neste nível de ensino, bem como faculdades especiais indispensáveis. Na impossibilidade de existência de professoras especializadas, as Câmaras Municipais podiam contratar as professoras primárias com bom e efectivo serviço, que provassem competência especial para ministrar este ensino. As nomeações anulavam-se, se durante os primeiros dois anos de serviço se verificasse que a professora não possuía as qualidades, aptidões e competências indispensáveis, ou se mostrasse menos “zelo, cuidado, paciência e docilidade com as crianças”. Passados estes dois anos de bom serviço eram nomeadas definitivamente.

“A professora que melhores provas tiver dado da competência e aptidão, juntas a mais tempo de serviço, assumirá as funções de regente da escola, tendo a seu cargo o trabalho da escrituração e fiscalização, dos empregados menores e sendo-lhe concedida uma vigilante. Esta vigilante deve, pelo menos, saber ler e escrever e apresentar documentos que atestem o seu bom comportamento e boa Educação” (art.14.º).

Além das professoras e vigilante, as Escolas Infantis deviam dispor de tantos empregados quantos fossem julgados necessários (art.16.º). Só com bons profissionais e bem formados e com as condições ideais, as Escolas Infantis podiam vingar. Era uma Educação cara, que precisava de muitos recursos materiais e humanos.

A inspecção e fiscalização destas escolas estavam a cargo das professoras desta especialidade das escolas normais, dando conta anualmente à Direcção Geral da Instrução Primária de dados da competência e qualidade (art.15.º).

A frequência e a divisão das crianças também mereceram realce. As crianças deviam ser admitidas nesta escola depois de feitos os quatro anos de idade e com a apresentação de atestado médico, "...ser vacinada e sem sofrer de doenças ou defeito físico que possa prejudicar os companheiros" (art.º17.º). Realçamos também que a matrícula era permanente e a família da criança recebia no acto da matrícula o certificado de admissão e as condições regulamentares.

Sobre o horário da escola, estabeleceu-se que "As crianças conservar-se-ão na escola, em regra das nove horas da manhã às três horas da tarde". (art.º20.º), sendo assim um horário igual ao das escolas primárias. As crianças eram distribuídas por grupos de quinze a vinte, sem distinção de sexo e idade, mais pelo seu desenvolvimento, temperamento, robustez e precocidade ou atraso. Cada um destes grupos estava a cargo de uma professora. (art.º21.º e 22.º). Nestas escolas os feriados e férias eram os mesmos estabelecidos no regulamento das escolas primárias (art.º23.º).

### **2.2.7. A persistência Republicana pela Escola Infantil**

No sentido de se proceder a uma melhor reorganização do ensino e para uma melhor administração, foi criado, em 7/7/1913, o Ministério da Instrução Pública.

Pela necessidade de organizar e preparar tudo convenientemente, em sete de Julho de 1914, através da lei n.º 233 publicada no *DG*, N.º.111, de 7/7/1914, são definidas alterações em relação à formação das professoras. Com base nesta lei foram criadas as escolas normais de Lisboa, Porto e Coimbra, e outras que obedecessem ao mesmo modelo e que fossem requeridas pelas Juntas Gerais de

Distrito (art.1.º), em substituição das Escolas de Ensino Normal e de Habilitação ao Magistério Primário.

O curso de professores primários tinha a duração de três anos, dividido por um curso teórico e por cursos práticos. Os dois últimos anos seriam destinados à prática de Ensino Primário ou infantil (art.2.º). Junto de cada escola havia uma escola para crianças dos quatro aos oito anos de idade com a designação de Jardim-Escola ou Escola Infantil (art. 3.º).

Ao ritmo e possibilidades da época iam sendo abertas Escolas Infantis pelo País, quer por iniciativa particular, quer por iniciativa do Estado, através das Câmaras Municipais.

Alguns autores referem que o ritmo de criação das Escolas Infantis era reduzido, “mas o ritmo de criação de escolas continuou a ser muito reduzido. E em 1916, com a entrada de Portugal na Primeira Guerra Mundial, as coisas passaram a ser ainda mais complicadas, agravando-se a crise económica e a instabilidade política” (Cardona, 1977:40).

Segundo Gomes (1977) e Cardona (1997), foram abertas Escolas Infantis, como abordaremos mais à frente, em cidades como Lisboa, Coimbra, Figueira da Foz, Alcobaça, Porto, Aveiro, Leiria, e Braga. Nas cidades do Porto e Lisboa foram abertas em maior número. Nestes dois centros populacionais as escolas estavam a aumentar consideravelmente, e para responder às necessidades, o Governo através do da lei n.º 449 de 18/9/1911, regulamentada pelo Decreto n.º 1:927 (*DG, N.º.200, de 2/10/1915*), determinou a criação, em cada uma das cidades do quadro do pessoal docente das escolas primárias e infantis e a sua respectiva organização para o concurso.

A sociedade, através das Câmaras Municipais estava a organizar-se e a preparar-se para a nova realidade. Prova disso foi que foram enviados professores ao Estrangeiro para aperfeiçoamento em Educação de Infância. Gomes (1977) e Cardona (1997) referem que a Câmara de Lisboa enviou dois professores primários, Pulsena Estrela da Costa e Ricardo Rosa y Alberty, ao Curso de Maria Montessori, realizado em Barcelona de 15/2 a 15/3/1916 e mandou publicar gratuitamente os relatórios desse curso pelas respectivas escolas da cidade. Estas situações provocaram hostilidades que começaram quando Casimiro Freire,

defensor acérrimo do método João de Deus, viu um outro método – o de Maria Montessori – entrar no seu campo. Levantou por isso a sua voz contra, enaltecendo o método de João de Deus que tanta prova já tinha dado em cidades como Coimbra, Figueira da Foz e Alcobaça.

Estavam, assim, três métodos em vigor: método de João de Deus, de Frederich Froebel e de Maria Montessori. Sendo que, o método de João de Deus apenas era seguido pelos Jardins-Escolas de João de Deus. Os únicos métodos que seriam adoptados pelos Republicanos e consagrados na legislação foram o método de Friederich Froebel e o de Maria Montessori, que começou a ser divulgado em 1916. Para a sua difusão muito contribuiu a obra de António Sérgio e os relatórios dos professores enviados ao curso de Montessori “A influência desta pedagoga, cada vez mais evidente no País, tornou-se mais marcante a partir da publicação em Portugal da sua obra, traduzida por António Sérgio” (Cardona, 1997:40).

Na constante procura de melhorar e de tudo fazer para conseguir os objectivos propostos, consciente da muita legislação publicada, e para uma melhor ordenação, o Ministro da Instrução Pública – Joaquim Pedro Martins –, reuniu num só diploma todas as disposições de lei em vigor sobre a instrução primária, fez uma nova publicação do Decreto, com força de lei, de 29/3/1911, que organizou, de uma forma actualizada todas as disposições legislativas posteriores, respeitantes à instrução primária (Decreto n.º 2387, de 12/5/1916 e Decreto n.º 887 de 5/12/1916), Decreto este, publicado com alterações novamente em 13/1/1917. Isto, mais uma vez, em nossa opinião, só demonstra a contínua preocupação dos sucessivos Governos Republicanos, pela Educação de Infância uma prioridade que não esqueciam.

“Durante este período observava-se que, paralelamente à publicação de medidas legislativas relativas à Escola Primária, eram sempre integradas referências em relação ao Ensino Infantil, aspecto revelador da importância atribuída pelo Estado a este nível de ensino, como parte integrante do sistema educativo. Após a Primeira República, foram necessários muitos anos para que esta valorização se voltasse a observar” (Cardona, 1997:41).

Em 1917, o Governo regulamenta a legislação referente às novas escolas primárias e infantis pelo Decreto n.º 2:947, (*DG, N.º.11*, de 20/1/1917). Sendo direccionado para as escolas primárias e infantis, havia aspectos específicos para

as Escolas Infantis. Esta regulamentação ia aos mínimos pormenores nomeadamente:

“A superfície total do terreno, quando o edifício escolar tenha um só pavimento, será calculada, por aluno, na razão de 8 metros quadrados [...] No edifício em que devam funcionar as duas escolas cada uma delas será independente da outra e terá entrada própria. [...] A sala de aula não deverá comportar mais de 40 alunos. [...] A superfície do pavimento será calculada na razão de 1 metro quadrado por aluno. [...] As salas de aula devem medir 8 metros de comprimento e 5 de largura” (Decreto 2:947:Cap.I).

A sua especificidade passava também por inúmeros pormenores relativamente à sala de aula e outros espaços considerados necessários como vestíbulos, corredores, cozinha, balneário, recreio coberto e ao ar livre, iluminação e ventilação, aquecimento e até a habitação do professor. O mesmo Decreto refere as características do edifício de Escola Infantil:

“a) Três salas para as ocupações educativas e instrutivas; b) Um vasto recinto coberto destinado aos jogos e ao recreio; c) Gabinete para o pessoal docente; d) Vestíbulo, que poderá também servir de sala de espera; e) Um aposento com algumas camas para as crianças acidentalmente indispostas, que careçam de repouso; f) Vestiários com lavatórios e bebedouros; g) Balneário; h) Cozinha e refeitório, para o qual poderá ser utilizado o pátio coberto; i) Sentinas para os alunos, distintas segundo os sexos, e para o pessoal docente e menor; j) Jardim e recreio” (Decreto 2:947; Cap. II).

Para muitos, principalmente para a resistência Monárquica, a Igreja e até alguns Republicanos, que de alguma forma tinham sido postos à margem, o Governo nada fazia, apenas legislava. Com base em declarações da altura, muitos Historiadores, citando vozes que se manifestavam, disseram e escreveram que a República pouco fez na obra da Educação de Infância.

“Todas estas leis, Decretos, propostas e requerimentos iam ficando «no papel», o que levou alguns velhos Republicanos a queixarem-se amargamente da inoperância e incapacidade dos políticos. [...] Apesar dessa inoperância (se exceptuarmos apenas o promissor «arranque» no Porto), a máquina legislativa não parava” (Gomes, 1977:74-75).

Uma dessas vozes foi Casimiro Freire, João de Barros ainda e outros com poder de opinião que se iam manifestando na comunicação social da altura. Como a descentralização que abordaremos, mais adiante, não dava sinais de sucesso, o Governo, através do Decreto n.º 4:594, inserto no *DG, N.º. 141*, de 13/07 de 1918, centraliza novamente o Ensino Primário.

A legislação continuava a sair e em 1919 o Ministério da Instrução Pública, sob a direcção de Leonardo Coimbra, fez uma nova reorganização do Ensino Primário pelo Decreto n.º 5.787, (*DG, N.º 98, de 10/5/1919*), que embora conservasse grande parte do articulado das anteriores Reformas, alterou a forma de gestão que estava entregue às Câmaras Municipais. Passou, com este Decreto, a ser feita por uma Junta Escolar, devido aos maus resultados que a descentralização tinha demonstrado.

“Por Decreto de 10 de Maio de 1919 ensaia-se um novo sistema, uma solução intermédia que atribuía a gestão dos serviços do Ensino Primário não às Câmaras nem ao Estado mas a organismos chamados Juntas escolares, que incluíam, entre outros, representantes das Câmaras e professores primários. Inicialmente contou o sistema com a simpatia dos próprios professores, mas a satisfação não foi duradoura. Um Decreto de 12 de Maio de 1922 determina, em parte, a sua dissolução antecedendo-a de vários considerandos: «considerando que algumas Juntas escolares não cumprindo com a sua missão, têm cometido as maiores ilegalidades; Considerando que em alguns concelhos estão de tal forma divididas e os seus membros tão incompatibilizados, que a sua existência só prejudica a boa administração do ensino;» [...]; «Considerando, enfim, que se torna indispensável regular devidamente o seu funcionamento, para que não aumente o caos na administração do ensino, que em alguns concelhos já existe»”, (*Carvalho, 2001:679*).

O que este Decreto trouxe de novo para a Educação de Infância foi a divisão do Ensino Primário em três graus: Infantil, Primário Geral e Primário Superior, tal como defendeu João de Barros. O Ensino Infantil estava dentro do Ensino Primário e era “...especialmente destinado à preparação para o Ensino Primário geral”. A divisão desse grau de ensino era feita por três secções: 1ª crianças de quatro a cinco anos de idade; 2ª de cinco e seis anos e a 3ª secção crianças de seis e sete anos. Era, também, novidade neste Decreto a formação de classes preparatórias sempre que não existissem Escolas Infantis ou o seu número fosse insuficiente, a funcionarem junto das escolas de Ensino Primário geral, destinadas exclusivamente a crianças de seis e sete anos de idade, correspondente à 3ª secção das Escolas Infantis.

O ano de 1919 foi dos mais produtivos em matéria de publicação de legislação sobre Educação, na 1ª República. Rómulo de Carvalho refere-se ao assunto:

“Assim como o ano de 1911 foi notável na actividade legislativa da República, também o foi o de 1919, que muito a excedeu quantitativamente. O primeiro, por ser a arrancada do novo regime; o segundo, possivelmente por se seguir ao termo da 1ª Grande Guerra (1914-1918). A legislação dos diversos

ministérios Republicanos, toda datada do mesmo dia 10 de Maio de 1919, onde se inclui a nova Reforma do Ensino Primário, ocupa 623 páginas da Coleção da Legislação Portuguesa” (Carvalho, 2001:681).

Passados apenas quatro meses da nomeação do Ministro Joaquim José de Oliveira, é regulamentado o Decreto nº 5:787, através do Decreto nº 6.137, (*DG, N.º. 198, de 29/9/ 1919*), retomando e reforçando a legislação anterior em especial a de 23/8/1911. Definia de uma forma mais detalhada as normas de funcionamento das escolas, as condições das instalações e respectivo equipamento. Neste Decreto, devemos destacar para o Ensino Infantil, particularmente, a colecção de material a existir nas Escolas Infantis, e a referência clara ao método de Maria Montessori e de Froebel. Aqui nota-se a influência, mais uma vez, de António Sérgio e dos novos métodos pedagógicos, dos quais os Republicanos eram adeptos. Mantém as três secções em regime co-educativo. Legislou-se pela primeira vez sobre a entrada e saída das crianças da escola e pelo seu acompanhamento, demonstrando preocupação ao mencionar que:

“As crianças não são admitidas na escola antes da sua abertura, nem podem estar além da hora do seu encerramento, não sendo contudo, obrigadas a entrar ou a sair a hora determinada” (art.º18.º), e “As crianças devem sair da escola sempre acompanhadas; no caso dos pais, tutores ou responsáveis pela sua Educação as mandarem desacompanhadas, serão advertidos e poderá até ser proibida a frequência das crianças” (art.º19.º, Decreto nº.6.137, in *DG, N.º198, 29/9/1919*).

Quanto ao contrato e à nomeação de professoras, manteve-se e reforçou-se o publicado anteriormente, mas, acrescentou-se que passaria a ser de três anos em vez dos habituais dois anos, ao fim dos quais seria renovado por igual período se a docente demonstrasse aptidão, competência e profissionalismo; apenas ao fim de seis anos de bom e efectivo serviço se tornaria definitivo o contrato, enquanto anteriormente era ao fim de dois anos.

Relativamente ao pessoal de apoio, nomeadamente o de vigilante, enquanto antes bastava saber ler e escrever, com este Decreto estabeleceu-se que só podiam concorrer a esta categoria candidatas que tivessem o curso da Escola Primária superior ou qualquer outro equivalente. Apareceu, também, pela primeira vez, a categoria de Servente para as Escolas Infantis. As exigências e a preocupação pela qualidade mantinham-se e esperava-se que aumentassem.

No art.º355.º do citado diploma legal, relativamente à prática dos alunos em formação nas escolas normais primárias, determinava-se que nas Escolas Infantis apenas poderiam praticar alunas, ficando os homens fora da Educação de Infância. No mesmo sentido, o art. 271 do Capítulo XVII do mesmo Decreto, refere que as cantinas das Escolas Infantis estariam a cargo duma professora da mesma escola, que procedia à sua gestão: requisição de fundos, organização da lista mensal das refeições e inspecção dos géneros para confeccionar as refeições. Manifestava-se, no nosso entender, a contínua preocupação de garantir as condições necessárias para o arranque decisivo da Educação de Infância.

Numa atitude de contínua reflexão sobre este nível de ensino, em 1922, foi publicada a lei n.º 1.264, de 9 de Maio, onde determina o início e fim do ano lectivo para as escolas do Ensino Infantil e primário geral que era, respectivamente, 6 de Outubro e 31 de Julho. Define-se a duração do tempo das aulas, quer no Ensino Infantil, quer nas duas primeiras classes de Ensino Primário geral, que não deviam exceder os trinta minutos (art.1). Com estas medidas, podemos verificar o quão importante era para os Republicanos a Educação de Infância, pois colocavam-na em igualdade com a Escola Primária. Também quererá dizer, no nosso entender, que as duas primeiras classes do Ensino Primário geral estavam em igualdade de circunstâncias com os dois últimos anos da Escola Infantil. Gomes (1977:79) vai mais longe e tira daqui um indício: “Estas disposições legais pressupõem que havia «Escolas Infantis» ou «secções infantis»” De destacar ainda neste Decreto o disposto no art. 3 ao estabelecer que a quinta-feira deixava de ser feriado, como o era até àquela data.

### **2.2.8. A Reforma de João Camoesas**

Em 22/6/1923 é apresentado ao Parlamento, pelo Ministro João Camoesas, uma proposta de lei sobre a reorganização da Educação Nacional.

Camosas tentou reunir toda a legislação publicada sobre a educação, tal como já tinha feito, anteriormente em 1919, o Ministro da Instrução Pública – Joaquim Pedro Martins. No entanto, Rómulo de Carvalho refere-se a este assunto, como se fosse a primeira vez que alguém o tenha feito:

“Toda a legislação publicada foi fragmentária dificultando a visão global do sistema escolar que não chegou a ser esboçada. Houve, porém, um momento em que alguém tentou fazê-lo. Foi em 1923, quando João José da Conceição Camoesas tomou conta da pasta da Instrução Pública. Camoesas singularizou-se pela preocupação de dar uma ordem coerente e profícua à linha geral dos estudos que substituiu o intrincado amálgama de leis, Decretos e portarias, constantemente promulgados, suspensos, alterados e acrescentados. Consistiu o seu projecto em redigir um documento, que designou Estatuto da Educação Pública, não se atrevendo a fazê-lo por si só, mas procurando entre as pessoas competentes o indispensável auxílio” (Carvalho, 2001:697).

A Reforma de João Camoesas apareceu numa altura crucial, pois o País, que já tivera melhores dias, ainda se recompunha da 1ª Guerra Mundial.

“Considera de início Camoesas que a recente guerra que assolara o mundo, de 1914 a 1918, e que todos tinham presente na memória, obrigara as diversas nações a transformar o seu sistema de instrução pública, e que Portugal, por mais forte razão, deveria tentá-lo em consequência do seu atraso nesse campo. Na guerra, em que participámos, a «energia portuguesa» soube mostrar quanto valia «mas a sua eficácia social mantém-se num estado desesperadamente rudimentar»” (Ibid.:698).

A sua proposta para Reforma do ensino, era a continuação do objectivo Republicano: só com uma sociedade bem formada se podia construir um País melhor. Pensou a Educação de Infância, na sua gratuitidade e continuidade.

“Considera a proposta que a Educação Pública deve compreender três categorias que designa por geral, especial e superior. A educação geral abrange três graus: o grau infantil, gratuito, ministrado em Jardins-de-Infância, com quatro anos de duração, dos três aos seis, sem carácter de obrigatoriedade mas com tendência para o ter quando as condições económicas do País forem propícias” (Ibid., 2001:699).

Camoses tinha o Ensino Infantil como prioridade. Destacamos a referência que fez à inexistência de Escolas Infantis fora do âmbito de iniciativa particular, apesar da Educação Infantil ser um serviço público, ou tender a sê-lo nos Países mais adiantados. No nosso entender, o Ministro João Camoesas, ao dizer que não havia Escolas Infantis a não ser as particulares, estaria a fazer sentir a necessidade de se abrirem. Não sabemos se ele achava mesmo que não existiam, ou que o reduzido número de escolas o levou a dizer que era a mesma coisa que não existissem. Era um facto, que Camoesas acreditava neste sistema de ensino e sentia necessidade de se abrirem Escolas Infantis.

O Decreto n.º 9.223, de 6/11/1923, no art. 20, refere-se às classes preparatórias, que deviam ser regidas por professoras diplomadas em Ensino Infantil: -“As classes preparatórias das escolas primárias gerais serão regidas

sempre por professoras diplomadas com o curso de Ensino Infantil”, e se não houvesse professoras com essa especialidade no quadro das escolas seria aberto concurso entre as professoras com essa habilitação. Este facto veio demonstrar, no nosso entender, que os Republicanos pretendiam que o máximo de crianças tivesse acesso ao Ensino Infantil. Para tal, criaram-se as classes preparatórias, regidas, obrigatoriamente, por professoras primárias do Ensino Infantil dando assim oportunidade às crianças de terem este nível de ensino, enquanto não fossem criadas Escolas Infantis.

Para Ferreira Gomes: “este Decreto vem reforçar a hipótese de que em Lisboa, a Educação Infantil se limitaria às «classes preparatórias»” (Gomes, 1977:80).

Esta Reforma tentou trazer algo de novo à educação, mas, não se concretizou, pois não conseguiu ser publicada. Sobre esta temática pronunciou-se Rogério Fernandes ao dizer que:

“Durante a 1ª República, a chamada «Reforma de João Camoesas» (1923), constitui uma referência doutrinal em que confluem os ideários pedagógicos da Educação nova e da escola activa. Nesse traço pesaram certamente os contributos de Faria de Vasconcelos e de António Sérgio. (...) Reforma falhada, como tantas outras. (...) António Nóvoa classificou-a como a última grande manifestação da Pedagogia Republicana” (Fernandes:1993:164).

Apesar de tudo a Educação de Infância seguia o seu caminho, de uma forma pensada, organizada; precisava agora de tempo e que se continuasse a apostar nela para se desenvolver.

### **2.2.9. A descentralização do ensino**

Os Republicanos optaram, de acordo com a sua ideologia, por uma política descentralizadora, entregando a gestão das escolas primárias às Câmaras Municipais e, agora pela primeira vez, também, as Escolas Infantis. Esta boa vontade, bem como a promoção da qualificação científica e pedagógica dos professores primários, inserto na Reforma do Ensino Primário de 1911, seria importantíssima para alcançarem os seus objectivos. Segundo Rómulo Carvalho (2001), a execução da descentralização a que se propunham os Republicanos não teve as consequências positivas que os Governantes desejariam que tivesse, nem sequer foi tentada em muitos dos seus pormenores. Portugal não tinha reunido as

condições para fazer face ao arranque das providências decretadas, devido às carências económicas, e, acima de tudo, também pela carência de uma mentalidade disposta a aceitar mudanças de comportamento social.

Segundo o mesmo autor, as Autarquias também não estariam interessadas nem seriam a favor da descentralização. As dificuldades previstas e, logo de início, sentidas pelo Governo de Teófilo Braga, fizeram atrasar a sua regulamentação e execução, o que só veio a ocorrer passados dois anos, com a publicação da lei de 29/7/1913.

O tema da descentralização era uma temática muito discutida na imprensa da época. Por um lado, estava a máquina do poder a elogiar os efeitos da descentralização e dos bons resultados dessa medida, por outro lado estavam as vozes dos que, simplesmente, achavam que não poderia funcionar correctamente.

No Semanário Pedagógico *A Escola Nova*, do dia 19/5/1912, cujo redactor principal era João de Barros, aparece um texto de Kemp Serrão sobre a descentralização, que consideramos importante referenciar para esta temática,

“O meio político não está preparado para a descentralização do ensino. [...] Tão pouco é azado o momento político, para se fazer uma completa descentralização. É verdade que a actual lei de instrução primária, determinando a descentralização do ensino, teve o cuidado de estabelecer penalidades às Câmaras que faltassem ao rigoroso cumprimento do seu dever, mas há um abismo entre uma lei que acaba de se promulgar e a sua execução prática na vida” (Ano I, n.º 23:1 e 2).

Ao abordar as intenções do Governo para o ensino, aquele autor afirmou que tinham de se ter em consideração as condições do meio social e do momento político. Falou das penalizações cominadas às Câmaras no caso do não cumprimento das medidas do Governo. Kemp Serrão citando Kropotkine no seu trabalho sobre a Revolução Francesa “... mas como podiam as leis da Assembleia entrar na vida, sem que a revolução de facto se tivesse realizado em cada cidade, em cada aldeia, em cada uma das trinta e seis comunas de França” (Ibid.: 2). Segundo o autor o País não estava preparado para fazer a descentralização. Primeiro havia que formar a geração presente que frequenta a escola, aprontando assim a futura descentralização. Previa que as queixas e os abusos de poder não demorariam a fazer sentir-se por parte de muitos, “Debalde se esforçarão os Inspectores em clamar contra as ilegalidades cometidas, contra os

abusos, as violências: nem por isso elas deixarão de se efectivar” (Ibid.). A descentralização só podia obter sucesso em sociedades onde a cultura e a consciência cívica se encontrassem bem desenvolvidas.

Um dos aspectos que diferenciou a Reforma de 1911 do projecto da Reforma de João de Barros, foi precisamente a descentralização. Defendia uma descentralização mais leve e dividida entre Estado e Autarquias, onde o Governo se responsabilizasse, acima de tudo, pelo pagamento dos ordenados dos professores.

Os objectivos postos na execução da descentralização não foram atingidos devido, em grande parte, ao facto de desinteresse e falta de meios das mesmas. “Quanto à descentralização não possuíam as Autarquias os meios suficientes para assumirem as suas responsabilidades, e muitas vezes elas próprias se comportavam como se não estivessem interessadas em assumi-las” (Carvalho, 2001:678). Esta medida viria a ser suspensa cinco anos mais tarde pelo Ministro da Instrução Pública, Alfredo de Magalhães, do Governo de Sidónio Pais, por força do Decreto nº. 4594, de 13/7/1918. Para Pintassilgo (1998:52), “o falhanço dessa política obriga-os a regressar, em 1918, a formas mais centralizadas de ensino”. Quando os resultados não aparecem, quando as queixas são muitas, quando as pessoas directamente relacionadas como professores e Autarquias estavam descontentes, então o melhor seria repensar esta descentralização.

Sousa Fernandes (1992) analisa e sintetiza esta situação da descentralização, da forma seguinte:

“A descentralização do Ensino Primário e infantil traduziu-se numa transferência de encargos financeiros do Estado para as Câmaras Municipais, mas não na transferência de competências na elaboração e controlo do projecto educativo. A aplicação da descentralização deparou com dificuldades e resistências que conduziram ao seu abandono em 1918: escassez dos recursos camarários para suportar os custos da educação que conduziu a várias medidas legislativas destinadas a supri-las com subsídios estatais; no desvio da contribuição municipal para a instrução primária, para outras finalidades o que mostra que não havia consonância entre as Autarquias e o Governo quanto à importância política da instrução popular; na oposição dos professores primários à sua transferência de funcionários do Estado para funcionários Municipais, pois, viam nesta transferência uma ameaça à sua estabilidade económica e à sua independência em relação às influências locais. Com o Decreto de 12 de Julho de 1918, regressa-se à centralização plena” (Fernandes, 1992:355).

Rómulo de Carvalho também se refere à situação do Ensino Primário, se corria mal no sistema de centralização, antes de 1911, igualmente mal continuou a correr com a descentralização.

“De facto, em Decreto datado de 12 de Julho de 1918, decorridos apenas cinco anos sobre a entrada em vigor do novo sistema administrativo que tão desejado fora, a questão é posta nos seguintes termos: «Verificando-se que a descentralização dos serviços da instrução primária» [...] «não tem produzido no maior número de Municípios os benefícios que deveriam resultar da autonomia administrativa desses serviços» [...] «Reconhecendo-se que limitado tem sido o número de Câmaras Municipais a quem os interesses do ensino e do professorado tenham merecido o justo desvelo e consideração que lhes é devido» [...], determina-se que: «art. 1.º - Os serviços de instrução primária que» [...] «pertenciam às Câmaras Municipais passam a ser administrado pelo Estado a partir do ano económico de 1918-1919.» Assim terminou a descentralização do ensino, um dos estandartes erguidos com mais entusiasmo em prol do progresso da Nação, correspondendo o Governo, deste modo, às queixas do próprio professorado que via passar-se os fins de meses sem receberem os magros salários, cujo pagamento competia às Câmaras” (Carvalho, 2001:678).

Independentemente deste jogo do poder local sobre o central, ou da sobreposição do central sobre o local, isto é, da maior ou menor importância da vida municipal, a intervenção das Autarquias na educação era reduzida às contribuições a que estavam obrigadas e que eram impostas pelos diversos Governos. O Estado não abria mão e reservava para si todas as competências no domínio pedagógico, curricular e inspectivo. A superintendência administrativa da gestão dos edifícios escolares nunca fez parte das competências Municipais. Assim, e segundo Sousa Fernandes (1994:52), “[...] os Municípios e os cidadãos tinham sobretudo deveres e não direitos educativos; o dever de mandar os filhos à escola, expressa na obrigatoriedade, no caso dos pais; e o dever de contribuir para as despesas educativas, no caso dos Municípios”.

Na tentativa de solucionar o problema foi publicado o Decreto nº 5787-B, (DG, N.º 98, de 10/5/1919), que pretendia retirar ao Estado a exclusiva implementação do Ensino Primário dos encargos inerentes, bem como às Autarquias, veio atribuir a sua gestão às Juntas Escolares, constituídas por representantes dos executivos Municipais e dos professores primários.

“É incompreensível que não tendo as Câmaras capacidade para administrar o Ensino Primário se lhes imponha a obrigatoriedade de satisfazer os encargos respectivos, o que demonstra que o Estado considera como interditos na administração do ensino os Municípios, nomeando como tutores umas juntas de que fazem parte, em cada concelho, dois representantes da respectiva Câmara e

portanto, igualmente interditos os quais não têm evidentemente competência legal para administrar uma coisa que por lei lhes é vedada” (Peixoto, 1922:7).

Este Decreto não teve grande sucesso, acabando por, face à contestação, ser revogado pelo Decreto nº 8203 (*DG, N.º 121*, de 19/6/1922), que justificava a medida do Governo de António Maria da Silva:

“Considerando que algumas Juntas Escolares não cumprindo com a sua missão, têm cometido as maiores ilegalidades; considerando que em alguns concelhos estão de tal forma divididas e os seus membros tão incompatibilizados, que a sua existência só prejudica a boa administração do ensino; [...] Considerando, enfim, que se torna, indispensável regular devidamente o seu funcionamento” (Carvalho, 2001: 678).

Na 1ª República, o papel dos Municípios na educação não foi pacífico, sendo objecto de contestação por parte dos próprios Municípios, pela falta manifesta de recursos para sustentarem o sistema educativo e por parte dos professores, por um lado, pelo conhecimento que tinham da situação financeira das Autarquias, e por outro, pelo receio da falta de pagamentos dos salários e das dependências políticas que um sistema desta natureza pode originar.

“A alta e patriótica missão que os Municípios vêm desempenhando na administração local incita-os a enfrentarem com o maior ardor o magno problema do ensino popular, procurando reaver a sua administração a fim de continuarem a obra admirável da descentralização, concorrendo assim para que as crianças, os cidadãos de amanhã, aqueles que hão-de ser os defensores da Pátria e os dirigentes dos destinos da Nação, possam encontrar, durante a idade escolar, o auxílio de que carecem e a que têm direito, transformando o grande santuário da escola num centro propulsor do desenvolvimento e da riqueza da nossa nacionalidade” (Peixoto, 1922:12).

Embora a 1.ª República fosse um período áureo de Reformas da administração autárquica, os constrangimentos à autonomia financeira dos Municípios, mantiveram-se, pelo que a instrução esbarrou sempre com a falta de preparação e de vontade e com as carências financeiras das Câmaras Municipais.

### **2.3. A Educação de Infância na Ditadura Militar**

A Ditadura Militar (1926 – 1932) foi um período transitório entre a 1ª República e o Estado Novo. Correspondeu a uma revolução que permitiu a implementação de uma nova filosofia política e ditadura administrativa.

Segundo Gomes (1977: 90), nos anos seguintes ao fim da 1ª República, a preocupação com a Educação Infantil manteve-se. O Governo da Ditadura Militar

reconheceu as suas vantagens; no entanto, segundo o mesmo autor, verificou-se uma diminuição de legislação própria e realizações concretas. Continua contudo, a ser uma aposta do governo,

“O desenvolvimento que na vigência da República começou a dar-se ao Ensino Infantil, comprovado pelas modelares escolas existentes na cidade do Porto e pelo número de secções infantis existentes nas escolas de Lisboa, tem de ser continuado” (Ministro Duarte Pacheco, Preâmbulo do Decreto nº. 16037, in *DG*, N.º. 237, 15/10/1928).

Neste período destacamos um facto novo para o Ensino Infantil, ao determinar-se, através do parágrafo único do art. 2º, do Decreto 13619 de 17/5/1927, que nas localidades em que houvesse escolas de Ensino Infantil, os alunos que a frequentassem com aproveitamento, podiam matricular-se na 2ª classe do ensino elementar. Seguidamente, o artigo 13791 de 17/6/1927, veio alterar ligeiramente esta disposição estabelecendo que os professores sejam autorizados a manter na 1ª classe os alunos que tivessem frequentado as classes infantis, apenas pelo tempo indispensável para a aquisição dos conhecimentos necessários para a passagem à 2ª classe. Este aspecto podia ter sido fundamental para aumentar a frequência escolar no Ensino Infantil que se verificou nesses anos, como constatamos ao analisar os dados do Anuário Estatístico do período da Ditadura Militar, em que houve um ligeiro aumento de Escolas Infantis, de alunos e de professoras deste nível de ensino, como abordaremos mais adiante.

Neste período destacamos Irene Lisboa, uma professora primária que se dedicou ao Ensino Infantil, e exerceu a sua função nas Escolas Infantis de Lisboa. Depois de efectuar uma visita às Escolas Infantis de Genebra, Paris, Bruxelas e Roma apresentou, nos anos trinta do século XX, uma proposta para um programa da Escola Infantil. Esta proposta reforçava a especificidade do Ensino Infantil e diferenciava-o do Ensino Primário. Manifestava, ainda, preocupação com a organização do espaço, do tempo e dos materiais, ao considerar que deviam proporcionar às crianças momentos de jogo livre e orientado, reduzindo a interferência da professora (Cardona, 1997:45).

## **2.4. A Educação de Infância nos primeiros anos do Estado Novo (até 1937)**

Este é um período que se caracteriza por uma grande desvalorização da vida cultural do País. Os principais valores que se transmitiam às crianças eram os que tradicionalmente a Igreja defendia: -obediência, resignação e caridade.

A vida rural, em oposição à vida moderna, é apresentada como a mais honrada e feliz. A família, mesmo pobre, é caracterizada como sendo uma família onde reina a harmonia e a felicidade. Nesta perspectiva as mulheres deviam ocupar-se das tarefas domésticas e cuidar dos filhos, enquanto os homens se dedicavam a ganhar o sustento de cada dia.

Neste regime a Educação Infantil passa a ser considerada uma tarefa exclusiva da família, mais particularmente das mães, sendo mesmo definidas medidas legislativas que visavam a consolidação desta atitude. Neste enquadramento foi publicado o Decreto n.º 24402, de 24/8/1934, que terminava com a obrigatoriedade das fábricas criarem creches para os filhos das mulheres trabalhadoras, pois estas não deveriam trabalhar fora de casa.

No ano de 1936, é aprovado o estatuto da Obra das Mães para a Educação Nacional, pelo Decreto n.º.25311, (*DG*, N.º. 191, de 15/5/1936). A sua principal função era a de ser responsável pela Educação Infantil em complemento da acção familiar, ou seja, passa a ser responsável pela educação das mães portuguesas, de acordo com as ideias do regime.

O Ministério da Educação Nacional determina o fim do Ensino Infantil em 1937, através no Decreto n.º. 28081, (*DG*, N.º.236, de 9/10/1937). O Governo passou a valorizar as formas de actividade educativa como a da “Obra das Mães para a Educação Nacional. A consequência deste Decreto foi o encerramento de todas as Escolas Infantis existentes em Portugal de carácter oficial. Os professores dessas escolas passaram a pertencer ao quadro dos professores do Ensino Primário.

Enquanto no regime anterior se comparava a escola a um *Jardim* onde as *flores* se iam desenvolvendo naturalmente, durante este período fala-se de *pedras em bruto* que é necessário *polir* ou *cortar*.

Dá-se, assim, um grande retrocesso na História da Educação de Infância:

o Ensino Infantil deixa de estar a cargo do Ministério da Educação, e volta a ter uma função essencialmente assistencial, sendo posta de lado a sua função educativa.

#### **2.4.1. Escolas Infantis criadas entre 1910 e 1937**

Até ao início da 1ª República foram criadas poucas Escolas Infantis. No entanto, durante esse período, o número aumentou consideravelmente. A Educação de Infância tornou-se popular com a 1ª República. Segundo Beja, (1985:107) a Reforma de 29/3/1911, do recém instituído Governo da República publicou uma lei que “...Reformava profundamente as estruturas do Ensino Infantil, primário e normal e que, necessariamente, viria a exigir soluções novas à arquitectura escolar e a pressionar a constituição, remodelação e reparação dos equipamentos educativos”. Pela amplitude, definição de objectivos e brevidade da publicação, compreende-se que o conteúdo das novas disposições legais se fundamentava em diagnósticos de situação e em experiências anteriores à implantação do novo regime. “As realizações que, desde meados do século XIX, vinham projectando, na sociedade portuguesa, os ideais Republicanos de educar para desenvolver, popularizando por exemplo, o Ensino Infantil” Ibid.: 75).

Por iniciativa privada, pertencente à obra da Associação de Escolas e Jardins-Escolas João de Deus, foram abertos Jardins-Escolas, em Coimbra em 1911, Figueira da Foz e Alcobaca em 1914 e Lisboa 1915 (Gomes, 1977:63 a 66).

Apesar da iniciativa particular de João de Deus Ramos, os Republicanos queriam abrir Escolas Infantis públicas.

Segundo Gomes (1977:68), o ano de 1914 ainda não havia qualquer Escola Infantil oficial criada. Refere-se a esta mesma situação mas ao caso específico da cidade do Porto, o Anuário da Câmara Municipal do Porto. Apesar de ser a um ritmo lento, o número de Escolas Infantis foi crescendo a partir desta data. Segundo Gomes, até 1923 a Câmara Municipal do Porto criou sete Escolas Infantis e uma outra anexa às escolas normais do Porto (1977:68). Em 1915 a Comissão Executiva da Câmara Municipal de Lisboa resolveu fundar um internato e semi-internato infantil. Não podemos agora, deixar de acrescentar a

criação da EIB em 1915, instituição que estudamos pormenorizadamente no Capítulo quarto da dissertação.

Em Junho de 1916 a lei nº 563, criava o Fundo das Construções Escolares e que tinha por fim financiar a construção dos novos edifícios destinados ao Ensino Primário, infantil, elementar e complementar, para que estes satisfizessem as normas técnicas, higiénicas e pedagógicas. Foram definidos programas para os edifícios escolares (primários e infantis) e cada espaço era tratado conscienciosamente segundo critérios fundamentais (dimensão, características de materiais, acabamentos pedagogicamente recomendados, elementos acessórios, etc).

Houve também a preocupação de adaptação da arquitectura dos edifícios escolares às características da região.

“Nas Condições gerais destas normas foi, de novo, evidenciado o aspecto da regionalização dos edifícios (diálogo arquitectura escolar – região, recursos aos materiais característicos e mais abundantes, etc.). É ainda de salientar o aviso quanto a futuras necessidades de ampliar edifícios; recomendava-se que se considerasse essa hipótese ao elaborarem-se os projectos – base” (Beja et al, 1985: 124).

Segundo Beja, a aplicação, na prática, das normas técnicas, higiénicas e pedagógicas, tornou-se bastante problemática logo na época em que foram provisoriamente aprovadas. A situação de guerra que atingira o País, as tensões internas – mais nítidas com a subida ao poder de Sidónio Pais – determinou o bloqueio às medidas que implicassem grande envolvimento político ou sobrecarga às Finanças Públicas. No entanto, o Ministro da Inspeção, José Alfredo Mendes de Magalhães, procurou dinamizar medidas que melhorassem as condições higiénicas em que se praticava o ensino (Ibid.:124).

No entender de Beja (1985: 125), as circunstâncias em que a República se encontrava ao completar os primeiros dez anos, não permitiam que, até então, se definisse em concreto um plano de construção de edifícios que atendesse às carências do País”.

Nos primeiros anos da década de vinte do século em análise, continuava má a situação das instalações escolares; piorara mesmo, comparativamente aos primeiros anos da República. À rede de ensino faltavam novos edifícios tendo-se degradado bastante os que eram mencionados anteriormente como boas casas de

escola. Segundo a autora, a fraca resposta da construção civil ao lançamento de obras, foi uma das causas de estrangulamento para a construção escolar.

“ Tentou-se ultrapassar situações de escolas que não se construíram por falta de arremate e, por outro lado, para garantir prioridade na conclusão de edifícios já iniciados, mas cujas obras tinham parado por se terem esgotado as verbas previstas inicialmente. O Governo de António José de Almeida publicou o decreto nº 7.034, de 9 de Fevereiro de 1921, que regulamentava a concessão de subsídios, para que fossem concluídos edifícios escolares e permitia a administração directa de obras, por Câmaras ou Juntas de Freguesia que fossem subsidiadas pelo Estado. A repartição das Construções Escolares ficava incumbida de fiscalizar o andamento técnico das obras, além de elaborar os projectos, procede a medições e verificar orçamentos” (Ibid.: 132).

No ano de 1922 havia no Porto seis Escolas Infantis e, em Lisboa, estavam em funcionamento algumas classes preparatórias ou «secções infantis» (Gomes, 1977:79). Apesar da certeza dos números, ainda houve políticos, como João Camoesas, que constatou, em 1923, que não havia Escolas Infantis oficiais criadas em Portugal: “Não existem no nosso País, fora do âmbito de iniciativa particular, Jardins-de-Infância, apesar da Educação Infantil ser um serviço público, ou tender a sê-lo, nos Países mais adiantados” (Preâmbulo da proposta de lei de 1923).

Em 1923, foi inaugurada, em Lisboa, uma escola israelita, a fim de “ministrar a crianças de ambos os sexos o Ensino Infantil, destinado a crianças dos quatro aos sete anos de idade” (Gomes, 1977:80). Em 1924 através do Decreto n.º 10:148 (*DG, N.º.221*, de 1/10/1924), o ministro Abranches Ferrão “...criou junto das escolas primárias de Lisboa 44 secções de Ensino Infantil, sendo 12 no 1.º Bairro, 8 no 2.º Bairro, 10 no 3.º Bairro e 14 no 4.º Bairro” (Ibid.: 81).

Os estudos de Joaquim Ferreira Gomes indicam-nos que durante o período da 1ª República foram criadas apenas sete Escolas Infantis oficiais, contabilizando apenas as escolas criadas na cidade do Porto, “...uma investigação honesta apenas nos deu a certeza de que, nos 16 anos que medeiam entre 1910 e 1926, entraram realmente em funcionamento 12 Escolas Infantis – 7 criadas pela Câmara Municipal do Porto, 4 Jardins-Escolas João de Deus e a Escola Israelita e algumas secções infantis” (1977: 81).

Segundo o *Anuário Estatístico de Portugal* referente a 1927, havia no ano lectivo de 1926/27 em Portugal Continental cinquenta e cinco escolas e secções de Ensino Infantil, onde não estavam incluídos os Jardins-Escolas João de Deus que

existiam em Coimbra, Figueira da Foz e Alcobaça. As secções de Ensino Infantil a que se refere são as classes preparatórias do Ensino Primário criadas em 1919 por Leonardo Coimbra.

Os estudos efectuados por Salvado Sampaio sobre o Ensino Infantil referem não saber quando começaram a funcionar as Escolas Infantis decretadas em 1911 nem a latitude que teriam alcançado (Sampaio, 1968, N° 8:76-104).

No nosso estudo procuramos fazer um levantamento das Escolas Infantis criadas em Portugal no período do início da 1ª República até 1937 através de pesquisa efectuada no Arquivo Histórico do Ministério da Educação e no Anuário Estatístico.

Encontramos documentos específicos que indicam, claramente, o número de escolas criadas até 1926, bem como a localidade e data da sua criação. O Ministério da Instrução Pública ao pretender averiguar qual o número de Escolas Infantis que existiram em Portugal até essa data, enviou, em 8/3/1926, uma carta para os Directores de todos os Círculos Escolares do País, por intermédio do Director Geral Interino, que solicitou o envio dos dados pedidos.

Apresentamos, pormenorizadamente, mais à frente os dados que nos indicam as Escolas Infantis criadas, a localidade e a data da sua criação. As localidades onde houve Escolas Infantis ou secções infantis até 1926 foram: Aveiro 3, Braga 6, Bragança 1, Porto 13, Lisboa 29, Leiria 1, Torres Novas 2, e Guimarães sem indicar o número. Bragança foi assim a primeira cidade do interior a ter Ensino Infantil.

É nossa convicção que durante a 1ª República foram criadas em Portugal vinte e duas Escolas Infantis, quinze secções infantis e pelo menos dezassete classes preparatórias, totalizando um número total de cinquenta e cinco. Não apuramos o número exacto das classes preparatórias porque a Junta Escolar de Guimarães apenas indicou que existiam mas sem as quantificar. Apenas contabilizamos as escolas oficiais pertencentes aos Círculos Escolares, sendo excluídos os Jardins Escola João de Deus e outros de iniciativa particular.

Os dados apresentados indicam-nos que foram criadas mais Escolas Infantis que apenas as sete indicadas por Gomes.

Algumas localidades manifestaram interesse em abrir Escolas Infantis, mas as dificuldades económicas eram as razões apontadas para a não abertura.

O *Anuário Estatístico de Portugal* começou a apresentar dados sobre as Escolas Infantis criadas em Portugal no ano lectivo de 1926/27 e continuamente até ao ano lectivo de 1936/37. No ano lectivo de 1926/27 havia cinquenta e cinco escolas e secções infantis.

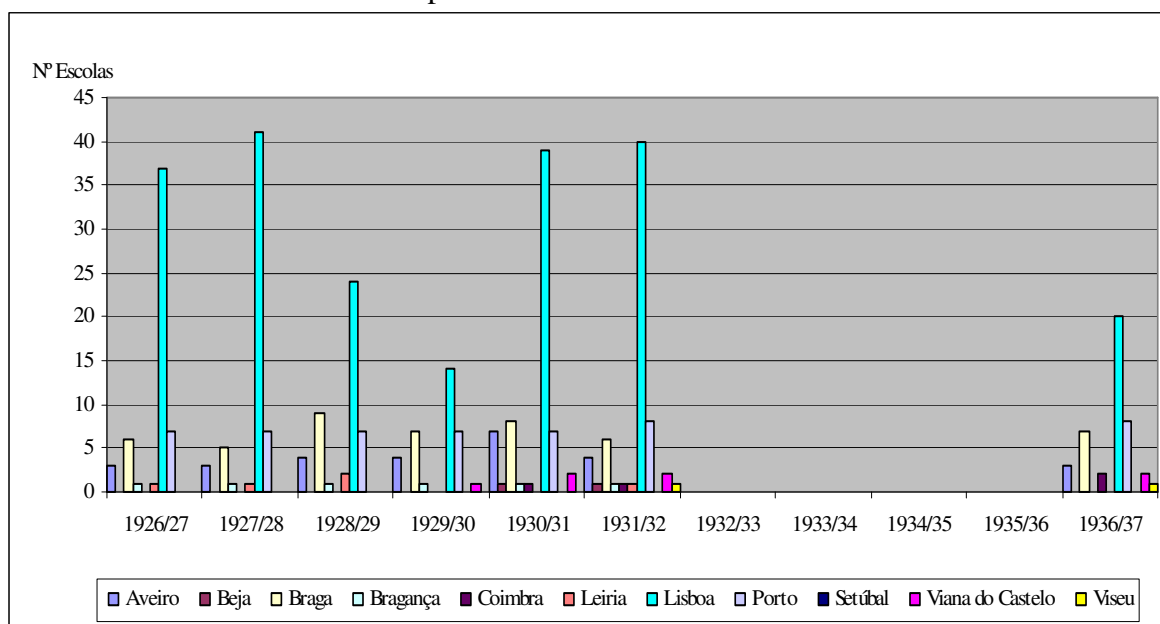
A seguir apresentamos os gráficos e tabela correspondentes às cidades onde houve Ensino Infantil oficial, bem como o número de escolas e de secções infantis e o número de alunos, entre os anos lectivos de 1926/ 27 a 1936/37.

Quadro 1: Cidades com Escolas Infantis em Portugal entre os anos lectivos de 1926/27 a 1936/37

Cidade	Anos	1926/27	27/28	28/29	29/30	1930/31	1931/32	1936/37
		Escolas	Escolas	Escolas	Escolas	Escolas	Escolas	Escolas
Aveiro		3	3	4	4	7	4	3
Beja						1	1	
Braga		6	5	9	7	8	6	7
Bragança		1	1	1	1	1	1	
Coimbra						1	1	2
Leiria		1	1	2			1	
Lisboa		37	41	24	14	39	40	20
Porto		7	7	7	7	7	8	8
Setúbal								
Viana do Castelo					1	2	2	2
Viseu								1

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal* (1926 a 1937); AHCMB.

Gráfico I- N.º de Escolas por cidade criadas entre os anos 1926/27 a 1936/37



Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal* (1926 a 1937); AHCMB.

Durante esse período constatamos que na região Norte havia cinco cidades com Ensino Infantil: Aveiro, Braga, Bragança, Porto e Viana do Castelo; na região Centro, três cidades: Coimbra, Leiria e Viseu; e na região Sul também três cidades: Lisboa, Setúbal e Beja. Entre os anos lectivos 1932/33 a 1935/36 o Anuário Estatístico não disponibilizou informação, quanto ao número de escolas, apenas apresentou informação quanto ao número de alunos existentes no Ensino Infantil, razão pela qual não apresentamos em gráfico a Escola Infantil de Setúbal, apenas com dados referentes ao ano lectivo de 1935/36 com 31 alunos, como veremos no gráfico seguinte.

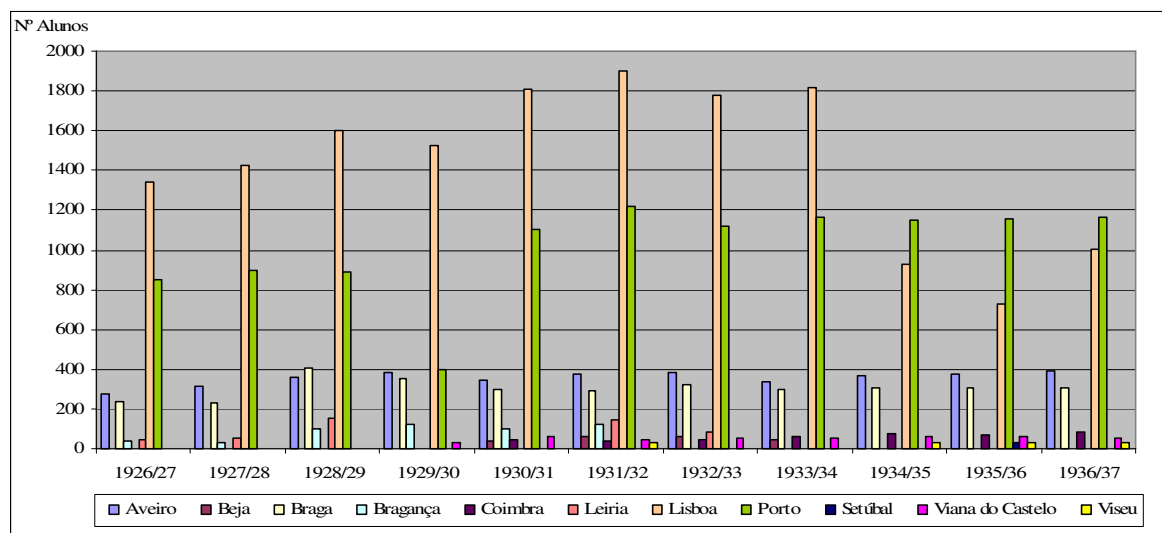
Lentamente o Governo foi extinguindo algumas Escolas Infantis, como aconteceu nas cidades de Beja e Bragança no ano lectivo de 1933/34 e Setúbal em 1935/36.

Quadro 2: Número de alunos por cidade entre os anos lectivos 1926/27 e 1936/37

Anos Cidade	1926/27	27/28	28/29	29/30	1930/31	1931/32	32/33	33/34	1934/35	1935/36	1936/37
	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos	Alunos
Aveiro	276	313	362	385	341	375	386	336	366	372	391
Beja					38	62	58	45			
Braga	236	227	403	349	300	288	325	302	307	305	307
Bragança	35	28	99	119	103	120					
Coimbra					45	40	47	60	75	68	87
Leiria	43	51	153			148	82				
Lisboa	1343	1428	1600	1527	1812	1898	1780	1817	929	727	1001
Porto	851	897	890	395	1102	1215	1122	1168	1147	1155	1167
Setúbal										31	
Viana do Castelo				31	59	47	57	54	58	60	51
Viseu						31			27	28	28

Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal* (1926 a 1937); AHCMB.

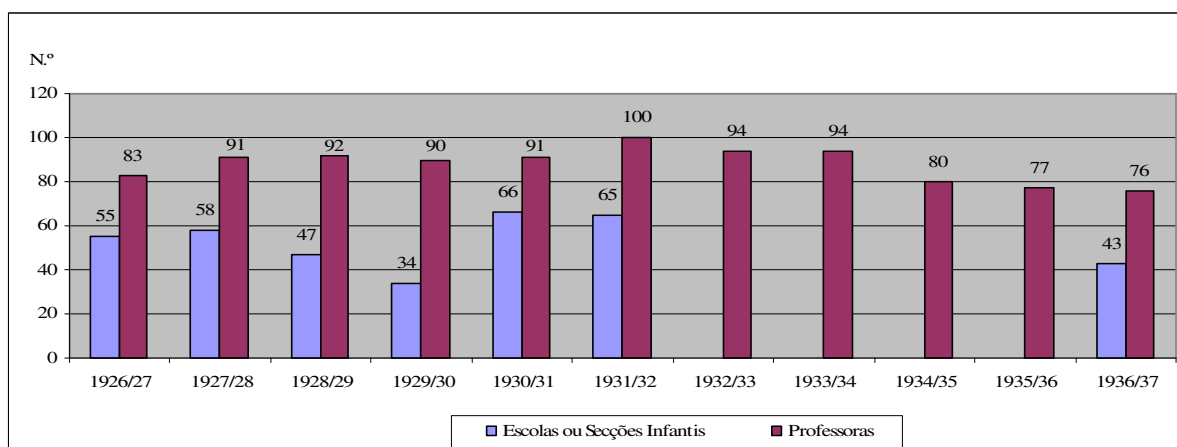
Gráfico II- Número de alunos por cidade entre os anos 1926/27 a 1936/37



Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal* (1926 a 1937); AHCMB.

O número de alunos que frequentavam o Ensino Infantil era muito elevado no Porto e em Lisboa, comparativamente com as outras cidades. Tal facto justifica-se por haver, nestas cidades, maior número de Escolas Infantis.

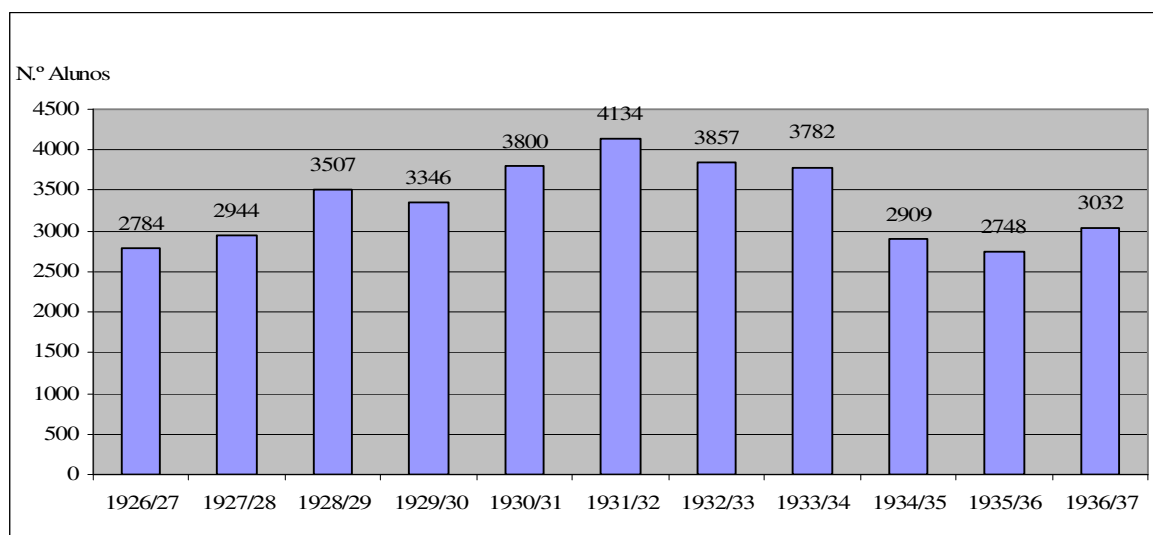
Gráfico III- N.º de escolas ou secções infantis e n.º de professoras entre os anos 1926/27 a 1936/37



Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal* (1926 a 1937); AHCMB.

A abertura de Escolas Infantis foi um pouco uniforme ao longo deste período, reduzindo de cinquenta e cinco em 1926 para quarenta e três em 1936/37. O número de professoras também reduziu passando de oitenta e três em 1926/27 para setenta e seis em 1936/37.

Gráfico IV- Total do n.º de alunos por ano lectivo entre 1926/27 a 1936/37



Fonte: *Anuário Estatístico de Portugal* (1926 a 1937); AHCMB.

Através da análise deste gráfico podemos verificar que apenas houve um ligeiro aumento de alunos inscritos no Ensino Infantil durante este período. De 2784 alunos em 1926/27 passou-se para 3032 em 1936/37.

Concluimos que foi durante o regime político da Ditadura Militar, mais precisamente nos seus últimos anos (1930-32), que o Ensino Infantil mais se desenvolveu, atingindo o número máximo de Escolas Infantis, de alunos e de professoras.

## **PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO**



## **CAPÍTULO 3: A ESCOLA INFANTIL DE BRAGANÇA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA**

### **3.1. Contexto histórico e socio-político**

A 1ª experiência de Educação de Infância na cidade de Bragança surgiu em 1915 através da criação da EIB que viria a entrar em funcionamento em 1/1/1917.

Persuadidos que estamos de a análise desta escola não se esgotar pelo estudo das condições pedagógicas que lhe servem de fundo, importa fazer, ainda que breve, uma abordagem da vida social, política, cultural e económica, no período onde se insere a realidade que foi a EIB, para melhor compreendermos e valorizarmos a sua existência e a vida dos actores sociais, pois de homens, mulheres e crianças se trata.

Por mais que nos interessasse isolar o estudo da EIB da sociedade que a criou e manteve, da evolução político-social à sua volta, não o conseguiríamos fazer sob pena de não o fidelizarmos.

Quando entrou em funcionamento a EIB já a 1ª República tinha sete anos de existência. Foram anos marcados pelos condicionalismos políticos resultantes da implantação da República onde se destacou o partido Republicano Português e o Partido Democrático. Outros partidos, como o Partido Evolucionista e o Partido Unionista, surgiram, mas sem grande relevância, fazendo oposição às medidas dos diversos Governos um pouco por todo o País, através da imprensa local, onde cada partido possuía o seu Jornal de propaganda e de oposição.

Em Bragança destacamos o Jornal *Semanário Republicano*, órgão do Partido Evolucionista e o Jornal *Notícias de Bragança*, órgão do Partido Democrático. O Partido Democrático venceu quase todas as eleições para o Congresso, exceptuando apenas as que se realizaram em 1921, assumindo assim uma forte presença dominante na administração da 1ª. República.

A situação do País agravou-se com a participação na primeira Guerra Mundial (1914/18), colocando Portugal numa situação económica, social e

política muito débil. Vão-se gerando movimentos de contestação nas margens do regime, onde começam a surgir apelos à regeneração nacional.

O ano de abertura da EIB coincide com a revolta militar de 5/12/1917 chefiada por Sidónio Pais e com o apoio do Partido Unionista instaurando uma Ditadura Militar, e a adopção de um sistema de Governo presidencialista. As eleições de 1918 foram ganhas pelo Partido Nacionalista recém-formado. Neste período os Católicos e Monárquicos estiveram representados no congresso por uma minoria. Os apoios à Monarquia cresciam à medida que a crise do País aumentava. Com o assassinato de Sidónio Pais, em 1918, seguiu-se uma grave crise política em que se defrontaram Republicanos e Monárquicos, controlada pelos Republicanos apenas no ano seguinte em 1919.

A década de vinte é marcada por sucessivas mudanças de Governo e rivalidades dentro do Partido do poder. Começou a crescer o receio dos apoiantes do anarquismo e do bolchevismo. A simpatia do exército pelas soluções autoritárias culminou com a Ditadura Militar instaurada na sequência do movimento militar de 20/5/1926, dissolvendo assim o Parlamento. E assim, “a crise interna do Estado conduz a uma Ditadura Militar, que depressa ganha o apoio dos sectores conservadores” (Saraiva, 1983:535).

Esta Ditadura Militar predominou até à entrada do Estado Novo em 1933,

“A transição da ditadura para uma nova ordem constitucional apresentava, porém, grandes dificuldades. A democracia parlamentar baseada nos partidos políticos era olhada pelos homens da ditadura e por sectores de opinião, como a solução indesejável, a causa da crise e do clima de luta permanente a que a revolução pretendia por termo” (Saraiva, 1983:542).

O grande problema era tirar o País da crise, dar uma melhor qualidade de vida às pessoas, e resolver os problemas que grassavam pela sociedade portuguesa.

Se o lema da modernidade era o mote para chegar ao poder, os Homens do Estado Novo conseguiram-no tal como os da primeira República, utilizando o qualificativo “novo”. Se antes foi a formação do Homem “novo”, em 1933 foi a formação do Estado “novo”. O País precisava de ordem, de organização e poder; “em 1933, um novo texto constitucional procura dotar a Nação de um estatuto

nacionalista, corporativo, autoritário”, (Saraiva, 1983:535). A estabilidade política tem suporte na personalidade do chefe do Governo – Oliveira Salazar.

A mudança de regime Republicano para a Ditadura Militar de 1926 a 1933 e ainda os dois primeiros anos do Estado Novo até 1934 seguiram de perto esta experiência pedagógica desde o seu início até ao seu fim.

### **3.2. A cidade de Bragança entre os anos 1915 a 1934**

Bragança, cidade do interior norte de Portugal, de importância fundamental na região de Trás-os-Montes, vivia do cultivo da terra, serviços e comércio, capital de um distrito de acentuada ruralidade que dependia essencialmente da agricultura e não queria perder a senda do progresso e da modernidade que as ideias Republicanas colocaram no País, manifestando interesse em estar na primeira linha das inovações, onde se inseria a educação. No entanto, a distância aos centros de decisão foi factor de constrangimento ao seu crescimento e desenvolvimento, constatando-se um afastamento sistemático da população do distrito para outros pontos do País e Estrangeiro.

A interioridade e o isolamento ajudam-nos a compreender os traços culturais, as variadas inércias, diversas persistências, alguns arcaísmos e, por vezes, certas originalidades e determinadas especificidades. No entanto, estas características não impediram que Bragança se abrisse ao exterior. Os problemas de subalternidade são mais o resultado da história e da acção dos homens, do que propriamente das condições geográficas.

O tom lamuriento e acomodatório dos custos da interioridade foi substituído pelo empenho e pela acção. Os testemunhos dessa época e as linguagens artísticas confrontam-se no mesmo espaço e confluem numa mesma dimensão. A cidade é ainda hoje, em parte ou no todo, um testemunho material, e por isso mesmo, um documento. Se é verdade que a cidade é o reflexo da sociedade, não é menos verdadeiro que, por sua vez, a cidade afeiçoa a sociedade.

Em 1911 tinha uma população de 6.792 habitantes, em 1920 tinha 5.787 habitantes e em 1930 tinha 6.089 (*Anuário Estatístico de Portugal de 1911/1920 e 1930*). Possuía uma imprensa local muito activa, havendo diversos jornais publicados nesse período.

Nos primeiros anos da República houve necessidade de fazer face a uma crise económica e social decorrente de maus anos agrícolas que afectaram todos os sectores da cidade. A expressão *a mesa está posta pelos campos fora*, utilizada na imprensa local retrata bem esta dependência da agricultura.

“Não há ninguém que se não queixe do mau ano agrícola: queixam-se porque é um dos piores que há memória e porque vem depois de dois anos também maus. Todos os lavradores se receiam, porque não sabem como possam sustentar-se e às famílias durante esses longos meses que tem de decorrer até às colheitas do futuro ano, e mais ainda, porque não sabem como possam correr às despesas da cultura para as futuras colheitas. E a acompanhar a miséria agrícola virá a fome do operariado rural, pois os seus braços não terão emprego; e a necessidade há-de impeli-los à emigração. [...] Não há centeios, não há trigos, não há renovos, não há azeite, secam-se as uvas nas videiras, e nem hortas há. Como deixar de temer a fome? Como deixar de recear as suas funestas consequências?” (“A crise económica no distrito”, in *O Montanhês do Norte*, Nº 42, 17/8/1913:2).

O comércio estava muito dependente da agricultura como faz notar a imprensa da época: “sofrerá também as consequências, que não terá extracção para as suas mercadorias, o que lhe paralisará os lucros, ou terá de as ceder fiadas, faltando-lhes os pagamentos a tempo de ele poder satisfazer os seus” (*Montanhês do Norte*, Nº 42, 17/8/1913:2), “O comércio estagna entre a miséria do consumidor” (“O povo na miséria”, in *Legionário Transmontano*, Ano II, Nº 75, 31/12/1915:1).

O ano de 1915 não foi melhor pois a crise na agricultura continuava. “O povo tem fome. Há muitos lares sem pão, sem agasalho, muitos tugúrios sem higiene” (Ibid. “O povo na miséria”). A crise económica nacional foi um reflexo da crise política.

Esta crise que assolou o País e Bragança, levou a que se organizassem reuniões dos diversos Governantes Civis do País para tentarem encontrar soluções, “...como o fim de estudar a crise que actualmente nos oprime e evitar quanto possível o progressivo aumento dos géneros alimentícios, está em projecto uma reunião de Governantes dos distritos do Norte que naturalmente se realizará no Porto” (*AHCMB*, Lv.19,1916:207 v).

Em Bragança a industrialização era fraca, destacando-se apenas a indústria mineira, que apresentava algum vigor. Das fracas vias de comunicação, destacava-se o comboio como o meio de transporte mais rápido de pessoas e mercadorias, inaugurado em 1906.

“Não obstante as vantagens da viação acelerada, o que faz que Bragança não seja já com relação à capital da nação um sertão em desterro, em todo o caso, para as velocidades modernas, vinte e duas horas de viagem é um sacrifício incomportável, e por isso todos chegam aqui moídos, quebrados de corpo e de espírito, e dispostos a olharem tudo por um prisma de cores negras” (“Falta de Polícia na cidade”, in *O montanhês do Norte*, Ano II, Nº. 37, 20/07/1913:2).

O estado da política e da economia em geral reflectiu-se também em Bragança. Parte da sociedade estava descontente com a política nacional, como atesta a comunicação social da época:

“Tudo está descontente. Está descontente o partido evolucionista que sendo vencido em 14 de Maio, entende, e bem, que a continuação da administração dos negócios públicos nas mãos da demagogia constitui o maior dos perigos para a consolidação, senão para a estabilidade da República e, conseqüentemente, para a independência da Pátria. Está descontente a União Republicana, cujo chefe tem publicado ultimamente artigos de formidável ataque ao Governo e à ditadura parlamentar, não tendo dúvidas em dizer que a nossa situação financeira é quase desesperada, que bancarota nos está a bater à porta e que esta segunda República é me bem condenáveis nepotismos igual, senão pior, do que foi a extinta Monarquia nos últimos tempos da sua corrupta agonia. [...] Estão descontentes valiosos elementos do partido democrático que, já até na própria imprensa, censuram asperamente as desvergonhas e os desmandos dos correligionários que estão à frente da administração suprema do Estado e dos incumbidos de nos fazerem as leis. [...]. E bem descontente deve ficar o País inteiro, ao saber que o deficit do ano económico corrente será de umas dezenas de milhares de contos” (“Descontente”, in *Semanário Republicano*, Ano I, Nº10, 12/9/1915).

Do ano de 1915 para 1916 os preços subiram para o dobro em Bragança. Por exemplo, um orçamento de uma obra da Câmara Municipal duplicou os custos,

“Para que possa levar-se a efeito tal obra orçada em condições normais, é hoje necessário gastar quase o dobro do preço que então lhe foi atribuído, pois é bem conhecido de toda a gente, que o material como a mão de obra cresceram em preço mais de 50%” (*AHCMB, Lv. 20, 1916:109v*).

A Autarquia sentiu bem todas estas contrariedades e ia seguindo o seu percurso histórico, procurando modernizar-se, apesar de ser um período de menor estabilidade política e de debilidades financeiras. Os efeitos que a participação de Portugal na primeira Grande Guerra Mundial provocou também se reflectiram. A imprensa relatou o desenrolar do cenário de guerra e as notícias sobre os acontecimentos na

“...frente da Batalha da Europa. Não havia outro caminho a seguir. Ou ir para a guerra, verter o nosso sangue ao lado dos defensores do direito e da justiça, livrando assim a humanidade desta nova invasão de bárbaros, ou morrer vítimas dos mesmos erros e fraquezas, sem nunca mais podermos levantar a cerviz, porque

nem a honra teríamos conseguido salvar! Que a guerra nos acarreta numerosos prejuízos e sofrimentos sem conta! Que ela há-de arrasar-nos económica e financeiramente e comprometer o futuro de várias gerações” (“Carta de Lisboa”, in *O Transmontano*, Ano II, N.º. 62, 11/2/1917:1).

Deve sublinhar-se que esta subalternidade económica não tem correspondência no plano cultural: - “Neste campo são vários os índices de vitalidade até, pelo menos, aos anos iniciais da década de 30 do século XX”, (Calado, 2004:39).

Para uma melhor caracterização da cidade de Bragança neste período destacamos um texto retirado de uma Acta da Câmara Municipal do ano de 1930, onde se discutia a possibilidade de na nova divisão administrativa Bragança vir a ser a Capital de Província:

“1ª- A cidade de Bragança é o centro intelectual mais importante dos actuais distritos de Bragança e Vila Real, que constituem a província de Trás-os-Montes; 2ª -Possui os melhores museus de Trás-os-Montes e um dos melhores Museus de todo o País; 3ª- Possui uma biblioteca pública e um arquivo distrital; 4ª-É a mais antiga província de Trás-os-Montes; 5ª- É a mais central, quer seja formada uma província com os actuais distritos de Bragança e Vila Real, quer seja formada à custa só do norte dos dois distritos; 6ª- Tem óptima água canalizada com distribuição domiciliária e um sistema completo de esgotos, condições que são indispensáveis à boa higiene de qualquer grande aglomerado; 7ª- É sede de um Regimento de Infantaria, um distrito de Recrutamento e Reserva, uma companhia da Guarda-Fiscal e uma companhia da Guarda Nacional Republicana; 8ª- Tem óptimos aquartelamentos para a sua guarnição militar actual e ainda para um regimento de Cavalaria ou força equivalente de qualquer unidade montada; 9ª- É a sede de uma Região Escolar; 10ª- É a sede de uma antiquíssima Diocese; 11ª- É a sede do Tribunal dos Acidentes no trabalho, com jurisdição em toda a actual província de Trás-os-Montes; 12ª-Possui dois hospitais, um Asilo de Infância Desvalida, um Dispensário antituberculosa e um lactário; 13ª- Encontra-se na mais rica região mineira de toda a província e muito perto das minas de ferro de Guadramil, que pela sua riqueza hão-de ser num futuro próximo o maior factor de progresso não só da província de Trás-os-Montes mas até de todo o País; 14ª- Encontra-se relativamente próxima do troço internacional do Douro, que, pelo tratado com a vizinha Espanha, há-de ser o grande fornecedor de energia eléctrica para todo o norte do País; 15ª-Tem as mais amistosas relações com todos os centros populacionais da Província; 16ª- É servida por duas importantes estradas internacionais, uma das quais é a via de comunicação mais curta do Norte do País para França; 17ª- Fica próxima da única Escola Correccional existente na Província; 18ª- Possui o liceu Central mais frequentado da actual Província de Trás-os-Montes; 19ª-Tem vias de comunicação fáceis como todos os concelhos da Província; 20ª- É a capital do Distrito mais importante da actual Província de Trás-os-Montes; 21ª- Tem óptimas instalações para o Governo da Província, para o Conselho Provincial e para todas as Repartições que lhes são anexas; 22ª- Tem sempre dado provas da sua inexcedível e inalterável dedicação à Pátria, à República, e à actual situação governativa, batendo-se sempre em sua defesa, até mesmo nas ocasiões mais criticas” (*AHCMB, Lv. 29, 1930: 195 e 196f e v*).

Segundo Monteiro (2004:30), neste período destacam-se os últimos anos da década de 20 “...onde a subalternidade económica da urbe não tem paralelo no plano cultural. Neste campo são vários os índices de vitalidade.” Foi neste ambiente que funcionou a Escola Infantil em Bragança.

### **3.2.1. Qualificação Urbana e Património**

Durante este período (1915/34), a cidade de Bragança foi sofrendo alterações através da conservação, arranjo e abertura de ruas, avenidas, largos, praças, e jardins públicos. “Tem a cidade ruas largas e arejadas e estão regularmente calcetadas”, (*O Montanhês do Norte*, Ano II, Nº. 37, 20/07/1913:2). Efectuaram-se obras de conservação nas Instituições públicas: nos edifícios da Guarda Nacional Republicana, do Governo Civil, Paços do Concelho, Tribunal Judicial, Finanças, Tesouraria da Fazenda Publica, Conservatório do Registo Civil e Predial, Cadeia Civil bem como as obras de beneficiação de escolas da cidade.

O arranjo e reconstrução de monumentos como as muralhas do Castelo, do próprio Castelo, Domus Municipalis e do Museu mereceram a atenção devido ao movimento renovador. Construíram-se monumentos como o Monumento aos mortos da Grande Guerra. Foi construído um jardim público, que veio valorizar muito a cidade. Calado (2004:39), refere que na década de 1920 para 1930 a cidade conhece uma renovação urbanística em várias frentes, “Graças ao empenho de um poderoso movimento regionalista que se formou à volta do Abade de Baçal e aos investimentos feitos pela Ditadura e pelo Estado Novo”.

No ano de 1917, as ruas eram iluminadas a petróleo e carboneto (*AHCMB*, Lv. 20, 1917:249v). O acordo de electrificação da cidade foi feito em 1912 e revogado em 1926 para expirar em 1946 (*AHCMB*, Lv. 30, 1917: 67f a 69v). A luz eléctrica na cidade foi inaugurada em 30/10/1921 (Cabrita, 2005:34). Só em 1925 começou a haver luz eléctrica nas ruas, depois de chegar às principais Instituições públicas. Em 1926 é colocada luz em frente da EIB (*AHCMB*, Lv. 25, 1926:14f).

### 3.2.2. Ambiente

Em matéria de ambiente predominou a manutenção, arborizações de ruas e praças, bem como obras de saneamento público, abastecimento de água com a construção e reparação de reservatórios, fontanários e fontes, e, ainda, a exploração, captação e canalização de água, “...não lhe falta água potável de boa qualidade”, (“Falta de Policia na cidade”, in *O Montanhês do Norte*, Ano II, Nº. 37, 20/07/1913:2). Os problemas de higiene e salubridade pública na cidade eram muitos, como se depreende das notícias, vindas a lume, na imprensa regional.

“A primeira coisa, que logo dá nas vistas a qualquer forasteiro, é a divagação dos porcos e das galinhas pelas ruas, como se a cidade se quisesse confundir com a mais íntima aldeia. E depois é a sujidade de toda a espécie, que imunda as ruas e os passeios por onde de noite mal se pode andar a gente sem perigo de se atolar em dejectos. E é a chiadeira dos carros, os rapazes a apedrejando-se em plena rua, os passeios impedidos pelas arreatas das cavalgaduras e até por madeiras de descarga, a via pública pejada de materiais de construção, montões de entulhos e de caliça pelo meio das ruas, transporte de estrumes em pleno dia, condução pelos passeios de grandes carregos que incomodam os transeuntes, e enfim todos os abusos que parecem indicar que se está na mais sórdida aldeia de Trás-os-Montes” (“Falta de policia na cidade”, in *O montanhês do Norte*, Ano II, Nº. 37, 20/07/1913:2).

### 3.2.3. Educação e Cultura

Em 1915 criou-se o Museu Regional de Bragança e em 1916 a Biblioteca Pública. Em 1932 criou-se o Museu Militar (Berenguel et al., 2004).

Os encargos com o equipamento e instalação de escolas no período que vimos analisando foram consideráveis. A taxa de analfabetismo era elevada. Nos censos de 1911, em Bragança, a taxa de analfabetismo, de pessoas com mais de sete anos, situava-se nos 61,9% sendo a média nacional de 56,4%. Em 1920, em Bragança a taxa era de 61,7%, sendo a média nacional de 54,7%, (*Anuário Estatístico de Portugal*).

O analfabetismo constituía um problema nacional que era urgente combater, “Ora hoje que nos encontramos ainda acorrentados à grilheta do analfabetismo numa percentagem assustadora e por consequência numa decadência manifesta de educação”, (“Instrução”, in *Notícias de Bragança*, ano IV, Nº 196, 18/11/1915:2).

Em 1916, havia no concelho de Bragança 67 professores primários (*AHCMB, Lv. 1 de Actas do Senado, 1916: 222v*), número que foi aumentando.

Em 1926 um relatório do Inspector Escolar José Candeias Duarte do Círculo de Bragança dá conta de um parque escolar muito degradado, (*AHCMB, Lv. 25, 1926:135v*).

Segundo este relatório, havia 97 escolas no Círculo de Bragança, das quais 65 eram no concelho de Vinhais, com 117 professores e 3200 alunos. Estavam instaladas em 100 edifícios, sendo 57 arrendados e 43 pertenciam ao Estado e às Corporações Administrativas. Segundo o Inspector Escolar referido, dos 100 edifícios só 11 obedecem ao modelo oficial do Estado da altura, sendo 2 Escolas Conde Ferreira, 2 Adães Bermudes e 4 outras construções Escolares. Os restantes 89 eram casas mal adaptadas. O seu estado de conservação e as suas condições higiénicas e pedagógicas eram classificadas segundo o Inspector da seguinte forma: - 5 em bom estado, 24 regular, 63 mau e 8 péssimo.

Na cidade havia 4 escolas primárias, sendo 2 em casas adaptadas para o efeito e 2 construídas de raiz como a escola Adães Bermudes e a Conde Ferreira. Referia ainda as péssimas condições de material pedagógico e mobiliário. Para os 3200 alunos havia apenas 471 carteiras. Apenas as escolas da cidade possuíam o necessário mobiliário para o seu regular funcionamento.

### **3.3. A Educação de Infância em Bragança**

A Educação de Infância em Bragança começou em 1917, precisamente na altura da abertura da EIB, objecto do nosso estudo. Até esta data, houve apenas preocupação com as crianças até aos sete anos de idade, mas mais de carácter assistencial e não de carácter educacional ou pedagógico.

Houve sempre crianças abandonadas e órfãs que necessitavam de cuidados e assistência que recebiam em Instituições como Hospitais e Albergarias a cargo dos Municípios, (*Oliveira, 1997:512*). Com a difusão das Misericórdias, que eram Instituições vocacionadas para a assistência, com competência e legitimação, esse apoio em Bragança foi assumido pela Santa Casa da Misericórdia. Segundo Alves, (*Tomo II, 1986:289*), esta instituição foi fundada em 6 de Julho de 1518.

À semelhança de outras localidades, também em Bragança a infância das crianças passou por diferentes etapas, sendo o século XIX uma época marcante para a sua história. Ao nascerem, as crianças necessariamente ingressavam no

mundo dos adultos que exerciam a hegemonia dos processos sociais, ficando ao cuidado da família; se fossem abandonadas eram apoiadas por Instituições.

No século XIX a infância em Bragança está directamente relacionada com a Roda dos Expostos, organização com regulamento próprio, que surgiu no século XVIII.

Na sequência da legislação de Passos Manuel uniformizou-se o serviço de Expostos (Decreto de 19/9/1836), atribuindo-os exclusivamente às Juntas Gerais do Distrito e Câmaras Municipais. Foi deliberado, em 1837, pela Junta Geral do Distrito de Bragança a criação de uma Roda dos Expostos em cada sede dos concelhos do Distrito, ficando cada uma a cargo do seu Município (*ADB, Actas da Junta Geral do Distrito, Núcleo do Gov. Civil, 1836-1842, Cx.204, Lv.824, fl.29v.-31*).

A Roda recebia crianças abandonadas que eram entregues até aos sete anos de idade ao cuidado de amas. Depois desta idade eram entregues à tutela dos Juizes de Órfãos. Aos vinte anos eram consideradas livres e emancipadas. As Rodas do distrito foram extintas em 1872 (*ADB, Actas da Junta Geral do Distrito, Gov. Civil, 1865-1872, Cx. 204 Lv. 827, fl.13*), e, em sua substituição, foi criada em Bragança uma roda-hospício, onde as crianças eram sustentadas até aos três anos de idade. Depois desta idade e até aos sete eram entregues a amas. Neste ano, sob proposta do Governador Civil aprovou-se a criação de uma Creche que ficou anexada ao Asilo Duque de Bragança (*ADB, Actas da Junta Geral do Distrito, Gov. Civil, 1865-1872, Cx. 204. Lv. 827, fl.13*). Este Asilo, criado em 1867, destinava-se a “proteger, instruir e educar moral, civil e religiosamente as crianças desvalidas do sexo feminino” (*Diário de Lisboa, 14-06-1867*).

Segundo o relatório do Governador Civil António Ferreira, apresentado na Junta Geral do Distrito de Bragança em 1872, a Creche estava dividida entre o Hospício e o Asilo,

“[...] Admitindo crianças até à idade de sete, as que ainda carecem de ser amamentadas ficam nos seus braços a cargo das amas internas do hospício, e as outras que já andam e brincam são entregues aos cuidados especiais das suas Governantes no asilo” (*ADB, Actas da Junta Geral do Distrito, Gov. Civil, 1865-1872, Cx. 204. Lv. 827, fl.13*).

A Creche estava dividida em três partes ou secções: Berço, Recreio e Guarda, e Escola. O Berço era para as crianças que ainda eram amamentadas. O recreio e guarda era a fase em que as crianças deixavam de ser amamentadas mas ainda não tinham a marcha e outras destrezas desenvolvidas. A escola era para crianças já com mais autonomia e só do género feminino, mas com a intenção de vir a ser também do género masculino. Nesta Creche as crianças não recebiam apenas assistência, uma vez que havia preocupação com o seu desenvolvimento conforme a idade, proporcionando-lhe “aparelhos próprios para formarem os primeiros passos ou brinquedos e distrações, que as entretendam conforme os seus gostos e idades” (Ibid.).

O governador aludiu aos êxitos que as creches faziam noutras localidades. Pretendia fazer um estabelecimento novo e diferente. Contava ter sucesso com esta experiência e melhorá-la continuamente. No entanto, por ser uma novidade para Bragança colocava as suas reservas pois dizia que o povo não aceitava logo as inovações, “...se os resultados forem prósperos, como têm sido em toda a parte onde têm criado Creches, ir-se-á melhorando sucessivamente; por agora são ensaios, e os nossos povos não vão de repente para as inovações” (Ibid.).

Não encontramos fontes que nos indicassem até quando durou esta experiência, nem registos que comprovem se existiram outras semelhantes antes de 1917. Em nosso entender, esta Creche foi a experiência mais aproximada ao Ensino Infantil da EIB.

A instituição do Asilo Duque de Bragança ainda existe actualmente com o nome de Lar de São Francisco. Continúa vocacionado para receber crianças apenas do género feminino, órfãs, abandonadas e maltratadas depois dos dez anos.

As crianças da cidade de Bragança apenas vieram a ter oportunidade de frequentar o Ensino Infantil quando chegou a EIB em 1917.

A EIB funcionou até 1934. Depois desta data e até à década de cinquenta funcionaram em Bragança apenas Instituições de assistência à infancia como o lactário da Santa Casa da Misericórdia, uma creche e o Asilo Duque de Bragança.

### **3.4. A instrumentalização dos ideais pedagógicos do Republicanos em Bragança**

Os Republicanos queriam implementar um ensino novo, ministrado também numa escola nova a novas crianças. Não era fácil que a sociedade portuguesa compreendesse e aceitasse; não menos fácil o seria para cidades pequenas do interior, longe da capital e dos principais pontos de debate e decisões políticas. O processo tinha que ser bem explicado. Afinal de contas, as crianças que até então só iam para a escola aos sete anos de idade passavam agora a ir aos quatro anos. Seria portanto inovador e romperia com todas as ideias de frequência escolar anterior. A sua grande argumentação era a do combate ao analfabetismo que continuava elevado e que queriam ver reduzido. Alegavam que o Ensino Infantil dava um contributo importantíssimo senão decisivo para combatê-lo. A sua frequência era insofismável para a criança obter sucesso na Escola Primária. Os Bragançanos entenderam a mensagem e valorizaram as ideias Republicanas como se veio a provar através da abertura ao público da EIB. Não podemos dizer que foi de forma unânime, fácil e consensual. Foi um processo moroso. Houve a necessidade de passar a palavra e divulgar esta nova forma de ver e viver a educação, e de estar na vida. Foi uma temática debatida nos meios culturais e na imprensa local, demonstrando uma clara preocupação sobre o futuro da educação.

“A educação intelectual e moral do povo é o elemento máximo do progresso das nações e sobre ela repousa a segurança do seu desenvolvimento e da sua estabilidade social. Por isso o mais relevante serviço que se pode prestar à pátria é pugnar pela difusão do ensino entre as camadas baixas da população, para, soerguendo-lhe o nível moral, criar cidadãos capazes de compreender o seu fim político e a sua função social” (“Instrução”, in *Sorrir da Mocidade*, Ano I, Nº 8, 4/9/1910:1).

A questão da educação foi, nesta época, um tema prioritário e discutido em Bragança, o que facilitou a aceitação das melhorias e inovações nesse campo.

Depois de compreendido o plano dos decisores políticos nacionais, pelos decisores políticos locais, era fundamental criar as condições necessárias para a sua concretização.

Indagamos se este pensamento terá chegado a Bragança como às restantes localidades do País. Arriscamo-nos a dizer que sim. A dificuldade seria comum, mas, para melhor o podermos asseverar, teríamos que alargar este estudo a âmbito

nacional, e averiguar como foi em cada região e localidade. Este tema poderá ser objecto de estudos futuros.

Pelo que podemos constatar nas pesquisas efectuadas pelas principais Bibliotecas e Arquivos nacionais, através da consulta de periódicos nacionais e locais, a informação não chegou a Bragança muito depois das localidades onde chegou em primeiro lugar, como Lisboa, Coimbra e Porto. Muitas vezes, não basta a informação chegar em primeiro lugar, importante será tê-la e compreendê-la, validar a sua importância e usá-la para o benefício e progresso de uma região. Seguramente a Bragança não chegou em primeiro lugar, mas também não chegou em último, apesar de ser uma das cidades mais distantes da capital. Mas, foi uma das primeiras a concretizar a ideia da abertura de uma Escola Infantil. O que poderá ter marcado a diferença foram as pessoas que, com mais ou menor interesse, se movimentaram para as efectivar.

As ideias de Modernidade Pedagógica chegaram por diversos meios. A imprensa foi um dos mais importantes. Os contactos assíduos com a cidade do Porto, importante centro cultural, dada a proximidade geográfica, facultavam este intercâmbio de novidades e inovações, bem como, as visitas dos responsáveis locais a Lisboa e outras cidades. As visitas a Bragança de elementos do Governo, deputados e outros, também tiveram um papel importante. Os Diários do Governo chegavam a diversas Instituições da cidade como à Câmara Municipal, Junta Autónoma de Estradas, Direcção Escolar, Finanças e Liceu, e eram, igualmente, elementos importantes de divulgação. Era uma minoria a lê-los e consultá-los, mas suficiente para divulgar as novidades e leis mais importantes. As pessoas localizadas nos centros de decisão e de divulgação não deixaram de o fazer. Era natural a preocupação dos cidadãos nesta fase da vida política nacional pelas alterações e novidades da nova legislação para fazer a mudança na sociedade tão esperada pelos Republicanos.

Foram muitos anos de Monarquia. As pessoas estavam apreensivas com o que a República trazia de novo e com as mudanças tão fortemente anunciadas através do ideário do Partido Republicano, nomeadamente, na área cultural. Era importante que as individualidades da cidade entendessem, respeitassem e tomassem medidas para implementar esta nova ideologia. Seria importante

também que se gerasse um debate sobre a temática, onde se divulgasse o programa do Governo Republicano. Como eram mudanças que implicavam toda a sociedade, a procura pelos jornais locais e nacionais foi maior. Por isso, neste período, o número de publicações aumentou consideravelmente. Havia em Bragança, como em outras localidades do País os fieis à Monarquia e seus acérrimos defensores que colocavam obstáculos a todas as medidas da República, mas havia também os acérrimos defensores do Republicanismo que ansiavam por medidas novas, por uma vida nova, por um homem novo, sendo estes a maioria, que aceitavam o que os Republicanos defendiam.

Em Bragança os conflitos de interesse eram visíveis, as perdas de poder de muitos e a chegada ao poder de outros fez ressurgir uma constante troca e discussão de ideias. Os diferentes partidos Republicanos geravam discórdia e desunião. A sociedade, apesar da má situação económica, estava activa intelectualmente. No período que mediou a implantação da 1ª República e a abertura da EIB houve muitas confrontações ideológicas que se vislumbram ao fazer uma leitura atenta dos periódicos locais desses anos. Destes, destacamos um artigo intitulado “Mudança de Rumo”, publicado no Jornal *O transmontano*:

“Há cinco anos que um movimento revolucionário, iniciado em Lisboa, depôs a velha Monarquia e implantou o novo regime. É cedo ainda para dar um balanço à obra Republicana efectuada após essa data, mas mentiríamos à nossa consciência de patriotas e Republicanos se não confessássemos que essa obra tem grandes e enormes defeitos. No Governo provisório legislou-se largamente, supondo que o País, a poder de leis modificaria rapidamente o seu modo de ser social. Fez-se bastante não há dúvida, mas embora com boas intenções, alguns Decretos então publicados mereceram da parte da Nação uma hostilidade francamente persistente” (Nº14, 14/10/1915:1).

Também os ideais Republicanos sobre a Educação de Infância estavam bem presentes em Bragança.

## CAPÍTULO 4: A ESCOLA INFANTIL DE BRAGANÇA

### 4.1. Motivações para a abertura de uma Escola Infantil em Bragança

As perspectivas de criação de uma escola de Ensino Infantil em Bragança surgiram com as ideias estruturantes do ensino proclamadas pela República.

Desde logo, e mesmo antes da publicação da Reforma da Instrução Primária de 1911 já se discutia, em Bragança, do que tratava esta Reforma e o que acrescentava sobre a Educação de Infância. No Jornal local *O Concelho de Bragança* foi publicado um artigo sobre a mesma Reforma, e as mudanças que esta introduzia na educação em Portugal, fazendo referências ao “Ensino Infantil”.

“O Diário do Governo vai publicar amanhã a Reforma da Instrução Primária onde refere que “A direcção do ensino contínua pertencendo ao ministro do interior; haverá duas categorias de ensino: infantil e primário, abrange estes três graus: elementar, complementar e superior; o Ensino Infantil é ministrado aos 2 sexos, dos 4 aos 7 anos de idade, sob a forma de lição de coisas e abrange os preliminares da leitura e da escrita; o elementar é ministrado dos 7 aos 10 anos [...] Em todas as capitais de distrito e nas cabeças dos principais concelhos serão criadas Escolas Infantis, á medida que os recursos Municipais o permitam; instalar-se-ão em edifícios próprios, com espaço para plantações, recreios e jogos; serão regidas por professoras. [...] O ensino elementar é obrigatório e gratuito para os 2 sexos até aos 14 anos; o infantil e o superior, são gratuitos e facultativos. As despesas do ensino ficam a cargo de Estado e das Câmaras, e para ocorrer a elas são criados fundos de 700 contos no ano de 1911-1912. O Governo pode contrair um empréstimo de 500 contos para construções escolares. A administração do ensino pertence às Câmaras Municipais. Os professores, a contar de 1 de Janeiro receberão os ordenados adiantadamente, e se as Câmaras não pagarem, os vereadores serão multados. Os professores de ensino superior serão nomeados pelo Governo; os de Ensino Infantil e elementar, pelas Câmaras, todos mediante concurso. As primeiras nomeações são temporárias e poderão converter-se em definitivas dois anos depois” (“A Reforma da Instrução Primária”, in *O Concelho de Bragança*, Ano I, N°7, 02-04-1911:3).

Este facto vem comprovar que Bragança estava ao corrente dos assuntos nacionais, e manifestava interesse sobre o ideário Republicano e a forma como se começava a introduzir nos meios intelectuais.

Este Jornal, ao tomar contacto com o ante-projecto, antecipou-se à sua publicação da Reforma, dando um inestimável contributo para a sua divulgação. Neste artigo, estavam bem evidentes as mudanças que o ensino ia sofrer através da introdução do Ensino Infantil, a quem era dirigido, onde seria criado, em que condições e por quem era regido. Ao determinar que ficava sob o encargo das Câmaras Municipais, a Reforma da Instrução Primária descentralizava o ensino,

obrigando as Câmaras a organizarem-se por forma a que as suas localidades viessem a ter esta nova modalidade de escola e pertencessem ao grupo das pioneiras em Portugal na abertura destas Escolas Infantis.

Bragança, se queria pertencer ao grupo de cidades inovadoras e modernas, teria que antecipar-se e avançar a sua obra de remodelação. O processo era lento porque não se tratava da abertura de mais uma escola como as outras que se abriam na região, era uma escola nova diferente: nos professores, na organização pedagógica, nas estruturas, no mobiliário e material pedagógico.

No ano de 1915, não existia na cidade e na região de Bragança, e em todo o interior de Portugal, nenhuma escola com Ensino Infantil, ao contrário de outras cidades como Porto, que já tinha Escolas Infantis criadas pela Câmara Municipal, e Lisboa, Coimbra, Alcobaça e Figueira da Foz com os Jardins-Escolas João de Deus. Os Bragançanos tinham que se deslocar a essas localidades para se inteirarem do seu funcionamento.

Julgamos poder afoitamente concluir que o “embrião” que irá dar origem à EIB se formou e cresceu aquecido pelos ventos de mudança que iam soprando, aqui e ali, e que a Comunicação Social da época se foi encarregando de fazer sentir, como comprova a citação e as que a seguir se transcrevem e estão na senda deste interesse renovador e, tendo em conta, que o Ensino Infantil preconizado pelos Republicanos era profundamente influenciado pelo pedagogo alemão Froebel. Em 1912, um ano depois da publicação da Reforma da Instrução Primária, o Jornal *A Escola Transmontana*, cujo editor e redactor era um professor primário de nome João Baptista Vilares, refere-se num seu artigo intitulado “Froebel e os Jardins de Infância”, à importância dos Jardins-de-Infância Froebel, e ao problema da idade das crianças para iniciarem a frequência escolar:

“O momentoso problema da Educação Infantil, sem dúvida um dos mais palpitantes de interesse na actualidade, não é como alguém poderá supor um problema novo. Pelo contrário, entre os povos que mais cedo colaboraram na grande obra da civilização, começou ele a atrair a atenção de homens notáveis cujos nomes, a história ainda hoje regista. Qual fosse, porém, o carácter da educação em idades em que o obscurantismo e os preconceitos imperavam em toda a sua plenitude, não é difícil de ajuizá-lo, se se entender ao princípio, já hoje tido como axioma, de que, \_ todo o sistema educativo reflecte sempre a civilização da época em que for elaborada. Foi somente pela Reforma iniciada no século XVI que a Pedagogia, ao constituir-se em verdadeira ciência, com individualidade própria, aluindo e desconjuntando o velho edifício do edifício dogmático e extranatural, começou a imprimir a educação um cunho racional, lógico, moldado

enfim, na própria natureza da personalidade humana e em harmonia com sua evolução psíquica” (*A Escola Transmontana*, Ano I, Nº.9, 07-04-1912:2).

Ao mesmo tempo, havia também o discurso de que esta nova escola iria retirar às mães a sua função educativa, rompendo com toda a tradição anterior.

“De vós depende o futuro da Pátria e a felicidade de vossos filhos. A escola, sim, é vossa, porque sois educadoras. Ah! Mas querem destronar-vos, arrebatando-vos o fruto das vossas entranhas, a fim de lhes arrancar o sinete das vossas tradições familiares, a fé pura dos vossos avós, a fé Religiosa e a patriótica que cristalizam na história as grandezas do nosso querido Portugal” (“Às mães portuguesas”, *O Legionário Transmontano*, Nº 26, 11/12/1914:4).

Lembramos que, se era difícil que as crianças frequentassem a Escola Primária mais difícil seria, naquela época, que frequentassem a Escola Infantil.

## **4.2. O Jardim-Escola João de Deus de Bragança**

Para compreendermos como foi o processo da criação da EIB, em 1915, temos de conhecer o processo de criação de um Jardim-Escola João de Deus na mesma cidade e na mesma altura.

O pensamento era criar o Ensino Infantil em Bragança, através do Jardim-Escola João de Deus e foi nesta base que se desenvolveu todo o procedimento inicial. O Jardim-Escola João de Deus e a Escola Infantil foram criados como sendo a mesma instituição. Só mais tarde, em Março de 1916, se diferenciaram como entidades diferentes.

Quem teve a iniciativa de trazer o Ensino Infantil para Bragança foi o Advogado e Deputado Democrático no Congresso da República Dr. Artur Camacho Lopes Cardoso, que veio a ser nomeado Presidente da Comissão Auxiliar da Associação de Escolas Móveis e Jardins Escolas João de Deus de Bragança. Este envolveu o Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Concelho de Bragança – Carlos Alberto de Lima e Almeida, e o Director Escolar do Círculo de Bragança – Augusto Ladeiro. Foram estas três individualidades da cidade que desencadearam todo o processo.

O processo de criação do Jardim-Escola João de Deus foi iniciado: A Câmara de Bragança cedeu o terreno e comprometeu-se a ajudar financeiramente a sua construção, além de prometer ajuda no mobiliário e materiais; o projecto de construção do edifício foi realizado, mas a sua edificação nunca chegou a

concretizar-se apesar das diligências efectuadas, mas serviu de base ao processo que levou à abertura, em 1917, da EIB. Esta foi criada em 6/11/1915, pensando-se que se tinha criado um Jardim-Escola João de Deus. No entanto, o processo foi assente em toda a base legal de uma escola oficial e tratado com o Ministério da Instrução Pública, como sendo, uma Escola Infantil oficial.

A História da Educação de Infância em Portugal não regista a existência de qualquer Jardim-Escola João de Deus em Bragança neste período do nosso estudo, nem até aos dias de hoje. Sobre a EIB apenas encontramos referência sobre a sua existência depois de 1926/27, (Gomes, 1977:82). As investigações de Gomes, de Cardona (1997), e recentemente de Saraiva (2003) na sua tese de Mestrado, *Práticas Educativas nos Jardins-Escolas João de Deus*, apenas se referem à criação de quatro Jardins-Escolas João de Deus, como referimos anteriormente. Glória Saraiva refere-se à criação no ano de 1927 de mais um Jardim-Escola João de Deus em Alhadas, no Concelho da Figueira da Foz. Na região de Trás-os-Montes, segundo a mesma autora, apenas se construiu um, em Chaves, no ano de 1948.

Indagamos a possibilidade da Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus ter criado nesta data mais um Jardim-Escola no País, em Bragança, pois a ser verdade, seria digna de registo a capacidade de alargamento e difusão que teve o projecto, quando sabemos, que era de iniciativa particular e conhecedores da crise por que Bragança e o País passavam.

Durante a nossa pesquisa, encontrámos várias referências à intenção da criação de um Jardim-Escola João Deus e de uma Escola Infantil. Ficámos na dúvida se as pessoas envolvidas no processo de criação saberiam distinguir que eram Instituições com o mesmo fim, mas de carácter diferente. Procurámos averiguar se de facto se tratava do mesmo, ou se eram processos diferentes e o poder central incentivava e apoiava a construção de Escolas Infantis através da Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus e se teria intenção em tomar como oficiais as Escolas Infantis criadas por esta Associação.

Naquele período, utilizava-se a expressão “Ensino Infantil” quando se referiam à Educação de Infância, e “Escola Infantil” ou “Jardim-Escola”, para se referirem ao Jardim-de-Infância, (Artº.21º. do Decreto-29/3/1911, in *DG*, Nº73).

Segundo o art. 52.º do Decreto-lei nº 2887, (*DG*, de 23/12/1916), as Câmaras Municipais e o Governo podiam subsidiar as escolas de iniciativa particular, quando reconhecidamente úteis, desde que funcionassem em localidades onde não houvesse escolas oficiais do mesmo nível de ensino, e em especial se destinassem ao Ensino Infantil. O Jardim-Escola João de Deus reunia todas estas condições, bem como a cidade de Bragança, onde não havia nenhuma Escola Infantil. No entanto, na altura em que se iniciou o processo de criação do Ensino Infantil nesta cidade esta legislação ainda não tinha sido publicada. O processo iniciou-se em Julho de 1915 e este Decreto foi publicado em Dezembro de 1916.

Na sessão da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Bragança (*CECMB*), de 22/7/1915 iniciou-se o processo para se criar em Bragança o Ensino Infantil. O Presidente deste órgão depois de se pronunciar sobre as suas vantagens propôs a criação de um Jardim-Escola que se designaria João de Deus, nos seguintes termos:

“O Sr. Presidente que pôs em relevo as vantagens que para as crianças de Bragança adviriam da criação de um Jardim-Escola onde elas, por meio de exercícios e jogos próprios da sua idade, possam desenvolver-se fisicamente, condição essencial e indispensável para o robustecimento da raça portuguesa. Que para tal fim carecíamos de um edifício adequado e não podemos esperar tudo do poder central; necessário é pois, que a iniciativa particular ou, na falta desta, a das Corporações Administrativas desse também um impulso e prestasse a sua cooperação e, neste sentido, enviou para a mesa a seguinte proposta: Sendo de reconhecida e indiscutível vantagem a criação de um Jardim-Escola nesta cidade, mas atendendo a que este Município não está, infelizmente, em condições de poder levar a efeito a construção do respectivo edifício, proponho que a Câmara ofereça ao Exm.º Ministro da Instrução a quantia de 1.200\$00 destinada a auxiliar a mesma construção e o terreno preciso para aquele fim de modo que a escola que será denominada João de Deus, comporte um número de crianças não inferior a 50” (*AHCMB, Lv.19, 1915:119f e v*).

A Câmara deliberou sobre a criação da Ensino Infantil em Bragança no dia 28/8/1915, tomou a responsabilidade pelo fornecimento de material e mobiliário e disponibilizou o edifício onde funcionaria a escola provisoriamente enquanto não se construísse edifício próprio, para o efeito. A escola era criada nos termos do Decreto *nº134*, de 15/9/1913, que atribuía competências às Câmaras Municipais para organizar os processos de criação, conversão ou supressão e transferência de escolas de instrução primária, tornando-se necessário determinar as condições em que deviam ter lugar. (*AHCMB, Lv. 19, 1915:128f e v*).

Nesta altura, ainda se pensava que a Escola Infantil a instalar era o Jardim-Escola João de Deus, como se deduz da referência feita na Acta da sessão de 22 de Julho, “escola que será denominada João de Deus”.

O Inspector Escolar fez, como lhe competia, as diligências com a Câmara e com o Ministério para avançar com o processo. Na tentativa de resolver tudo da melhor forma possível, envia em 26 de Agosto do mesmo ano ofício à Câmara a pedir a planta da casa onde ia ser instalada provisoriamente a Escola Infantil, (*AHCMB, Lv. 19, 1915:130v*).

O Inspector Escolar Augusto Ladeiro tratou de organizar todo o processo de criação da escola para enviar ao Ministério da Instrução. Alegando ordens superiores pediu à Câmara, uma declaração dos compromissos que esta se obrigou a cumprir. O processo que o Inspector estava a desenvolver revelou-se ser para uma Escola Infantil oficial e não para um Jardim-Escola João de Deus. Estava a ser criado pela Câmara e respeitava a legislação do Regulamento da Reforma da Instrução Primária de 23/8/1911, ao referir-se explicitamente aos artigos 6º., 7º., 8º.,9º.,10º.,11º.,12º., e 13º., que são precisamente aqueles respeitantes às condições das dependências da escola e respectivo equipamento. Apareceu também um dado novo: -as despesas com os professores e demais funcionários eram pagas pela Câmara. No entanto, continuava evidente a referência à sessão de 22 de Julho.

“Foi ainda presente um ofício expedido pela inspecção escolar deste círculo, em 4 de Outubro corrente, sob o nº.686-Lº.6º.- pedindo, em cumprimento de ordens superiores e a fim de dar andamento ao processo da criação da Escola Infantil nesta cidade, que esta Câmara se digne declarar que se responsabiliza por todos os encargos provenientes da criação da referida escola, casa, mobília e material escolar, vencimentos dos professores e mais pessoal, etc, etc.; e que relativamente à instalação provisória da escola, enquanto se não adquirir casa que satisfaça todas as condições regulamentares, esta corporação se responsabiliza na - mesma Acta - por uma preparação da proposta, bem como pela aquisição do respectivo mobiliário e utensílios escolares, tão completo quanto necessário para que tudo se aproxime o mais possível das condições impostas pelos artigos 6º., 7º., 8º.,9º.,10º.,11º.,12º., e 13º., do Decreto regulamentar de 23 de Agosto de 1911. A Comissão deliberou responsabilizar-se por todos os encargos resultantes da criação da Escola Infantil nesta cidade, tais como mobília e material escolar, e vencimentos de todo o pessoal; e quanto à casa, enquanto não se construir um edifício próprio, para o qual esta corporação se prontificou a contribuir com a quantia de 1.200\$00, como consta na Acta da sessão de 22 de Julho do ano corrente, se compromete também a fazer as necessárias obras e adaptações na que esta Câmara possui para tal fim, bem como para adquirir o respectivo mobiliário e utensílios escolares, em quantidade suficiente para o seu regular funcionamento” (*AHCMB, Lv.19, 1915:145f e v*).

O Presidente da CECMB, enviou ofício ao Inspector Escolar com todos os dados pedidos, (*Correspondência expedida da CMB*, 21/10/1915:fls.197). Mantinha os compromissos assumidos e continuou a referir-se à deliberação tomada em 22 de Julho, relativa à criação “Escola Infantil João de Deus”.

Entretanto, o Presidente da CECMB, oficiou também ao Ministro da Instrução a pedir subsídio para a construção do edifício nos seguintes termos:

“Perante V. Ex.<sup>a</sup> vem a Comissão Executiva da Câmara Municipal do Concelho de Bragança, representar nos termos da deliberação tomada em 22 de Julho último, no sentido de que por V. Ex.<sup>a</sup> lhe seja concedido um subsídio que baste para ocorrer às despesas com a construção do edifício destinado à instalação de um Jardim-Escola nesta cidade que dele tanto carece. Esta corporação está possuída do melhor desejo de impulsionar e desenvolver a instrução popular e disto dá exuberantes provas oferecendo para tal fim a quantia de 1.200\$00, e lastima não poder por si só custear todas as despesas, mas é-lhe isso vedado pelo estado do seu cofre” (*AHCMB, Lv. Correspondência expedida 1914-1935:197*).

Recolhemos uma referência ao Jardim-Escola na troca de correspondência entre o Presidente da CECMB e a Associação de Escolas Móveis e Jardins Escolas João de Deus, informando esta instituição sobre o desenvolvimento do processo, das intenções e responsabilidades assumidas pela Câmara em criar o Jardim-Escola João de Deus (*AHCMB, Lv. Correspondência expedida, 1914-1935, n°503, e n°506, de 1915*). Esta correspondência tornou o processo mais claro para a CECMB, porque ficou ciente de que se tratava de duas Instituições diferentes. O Presidente informou a Associação que a Escola Infantil funcionaria em edifício adaptado enquanto não se construísse o edifício novo do Jardim-Escola João de Deus, para o qual se transferiria, depois, o mobiliário e material escolar existente.

Em 18/11/1915 um Jornal local noticiou num artigo denominado “Escola Infantil ou Jardim-Escola” que, tinha sido criada uma Escola Infantil em Bragança no dia 6 de Novembro, (*Notícias de Bragança, Ano IV, N° 196, 18/11/1915:2*). Não se tratava efectivamente do Jardim-Escola João de Deus mas sim da EIB. Posteriormente iniciaram-se as obras de adaptação na casa onde veio a funcionar (*AHCMB, Lv. 19, 1915:194f*).

Entretanto o processo de construção do edifício do Jardim-Escola João de Deus continuou. Em Dezembro de 1915, ficou acordado o local onde iria ser

implantado. Seria no largo contíguo ao Hospital Civil que fora recentemente construído (*AHCMB*, Lv. 19, 1915:184v).

Em Março de 1916 instalou-se em Bragança a Comissão Auxiliar da Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus, formada pelas individualidades atrás referidas. O Jornal *Notícias de Bragança* (Ano V, Nº. 212, 9/3/1916:2) noticiava o assunto, fazendo referência num artigo com título bem expressivo, “Jardim-Escola João de Deus”, à criação do Jardim-Escola e ao apoio da Câmara para a sua construção.

“Devido à solicitude do nosso amigo e ilustre deputado Dr. Lopes Cardoso e à boa vontade que encontrou da parte do Sr. Elísio de Campos, secretário da Direcção da Associação das Escolas Moveis João de Deus, está definitivamente estabelecido a fundação nesta cidade de um Jardim-Escola filiado àquela associação para educação de crianças de 4 a 7 anos. A Já se acha instalada a Comissão Auxiliar da Associação nesta cidade. A Câmara Municipal deste concelho oferece o terreno, um subsidio de 1.200\$00 e a mobília e material escolar quando o edifício estiver concluído, tomando a Associação a seu cargo todas as restantes despesas de construção que estão calculadas em 7 contos aproximadamente, e bem assim o custeio da escola”.

O Inspector Escolar Augusto Ladeiro referiu-se às intenções da criação deste Jardim-Escola, diferenciando-o da Escola Infantil. Referiu explicitamente que o Jardim-Escola era de iniciativa particular e pertencente à Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus, onde a Câmara e o Estado não tinham interferência, ao contrário da escola oficial infantil.

“Mercê da iniciativa particular, uma comissão auxiliar, por intermédio da benemérita associação das escolas moveis e Jardins- Escola – João de Deus, com o generoso impulso da Câmara, projecta a construção de um edifício e criação do Jardim-Escola João de Deus que particular e independentemente da escola oficial infantil, com carácter diferente desta, embora tendente ao mesmo fim, devera também funcionar naquele edifício que será construído nesta cidade admitindo crianças dos 4 ate aos 9 anos de idade.[...], Pertence à associação das escolas móveis João de Deus, onde não tem interferência nem a Câmara nem o estado” (Ladeiro, *AHCMB*, Lv. 20, 1917:156 f e v).

Ladeiro esclarecia que era frequente haver quem confundisse creche com asilo, mas o que era mais grave era confundir Escola Infantil com Jardim-Escola João de Deus (*Ibid.* 152v).

A divisão do processo, surgiu, em nosso entender, quando a Câmara se apercebeu que não tinha qualquer tipo de interferência na gestão do Jardim-Escola João de Deus por ser de iniciativa particular.

A partir daqui, os processos seguiram caminhos diferentes. A EIB seguiu o percurso de preparação para a sua abertura que veio a acontecer em Janeiro de 1917. O Jardim-Escola João de Deus continuou com o objectivo claro de construir um edifício próprio. Acabamos por encontrar referência a duas Instituições de Educação de Infância em Bragança no período da primeira República.

#### **4.2.1. Projecto do Jardim-Escola João de Deus em Bragança**

João de Deus Ramos sabia que não era fácil abrir uma escola numa altura de crise no País como a que se vivia, muito mais espinhoso seria abrir um Jardim-Escola. Seria essencial a ajuda da iniciativa particular e das Corporações Administrativas, além do Poder Central. Por isso, colocou na Comissão Auxiliar as principais figuras da cidade.

A Associação procurou nomear para a Direcção da Comissão Auxiliar, pessoas ilustres e com poder, pertencentes à elite da cidade, conscientes que isto facilitaria o processo.

“Já se acha instalada a Comissão Auxiliar da Associação nesta cidade, que é constituída pelos Exmos. Srs. Dr. Lopes Cardoso, Presidente, Dr. Henrique Paz Júnior, secretário, Alberto Franco, tesoureiro, e vogais Olímpio Dias, engenheiro e Augusto Ladeiro, Inspector Escolar e antigo pensionista do Estado para o estudo do método Froebel, em que se tornou uma verdadeira competência. Esta comissão agregou os Srs. Carlos Alberto Almeida, Presidente da Comissão executiva da Câmara e José António Rodrigues de Paula, conceituado negociante” (“Jardim-Escola João de Deus”, in *Notícias de Bragança*, Ano V, Nº. 212, 9/3/1916:2).

Surpreendidos ficamos também, por saber que João de Deus Ramos teve participação directa no projecto da criação deste Jardim-Escola.

“Não menos digno de louvor e da nossa gratidão é o ilustre deputado João de Deus Ramos, filho do emérito Educador João de Deus e que tanto se tem empenhado pela vulgarização do seu método e que tem hoje um lugar de destaque na orientação da instrução publica pela simpatia com que acolheu a iniciativa da criação do Jardim-Escola de Bragança e pela boa vontade com que auxiliou a sua realização” (“Jardim-Escola João de Deus”, in *Notícias de Bragança*, Ano V, Nº212, 9/3/1916:2).

João de Deus Ramos poderia ter sido influenciado por alguém com contactos em Bragança ou foi ele próprio que moveu influências para alargar o campo de acção da sua Associação. Essa influência, em nosso entender, foi exercida por Artur Lopes Cardoso, deputado no Congresso pelo Partido

Democrático e muito ligado às causas da educação, que viria a ser o Presidente da Comissão Auxiliar da Associação de Escolas Moveis e Jardins-Escolas João de Deus de Bragança. Lopes Cardoso chegou mesmo a deslocar-se a Coimbra para tratar directamente com João de Deus Ramos sobre aspectos do processo, como podemos constatar através da troca de correspondência entre a CECMB e a Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus (*AHCMB, Lv. Correspondência expedida, 1914-1935, N.º. 503, 1915*).

O Jardim-Escola reunia todas as condições para ser um sucesso. A Associação desempenhou, entretanto, um papel importantíssimo de divulgação do Ensino Infantil. Nas primeiras páginas de alguns jornais apareciam alusões à sua importância, prestando dessa forma um importante contributo de divulgação. João de Deus Ramos deve ter dado instruções à Comissão da Associação para a divulgação da importância e das vantagens da educação das crianças dos quatro aos sete anos de idade, como ia fazendo pelo País. Começava a tomar-se consciência da importância de prestar o máximo de esclarecimentos sobre esta nova forma de estar na educação e de estar na escola, procurando assim divulgar e aumentar a rede de Jardins-Escolas João de Deus. Sobre o assunto um periódico local noticiava:

“A Escola Infantil ou Jardim-Escola, recebe as crianças de ambos os sexos dos 4 aos 7 anos de idade. É neste período de tempo que a criança recebe as primeiras impressões da vida banhadas pelos primeiros lampejos da realidade. E essas primeiras impressões ficam sempre, jamais são esquecidas. São a base do seu futuro carácter como cidadão, a origem ou causa do seu destino como homem! É portanto o período mais difícil da sua vida, o mais complexo da sua educação. Pestalozzi, o grande pedagogo que impôs leis no seu tempo, dizia: confiai-me a educação das crianças dum povo que eu farei a felicidade desse povo” (“Jardim-Escola João de Deus”, in *Notícias de Bragança*, Ano V, N.º. 212, 9/3/1916).

Nas reuniões da CECMB também se discutiu a importância do Ensino Infantil, e a formação do Homem Novo. O Presidente pôs em relevo as vantagens da criação de um Jardim-Escola, “as crianças por meio de exercícios e jogos próprios da sua idade, podiam desenvolver-se fisicamente, condição essencial e indispensável para o robustecimento da raça portuguesa”, (*AHCMB, Lv. 19, 1915:119f*),

A educação que as mães davam em casa não era suficiente para formar o Homem que os Republicanos ansiavam, uma vez que estas não se encontravam preparadas e a grande maioria nem ler e escrever sabiam.

“...A origem da nossa crise está no lar. E dizemos que está no lar, porque, sendo a mãe a verdadeira educadora, a educadora por excelência, nas tenras idades, a lógica dos factos, insofismável e fria na sua expressão, diz-nos muito claramente que a mulher entre nós não está preparada para a nobre tarefa de esposa e mãe” (“Jardim-Escola João de Deus”, in *Notícias de Bragança*, Ano V, Nº 212, 9/3/1916:2).

A imprensa local desempenhou um importante papel de sensibilização da população sobre os benefícios das crianças em frequentarem o Ensino Infantil, como preparação para a entrada na Escola Primária e o combate ao analfabetismo,

“A Escola Primária, recebendo crianças dos 7 aos 14 anos de idade, viciadas e com um carácter verdadeiramente formado pelo influxo educativo do meio em que vive, dificilmente pode corrigi-las em absoluto. É portanto à Escola Infantil, a esse jardim da escola, termo este que tão bem simboliza a sua missão, que está confiada a nobre tarefa, o sublime meio de chegar a fins aproveitáveis e úteis” (Ibid.).

Na época, realçava-se o facto de Bragança ser a primeira cidade da província a ter Ensino Infantil.

Depois da Comissão da Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus estar instalada, efectuou as diligências necessárias para a abertura do Jardim-Escola. Em 22/3/1916, a pedido desta entidade, a CECMB disponibilizou a verba prometida de ajuda para a edificação do edifício. Em Dezembro do mesmo ano, a Comissão ainda não tinha recebido a quantia destinada e pedia à Câmara novamente para que lhe fosse entregue. Solicitou também mais apoio uma vez que a crise do País e da cidade era grande e nesse ano os preços subiram 50%, tanto em materiais de construção como em mão-de-obra. A Câmara concordou em ajudar no aumento do dispêndio da obra e comprometeu-se também a custear as despesas com o mobiliário e o material escolar, tudo orçamentado em oitocentos escudos (*AHCMB*. Lv. 20, 1916:109 f e v).

A população ficou na expectativa dos resultados, para obter melhores conclusões sobre a EIB. A este propósito noticiava-se:

“Bem merecem todos os encómios os promotores de tão importante melhoramento para Bragança, e de esperar é que a Comissão Auxiliar empenhe todo o seu zelo para que ele se torne em breve uma realidade” (“Jardim-Escola João de Deus”, in *Notícias de Bragança*, Ano V, Nº. 212, 9/3/1916:2).

Muitas pessoas da sociedade bragançana queriam estar ligadas a este feito de inovação para a cidade.

“Para evitar que, a propósito de tão útil melhoramento, os conhecidos intrigantes estendam suas redes, que até agora tem recolhido sem peixe, aqui fica esclarecido que ele se deve unicamente aos esforços da Comissão Auxiliar dos Jardins e Escolas Móveis «João de Deus» nesta cidade” (“Jardim-Escola João de Deus”, in *Notícias de Bragança*, Ano V, N.º.255:1).

O Arquitecto Raul Lino foi o autor do projecto do Jardim-Escola João de Deus de Bragança, à semelhança do que acontecia no resto do País

“Tivemos o ensejo de ver a planta elaborada pelo distinto arquitecto Raul Lino, que é um verdadeiro primor, e assim a construção do edifício, além dos inestimáveis serviços que vai prestar à infância brigantina, muito contribuirá a embelezar o local que lhe for destinado e que parece estar já definitivamente escolhido” (“Jardim-Escola João de Deus”, in *Notícias de Bragança*, Ano V, N.º. 212, 9/3/1916:2).

Fazemos referência ao projecto do Jardim-Escola João de Deus de Coimbra em 1911 por pensarmos ser a sua traça foi igual ao projectado para Bragança.

“O projecto deste primeiro Jardim-Escola João de Deus resultou do trabalho conjunto de João de Deus Ramos e Raul Lino. Da autoria do primeiro são as bases pedagógicas, as exigências funcionais e de programação e alguns conceitos de estética e inserção urbanística; Raul Lino pertence a concepção arquitectónica, o desenvolvimento do projecto e o desenho do mobiliário. Desta experiência conjunta resultaram os edifícios de outros Jardins – Escola como os da Figueira da Foz e Alcobaça (inaugurados em 1914) e o da Av. Pedro Alvares Cabral em Lisboa (aberto em Junho de 1915)” (Beja et al., 1985: 86).

A Comissão Auxiliar da Associação depois de ter o Processo e Caderno de Encargos organizado, procedeu à marcação da data de arrematação da obra, cuja base de licitação foi de 7490\$00. Depois de ir a concurso por três vezes, por falta de propostas, apenas foi adjudicada a obra de pedreiro cuja base de licitação mínima foi de 2770\$00, no dia 29/5/1917. Encontramos referências aos anúncios da arrematação publicados no Jornal *Notícias de Bragança* (Ano VI- N.º.259, de 8/2/1917:3, n.º 269, de 19/4/1917:3 e n.º 270, 26/4/1917:2).

O Inspector Escolar do Círculo de Bragança Augusto Ladeiro era o vogal da Associação e responsável do processo da obra, e de toda a logística. No dia 2/5/1917 enviou um ofício à CECMB (*AHCMB, Lv. de correspondência*, n.º.1050, n.º.6, fls.934), pedindo os 800\$00 que a Câmara havia prometido, tendo dado conhecimento da adjudicação da obra de pedreiro, e que esta, deveria começar

ainda no mesmo mês, como os serviços de terraplanagem e abertura dos caboucos, para construção de um muro e outros serviços indispensáveis (*AHCMB*, Lv. 20, 1917:187f). Realizada a arrematação das obras de pedreiro pretendia-se a seguir efectuar a arrematação da obra de carpinteiro (Jardim-Escola João de Deus, in *Notícias de Bragança*, Ano V, Nº 271, 3/5/1917:2), que não chegou a efectuar-se. Não encontramos qualquer registo ou documento que provasse que as obras de construção do Jardim-Escola João de Deus tivessem sido iniciadas.

As diversas diligências efectuadas para o conseguir não foram suficientes para materializar a sua construção e abertura.

#### **4.2.2. Uma tentativa de explicação para as causas da não abertura do Jardim-Escola João de Deus**

Em nosso entender, várias poderão ter sido as causas da não abertura do Jardim-Escola João de Deus em Bragança. Numa análise superficial, concluiremos que a causa mais provável, terá sido de ordem financeira devido à crise geral que se desenhava no País, que não possibilitou que o projecto de João de Deus tivesse sido mais que um pequeno eco em Bragança. O facto do Jardim-Escola ser particular, acarretaria uma maior despesa para as famílias, o que também terá contribuído para o seu insucesso. Terá sido também por este motivo que até 1927 não foi criado qualquer Jardim-Escola João de Deus em Portugal, continuando a existir somente os quatro anteriormente referidos.

A Comissão da Associação de Escolas e Jardins-Escolas João de Deus de Bragança, talvez por conselho de João de Deus Ramos, terá mandado parar a obra como teria feito noutros pontos do País, devido precisamente à falta de apoio do Governo que não conseguiu cumprir os compromissos por falta de verba e também que os apoios municipais não bastavam.

A intenção do Governo em subsidiar a construção de escolas de iniciativa particular, em especial as que se destinavam ao Ensino Infantil que foi regulada pelo Decreto nº 3551, (*DG, Nº. 199*, de 15/11/1917), ainda não teve aplicação por falta de financiamento estatal, devido às inevitáveis consequências da crise económica do País.

O facto de João de Barros ser o Secretário-geral do Ministério da Instrução

Pública, em 1915 e adepto confesso dos Jardins-Escolas João de Deus, terá contribuído para a tentativa de tornar oficiais os Jardins-Escolas João de Deus. O Governo terá perdido este interesse com a saída do Ministério de João de Barros em 1916, afectando assim irremediavelmente a construção do Jardim-Escola em Bragança. Neste sentido, temos de perceber o enorme esforço feito por João de Deus Ramos, bem como dos membros da CECMB e da Comissão da Instalação da Associação, na tentativa de criação do Jardim-Escola em Bragança, devendo entender-se esta questão de uma forma mais alargada, num contexto nacional, e ter-se em linha de conta a quase inexistência e criação de Escolas Infantis em Portugal durante esse período.

Porém, a explicação mais plausível e aquela em que mais acreditamos parece-nos que vai mais além e que está directamente relacionada com o objecto do nosso estudo que é a EIB, aliada às hipóteses anteriores: Seria ambicioso demais para uma cidade pequena como Bragança promover a coexistência das duas Instituições, uma particular e outra oficial. A particularidade de um dos vogais da associação ser também o Inspector Escolar de Bragança também poderá ter exercido alguma influência, uma vez que este, ao mesmo tempo, fazia diligências para se abrir a Escola Infantil oficial. Conjecturamos que se o Jardim-Escola se tivesse construído e aberto ao público, a Escola Infantil teria deixado de existir em favor deste.

Ao mesmo tempo que se valorizava o Jardim-Escola, valorizava-se também a Escola Infantil que estava a ser criada pela Câmara Municipal. Não podemos deixar de concordar que o Jardim-Escola João de Deus contribuiu de forma indirecta para a criação da EIB., através da divulgação feita nos jornais da importância e vantagens do Ensino Infantil, e do agitar das consciências das autoridades locais.

Todavia, este projecto não foi em vão pois teve um papel importantíssimo na divulgação da importância do Ensino Infantil em Bragança, e desencadeou o processo que levou à abertura da EIB, dando, assim, oportunidade às crianças Bragançanas de frequentarem esta nova e moderna escola. Fica assim merecidamente com o seu lugar na História da Educação de Infância.

### 4.3. Fundação da Escola Infantil de Bragança

A EIB foi criada em 6/11/1915, de acordo com notícia veiculada por um periódico local:

“Por Decreto de 6 do corrente, foi criada nesta cidade uma Escola Infantil, que Bragança deve à iniciativa, concurso e boa vontade do Dr. Artur Lopes Cardoso, ilustre deputado da nação.”, (*Notícias de Bragança*, Ano IV, N° 196, 18/11/1915:2),

A EIB nasceu assim nos escombros do Jardim-Escola João de Deus, sendo esta a sua base. Esta ideia parece-nos que estava suficientemente amadurecida para que pudesse ser concretizada, como referimos na nossa análise anterior. A dinâmica surgida em volta da criação do Jardim-Escola João de Deus ajudou na criação da EIB. Foram factores pessoais e sociais que estiveram subjacentes à sua fundação. À medida que os acontecimentos se iam desenrolando iam surgindo obstáculos que era preciso ultrapassar, e estratégias que era preciso desenvolver.

Bragança era capital de Distrito e sede de Concelho e foi das poucas cidades que se esforçou por reunir as condições necessárias e avançar para a criação de uma Escola Infantil.

A Câmara Municipal elaborou o processo de criação com a colaboração do Inspector Escolar. Segundo o Decreto nº134, de 13/9/1913, com força de lei de 29/3/1911, competia às Câmaras Municipais organizar os processos para a criação de escolas de instrução primária onde se incluía a infantil. No processo da EIB a Câmara incluiu cópia do recenseamento escolar com o número de crianças recenseadas entre os quatro e os sete anos, indicou a casa onde se projectava instalar a Escola Infantil, a relação do mobiliário e material escolar respectivo, (*AHCMB*, Lv. 19, 1915:128 f e v).

Já aclaramos anteriormente que a ideia inicial era criar o Ensino Infantil em Bragança independentemente se fosse de iniciativa particular do Jardim-Escola João de Deus ou oficial através da Escola Infantil.

Na época, realçava-se o facto de Bragança ser a primeira cidade da província a ter Escola Infantil oficial. Era também uma das primeiras do País, pois apenas existiam no Porto. A imprensa local noticiava assim:

“É, pois, Bragança a primeira terra da província que, devido a uma iniciativa feliz, aliada a uma vontade de ferro na consecução de tão importante

melhoramento, tem uma Escola Infantil que muito realce vem dar a esta terra esquecida e ignorada, vitima do mais absurdo desprezo dos poderes públicos. Bragança, com a sua Escola Infantil, é pois por assim dizer a precursora de um novo caminho, mais rutilante e seguro no nosso meio pedagógico. A esta criação, indubitavelmente, outras se hão-de seguir, ainda que de uma maneira lenta. E quando convenientemente se achem disseminadas por todo o País, marcarão um ponto indelével na história da nossa civilização. Serão a base de um novo alicerce educativo pela realização prática de teorias que entre nós, há pouco ainda, do livro não passavam. É a primeira experiência que o nosso País há anos vem fazendo neste importante ramo de educação popular. Oxalá que a orientação e cuidado que lhe deve merecer, sejam igualados ao daquelas nações que por estes e outros gostos não menos sublimes e transcendentales, na vanguarda têm acompanhado o progresso” (“Escola Infantil ou Jardim Escola”, in *Notícias de Bragança*, Ano IV, N° 196, 18/11/1915:2).

A Câmara, conforme o determinado na lei (Decreto nº134, de 13/9/1913, com força de lei de 29/3/1911), procedeu à realização das obras de adaptação do edifício, à aquisição de mobiliário e material escolar, bem como, à contratação de funcionários, professores e pessoal auxiliar. O Inspector Escolar encarregou-se de elaborar a listagem de material e mobiliário considerado suficiente. Em sessão da CECMB, de 7/9/1916, decidiu-se a abertura do concurso para provimento de três professoras para a EIB, anunciado em *DG, N.º.296, III Série* de 19/12/1916.

Concorreram à EIB treze professoras primárias, das quais foram seleccionadas três, em sessão de Câmara, no dia 8/11/1916. Ainda nesta sessão se decidiu que, conforme a indicação da Inspeção Escolar, e uma vez que a escola era moderna em Bragança, fosse enviado ao Porto o Inspector Escolar em visita às Escolas Infantis da cidade, em busca de orientações no campo da organização do Ensino Infantil (programa, métodos, horários, etc.). Todas as despesas do Inspector seriam assumidas pela CECMB, como o transporte de ida e volta e ajudas de custo de 2\$00 por dia, durante os dias que durasse aquela comissão (*AHCMB, Lv. 20, 1916:82v a 86f*). O Inspector foi ao Porto e lá permaneceu de 8 a 21/1/1917. Foram-lhe pagas todas as despesas efectuadas na quantia de 41\$64 (*AHCMB, Lv. 20, 1917:128f*).

O Inspector Escolar entregou à CECMB o relatório que elaborou da visita às Escolas Infantis do Porto, tendo sido lido em sessão de 14/3/1917. Neste documento focou a visita efectuada, descrevendo as Escolas Infantis que visitou bem como o seu funcionamento e organização. Terminou fazendo propostas à CECMB: uma de aprovação de programas e horários; outra relativa ao pessoal nomeado, para que as três professoras estagiassem, durante dois meses, na Escola

Infantil modelo, anexa à do Ensino Normal do Porto. Depois de lido o relatório, o Presidente da CECMB propôs que fosse na íntegra transcrito na Acta da reunião e propôs um louvor para o Inspector Escolar. Esta proposta foi aprovada pela Comissão nos seguintes termos:

“Um voto de bem merecido louvor àquele digno e inteligente funcionário – O Inspector deste Círculo Escolar, Sr. Augusto Ladeiro, por tão útil e profícuo trabalho, cuja correcção de fundo, clareza e desenvolvimento com que foi elaborado, revela profundos conhecimentos pedagógicos do assunto tratado, por mais que desta deliberação se disse, digo, por isso mais propor que desta deliberação se desse conhecimento à competente Repartição de Instrução Primária e que o mesmo funcionário fosse publicamente louvado pela proficiência com que tratou o assunto, fazendo companhia a proposta da cópia do relatório” (*AHCMB, Lv. 20, 1917:162v-163f*).

As nomeações das professoras foram publicadas no *DG, N.º.296, III Série*, de 19/12/1916. Em 29 de Dezembro o Presidente da CECMB envia ofício às professoras nomeadas para tomarem posse até 3/1/1917 como veio a acontecer (*AHCMB, Lv. Correspondência de 1914-1935, n.º571, 1916*). As professoras tomaram posse e os primeiros dias de actividade foram destinados à organização, arranjo e equipamento da escola. O mobiliário e materiais iam chegando conforme as possibilidades e disponibilidade. Por curiosidade, julgamos relevante referir que, de acordo com a deliberação tomada em reunião AHCMB, de 17/1/1917, foram mandadas limpar as instalações da EIB, e nomeada uma servente. Até esta data terá funcionado sem auxiliar. As professoras da EIB, também compravam material considerado necessário, decidindo a Câmara “...pagar 1\$50 a uma das professoras nomeadas pela compra de material para a escola” (*AHCMB, Lv. 20, 1917:125v*). Nesta fase ainda não estaria completamente equipada com mobiliário e materiais, que recebeu nos meses seguintes. A matrícula das crianças e a sua frequência começou logo em Janeiro de 1917. Em 11/2/1917 ainda se estavam a matricular crianças como constatamos pela notícia saída num Jornal local (“Escola Infantil”, *O Transmontano*, Ano II, N.º.62, 11/2/1917:1). Em 22 de Março a EIB funcionava em pleno com 60 crianças matriculadas, conforme ofício de uma professora enviado à CECMB, onde pedia outra servente pois a que havia não chegava para o muito serviço que tinha (*AHCMB, Lv. 20, 1917:169f*).

Apesar da expectativa e curiosidade inicial, a Escola Infantil não foi bem recebida e aceite por toda a população de Bragança. Logo nos primeiros anos da

sua existência começaram a surgir indícios de que a EIB não era compreendida, nem os seus métodos de ensino aceites:

“A massa do povo inculto, parece, recebeu mal esta utilitária e benemérita instituição, mas, não admiremos. O povo não conhece nem compreende o alcance das Escolas Infantis. Mergulha na treva da ignorância e fecha os olhos à luz coruscante da razão. Também, ninguém lhe disse coisa alguma a tal respeito... É de esperar que dentro em pouco os frutos colhidos nesta escola sejam lisonjeiros para os seu fundadores, porque o povo há-de convencer-se de que é melhor mandar os filhos para a Escola materna onde a mestra canta, vida ri e a liberdade existe, de que deixá-los vadiar pelas vielas da cidade. O povo não admite que se cante na escola, mas assim tem que ser nas Escolas Infantis” (“A criança e a escola”, in *O Leste Transmontano*, Ano I, Nº 5, de 18/3/1920:1).

No entanto, com mais ou menores dificuldades, a EIB seguiu o seu percurso até ao encerramento por ordem governamental em 28/7/1934, (Decreto-lei 24:246:1415) com elevado número de alunos, como veremos mais adiante.

#### **4.3.1. Fundadores**

Como já atrás referimos, a EIB foi impulsionada e fundada por um grupo de três individualidades, todos homens de posição de destaque na sociedade Bragançana: Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso, Augusto Ladeiro e Carlos Alberto de Lima Almeida.

De comum entre eles havia o facto de terem ligação com Bragança através das suas profissões e serem considerados pessoas com idoneidade profissional, moral e cívica.

Para além disso, unia-os o desejo de, a seu modo, contribuírem para a fundação de um estabelecimento de Ensino Infantil pioneiro na cidade e dos primeiros do País. O prestígio da acção e o desejo de promoção social não estariam de todo arredados das suas mentes, bem como o gosto de engrandecimento da sua cidade, através da “digna e nobre atitude em prol do ensino e da sã Pedagogia”. Todos eles ligados ao Governo Republicano através dos cargos que ocupavam, foram dos poucos a nível nacional que conseguiram materializar as ideias Republicanas das vantagens do Ensino Infantil. Não seriam motivados por aspectos de ordem económica pois estariam entre aqueles que auferiam melhores ordenados.

#### 4.3.1.1. Augusto Ladeiro

A EIB foi pensada essencialmente por Augusto Ladeiro, Inspector Escolar do Círculo de Bragança entre 1914 e 1920, devendo-se principalmente a ele todo o processo de criação, organização e funcionamento. Era um defensor acérrimo das ideias Republicanas e autoridade em matérias de Educação, demonstrando-se decisivo em todo o processo.

Antes de vir para esta cidade foi o Inspector Escolar de Pinhel, (“Inspector Escolar”, *O Transmontano*, Ano III, Nº64, 18/3/1917:1-2). Averiguamos que em 30/7/1927, foi o Inspector do Círculo Escolar da Guarda (*AHME*, Cx. 15/3454 da Direcção Geral do Ensino Primário, 1912 a 1914 e 1927 a 1928).

Numa época em que o País se isolava no muito falado “atraso peninsular”, Augusto Ladeiro, professor instruído, viajou para o Estrangeiro, mais propriamente para a Suíça, onde de 1907 a 1909, fez um estágio como bolseiro nas Escolas Infantis, tendo entregue na Direcção Geral de Instrução Pública em 9/7/1909 o respectivo relatório (*AHCMB*, Lv. 20, 1917:156v e v). Ficou assim a par das inovações pedagógicas e da organização das Escolas Infantis, bem como dos acontecimentos culturais e científicos europeus, onde os temas de Educação, Pedagogia e Higiene Escolar eram centro de todas as atenções. Mais tarde, em 1917, com a visita às Escolas Infantis do Porto, mais propriamente: Escola Infantil modelo, anexa à Escola Normal; Escola Infantil da Praça da Alegria; Escola Infantil de Costa Cabral e Escola Infantil da Foz do Douro, sobre as quais apresenta um breve caracterização, como poderemos ver no referido relatório que se encontra em anexo (Anexo III).

Profundo conhecedor da História da Educação e das teorias educacionais, as suas ideias estavam bem fundamentadas nos grandes pedagogos, como podemos ver nas referências que faz no seu relatório (*AHCMB*, Lv. 20, 1917: 150f a 163f), a Comenius, Rousseau, René Gerard e Pestalozzi, Bernardieu de Saint Piére, Montaigne, Rabelais, Aristóteles, Séneca, Platão, Jean Baptiste de la Sale, Froebel, Montessori e João de Deus. Demonstrou também ser um profundo conhecedor não só da História da Educação em geral mas também da História da Educação de Infância em Portugal e Europa. Estava também ao corrente das últimas medidas legislativas sobre o Ensino Infantil em Portugal.

Profundo conhecedor do método de Froebel, participou em diversas palestras sobre este pedagogo (*Notícias de Bragança*, Ano V, Nº 212, 9/3/1916:2).

Entende-se assim melhor a razão da existência da EIB em Bragança neste período.

#### **4.3.1.2. Artur Alberto Camacho Lopes Cardoso**

Nasceu em Fafe, a 17 de Janeiro de 1881, terra onde o seu pai, na altura, era juiz. Era natural de Moncorvo, terra da família paterna. A mãe era natural do Funchal. Por influência da profissão do pai fez os estudos na Universidade de Coimbra, tendo obtido o bacharelato e, depois, a licenciatura em direito, no ano de 1907. Seguindo a profissão de magistrado, foi Delegado do Procurador Régio, Juiz, Juiz Auditor Administrativo, Juiz do Contencioso Fiscal, Juiz de Relação de Lisboa e Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Desempenhou também as funções de Inspector judicial e vogal do Conselho Superior Judiciário. Foi deputado, chefe do Partido Nacionalista no distrito de Bragança, subdelegado do mesmo nas Câmaras e vogal do Directório (Alves, 2000, Tomo VII:77).

Politicamente do campo monárquico, aderiu ao Partido Republicano Português, e passou, em 1920, para o Partido Reconstituente. Filiou-se, mais tarde, no Partido Nacionalista. Foi deputado por Penafiel, em 1915, e por Bragança nos anos de 1919, 1921, 1922 e 1925.

Na data da criação da EIB tinha trinta e quatro anos e era Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, cargo que exerceu de 1913 a 1917 (Miranda, 2000:50), e Presidente da Junta Patriótica. Foi subdelegado do Procurador Régio em Moncorvo e Delegado em Carrazeda de Ansiães, Macedo de Cavaleiros e Bragança. Foi Auditor Administrativo no Funchal e Bragança, Auditor do Tribunal do Contencioso Fiscal, junto da Alfândega de Lisboa e Juiz de Direito de 1ª classe (Ibid.).

A sua acção como deputado ficou marcada por notáveis trabalhos nas comissões a que pertenceu e pelo modo brilhante como os sustentou nas discussões da Câmara. Foi Ministro da Justiça três vezes: desde 29/6/1919 a 21/1/1920; de 19/7/1920 a 23/5/1921 e de 15/11/1921 a 18/12/1923, assinalando a sua passagem pelos seguintes projectos de lei: reorganização dos quadros do

Tribunal do Comércio do Porto; tabelas dos salários judiciais; reorganização dos serviços do Governo Civil; regulamento e legislação sobre registo predial, criação da Colónia Correccional de Izeda, concelho de Bragança, por Decreto de 20/9/1919, adjudicando-lhe os bens confiscados pelo Governo na mesma povoação às congregações religiosas; reorganização dos serviços de protecção de menores, diploma sob o ponto de vista da reorganização disciplinar, pedagógica e profissional. (*Arquivo Histórico Parlamentar da Assembleia da República, Diário do Senado*, 1911-1926).

O distrito de Bragança deve a Artur Lopes Cardoso, além da fundação da EIB, a Escola Industrial e de Artes e Ofícios de Bragança; a Escola de Artes e Ofícios de Miranda do Douro, chamada de “Lopes Cardoso”, por portaria de 7/1/1920; Escola de Artes e Ofícios de Freixo de Espada à Cinta; Posto Agrário de Bragança; escolas primárias superiores de Moncorvo, Macedo de Cavaleiros e Mirandela. Desbloqueamento de verbas para construção e melhoria de estradas no distrito e para as Misericórdias de Moncorvo, Miranda, Vila Flor e Bragança.

Em Abril de 1920 foi enviada uma carta a Lopes Cardoso assinada por centenas de Bragançanos consideradas as forças vivas da cidade, onde lhe manifestavam o seu apoio e gratidão pelo que fez por Bragança. Foi nos momentos mais críticos da vida da República, e nomeadamente na resistência contra a ditadura de Pimentão de Castro e Sidónio Pais, que prestou relevantes serviços na reconstituição nacional Republicana. Trata-se de uma das figuras de maior destaque dentro do Partido Democrático de onde se desligou, em 1920, por discordar dos seus processos de intolerância prejudiciais, no seu entender, aos superiores interesses da Nação Republicana, (“Artur Lopes Cardoso”, in *Leste Transmontano*, Ano I, Nº 8, 8/5/1920:1). Foi como já atrás dissemos, nomeado Presidente da Comissão Auxiliar da Associação de Escolas Móveis e Jardins-Escolas João de Deus de Bragança.

#### **4.3.1.3. Carlos Alberto de Lima e Almeida**

Foi Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Concelho de Bragança de 5/1/1914 a 31/12/1917, precisamente no período de criação e abertura da EIB. Durante o seu mandato desenvolveu um importante trabalho de

modernização e melhoramentos da cidade: -qualificação urbana, área em que manifestou preocupação nas obras de conservação de diversos edifícios públicos; calcetamento de ruas e beneficiação das escolas da cidade. A ele se devem também os melhoramentos das acessibilidades à cidade através de obras em pontes e estradas. O Ambiente também fez parte das suas acções através da arborização de ruas, praças e avenidas da cidade, exploração, captação e canalização de água potável para a cidade e diversas obras de saneamento. Na área social a ele se deve a construção do hospital civil e o pagamento de subsídios de aleitação às amas dos expostos, menores de sete anos. Na educação, cultura e desporto destacamos, além da criação e equipamento da EIB, a criação do Museu Municipal Coronel Albino Lopo, aquisição de diverso material e equipamento escolar. Aprovou a criação do Museu Regional de Bragança e Biblioteca Pública. Solicitou à Inspeção das Escolas Móveis a instalação de cursos nocturnos móveis. (Berenguel et al.:2003:).

#### **4.4. Estrutura Física e Arquitectónica da Escola Infantil de Bragança**

A natureza da instituição exigia uma orientação bem definida das condições funcionais e construtivas do edifício onde viesse a ser instalada.

##### **4.4.1. Primeiras instalações**

Era dado adquirido que o edifício onde iria funcionar a EIB teria que reunir as condições exigidas por lei e que em qualidade arquitectónica e construtiva ombreasse com as escolas primárias vizinhas, Não se desejava que o edifício, mesmo aquele em que fosse instalada provisoriamente tivesse apenas as condições das duas escolas primárias que existiam perto, e que não eram edifícios construídos de raiz, mas sim casas adaptadas. Um pouco mais distante destas havia outras duas escolas primárias que eram a Conde Ferreira e a Adães Bermudes. A ter que rivalizar com estas teria que se construir um edifício novo como se tentou fazer com o projecto de construção do edifício do Jardim-Escola João de Deus e mais tarde com o projecto de construção de um edifício para a EIB.

À Câmara competia disponibilizar a instalação e organização da EIB (art.

12º, Decreto de 29/3/1911, in *DG*, Nº73). Havia uma casa da Câmara localizada no centro da cidade, na Rua General Sepúlveda, (antiga rua da Amargura), e hoje designada de São João, constituída por rés-do-chão e 1º andar com jardim, que tinha sido doada à Câmara pelo benemérito Zeferino José Pinto. Este cidadão, natural de São Mamede de Riba Tua, onde faleceu, em 1899, foi Delegado de Saúde e Médico da Câmara Municipal de Bragança. Em testamento legou o usufruto da casa onde residiu por mais de quarenta anos a uma sua empregada. Depois da sua morte passaria para à posse da Câmara para nela ser instalado o Museu Municipal, como era seu desejo (Baçal, 2000:Tom II:383-384).

Esta casa, no entender da CECMB e do Inspector Escolar, reunia as condições para instalar a Escola Infantil, depois de feitas obras de adaptação, (*AHCMB*, *Lv.*19, 1915: 128f e v). Decidido o local onde iria funcionar a EIB, o Inspector Escolar diligenciou a execução da planta para integrar o processo da sua criação, que enviou para o Ministério da Instrução Pública (*AHCMB*, *Lv.* 19, 1915: 130v).

Tratava-se de um edifício antigo, que tinha sido residência familiar e que precisava, por isso, de muitas obras para funcionar como escola. Encontrava-se em mau estado de conservação e tinha características difíceis de adaptar a estabelecimento de Ensino Infantil. Dispunha, no entanto, de muito espaço para ser adaptado a salas de aula e de terreno para jardim ou recreio.

Em 15/12/1915 já se tinham iniciado as obras naquele imóvel, conforme ordem de pagamento efectuada aos funcionários da Câmara que nela trabalharam (*AHCMB*, *Lv.* 19: 1915: 194f). As obras decorreram de Dezembro de 1915 a Janeiro de 1917 conforme se pode comprovar pelos diversos pagamentos efectuados pela CECMB aos funcionários que lá trabalhavam.

O Inspector do Círculo Escolar Augusto Ladeiro defendia que os edifícios destinados a escolas primárias e muito especialmente a Escolas Infantis se deviam “salientar pelo bom gosto da sua arquitectura, que embora de estilo simples, fosse todavia artístico e a sua execução primorosa de modo a despertar nas crianças o verdadeiro sentimento estético do bom e do belo” (*AHCMB*, *Lv.* 20, 1917:154f e v). No entender de Ladeiro, este edifício reunia as condições depois de feitas as obras.

“...a casa da escola confortável, ardente e alegre, mobilada com material apropriado, cómodo e variado no meio de uma tépida atmosfera, tudo disposto com decência e arte, atrairia necessariamente a criança para a escola, dispondo-a a instruir-se e educar-se livre e espontaneamente. É inegável que esta série de circunstâncias, auxiliaria certamente o ensino, pois já Fenelon dizia: «Tudo que alegra a imaginação facilita o estudo»” (Ibid.).

Entendemos agora a preocupação em arranjar o melhor possível o edifício e a demora na sua adaptação e melhorias. Só quando tudo estivesse devidamente pronto e depois de aprovado pelo Ministério da Instrução Pública é que podia funcionar a EIB.

De acordo com o estabelecido, no Decreto nº 134, de 13/9/1913, o ensino não podia ser ministrado em local insalubre. Era importante para o sucesso da escola fazerem-se as obras e adaptações, o melhor possível e de acordo com a lei. Havia a determinação de fazer o “...necessário para que tudo se aproxime o mais possível das condições impostas pelos artigos 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º, do Decreto regulamentar de 23/8/1911” (*AHCMB, Lv. 19, 1915: 145f e v*).

O artigo 6º do Decreto Regulamentar de 1911 dispunha que a Escola Infantil podia ser instalada em edifícios públicos ou particulares plenamente adaptáveis, com todas as condições higiénicas e pedagógicas. Nestes termos, nenhuma Escola Infantil se poderia fundar sem ter anexo um terreno arborizado e preparado de forma a permitir ali a permanência das crianças onde se poderiam trabalhar as noções de jardinagem e horticultura. O edifício a que nos vimos referindo tinha um grande anexo de terreno ajardinado e arborizado.

O artigo 7º do citado Diploma legal estabelecia que as salas deviam ser forradas a ardósia até à altura das crianças, ou ter em volta quadros pretos. A EIB não era forrada a ardósia mas tinha quadros pretos em cada sala, (Ver anexo VIII, entrevista de ex. aluno da EIB).

O artigo 8º do referido Decreto Regulamentar determinava que as salas deviam ser espaçosas, com excelente disposição de luz, ventilação, e, sempre que isso fosse possível, ao mesmo nível do jardim. As salas da EIB embora sendo no 1º andar da casa eram precisamente ao nível do jardim e com duas janelas cada sala.

O artigo 9º do mesmo comando legal exigia referia que deveria haver, além das salas, um dormitório para as crianças de quatro e cinco anos. Também

havia este equipamento no edifício em análise.

O artigo 10º referia que devia haver uma sala arejada para cabides, um gabinete para as professoras, uma sala com lavatórios e um balneário com tudo o que fosse necessário para as crianças poderem tomar na escola os seus banhos de limpeza, e quando isso não fosse possível, tinas para o mesmo fim na sala dos lavatórios.

O artigo 11º tratava que a escola não tivesse anexa uma cantina, que tivesse uma cozinha com fogão e o material necessário para que as empregadas pudessem aquecer ou preparar as refeições que as crianças deviam tomar na escola.

A EIB procurou aproximar-se o mais possível do regulamentando nos artigos 10º e 11º atrás referidos, como veremos adiante.

Era um edifício bem localizado, central e de fácil acesso, e com uma frente de 14 m de comprimento. Depois das obras, a entrada da escola fazia-se pelo rés-do-chão por intermédio de três portas. Uma delas para entrada na escola, outra para entrada nas dependências, onde residia a professora e uma outra para uma arrecadação. Na entrada do rés-do-chão havia um grande átrio onde estava o vestiário ou vestíbulo com cabides. O rés-do-chão dispunha de duas janelas para o exterior. Aqui funcionavam as dependências Administrativas, um gabinete das professoras e uma cozinha.

Havia três salas de actividades sendo que uma delas funcionava como recreio. Ficavam localizadas no 1º andar: uma destinada para a classe inferior para crianças de quatro a cinco anos, e a outra para a classe superior para as crianças de cinco a seis anos. Conforme o número de crianças houve períodos em que se formou a classe infantil combinada com a primária organizando-se uma nova classe com a designação de semi-infantil para as crianças de seis a sete anos que, provavelmente, funcionava na sala de recreio. A existência de três professoras a exercer em alguns anos lectivos nesta escola explica estas três classes.

Numa carta enviada pelo Inspector Escolar de Bragança à Direcção Geral do Ensino Primário e Normal em 16/3/1927 (*AHME*, caixa 3475), informava relativamente àquele edifício: “...tem 3 salas, sendo uma delas para recreio, com as seguintes dimensões: - 1ª – 13,35m<sup>2</sup> e 37,380m<sup>3</sup>; a 2ª -14,24m<sup>2</sup> e 38,720m<sup>3</sup>; - 3ª

39,05m<sup>2</sup> e 115,197m<sup>3</sup>". Cada sala dispunha de duas janelas para o exterior como convinha pois não dispunha de luz eléctrica.

As salas de actividades das Escolas Infantis deviam ter, segundo o Decreto nº 2947 (*DG, N.º. 11, 20/1/1917*), as dimensões de um metro quadrado por aluno, não devendo comportar mais de quarenta alunos. Deviam medir, segundo o mesmo Decreto, oito metros de comprimento por cinco de largura. No 1º andar ficava um dormitório com algumas camas para as crianças que tivessem necessidade de repouso ou se sentissem acidentalmente indispostas. De realçar que não era obrigatório dormir. Havia, também, uma sala lavatório onde se tratava da higiene das crianças. Essa sala tinha dois lavatórios e respectivos toalheiros, toalhas e sabonetes, um guarda chuveiro em ferro fundido, conforme lista de material existente na Escola Infantil (*AHCMB, Lv. 20, 1917:138f*).

A escola não dispunha de água canalizada. Tinha, no entanto, um moderno sistema de filtragem de água para beber -filtro "Pasteur" para 15 litros e "fonte higiénica de jacto ascendente" como consta na referida lista de material. Este seria o sistema a adoptar para as crianças beberem água (Decreto nº 2947, de 17/1/1917). Este sistema evitava o uso do copo e o contacto dos lábios com qualquer objecto que pudesse ocasionar contágio ou transmissão de doença.

Na parte de trás do edifício escolar havia um espaço coberto para recreio dos alunos e um terreno com uma área de jardim de 140m<sup>2</sup>. Este espaço coberto ou alpendre permitia algum resguardo do vento e da chuva, estava ligado ao edifício escolar e em comunicação directa com o jardim e recreio. O jardim constava de duas partes: uma propriamente destinada ao recreio e jogos das crianças, e a outra exclusivamente reservada a exercícios práticos de jardinagem. Era vedado por um muro de 16m de comprimento e 3m de altura que dava para uma rua de trás (*AHCMB, Lv. 25, 1926: 90f*). Ao fundo do jardim ficavam localizadas as retretes, onde ainda hoje se encontram já em total estado de degradação. Segundo o Decreto nº 294, (*DG, N.º. 1, 20/1/1917*, estas deviam ser instaladas em locais facilmente vigiáveis, de preferência no jardim de recreio. Nunca poderiam comunicar directamente com as salas de aula ou com outras dependências internas do edifício onde os alunos tivessem de permanecer, tendo sempre que haver a separá-las uma área bem arejada.

A temperatura interior das salas de aula nos meses de Inverno situava-se, com frequência, abaixo dos 10º centígrados. Para auxiliar no combate ao frio utilizavam-se braseiras (*AHCMB, Lv. 21, 1918:3v*) e um “capacho de arame”, - espécie de vaso cilíndrico de esparto, onde se metem os pés para os aquecer.

A seguir apresentamos duas imagens actuais da casa e jardim onde funcionou a EIB.

Figura 2: A Escola Infantil de Bragança



Data da foto: 1/5/2006

Figura 3: Terreno e Jardim da EIB



Data da foto: 1/5/2006

Em Janeiro de 1925 foram feitas diligências por parte da Junta Escolar e pelo Director da Escola Central masculina de Bragança, à revelia da CECMB para se instalar neste edifício uma Escola Primária geral, deslocando-se a EIB para a Escola Adães Bermudes. A Câmara opôs-se intransigentemente, defendendo que nada podia ser feito naquela casa sem o seu consentimento e que ali apenas podia funcionar a EIB (*AHCMB, Lv. 24, 1925:89f e v*). Em Março de 1925, a Junta Escolar continuava a pressionar a CECMB para que a EIB fosse transferida para uma das salas da Escola Primária Adães Bermudes, mas a CECMB continuou a desatender a pretensão (*AHCMB, Lv. 24, 1925: 93v*). A Junta Escolar insistia em instalar uma Escola Primária Geral neste edifício o que revelava que tinha boas condições de funcionamento. No entanto insistia em transferir a EIB para o edifício da Escola Adães Bermudes. Houve aqui algum desentendimento entre a Junta Escolar e a CECMB.

O edifício à medida que os anos iam passando, dez anos após a realização das obras e adaptações ia-se degradando e ficando sem condições para ali funcionar a EIB. Na opinião do Inspector Escolar de Bragança, referia que a EIB em 1927, estava instalada num edifício impróprio que ameaçava ruínas. Esta opinião foi transmitida à Direcção Geral do Ensino Primário e Normal, em 16/3/1927, (AHME, caixa 3475).

A EIB acabou por ser transferida para o edifício da Escola Adões Bermudes em Setembro de 1928. Pretendia-se que ali funcionasse provisoriamente enquanto o novo edifício projectado não fosse construído. O edifício nunca chegou a ser construído, tendo a EIB ali funcionado até à sua extinção oficial, em 28/7/1934, pelo Decreto-lei nº 24:246, assinado, entre outros, por António Óscar de Fragoso Carmona e António de Oliveira Salazar. Não conseguimos apurar se ainda terá funcionado em Setembro do ano lectivo seguinte, uma vez que as professoras ainda pertenceram à EIB até ao dia 29/9/1934 conforme se pode constatar no registo biográfico das professoras Josefa Lopes (AHME, registo biográfico 133, cx.2488) e Gaudência Gonçalves (AHME, registo biográfico 256, Cx.2495).

Como ficou demonstrado, as adaptações levadas a efeito no edifício, concorreram para que se reunisse as condições para nele ser instalada a EIB, visto que cumpria as exigências estabelecidas pelos artigos, 6º, 7º,8º,9º,10º,11º, 12º, e do Decreto Regulamentar da Reforma de 29/3/1911.

#### **4.4.2. Obras e melhoramentos**

No processo de criação da EIB, sempre se disse que esta funcionaria em edifício provisório enquanto não se construísse um edifício próprio e definitivo, como foi programado. Para manter o seu regular funcionamento, de acordo com as exigências legais já citadas, foram sendo realizadas obras de melhoramento e manutenção como as que referenciamos a seguir. Em Maio de 1917 a CECMB ainda estava a efectuar pagamentos de material fornecido para as obras e adaptações que tinham sido realizadas para a sua abertura (AHCMB, Lv. 20, 1917:188v). Em Dezembro de 1917 a CECMB dá conta das despesas efectuadas nas obras realizadas nesse ano na EIB totalizando um total de 50\$00, (AHCMB,

Lv. 21, 1917:27v). Em Janeiro de 1918 pagou-se a quantia de 158\$40 para obras nos edifícios da Escola Normal e da EIB (*AHCMB, Lv. 21, 9/1/1918: 33v*).

Fizeram-se vistorias frequentes às condições em que a EIB, provisoriamente, funcionava. A CECMB pedia frequentemente ao Inspector Escolar para que examinasse o estado da escola, e se esta podia continuar a funcionar (*AHCMB, Lv. 21, 1918: 50f*). Isto sugere-nos que as instalações se foram degradando e houve necessidade de melhorá-las. O quintal da EIB tinha um portão que dava para a viela de trás da escola que foi mandado fechar e arranjado o respectivo muro (*AHCMB, Lv. 21, 1918:55f*). O Jornal *O Bragançano* faz referência dizendo mesmo que a EIB funcionava em “edifício impróprio” (“Instrução”, Ano I, Nº 1, 15/11/1919:1).

As condições higiénicas eram preocupação constante pois a EIB era lavada profunda e frequentemente, conforme registos nas Actas da CECMB. Os esgotos corriam directamente para a rua, situação que foi alterada quando foi mandado prolongar o colector de saneamento directamente para o rio (*AHCMB, Lv. 21, 1918:59f*). As casas de banho existentes no quintal da EIB eram abusivamente utilizadas por um vizinho, tendo sido intimado pela CECMB para não o fazer e para colocar uma vedação a separar os dois quintais, conforme se veio a verificar (*AHCMB, Lv. 24, 1925:89v e 91f*). O muro do quintal da EIB que dava para uma viela foi derrubado por um carro de bois e foi mandado reconstruir para evitar a entrada e saída das crianças, pormenor que demonstra a preocupação demonstrada com a segurança das crianças (*AHCMB, Lv. 24, 1925:120v e 121f*).

No ano de 1926 as casas de banho beneficiaram de melhoramentos bem como as portas de entrada e foi colocado um poste de iluminação eléctrica em frente da EIB (*AHCMB, Lv. 25, 1926:14f*). No mesmo ano são feitas obras de adaptação dos baixos para alojamento da mula da Câmara Municipal utilizada para o serviço da limpeza pública (*AHCMB, Lv. 25, 1926:17f*).

Encontramos ainda referência a obras efectuadas na EIB no ano de 1927 através do arranjo das casas de banho e telhado, havendo o registo de 54\$00 de despesas (*AHCMB, Lv. 26, 1927:51f*), e 216\$00 por salários e materiais utilizados na reconstrução do muro do quintal (*AHCMB, Lv. 26, 1927:136f*).

Em Maio de 1928 o Inspector Escolar envia ofício à CECMB dando conta

do estado em que se encontra a EIB. Refere que chove lá abundantemente devido a ter a trave principal de sustentação do telhado partida (*AHCMB, Lv. 27, 1928:119f*). Depois desta data efectuaram-se diversas obras de melhoramento, levando a um enorme esforço financeiro da CECMB. O telhado foi arranjado bem como outras obras, uma vez que a CECMB efectuou pagamentos de 589\$00 de obras realizadas nos edifícios da Escola Primária Conde Ferreira e EIB (*AHCMB, Lv. 27, 1928:184v*). Efectuaram-se diversos pagamentos de obras e reparações efectuadas na EIB: 397\$00 ainda no mesmo mês de Outubro (*AHCMB, Lv. 27, 1928:190f*), 402\$00 em Novembro de 1928, (*AHCMB, Lv. n° 27, 1928:192f*), 25\$00 em Dezembro (*AHCMB, Lv. 27, 1928:205f*), 124\$75 em Janeiro de 1929 (*AHCMB, Lv. 27, 1929:226f*), de 29\$00 em Fevereiro de 1929 (*AHCMB, Lv. 27, 1929:238v*).

A degradação do edifício continuava. Tinha que se procurar arranjar outra solução que não passava já pelas obras e melhoramentos mas sim pela construção de um edifício próprio e enquanto isso não acontecesse pela mudança para outra escola como veio a acontecer.

#### **4.4.3. A Escola Infantil de Bragança na Escola Primária Adães Bermudes**

Pensamos que a EIB se transferiu em Setembro de 1928, precisamente no início do ano lectivo, para a Escola Primária Adães Bermudes de Bragança. Constatamos este facto uma vez que, em 22/7/1927, um professor enviou um ofício à CECMB solicitando autorização para utilizar as dependências habitacionais do edifício, onde diz que funciona a EIB (*AHCMB, Lv. 28, 1929:11v*). Este facto sugere-nos que, nesta data, ainda funcionava nas primeiras instalações. No entanto, a referência a uma autorização para execução de obras no edifício onde funcionou a EIB, de uma reunião da CECMB, de 29/11/1929, indicia exactamente o contrário (*AHCMB, Lv. 28, 1928:197v*). Como deixou de funcionar durante este período nas antigas dependências, e como sabemos que se mudou para a Escola Adães Bermudes conforme testemunho de ex. aluno (Anexo VI), e por ser vontade da Junta Escolar desde Janeiro de 1925, pensamos que tal terá coincido com o início do ano lectivo de 1928. As referências seguintes que

aparecem sobre esta casa, referem-se apenas a Escola Primária, deixando de se utilizar a designação de Escola Infantil. Apuramos então que no edifício onde funcionou a EIB, passou a e funcionar nos anos seguintes uma Escola Primária como era pretensão da Junta Escolar, e como aparece referência em Acta da Câmara (*AHCMB, Lv. 31, 1933:115f*).

Os últimos cinco anos de existência da EIB precisamente de 1928 a 1934, foram passados na Escola Primária Adães Bermudes. Estas mudanças de um edifício antigo, em más condições, para uma Escola Primária com melhores condições levaram a um aumento considerável de alunos.

Tratava-se de uma Escola Primária de construção recente (1ª década do século XX). Ali funcionou a EIB, mais uma vez na esperança que fosse provisoriamente até se mudar definitivamente para o projectado edifício novo há muito ansiado e bem encaminhada como sendo já uma certeza a sua realização, uma vez que o processo de construção estava numa situação considerada irreversível.

Aquele edifício escolar era constituído por rés-do-chão e 1º andar. O rés-do-chão era constituído por duas salas de actividades, cada uma ostentando por três amplas janelas e com a capacidade para cinquenta crianças. Havia ainda um átrio de entrada, cozinha, uma pequena sala e dois recreios cobertos. O centro do rés-do-chão e 1º andar era destinado para habitação dos professores.

#### **4.5. Processo de construção do novo edifício**

Foi sempre pretensão quer da CECMB, quer da Inspeção Escolar de Bragança a construção de um edifício próprio para funcionamento da EIB. Numa primeira fase através da construção do Jardim-Escola João de Deus como vimos anteriormente, e numa segunda, depois de não se ter concretizada a construção do edifício João de Deus, optando pela construção de um novo para a EIB.

O que aconteceu com o projecto de construção do Jardim-Escola João de Deus aconteceu também com o projecto de construção da EIB. O projecto foi elaborado, as obras iniciadas mas a sua construção nunca veio a concluir-se, tendo a EIB funcionado sempre em instalações provisórias. No entanto, realçamos a vontade manifestada pelas entidades públicas e outras individualidades de

Bragança que, desta feita, não conseguiram efectuar a obra devido a impedimentos do Governo, chefiado por Oliveira Salazar como veremos mais à frente.

Em Fevereiro de 1918 o Inspector do Círculo Escolar de Bragança enviou ofício à CECMB dando conhecimento que a aprovação dos edifícios escolares é da competência da Repartição da Instrução Primária, e que a EIB apenas funcionaria nas instalações adaptadas para o efeito enquanto não se procedesse à instalação definitiva em edifício próprio, melhoramento esse que a todos beneficiaria, devendo ser realizado pela corporação administrativa, ou seja, a Câmara Municipal (*AHCMB, Lv. 21, 1918:51f*). O deputado Lopes Cardoso foi responsável pela atribuição de 8.000\$00 por parte do Estado para a construção do edifício para a EIB,

“Bragança graças aos bons serviços e dedicação do Exm<sup>o</sup>. Sr. Dr. Lopes Cardoso, um dos mais sábios Ministros da Justiça a dentro da República, participou largo quinhão da actual Reforma, pois, além da criação duma Escola Primária Superior, S. Excelência conseguiu a dotação de 8.000 escudos para a construção da Escola Infantil, instituição puramente Republicana, há muito tempo existente nesta cidade, mas funcionando em edifício impróprio” (“Instrução”, in *O Bragançano*, Ano I, N<sup>o</sup> 1, 15/11/1919:1).

Era intenção da CECMB alienar o edifício onde estava instalada a EIB para aplicar o produto da venda no auxílio da construção do novo edifício (*AHCMB, Lv. 22, 1920:156f*). O sonho de construção de um edifício novo e definitivo para a EIB esteve presente em toda a década de vinte do século XX. Mas ganhou um novo alento no início da década de trinta com novas diligências, desta vez de uma forma mais consistente. O processo entrou num caminho que se pensou que apenas terminaria com a construção do novo edifício. Por portaria de 3 de Outubro de 1930 foi autorizada a verba de 15.000\$00 pelo Governo Civil de Bragança, doada pela Direcção dos Edifícios Nacionais para auxiliar na sua construção (*AHCMB, Lv. 29, 1930:174f*). Entretanto, em Novembro de 1930 iniciaram-se os contactos com o Engenheiro Industrial Henrique Almeida Eça para tratar do projecto (*AHCMB, Lv. 29, 1930:178f*). O mesmo engenheiro, através de ofício, remeteu à CECMB a planta da EIB efectuada pelos arquitectos Baltazar da Silva Castro e Rogério de Azevedo, de que falaremos mais adiante, a fim de escolher o terreno mais conveniente para a sua localização. O terreno

ficava localizado ao lado do edifício onde estava instalada a Inspeção da Região Escolar por ser considerado o mais apropriado (*AHCMB, Lv. 30, 1931:23f*). Em Abril de 1931 procedeu-se ao pagamento de 1000\$00 aos referidos arquitectos do Porto pela realização da planta (*AHCMB, Lv. n°30, 1931:63f*). Em 14/5/1931 foi feita a arrematação em hasta pública da obra de construção dos alicerces e abertura dos caboucos (*AHCMB, Lv. 30, 1931:66f*).

“Condições para a arrematação das obras de construção da Escola Infantil de Bragança: 1ª. Construção dos alicerces com alvenaria com argamassa de cal da região e areia de 1 para 3, com 0,70m de espessura, incluindo a abertura dos caboucos, sendo os materiais dos caboucos removidos para a distancia máxima de 40 metros. A Câmara verificara a segurança da base em que assentam os alicerces. A alvenaria será de xisto faceado, pelo menos tão bom como o que vem sendo empregado na elaboração da torre da Sé. A base de licitação é de 100\$00 cada metro cúbico; 2ª. Construção de paredes de alvenaria em elevação com 0,50m de espessura, com argamassa de cal da região e areia de 1 para 3; A base de licitação é de 45\$00 cada metro quadrado; 3ª. Será feita em primeiro lugar a construção dos alicerces completos, só se fazendo em seguida a construção das paredes de alvenaria em elevação; 4ª. A presente arrematação refere-se a trabalhos a executar dentro da verba de 15.000\$00; 5ª. O trabalho deve estar concluído até 25 de Junho próximo; 6ª. Para licitar é necessário o depósito provisório de 100\$00, que deverá ser elevado a 5.000\$00, em numerário ou letras, até à assinatura do contrato que deverá realizar-se dentro de três dias; 7ª. O pagamento será efectuado à medida que a obra for progredindo, ficando sempre em poder da Câmara 10% da importância correspondente do trabalho efectuado, para, com o depósito, responder pela conclusão da obra” (*AHCMB, Lv. 30, 1931:77f*).

A obra foi adjudicada a João Manuel Cerqueira, natural da aldeia de Lagomar, nos arredores de Bragança, pelos preços de 85\$00 e 40\$00 respectivamente (*Ibid.*).

As obras começaram com autorização da Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte, tendo ficado a sua fiscalização a cargo do Engenheiro Henrique de Almeida Eça. A CECMB ficou responsável por efectuar parte das obras de pedreiro, tendo a respectiva verba que ser gasta até finais de Junho de 1931 (*AHCMB, Lv. 30, 1931:72f*). As obras adjudicadas foram efectuadas no prazo estipulado. Em 29/5/1931 a CECMB efectuou o pagamento de “900\$00, pelo fornecimento de 180 alqueires de cal destinada à construção da EIB” (*AHCMB, Lv. 30, 1931:85v*). Foram efectuados os pagamentos devidos ao empreiteiro João Manuel Cerqueira. Logo no próprio dia da adjudicação foi-lhe adiantada a verba de 400\$00 para fazer face às despesas iniciais. Em 19/6/1931 foi efectuado o pagamento das quantias de 4.000\$00 (*AHCMB, Lv. 30, 1931:97f*), de 5.500\$00 e em 3/7/1931 a quantia de 1777\$00, sendo 1000\$00 a mais do que o inicialmente

adjudicado (*AHCMB, Lv. 30, 1931:117f*). A obra que, naturalmente tinha sido iniciada com a construção dos alicerces, atingiu o preço total de 200.000\$00.

Em Outubro de 1932, a CECMB ficou a saber que não podia contar com a comparticipação do Estado, segundo informações colhidas pelo Presidente da Direcção Geral dos Monumentos e Edifícios Nacionais (*AHCMB, Lv. 31, 1932, 58f*). No entanto, tal não veio a acontecer pois o Estado empenhou-se inicialmente na ajuda da construção do edifício da EIB ao comprometer-se em participar em 50% os custos totais da construção, ou seja, 100.000\$00. Os outros 50% teriam que ser da responsabilidade da Câmara que tomou providências para desbloquear a verba e solicitou informações sobre um empréstimo que pretendia fazer para diversas obras na cidade de 450.000\$00, junto da Caixa Geral de Depósitos, sendo 100.000\$00 para a construção da EIB “por ser considerada uma obra de manifesta importância para a cidade e há muitos anos programada” (*AHCMB, Lv. 31, 1933:76f*), e “por reconhecer a alta conveniência que resultava de levar a efeito tal empreendimento” (*AHCMB, Lv. 31, 1933:114v*).

O processo estava agora bem encaminhado e tudo indicava que a obra iria ser concluída. No dia 20/4/1933 o Director da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais do Norte enviou à CECMB o orçamento do edifício da EIB acompanhado da respectiva planta, para ser submetida a apreciação superior. Este orçamento estava de acordo com os preços praticados na região, importando a quantia total de 224.750\$00, sendo 133.00\$00 destinados a material utilizado e o restante, ou seja, 91.750\$00 destinados à mão-de-obra, *AHCMB, Processo “Escola Infantil de Bragança” na CMB*).

Foi intenção da Câmara continuar a construção do edifício da EIB no ano económico de 1933-34 o uma vez que tudo estava tratado e o financiamento garantido.

“Que, devendo no corrente ano económico proceder-se à construção do edifício da Escola Infantil junto da Inspeção Escolar e onde se encontram já, em parte, os alicerces para a mesma, sendo necessário proceder-se ao alargamento do terreno para a construção do parque da mesma Escola Infantil, se adquirirá, dentro do mais curto prazo de tempo, o terreno preciso aquele fim, terreno que pertence a José dos Santos Correia, após entendimento com este ou pelos meios legais ao alcance da Câmara” (*AHCMB, Lv. 31, 1933:152f*).

O Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais através de troca

de correspondência com a CECMB pediu informações sobre a forma como a Câmara de Bragança asseguraria a contribuição de 50% das despesas que lhe pertenciam, pois só assim o Estado contribuiria com os restantes 50%. A Câmara informou que essa verba já estava contabilizada e inscrita no orçamento ordinário desse ano económico (AHCMB, Lv. 31,1933:165v e 166f).

O empréstimo pretendido foi efectuado e a sua escritura efectivada conforme deliberações tomadas em reunião da CECMB em 7/1/1933, 29/9/1933 e 23/3/1934. O Conselho de Administração da Caixa Geral de Depósitos autorizou o empréstimo não de 100.000\$00 como inicialmente se pretendia mas de 150.000\$00 para a construção do edifício da EIB. Como o Estado só contribuía com 100.000\$00 e o custo da obra ultrapassava os 200.000\$00 houve necessidade de se aumentar ao empréstimo. Este foi aceite pelas duas Instituições, feito pelo prazo de quinze anos, com pagamento de trinta prestações semestrais, iguais de capital e juro. Acordou-se que o juro seria de 6,5% ao ano (AHCMB, Lv. 32, 1934:11f e v). Em Junho de 1934 aparece no orçamento da Câmara de Bragança a verba do empréstimo de 150.000\$00 para a construção da EIB bem como as referências à sua escritura e condições do empréstimo (AHCMB, Lv. 32, 1934:36f e 39v).

A administração da Caixa Geral de Depósitos depois de conhecer o Decreto que punha fim ao Ensino Infantil em Bragança pediu explicações à CECMB para saber o que fazer com o empréstimo contraído. Foi então pedido ao secretário de Estado das Finanças para que fosse destinado à construção de Escolas na cidade (AHCMB, Lv. 32, 1934:61f e v). Em Dezembro de 1935 esta verba já aparece no Orçamento da Câmara para a construção de escolas primárias na cidade, no entanto, aparece ainda a referência ao empréstimo contraído do qual se fez escritura em 10/1/1935 para a construção de uma Escola Infantil (AHCMB, Lv. 33:1935, fl.51v).

Em Junho de 1936 fazia-se referência ao pagamento dos juros do empréstimo para construção da EIB (AHCMB, Lv. 33, 1936:110f), tal como em Janeiro de 1937 (AHCMB, Lv. 33, 1937:176v), juros que se continuaram a pagar pelos anos seguintes. As referências a este empréstimo aparecem como sendo para construção da EIB. No entanto, foi destinado a construção de quatro escolas

primárias “tipo Trás-os-Montes”: escola do Senhor dos Aflitos, do Patronato, da Estação e de São Sebastião em Bragança (AHCMB, Lv. 33,1936:132f).

A memória descritiva e planta da EIB podem ser consultadas no Arquivo Histórico da CMB. Por considerarmos relevante apresentamos a seguir a planta do ante-projecto da EIB de Bragança do ano de 1931:

Figura 4: Ante-Projecto da EIB de 1931



Fonte: (AHCMB, Processo da planta da EIB, 1931)

Este projecto foi realizado pelos Arquitectos Rogério Azevedo e Baltazar de Castro. Na época em que projectaram a escola, estes arquitectos desenvolveram considerável trabalho em arquitectura escolar.

O Arquitecto Rogério de Azevedo nasceu no Porto na Freguesia de Cedofeita a 25/6/1898, sendo a família de origem transmontana da localidade de Santa Marta de Penaguião. No princípio da década de 30 executou, com o Arquitecto Baltazar de Castro, dezenas de projectos especiais para Escolas Infantis e creches onde se encontrava a EIB, Águeda, Alijó, etc. (Beja F. et al.,

1985: 290).

Foi contratado, pelos Serviços da Direcção dos Edifícios Nacionais do Norte, por despacho publicado em 17/8/1933 e rescindiu o contrato em 13/11/1940. Concebera edifícios escolares para quase todos os distritos do Norte e Centro do País. Praticando uma arquitectura considerada inovadora, sabia como esboçar os pormenores, como empregar o tijolo o xisto ou o granito, de modo a harmonizar as fachadas com a zona envolvente. No período em que executaram os projectos tipo regionalizados – 1933 a 1935 – tanto Raul Lino que projectara os Jardins-Escolas João de Deus, como Rogério de Azevedo eram arquitectos, contratados, do Ministério das Obras Públicas (Beja F. et al., 1985: 233).

O projecto da EIB era, portanto, semelhante a outros realizados pelos mesmos arquitectos.

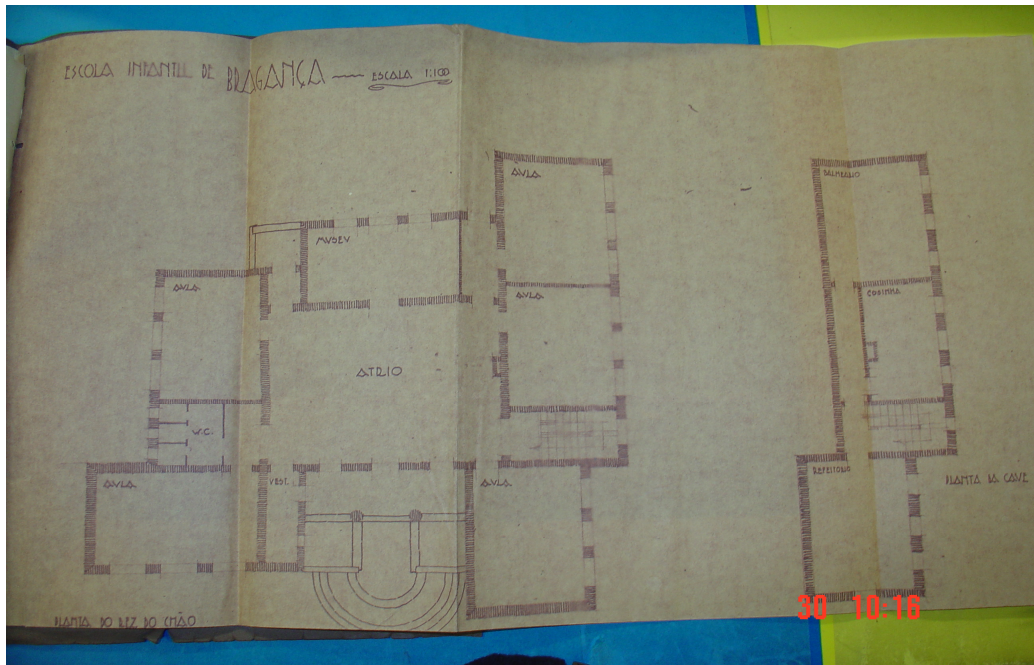
“Noutros edifícios que conceberam, tanto as fachadas como a distribuição dos espaços foram tratados de maneira semelhante à do Soajo como, por exemplo, no Estudo para a Escola Regional de duas salas, para Barro – Águeda (1930) e ainda no Ante- projecto para a Escola Infantil de Bragança (1933)” (Beja F. et al., 1985: 205).

Neste período, desenvolveram-se em Portugal outras correntes de arquitectura escolar. Nos anos compreendidos entre 1930 e 1935, a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais concretizou (ou apenas aprovou) projectos para escolas de vários autores, expressando conceitos muito diversos (Beja F. et al., 1985: 207).

O projecto da EIB era de facto inovador e a concretizar-se teria sido uma mais valia para a cidade. O projecto realizado em 1931 era constituído por cave e rés-do-chão. Na cave ficava localizado o refeitório, cozinha e balneários. O rés-do-chão era constituído por um grande átrio central com lareira, rodeado por cinco salas de actividades, uma sala para museu, uma casa de banho, um gabinete e um vestiário. Cada sala de actividades tinha três janelas bem como o museu. Numa segunda revisão da planta, realizada em 1933, procederam-se a algumas alterações deixando de haver museu no rés-do-chão para passar a ser os balneários com mais uma casa de banho. No entanto no orçamento aparece ainda o museu. O local dos balneários na cave seria para uma despensa. A Escola seria rodeada por um recreio com muro.

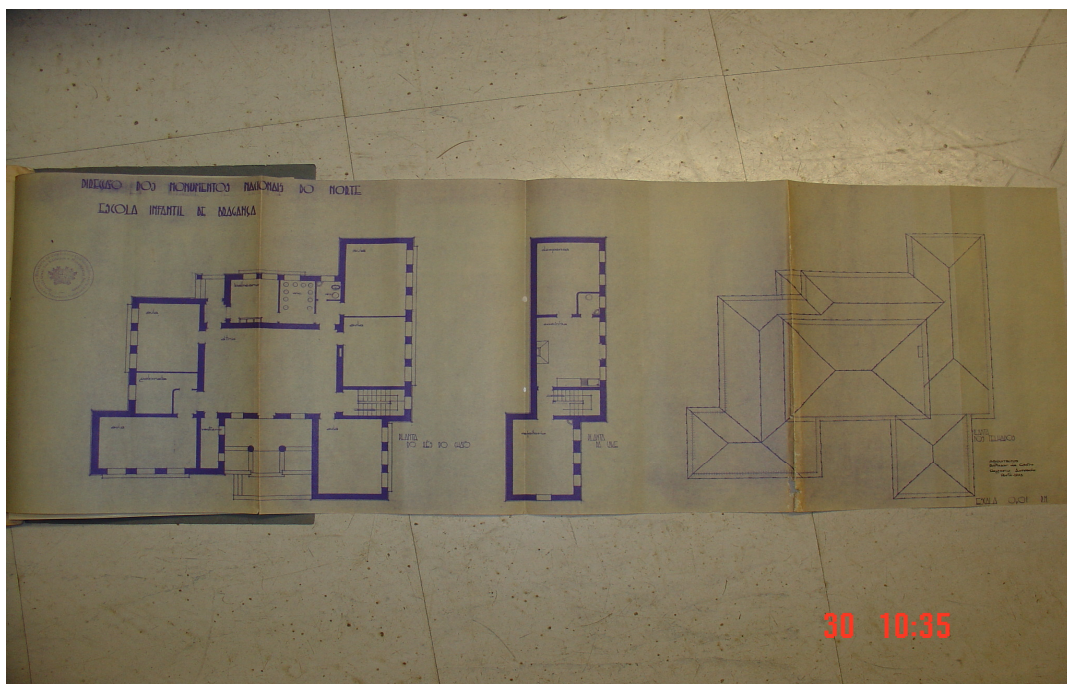
As figuras 6 e 7, a seguir representadas dão-nos uma visão melhor da planta da EIB.

Figura 5: Planta da EIB em 1931



Fonte: AHCMB, Processo da planta da EIB (1931)

Figura 6: Planta da EIB em 1933



Fonte: AHCMB, Processo da planta da EIB (1934)

A memória descritiva deste projecto revela uma manifesta preocupação com as características específicas do edifício, nomeadamente o cuidado em o dotar de todas as condições higiénicas que exigia materiais que deviam ser: “escrupulosamente escolhidos, e devendo utilizar-se de preferência os que mais facilmente se possam obter na localidade” conforme estipulava o art.4º, nº.1 do Decreto nº 2947 (*DG, N.º.11, de 20/1/1917*). No orçamento aparecem os custos ao dia e hora das profissões empregues na obra. Podemos verificar quanto ganhava ao dia e à hora cada trabalhador e quais eram as profissões melhor pagas, de acordo com o quadro que se segue:

Quadro 3: Salários (hora/dia) dos trabalhadores na construção do edifício da EIB, em 1934.

Pessoas necessárias na obra	Custo hora	Custo dia
Carpinteiro	1\$90	15\$80
Pedreiro	1\$80	14\$40
Picheleiro	2\$00	16\$00
Pintor	1\$80	14\$40
Rapaz	0\$80	6\$40
Trabalhador	1\$10	8\$80
Trolha	1\$80	14\$40
Vidraceiro	2\$00	16\$00
Ajudante	1\$50	12\$00
Funileiro	2\$00	16\$00

Fonte: (*AHCMB, Processo Escola Infantil de Bragança*)

#### 4.6. Organização administrativa e pedagógica

Neste título, procuraremos, essencialmente, responder a questões relativas à forma como a EIB estava organizada administrativa e pedagogicamente e como era gerida. Para tal tentaremos averiguar qual era a sua estrutura interna, quais as funções da Directora, de quem dependia ou a quem tinha de prestar contas, qual a sua acção em relação aos professores, aos outros funcionários, aos alunos, que grupo de pessoas viviam e trabalhavam na EIB, quem definia as suas tarefas e obrigações, que formas de comunicação foram instituídas.

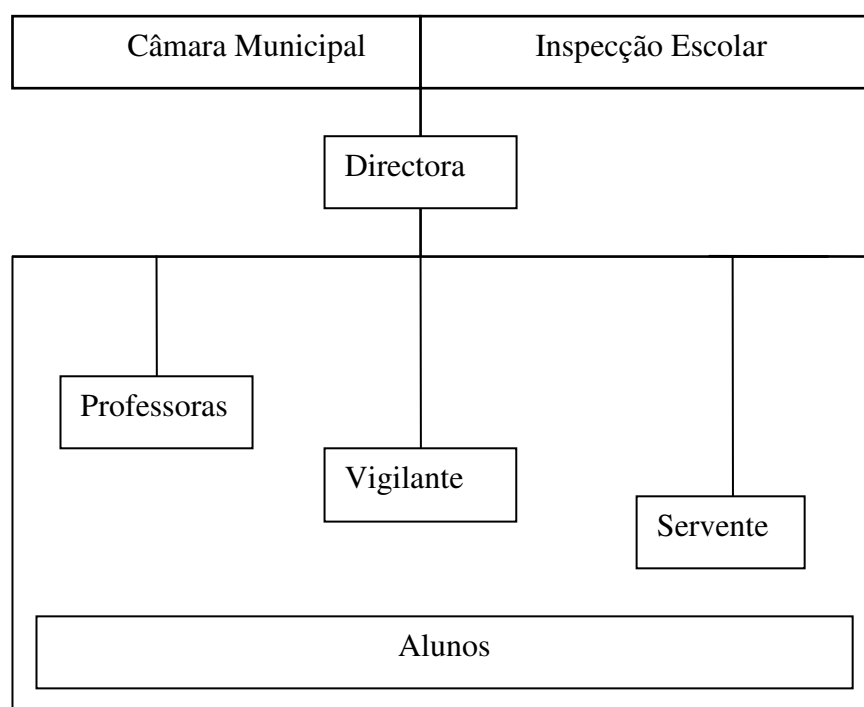
Pretendemos também apurar o que caracterizava e individualizava o seu

funcionamento e as relações entre eles e com o meio. Como qualquer outro estabelecimento de ensino, a EIB tinha um órgão directivo, corpo docente, corpo discente e um corpo de funcionários auxiliares.

Surgida em plena 1ª República numa fase pioneira de implantação do Ensino Infantil em Portugal, esta escola foi marcada por ser novidade sofrendo por isso as pressões inerentes das dúvidas do seu sucesso. A forma como foi organizada pedagogicamente, revelou-se muito diferente das escolas primárias. O horário de funcionamento, a prática pedagógica, bem como os materiais e mobiliário utilizado também mereceram atenção cuidada.

Apresentamos a seguir um esquema da organização da EIB

Figura 7: Organograma da EIB



A análise do organograma anterior, leva-nos a concluir que todos os funcionários da EIB estavam na dependência directa da Câmara Municipal e da Inspeção Escolar, sendo a Directora o elemento intermediário directo. A Directora era a entidade máxima dentro da EIB, tendo que responder apenas perante a Câmara Municipal e a Inspeção Escolar. Hierarquicamente, estava, acima de todos os funcionários, mas entre eles havia uma certa gradação, que procuramos caracterizar, inserindo-as na escala da esquerda para a direita.

#### 4.6.1. Direcção e gestão

A administração do Ensino Infantil e primário seguia as normas e orientações estabelecidas pelo Decreto-lei de 29/3/1911, do *DG*, N°73 e, nestes termos e enquadramento a EIB era, administrada pela Câmara Municipal de Bragança e pela gestão pedagógica da Direcção Escolar por intermédio do Inspector de Circulo Escolar e de um director da instituição. A colocação dos professores e restantes funcionários era da responsabilidade da Câmara (Ibid. art. 17°), e da Inspeção Escolar mediante concurso público publicitado por Aviso publicado em *DG*. Concedia as licenças aos professores, até quinze dias em cada ano com vencimento e providenciava sobre as respectivas substituições (Ibid.: art.8).

O Inspector de Círculo exercia muito poder sobre as escolas primárias em geral, e em particular sobre a EIB. Foi nomeado pelo Governo mediante concurso de provas públicas. Só podiam ser admitidos a este concurso os indivíduos que se achassem habilitados com o diploma de aprovação no curso da Escola Normal Superior e os professores que tivessem mais de cinco anos de bom e efectivo serviço (art. 192° do Decreto n° 2887, in *DG*, N° 245, de 23/12/1916). Competia-lhe fiscalizar o ensino e a disciplina de todas as escolas primárias e infantis do seu Círculo Escolar. Essa inspecção era feita sem aviso prévio e registava todas as irregularidades encontradas que eram comunicadas ao Ministério da Instrução Pública. Deveria examinar tudo quanto nas escolas dissesse respeito ao estado e condições de funcionamento destes estabelecimentos, bem como ao desempenho e deveres dos professores, e à frequência e aproveitamento dos alunos. Tinha também como função orientar e aconselhar pedagogicamente os professores relativamente os métodos de ensino (art.193°).

Julgamos de interesse referir que a entrada na Escola Infantil não era permitida a pessoas estranhas e ninguém podia assistir às aulas sem prévia autorização da inspecção escolar (*AHCMB*, *Lv.* 20, 1917:159f). Isto revelava a força que a inspecção escolar exercia sobre os destinos da EIB.

Com a centralização do ensino em 1918 (Decreto de 12/7/1918), a Câmara viu reduzidos os seus poderes na EIB, passando a Direcção Escolar a ter mais poder, no entanto, as despesas continuaram a ser da responsabilidade da Câmara.

#### 4.6.1.1. Directora

As Escolas Infantis seriam regidas por professoras primárias diplomadas na especialidade, e na falta destas, segundo as necessidades do ensino, por uma ou mais professoras primárias que provassem competência especial para ministrar o Ensino Infantil (Artigos 23 e 24 do Decreto de 29/3/1911, in *DG*, N° 73 e art. 1.927, in *DG*, N° 200, 2/10/1915).

O art.14° do *DG*, N° 198, de 25/8/1911 definiu os critérios para a escolha da Directora ao estabelecer que, a professora que melhor provas tiver dado da sua competência e aptidão, juntas com o tempo de serviço, assumia as funções de Directora da escola. Mas a legislação mais recente, sobre o assunto preconizava que a escolha da Directora da escola era feita pela Câmara e recairia sobre uma das professoras de provimento temporário ou definitivo, depois de ouvida a Inspeção do Ensino. As funções de Directora cessariam logo que se “verificasse negligência ou incorrecção na escrituração, indisciplina escolar ou ainda a deficiência de qualidades dirigentes” (art. 20°, 1° e 2°, do Decreto n° 1.927, in *DG*, N° 200, 2/10/1915).

Das professoras nomeadas para a EIB, a que reuniu as condições exigidas foi a professora Cândida Florinda Ferreira que era a única com provimento definitivo até Outubro de 1917, altura em que foi chamada para colaborar na realização de Exames de Admissão, na Escola Normal de Bragança (*AHCMB*, *Lv.* 20, 1917:241f), sendo substituída na regência por Amélia Beatriz Charula Madeira.

No entanto, Ladeiro (*AHCMB*, *Lv.* 20, 1917:159f) pretendia que a escolha da Directora fosse realizada por eleição. Contudo, a escolha dessa primeira Directora acabou por ser feita pela Câmara e sem eleição. As seguintes escolhas já se efectuaram por eleição como se deduz da comunicação endereçada pela Câmara Municipal em 1918, a Amélia Beatriz Charula Madeira, informando-a de que foi escolhida para a regência da EIB (*AHCMB*, *Lv.* 21, 1918:74v). Este cargo era remunerado e exercido rotativamente, em cada ano.

A Directora tinha a seu cargo o serviço de fiscalização dos funcionários, de escrituração e direcção da escola, prestando contas financeiras à Câmara e pedagógicas à Inspeção Escolar. Competia-lhe também informar sobre a

necessidade de contratar mais pessoal, como fez através de ofícios, solicitando a necessidade de contratar mais uma “servente” (*AHCMB, Lv. 20, 1917:169f*).

A Directora tinha direito, por lei, a ser coadjuvada por uma auxiliar vigilante que trabalha sob a sua direcção (art. 14º in *DG, N°198, 25/8/1911*).

Tinha que apresentar no fim de cada ano lectivo, com a estatística anual, um relatório acerca dos trabalhos realizados, propondo as modificações que a prática lhe aconselhasse. Era responsável pelas matrículas das crianças, e por informar a Câmara e a Inspeção Escolar do funcionamento da EIB, bem como das suas necessidades. Nos primeiros anos da escola apurámos que dispunha de uma verba mensal como fundo permanente, de 7\$50 atribuída para fazer face a pequenas compras de material necessário entregando sempre os respectivos comprovativos. Este facto levou o Inspector Escolar a pronunciar-se desfavorável a esta medida, pois considerava-a um benefício que não acontecia nas restantes escolas primárias, que, em sua opinião, também deveriam ser financiadas (*AHCMB, Lv. 20, 1917:199v e 200v*). A Directora recebeu a verba estipulada durante alguns meses conforme comprovam registos nas Actas da Câmara (*AHCMB, Lv. 20, 1917:244f*). Não conseguimos apurar-se o mesmo aconteceu nas restantes escolas primárias da cidade.

#### **4.7. Corpo docente**

A formação do corpo docente foi um aspecto que mereceu atenção especial. Não seria tarefa fácil a sua selecção para a EIB, uma vez que não havia professores com a especialidade da infantil havendo por isso necessidade de nomear os mais capazes e com provas dadas. Havia professores primários mas nenhum que tivesse alguma experiência de Escola Infantil. A grande maioria exercia em escolas primárias existentes fora da cidade no concelho de Bragança. Ocupar um lugar numa escola na cidade por um lado deveria ser desejo de uma grande maioria, mas por outro lado o facto de serem crianças com menos de sete anos de idade, com um modelo de ensino completamente novo para o qual não estariam preparados, também deveria afastar alguns.

Os professores do Ensino Primário e do Ensino Infantil eram constituídos por três categorias com respectivo vencimento: 1ª classe 360\$00, 2ª classe

300\$00, e 3ª classe 240\$00 (art. 105, nº 2387, de 12/5/1916). Segundo o Decreto-lei nº 2887 (DG, Nº 245 de 23/12/1916), as professoras das Escolas Infantis constituíam uma categoria à parte, mas eram equiparadas, para o efeito dos vencimentos, aos professores do Ensino Primário elementar e complementar.

Em 1916 existiam no concelho de Bragança 77 professores do Ensino Primário, do género feminino e masculino. Na 1ª classe havia quinze professores e vinte professoras. Na 2ª classe dezanove professoras, e na 3ª classe havia três professores e vinte professoras (*AHCMB, Lv. 1, Actas do Senado da CMB, 1914-1935, 1916:222v*).

#### **4.7.1. Perfil das professoras**

Para o sucesso da EIB muito contribuiria o papel desempenhado pelas professoras que ali viessem a exercer funções. Por isso, estas deveriam ter um perfil adequado para conseguirem motivar as famílias e respectivas crianças para a importância da frequência da Escola Infantil. A taxa de absentismo e abandono escolar no Ensino Primário era elevada apesar de ser obrigatório. Mais complicado seria no Ensino Infantil que não era de carácter obrigatório. Por isso, depositava-se muita esperança no desempenho das novas professoras. Estas deveriam proporcionar um bom ambiente na Escola Infantil. A escola tinha que ser um local onde as crianças se encontrassem rodeadas de todos os carinhos e afectos.

“...com a abnegação e generosidade que caracterizam a mulher, a professora, uma segunda mãe, como tal amavelmente lhes dispensará. É preciso tornar-se pequeno entre os pequenos, pensar como criança para se fazer compreender pelas crianças. É por isso que, como muito bem disse um grande espírito «Vitor Hugo», a arte de ensinar como a de governar os povos, é a mais difícil de todas” (*AHCMB, Lv. 20, 1917:155f*).

Sobre o perfil adequado ou os requisitos que as professoras deveriam ter, o Inspector Escolar Augusto Ladeiro cita Jean Baptiste de la Sale para se referir às virtudes indispensáveis ao bom educador: “A professora deve ser “grave, silenciosa, humilde, prudente, sábia, paciente, moderada, discreta, modesta, generosa, vigilante e piedosa, possuindo zelo, suavidade e doçura, devendo ainda ser jovial e alegre de forma a inspirar amor e afeição às crianças” (*AHCMB, Lv. 20, 1917:153v*). No seu entender, uma professora não podia ter desleixo e quando

fosse preciso, devia ser austera mas sem violência. Não deveria aplicar os castigos e em caso algum deveria empregar os castigos corporais, que “...aviltam e não educam e que de há muito estão condenados por serem um péssimo meio de educação, pois que, além de combaterem a sensibilidade, corrompem o carácter e endurecem o coração da criança” (Ibid.). O segredo estava em amar verdadeiramente os seus alunos, para conseguir fazer amar-se por eles. Salienta que, uma vez conseguida a afeição mútua entre professor e alunos, os bons resultados seriam quase certos e seguros.

Defendia a educação em que o professor era um potencial modelo de aprendizagem. Por isso, afirma, “As crianças julgam mais pelos exemplos que pelas razões que se lhes apresentam, são mais sensíveis às acções que às palavras, aos exemplos que às regras que se lhes repetem. Por isso o exemplo é o educador por excelência” (Ibid.). A competência de professoras bem habilitadas, no seu entender, era suficiente para se poder decretar o Ensino Infantil obrigatório com todas as penalidades para os que faltassem, logo que houvesse escolas em número suficiente com boas condições e bem equipadas. Seria no seu entender um grande passo no combate ao analfabetismo.

Ladeiro entendia que a professora devia encaminhar as crianças ao fim necessário, docemente, suavemente, sem que estas se apercebessem e sem se sentirem constrangidas ou contrariadas. A sua acção era a simples missão de guia, Directora, intérprete, que formulava questões, que estabelecia problemas, que esclarecia erros, que corrigia desvios, conservando as faculdades da criança. Devia fortalecer-lhe a vontade, fortificar-lhes a iniciativa, tomando do ponto de partida a sua curiosidade natural, conduzindo-as ao hábito da observação e reflexão (AHCMB, *Lv. 20*, 1917:154f).

O ensino teórico, destinado a completar as futuras aspirantes ao Ensino Infantil, depois de possuírem, as habilitações correspondentes ao terceiro ano do liceu, deveria compreender, além das outras matérias do curso do Magistério primário com a duração de quatro anos, aulas de habilitação para o Ensino Infantil:

1º Elementos de Pedagogia, Pedologia, Puericultura e de Psicologia, especialmente da Psicologia Infantil; 2º Noções de Anatomia e de Fisiologia

Humana; 3º Didáctica do Jardim da Infância “ Ocupações Froebelianas”; 4º Português; 5º Francês; 6º Ciências Naturais; 7º Matemática; 8º História e Geografia; 9º Higiene, Horticultura e Jardinagem; 10º Desenho (de ornato, geométrico e livre), Pintura e Modelagem; 11º Música e Canto; 12º Trabalhos Manuais (além dos de agulha e labores); 13º Ginástica e Jogos (art. 110 do Decreto-lei de 23/8/1911).

O ensino prático das candidatas durava um ano na Escola Infantil modelo. As candidatas ao Ensino Infantil, além de possuírem os requisitos já referidos, deveriam ter uma cultura artística especial sobretudo em Desenho, Pintura e Trabalhos Manuais Artísticos, Música e Canto.

Em Bragança depositou-se muita esperança nas professoras da EIB para a formação das crianças a partir dos quatro anos de idade.

“Todo o esforço da professora infantil tem em vista levar a criança à verdadeira disciplina, isto é, ao império de si mesma, e fazer-lhe nascer uma certa tendência para o bem e a verdade. [...] Vemos quão útil e indispensável é a professora infantil. Ela, dentro de quatro paredes tristes, tece o esplendor da nação e é capaz de modificar a vida social dum povo. As crianças com ela completam uma vida de sonho e luar, onde o mal não toma asas. A professora ensina a amar e trabalhar” (“A criança e a escola”, in *O Leste Transmontano*, Ano I, Nº 5, de 18/3/1920:1).

O método utilizado pelas professoras da EIB era claramente influenciado por Froebel e Maria Montessori.

Segundo Ladeiro, anteriormente citado, a professora deveria procurar pôr o aluno à vontade, banindo os velhos métodos que o obrigavam a posições forçadas e a aceitar como verdade axiomática todas as regras, cujos termos empregues, embora exactos, poderiam não corresponder à ideia que o aluno formava. A professora devia orientar e deixar operar livremente o aluno. Este, deveria fazer sempre um trabalho pessoal por ser o único meio educativo que podia tornar possível um trabalho original. O homem devia ser servidor e intérprete da natureza. Só a observação e experiência conduzem ao verdadeiro conhecimento dos objectos. Considerava que o melhor estudo provinha da observação directa da natureza. A criança devia ser animada desde o berço e segundo a lei natural, tomando para modelo de mestre, a mãe. “Todo o aspecto do seu coração, toda a ternura da sua alma são para o pequenino que sorri cedo de a ver sorrir e que mesmo inconscientemente vai imitando já todos os seus gestos,

pondo em acção os sentidos” (*AHCMB, Lv. 20, 1917:155f*). A professora deveria proporcionar às crianças a observação e a experiência.

A seguir apresentamos uma transcrição de um artigo de Jornal que retrata como era vista a professora da Escola Infantil nos primeiros anos de existência da EIB:

“Para assim serem úteis, as crianças devem ser confiadas à sua segunda mãe, que é a professora infantil. Ela conhece o instinto de aplicação e trabalho que nasce com a criança, e, com o s olhos fitos num provir melhor, recebe-a da família com um riso nos lábios e a alegria no coração. Recebe-a a rir, recebe-a a visionar uma sociedade de paz e amor. Mas é tão difícil saber ser mãe espiritual dos pequeninos! Para que integralmente se desempenhe este cargo, precisa-se muita serenidade e paciência, aliadas ao conhecimento claro da Psicologia infantil. A criança é a mais frágil das criaturas, e, por isso, a grande, a elevada função da professora e da mãe, consiste em orientar proficuamente a educação, dos pequeninos. A professora deve estudar a criança que a rodeiam, saber aspirar os doze perfumes que exalam suas boquinhos em flor e enveredar-lhe no espírito ordem e hábitos de trabalho. [...] Depois é tanto o carinho com que a mestra-mãe trata os pequeninos alunos, tanta a satisfação com que ela os saúda ao terminar qualquer trabalhinho, que a criança reconhece-se presa por um afecto bem inocente à sua mestra, e corre satisfeita para a escola materna” (“A criança e a escola”, in *O Leste Transmontano*, Ano I, N° 3 de 16/2/1920:1).

As professoras da Escola Infantil deveriam, de acordo com a legislação, preparar previamente e por escrito, num caderno especial, a lição para o dia seguinte, e esta série de lições constituiria o Jornal do professor ou diário pedagógico que não deixaria de organizar em caso algum, devendo ser visados pelo Inspector, pelo menos, uma vez em cada mês. Para a organização de tal serviço foram directamente dadas as instruções necessárias às professoras da EIB (*AHCMB, Lv. 20, 1917:154v*).

#### **4.7.2. Processo de colocações das professoras**

Consideramos importante averiguar como se desenvolvia o processo de colocação dos professores na EIB. A inexistência de professoras primárias habilitadas para o Ensino Infantil em Bragança, foi colmatada com professoras com bom e efectivo serviço, que comprovassem competência para ministrar este ensino. Estas nomeações podiam ser anuladas nos dois primeiros anos de serviço no caso de se verificar que a professora não possuísse as indicadas qualidades, competências e aptidões como o zelo, cuidado, paciência e docilidade para com as crianças (*AHCMB, Lv. 20,1917:154v*).

Depois de criada a EIB em Novembro de 1915 e no período que levou até à sua abertura em Janeiro de 1917, a Câmara providenciou, como já foi referido, não só das obras de adaptação da casa, do seu equipamento incluindo o mobiliário, mas também da colocação das professoras. Os lugares criados geraram o interesse de muitas professoras,

“A Escola Infantil está criada. Há muito quem pretenda os seus lugares como professoras. Oxalá que das pretendentes, as que forem nomeadas, conheçam a nobre e dupla missão que vão desempenhar: Mãe e Educadora!” (“Escola Infantil ou Jardim-Escola”, in *Notícias de Bragança*, Ano IV, Nº 196: 18/11/1915).

Em Setembro de 1916, precisamente quatro meses antes da abertura da EIB, em reunião da CECMB decidiu-se sobre a abertura do concurso para provimento dos três lugares de professores da EIB e enviar para publicação no *DG* o anúncio e autorizando também o pagamento da despesa a fazer com aquela publicação (*AHCMB*, *Lv. 20*, 7/9/1916, fl.61v). O Inspector do Círculo Escolar, enviou ofício à CECMB nos termos do disposto no art.13º do Decreto-lei nº 2080, de 20/11/1915, com o processo do concurso documental, acompanhado da respectiva proposta graduada e de todos os documentos apresentados pelas candidatas concorrentes àqueles lugares. O Inspector chamou à atenção da CECMB sobre a nomeação das professoras, que apenas devia ser enviada para o *DG* depois de a escola estar devidamente equipada com mobiliário, como veio a acontecer (*AHCMB*, *Lv. 20*, 1916:82v).

Das professoras que concorreram foram validadas treze candidaturas. Apresentamos a seguir em tabela a ordem de graduação das candidatas apresentada pelo Inspector Escolar:

Quadro 4: Proposta de graduação das Professoras concorrentes à EIB, realizada pelo Inspector Escolar Augusto Ladeiro

Nº de ordem	Concorrentes	Qualificação do serviço	Classificação do Diploma (Valores)	Equivalência (Valores)	Tempo serviço (Anos)
	Cândida Florinda Ferreira	2B e 2 MB	18	16	4
	Maria Henriqueta Fabião	2M.B., 10 op.11B..	13	12	15
	Amélia Beatriz Charula Madeira	B e 1 M.B.	16	14	4 ,,
	Emília Carolina Freire	1B. e 1 M.B.	19	17	2 ,,
	Silvana A. Pinto	B. e 1 M.B.	15	15	12 ,,
	Adosinda dos P. Santos	B. e 1 M.B.	12	11	13 ,,
	Túlia dos Anjos Lopes	B	17	15	2,,
	Josefa dos Santos Lopes	B	16	14	10 ,,
	Ana Saldanha	1 S, 2B.e 1MB	11	10	4 ,,
	Adélia Aires	B	15	-	1,,
	Maria do Céu Castro	B	13	12	3,,
	Maria da Conceição Benécio	B e 1 S	13	12	7 ,,
	Clarrisse Lopo	-	20	-	-

Fonte: “Escola Infantil”, *O Transmontano*, Ano II, Nº 60, 7/1/1917:1.

A CECMB não nomeou as professoras conforme a ordem de classificação efectuada pelo Inspector Escolar. Nomeou as concorrentes Cândida Florinda Ferreira, em 1º lugar; Amélia Beatriz Charula Madeira, em 2º lugar e Josefa dos Santos Lopes, em 3º lugar, usando assim, a faculdade de livre nomeação que lhe conferia o nº 1º do art.14º do Decreto de 23/8/1911, fundamentando a deliberação no facto de nenhuma candidata se ter apresentado a concurso com diploma especial. Nestes termos foram nomeadas as professoras consideradas mais

capazes. (AHCMB, Lv. 20, 1916:83f). A Câmara Municipal enviou ofício ao Inspector Escolar informando-o das respectivas nomeações que foram publicadas no DG, N<sup>o</sup>296, III Série, de 19/12/1916. (AHCMB, Lv. Correspondência expedida 1914-1935, 1916:269v).

Estas nomeações geraram polémica, conforme nos relatam artigos em jornais locais da época:

“Com o concurso e nomeações para a Escola Infantil a iniquidade e o escândalo foram, se isso é possível, ainda maiores. Neste caso não foi só a Câmara a transgredir a lei e a desrespeitar os direitos das concorrentes, com a nomeação das classificadas em número 1, 3 e 8. Também a inspecção escolar deixou de fazer a classificação nos termos legais” (“Instrução Primária”, in *O Transmontano*, Ano II, N<sup>o</sup> 56, 26/11/1916:1).

Foi assim levantada a suspeita de favorecimentos pessoais políticos a amigos por parte do Presidente da CECMB, e do Inspector Escolar.

“A Câmara Municipal de Bragança acaba de distribuir um budo aos amigos. Pena foi que o número de professoras da Escola Infantil não pudesse ser multiplicado até ao infinito, para contentar todos aqueles que não recuaram ante a apostasia política, a troco da promessa de colocação de suas mulheres na citada escola” (“A Escola Infantil”, *O Transmontano*, Ano II, N<sup>o</sup> 57, 3/12/1916:1).

A própria classificação efectuada pelo Inspector Escolar gerou muita discórdia. Das três professoras nomeadas apenas a classificada em 1<sup>o</sup> lugar, Cândida Florinda Ferreira ocupava o mesmo lugar no mapa de classificação elaborado pelo Inspector Escolar. A 2<sup>a</sup> nomeada, Amélia Beatriz Charula Madeira ocupava na mesma lista o 3<sup>o</sup> lugar, e a nomeada em 3<sup>o</sup> lugar, Josefa dos Santos Lopes ocupava na lista o 8<sup>o</sup> lugar. Pareciam claros, assim, os favorecimentos políticos que causaram muito mal-estar. Mesmo a proposta graduada para provimento da EIB organizada pela Inspeção Escolar não nos pareceu justa. Com efeito, a ordem de preferências na selecção era:

1 - Qualidade do serviço no Magistério oficial; 2- Qualificação dos diplomas de habilitação; 3 - Antiguidade no Magistério oficial. Em igualdade de circunstâncias, na hipótese do n<sup>o</sup>1 teria preferência a concorrente melhor classificada no diploma de habilitação e, sendo esta também igual, preferir-se-ia a que tivesse mais anos de serviço (art.138<sup>o</sup> do Decreto n<sup>o</sup> 2887, in DG, N<sup>o</sup> 245, 5/12/1916). Perante estas disposições legais a classificação efectuada pelo Inspector Escolar parece-nos que contém lapsos. Julgamos que deveria ter

classificado em 1º lugar a concorrente classificada em 4º lugar, em 2º lugar a classificada em primeiro, em 3º lugar a classificada em 5º, em 4º lugar a classificada em 3º e em 5º lugar a classificada em segundo. Julgamos que não foi cumprido o que era estabelecido no artº.127, nº1, do Decreto atrás referido, no que concerne à exclusão do concurso de candidatas que tinham exercido funções em localidade de ordem inferior àquela em que se situava a escola a prover.

Deveriam por isso, ter sido excluídas do concurso seis candidatas pois tinham menos de seis anos de serviço. Efectivamente, as professoras nomeadas tinham exercido anteriormente em localidades do Círculo Escolar de Bragança: Cândida Florinda Ferreira exercia na Escola Primária da aldeia de Caçarelhos do Concelho de Vimioso, Amélia Beatriz Charula Madeira na Escola Primária mista de Vilar do Monte do Concelho de Macedo de Cavaleiros e Josefa dos Santos Lopes na Escola Primária mista de Carragosa no Concelho de Bragança (“Escola Infantil”, in *O Transmontano*, Ano II, Nº 60, 7/1/1917:1).

As professoras foram oficialmente contactadas da sua nomeação para a EIB pela CECMB dia 29/12/1916, tendo que tomar posse até ao dia 3/1/1917 (*AHCMB, Lv. Correspondência expedida da CMB*, 1916:271v). Josefa dos Santos Lopes e Amélia Beatriz Charula Madeira tomaram posse dia 30/12/1916 e entraram ao serviço no primeiro dia do ano novo de 1917, enquanto a professora Cândida Florinda tomou posse apenas dia 3 de Janeiro tendo entrado ao serviço dia 7 de Janeiro (*AHME, registo biográfico* 210 cx.2492).

Como a instituição da EIB era relativamente moderna, inovadora e a primeira a abrir no Distrito de Bragança, não havia qualquer experiência para a sua organização. Pôr a funcionar uma Escola Infantil não era igual a uma Escola Primária. Tudo era diferente e novo, desde a idade das crianças, os programas, horários, material e mobiliário, ou seja, tudo a que a ela dissesse respeito. Havia que orientar o pessoal nomeado acerca do seu funcionamento. A formação das professoras nomeadas era uma preocupação evidente, uma vez que nenhuma delas estava habilitada ou com experiência no Ensino Infantil, excepto a adquirida na sua formação e experiência de professoras primárias.

Com prévia autorização da Repartição da Instrução Primária, as três professoras nomeadas para a EIB, foram autorizadas a frequentarem, uma de cada

vez, assiduamente durante dois meses a Escola Infantil modelo, anexa à do ensino normal do Porto, depois de concedida a autorização do director daquela instituição. Ao fim desses dois meses receberiam um certificado de assiduidade com a respectiva nota que lhe fosse atribuída, considerando ou não as candidatas aptas para ministrarem o Ensino Infantil. Após o regresso cada professora tinha que apresentar um trabalho escrito sobre a didáctica do Ensino Infantil. A Câmara aprovou a proposta e as professoras fizeram essa formação (*AHCMB, Lv. 20, 14/3/1917163v*).

De acordo com o art. 86º do Decreto nº 2.387, (*DG, N° 92, de 12/5/1916*) a Câmara Municipal era obrigada a abrir concurso anualmente até 15 de Setembro, pelo espaço de quinze dias, contados da data da publicação do *DG*, para o provimento mediante concurso de provas práticas, das vagas existentes, art.86º do diploma citado. No caso de o concurso ficar deserto, realizava-se outro concurso no prazo máximo de vinte dias. Cada candidata, deveria apresentar requerimento, dirigido à Câmara acompanhado do respectivo diploma, da certidão de habilitação legal para o Magistério primário e diploma de habilitação especial para o Ensino Infantil Deveria instruir também o processo a certidão de nascimento, atestado de bom comportamento moral e civil, certificado de registo criminal, atestado médico em que comprovasse ter sido vacinada e que provasse que a candidata não tinha sofrido ataque de varíola, há menos de sete anos, e que não padecia de doença infecto-contagiosa, e possuía robustez física ou deficiência incompatível com o ensino. (art. 4º do Decreto nº 1.927 de 2/10/1915).

A EIB começou a funcionar com três professoras, como referimos, mas como veremos mais à frente houve anos em que só teve duas, e outros anos em que teve três, desempenhando uma, as funções de vigilante.

O lugar de professora da EIB era muito disputado, e desejado. Revelou-se ser muito difícil conseguir-se lá colocação. Primeiro, porque uma das professoras que lá foi colocada só deixou de exercer funções com o seu encerramento. Houve apenas necessidade de se fazerem algumas substituições, e só quem tivesse boa nota de curso, ou movesse as influências necessárias teria possibilidade de lá ser colocada se houvesse vaga.

A seguir apresentamos o mapa das professoras que exerceram funções na

EIB em que se refere o início e o fim das sus funções.

Quadro 5: Professoras que exerceram na EIB, 1917/1932

NOMES	Funções	Data de início de funções	Data de fim de funções
Cândida Florinda Ferreira	Professora	7/1/1917	30/10/1917
		22/2/1918	26/6/1919
Josefa dos Santos Lopes	Professora	1/1/1917	29/9/1934
Amélia Beatriz Charula Madeira	Professora	1/1/1917	15/4/1929
Lídia Augusta Ramos	Professora	31/10/1917	20/2/1918
Elisa do Céu Fernandes	Professora	7/11/1919	31/1/1920
		25/4/1921	30/6/1921
		17/10/1921	31/7/1922
		20/10/1922	31/7/1923
		14/12/1923	31/7/1924
		16/12/1929	31/7/1930
		10/1/1931	2/3/1931
		6/3/1931	27/4/1931
		25/4/1931	9/5/1931
		9/5/1931	31/7/1931
		17/2/1932	31/7/1932
Gaudência do espírito Santo Gonçalves	Professora	16/4/1929	20/9/1934
		11/10/1932	30/9/1933

Fonte: AHCMB, *Lv 19 a 31 e AHME Processos de Professores*, Cx. 2495, nº 256; Cx. 2493, nº 338; Cx.2492, nº210 e Cx.2498, nº 133.

#### 4.7.2.1. Cândida Florinda Ferreira

Das professoras que exerceram funções docentes na EIB durante o período da sua existência, a que se destacou e obteve mais méritos foi Cândida Florinda Ferreira. Ela retrata com objectividade, em nosso entender, o perfil de professora que dedicou muito de si a esta instituição nos seus primeiros anos de funcionamento. Um bom início era fundamental para o sucesso e aceitação do estabelecimento pela sociedade de Bragança.

Natural de Talhinhos, concelho de Macedo de Cavaleiros, onde nasceu a

24/7/1893, proveniente de família não abastada, foi residir com os seus pais para Bragança. Dos dez aos catorze anos estudou num colégio em Lisboa. Mudou-se para o Porto onde estudou dos quinze aos dezasseis anos noutra colégio. Fez o curso liceal, a 7ª. Classe de Ciências, a 5ª classe de Alemão e o 3º ano de Desenho das escolas industriais. Aos dezasseis anos fez exame de admissão de habilitação ao Magistério Primário na Escola Normal de Bragança (Alves, 2000:tomo VII: 654-655), onde se formou professora primária, em 8/7/1912, com a classificação de 18 valores. Conforme consta do seu registo biográfico (*AHME, registo biográfico* 210, Cx. 2492), iniciou funções docentes na Escola Masculina da aldeia de Talhas, do concelho de Macedo de Cavaleiros, onde foi professora interina de 3 de Janeiro a 31/8/1913. Posteriormente esteve alguns meses sem escola e foi colocada temporariamente, em 3/2/1914, na escola masculina da aldeia de Caçarelhos, do concelho de Vimioso, onde leccionou até 1/1/1917. Em 26/1/1915, passou a professora a título definitivo. Foi nomeada professora da EIB dia 8/11/1916 (*DG, Nº 296, III Série, 19/12/1916*). No dia 29/12/1916 foi notificada pela Câmara para tomar posse até ao dia 3 de Janeiro do ano seguinte.

Dia 1/1/1917 enviou ofício à CECMB solicitando autorização para residir no edifício da EIB, nos compartimentos não utilizados para o seu funcionamento (*AHCMB, Lv. correspondência expedida, 1/1/1917, 571:fl.282*). A Câmara autorizou por considerar ser de toda a conveniência para auxiliar na conservação da escola (*AHCMB, Lv. 20, 1917:118v*). Residiu pouco tempo nas instalações habitacionais da EIB: - apenas até 4/4/1917 (*AHCMB, Lv. 20, 1917:181f*).

Iniciou funções no dia 7 de Janeiro como professora e Directora da EIB, onde esteve até 30/10/1917. Durante esse tempo esteve dois meses no Porto para obter formação em Ensino Infantil na Escola Infantil anexa à Escola Normal daquela cidade. Manifestou-se ser uma professora respeitada, muito inteligente, dinâmica e influente na sociedade Bragançana, mantendo boas relações, quer com a Câmara Municipal quer com a Inspeção Escolar, com quem tinha que tratar assuntos sobre o funcionamento da EIB, como podemos constatar através do Livro de Actas e de correspondência da Câmara Municipal (*AHCMB, Lv. 20, 1917:188f*).

Era importante para a EIB ter professores com estas características naquela

fase de implantação. Graças ao bom desempenho realizado como professora, tanto na EIB como nas outras escolas onde exerceu, foi convidada para auxiliar nos exames da Escola Normal do Magistério Primário de Bragança, como já referimos anteriormente. Veio a ser nomeada professora interina da referida escola, dia 24/10/1917, vindo a tomar posse dia 2 de Novembro do mesmo ano, onde permaneceu até dia 21/2/1918 (*AHCMB, Lv. 21, 1918:60v*).

A mudança desta professora para a Escola Normal foi motivo de orgulho para a EIB por lhe ter proporcionado o desempenho daquelas importantes funções. Mas também teria sido prejudicial se não tivesse voltado. Logo no dia a seguir, a ter saído da Escola Normal, dia 22/2/1918, entrou em exercício a título definitivo na EIB, até 26/6/1919. O período em que esteve na EIB foi, no nosso entender, o seu melhor período de funcionamento. Constantemente alertava a Câmara das necessidades da escola para execução de arranjos, aquisição de material pedagógico manifestando a sua preocupação constante, com o bom funcionamento do estabelecimento que dirigia. A professora Cândida Florinda enquanto esteve na Escola Normal também estudava Música. Foi autorizada a usar o piano existente na EIB depois do horário de saída das crianças. Este facto, a juntar a outros, como a substituição da Directora, e poderão ter sido a causa dos desentendimentos que surgiram na EIB entre as professoras, gerando-se um mau ambiente. O Presidente da CECMB chegou mesmo a intervir alertando a nova Directora, a professora Amélia Beatriz Charula Madeira:

“Em ofício de 16 do corrente mostra-me que não há, como convém, e necessário se torna que haja, o espírito de boa camaradagem dessa escola, sem a qual ela não poderá produzir os seus benéficos resultados para os quais todos nós temos trabalhado com boa vontade. Este facto é tão de lamentar quanto é certo que essa escola tem um ano incompleto de existência e a sua criação e sustentação muitos esforços têm custado. Sei como tem sido o seu funcionamento que não briga, decerto, com a autorização dada á colega de V. Ex.<sup>a</sup>. Cândida Florinda Ferreira, cujos desejos de continuar os seus estudos de música devemos favorecer e não prejudicar; por isso, e para tranquilidade de V. Ex.<sup>a</sup>, será dada ordem a um empregado municipal para evitar danificação do mobiliário escolar nos dias em que tiver lugar aquele estado, recebendo de V. Ex.<sup>a</sup>. a chave, e entregando-lhe em seguida e o que poderá ser desde as 15.30 horas às 17” (*AHCMB, Lv. de correspondência expedida. da CMB, 1917:357/b*).

Terminou funções na EIB e foi nomeada para a Escola Primária Superior de Bragança no dia 11/5/1919, entrando ao serviço dia 26 de Junho do mesmo ano, onde exerceu até 30/6/1926. Entretanto, com a intenção de prosseguir os seus

estudos, ingressou no curso de letras da Universidade de Lisboa, em 1927, sendo também nomeada professora na Escola Primária Feminina nº 51, da freguesia da Sé de Lisboa, no dia 11/5/1927, onde iniciou funções no dia 6 de Outubro do mesmo ano. Acumulou ainda as funções de Directora até dia 23/4/1928. Dia 24 de Abril desse ano entrou passou a trabalhar na Escola Primária feminina nº 16, da freguesia de Santa Isabel, de Lisboa.

Em 1928 tirou o curso de Literatura Italiana com a intenção de ir estudar para Itália. Em 1930 obteve uma bolsa de estudo concedida pelo Governo daquele País que lhe permitiu frequentar a Universidade de Perugia. O Governo Português incumbiu-a de elaborar um relatório sobre o Ensino Primário de Itália (Alves, 2000:Tomo VII: 654-655). A sua energia e a ânsia de saber fizeram dela uma aluna distinta na Universidade e nas Instituições em que obteve o curso liceal. Conseguiu tudo isto graças ao seu notável esforço e ainda lhe sobrava tempo para ministrar, particularmente explicações a alunos que pediam a sua colaboração, obtendo, por esta via, proventos para financiar os seus estudos, na parte não coberta pelo seu vencimento de professora.

Tinha uma brilhante folha de serviços no Magistério pelo elevado número de alunos sempre bem habilitados que apresentou todos os anos a exame. Ainda conseguiu efectuar diversas publicações:

-Em 1929 publicou a obra de estudos de investigação histórica *A guerra da sucessão no distrito de Bragança*; em 1931 a obra *Carrazeda de Ansiães – Notas Monográficas* e a obra *Talhinhas e as Guerrilhas Liberais*; - Em 1934 publicou a obra *A função educadora da história*, tese apresentada ao Júri de exame de Estado para o 12º grupo do Magistério Técnico Profissional; -Em 1935 publicou a sua obra mais famosa “*A mulher portuguesa contemporânea constituída por uma série de artigos publicados*. No mesmo ano publicou ainda, numa revista escolar, uma conferência que realizou no Jornal *O Século* intitulada *A marquesa de Alorna, D. Leonor de Almeida Portugal*.

Fazendo uso das suas competências de professora, publicou ainda, em 1936: - o livro dos contos *Os sete pecados mortais*; - o texto de uma conferência que realizou sob o tema *Da necessidade do conhecimento da História e da literatura pátrias*; - a obra *Castros e Castrelos – A mulher nesses centros*

*guerreiros*; - e a dissertação, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, para o acto de doutoramento *A guerra dos cem anos – Seus reflexos em Portugal*.

Depois de diplomada em Letras defendeu a sua tese de doutoramento atrás referida, na universidade Lisboa nos dias 13 a 16/1/1937. Segundo Alves (2000, Tomo X: 670), foi a primeira mulher portuguesa que até àquela data, tentou obter as “insígnias doutorais”, como referiu o Presidente do Júri. Não conseguiu no entanto, esse distinto feito. A esta ocorrência se refere Alves, (2000, Tomo X: 670) da seguinte forma:

“O acto correu brilhante, segundo dia a dia iam informando os jornais, mas os examinadores reprovaram-na: por não atingir a bitola? Por anti feminismo? Por a ciência oficial andar sempre atrasada? Não sei, e somente que Nicolau Tolentino foi reprovado num concurso de literatura, Pasteur num de Química, Galois num de Matemática, e tantos outros que espargiram glória bastante para imortalizar a ciência oficial dos seus examinadores condenados, sem a coragem de tais reprovações, ao olvido da história”.

Postulava que a educação devia começar “no lar ou na família”, desde que, o indivíduo “estivesse em condições de ser educado”. Mas era mais adepta da educação colectiva para grupos de alunos ministrada nas Instituições educativas e valorizava as relações sociais e as metas ideológicas a atingir. Queria uma educação acessível para todos, sob a direcção do Estado ou sob a sua fiscalização (C. Ferreira, 1934:4).

Reconhecia à educação efeitos decisivos sobre a estrutura psíquica do Homem, cuja natureza se moldaria aos tipos educativos postos em acção. No seu entender, a acção da educação era poderosa e absoluta. No entanto, por maior que considerasse a sua eficácia no indivíduo e na sociedade, afirmava que não conseguia expulsar do espírito do homem a acção que sobre ele exerciam a tradição, as crenças e a hereditariedade. A educação quando muito atenuava-lhe os efeitos, restringia-lhe a acção e desempenhava papel inibitório.

“...em determinadas circunstâncias, principalmente quando o homem é vítima de grandes abalos morais, quando as paixões o avassalam ou quando estigmas hereditários, e tantos são eles, o empolgam, a acção da educação perde muito da sua energia, diminui e quase desaparece. São porém, casos extraordinários, violentos e transitórios, que em nada enfermam o valor da educação como elemento modelador” (Ibid.:5).

Definia educação como a “acção de educar”. Era formar o indivíduo em harmonia com um objectivo determinado que, variável no tempo e no espaço, devia ser constituído “pelo desenvolvimento equilibrado das aptidões físicas, intelectuais, morais e estéticas que façam do homem individual o homem social” (Ibid.:6). Devia em seu entender, ser o elemento consciente e solidário do progresso da Humanidade em todas as manifestações da vida colectiva, proporcionando-lhe assim, “os materiais necessários para a imaginação formular novos ideais.

Cândida Florinda demonstrou ser uma mulher muito emancipada num mundo dominado por homens, manifestando-se, escrevendo sobre a emancipação das mulheres afirmando-se “esperançada em que outras mulheres se empenhem nesta generosa empresa de emancipação feminina, procurando assegurar à vitima multissecular de tantos preconceitos e de tantas injustiças, a posição que de direito lhe cabe na sociedade” (C. Ferreira, 1935:45). Considerava que a mulher tinha que ter uma atitude muito mais participativa na sociedade. Defendia que as mulheres deviam frequentar a escola, dado o número reduzido de mulheres que o faziam, situação que contribuía muito para o aumento do analfabetismo em Portugal, que segundo ela, “se ceva principalmente na mulher”. Valorizava as poucas mulheres que frequentavam a escola, incentivando as outras para a importância da formação cultural, condição importante para um bom ambiente familiar.

Fazia parte do grupo de mulheres portuguesas que conseguiram a sua emancipação económica, condição essencial para a emancipação em todos os outros campos da múltipla e complexa vida social. Surgiram mulheres em campos intelectuais com profissões de relevo como médicas, advogadas, contabilistas, escritoras e essencialmente professoras “O professorado, a advocacia e a medicina são outros campos de acção da mulher contemporânea, que se vê um tanto ou quanto liberta de arcaicos preconceitos e estultas pretensões que lhe vedavam o acesso às profissões intelectuais” (Ibid.: 26).

Valorizava o papel que as mulheres ocupavam nos Países desenvolvidos, lamentando-se, nestes termos: “Infelizmente vamos muito aquém dos povos que marcham na vanguarda da civilização” (Ibid.). No Magistério, a mulher apenas conseguia exercer no Ensino Primário, pois o secundário era-lhe “ferozmente

disputado”, só depois de muitos anos é que conseguiram colocar-se. O ensino superior era “fortaleza inexpugnável, defendida pela sanha dos homens que nele se alcandoraram e que, por estultícia e anacrónica cerebração, consideram torre de marfim interdita à mulher” ou “o jardim das Hespérides vedado à mulher” (Ibid. 27). Os homens cada vez menos se interessavam pelo Magistério primário por se ganhar pouco “estes mais facilmente que a mulher, encontram outros labores mais rendosos e para cujo exercício não se exigem as habilitações oficiais” (Ibid.). Cândida Florinda falava por experiência própria pois essas dificuldades terão sido sentidas por ela.

Sobre o facto das mulheres trabalharem fora de casa, preocupava-a sobretudo a situação das crianças que ficavam ao abandono na sua ausência. Estas mereciam lugares próprios adequados como a Escola Infantil, e não ficarem entregues a si próprias ou a pessoas desaconselhadas, “A mulher que trabalha fora de casa vê-se afastada dos filhos que entrega aos azares dissolventes das ruas, ou confia aos cuidados, bem pouco carinhosos, em regra, de vizinhas ou de mercenárias a quem a miséria também flagela” (C. Ferreira, 1935:23). Estas mulheres, segundo Cândida Florinda, por vezes não podiam expandir os seus sentimentos maternos, porque eram “violentadas pelas chamadas conveniências sociais a entregar os filhos, primeiro a amas mercenárias, depois a educadoras estrangeiras de preferência” (Ibid.: 28). Considerava que as educadoras estrangeiras moldavam os caracteres das crianças “e não podem encher o vácuo que neles deixa a falta do calor da mãe”. Defendia, como solução, a colocação das crianças nas Escolas Infantis mas sem internato e com professoras portuguesas. Considerava que deveriam aumentar “em número bastante e com os recursos suficientes para assegurarem os primeiros anos da criança, e ao mesmo tempo, devem constituir verdadeiras escolas da arte ou ciência” (C. Ferreira, 1935:38).

Como as suas ideias iam contra as do Regime então instituído, deixou de se fazer ouvir depois de 1936, altura em que o Governo do Estado Novo fazia sentir, cada vez mais, o poder controlador de opiniões, através da Censura então estabelecida.

“A fase histórica em que torna público o seu pensamento cívico coincide com a da rápida afirmação do Estado Novo. É na verdade sintomático que o ano de 1936 encerre para ela, com pouco mais de quarenta anos, o breve ciclo das suas

tomadas de posições cívicas, e seja, simultaneamente, a data em que o regime autoritário pode celebrar ao fim de uma década agitada, a vitória sobre os seus inimigos” (Ó, 2003:543).

Teria sido para o Estado Novo uma voz incomodativa, num período em que se desejava que a mulher ficasse em casa a educar os filhos, em vez de os enviar para a Escola Infantil, como se verificou com a criação da Obra das Mães para a Educação Nacional, criada em 1936, e o fim do Ensino Infantil público em 1937. Esta professora teve, até à entrada do Estado Novo, sempre uma avaliação muito positiva da sua efectividade e qualidade do serviço, classificada com a nota de Bom. Por coincidência, talvez, depois do ano lectivo de 1932/34 obteve sempre a nota de suficiente (*AHME, registo biográfico 210, Cx. 2492*). Não terá sido devido à sua envolvimento em muitas actividades pois estas apenas lhe aumentavam o prestígio e o mérito. Terá, em nosso entender, sido devido ao incómodo que uma mulher inteligente provocava a um regime que se queria totalitário e controlador como se veio a revelar.

Depois deste período estudou literatura na Universidade de Sorbone, em França, nos meses de Agosto e Setembro de 1937. Em Agosto de 1939 ainda tentou ausentar-se para o Estrangeiro mas acabaria por desistir. A este facto se referem os seguintes Despachos: “Autorizada a ausentar-se para o Estrangeiro, (*DG, N°181, de 5/8/1939*) – Aceite a desistência da autorização anterior, (*DG, N° 295, de 20/12/1939*)” (*AHME, registo biográfico 210, Cx. 2492*).

Finalmente, devemos referir que o ano de 1944 exerceu as funções de Directora do Colégio D. Teresa Afonso, em Algés (Ó, 2003:541-543). A sua actividade docente terminou com o pedido de exoneração no ano de 1945 com trinta e dois anos de serviço (*DG, N° 23, 27/1/1945*).

#### **4.7.2.2. Lídia Augusto Ramos**

Formou-se com a média final de curso de dezoito valores. Exerceu temporariamente funções docentes na EIB apenas durante quatro meses, no período 31/10/1917 e 20/2/1918. Candidatou-se ao lugar deixado vago temporariamente por Cândida Florinda Ferreira em 30/10/1917 (*AHCMB, Lv. 20, 1917:242v*). Durante este curto período de tempo, viu-se envolvida num problema relacionado com a sua entrada ao serviço. A Câmara Municipal de Bragança tinha

mutado de Presidente. O novo Presidente considerava que esta professora recebeu indevidamente os vencimentos da Câmara Municipal e pretendia que os repusesse, sem o que não receberia o vencimento do último mês. Alegava que depois de ter sido nomeada e tomado posse na EIB, dia 30/11/1917, não entrou ali ao serviço, tendo-se apresentado apenas dia 16 de Novembro na Escola Primária Central Masculina, sem conhecimento e autorização da Câmara. Permaneceu nesta escola para a qual não foi nomeada entre 16/11/1917 e 5/2/1918, voltando depois para a EIB. Confrontada com a situação, a professora alegou que, por ordem verbal do anterior Presidente de Câmara e com a autorização do Inspector Escolar, foi auxiliar o professor que se encontrava, temporariamente, como o único responsável por quatro classes com cento e sessenta e dois alunos, divididos por duas escolas que distavam cem metros uma da outra. Isto originou mau estar entre a Câmara e a inspecção escolar, culminando com um processo de averiguações (*AHCMB, Lv. 21, 1918:56f a 57v*). O Presidente da Câmara não tinha razão uma vez que a professora cumpriu uma ordem ainda que verbal da Câmara e do Inspector Escolar, com suporte no art. 14 do Decreto nº. 1.927 (*DG, Nº 200, 2/10/1915*), que estabelecia que as professoras das Escolas Infantis poderiam ser colocadas ou mandadas prestar serviço em escolas de instrução primária, a seu pedido ou por ordem ou conveniência de serviço, por determinação da Câmara depois de ouvida a Inspeção Escolar. Foi precisamente isto que aconteceu. O caso apenas se resolveu em tribunal com a decisão a favor da professora, que não repôs qualquer verba e sendo a Câmara obrigada a pagar o vencimento em atraso (*AHCMB, Lv. 21, 1918:154f e v*).

#### **4.7.2.3. Amélia Beatriz Charula Madeira**

Amélia Beatriz Charula Madeira foi outra das professoras que também exerceu funções docentes na EIB. Na altura em que iniciou funções contava com quatro anos de serviço em escolas primárias. Formou-se com a nota final de curso de dezasseis valores. Foi professora na EIB desde a sua abertura até 15/4/1929, altura em que foi substituída pela professora Gaudência do Espírito Santos Gonçalves. Durante este período, exerceu também, durante algum tempo, as funções de Directora (*AHCMB, Lv. 20, 1917:248f*). A não existência do registo

biográfico não nos permite acrescentar mais dados sobre esta docente. Os dados obtidos foram colhidos das Actas da CECMB.

#### **4.7.2.4. Josefa dos Santos Lopes**

A professora que mais tempo exerceu funções docentes na EIB foi Josefa dos Santos Lopes, desde a sua abertura em 1/1/1917 até ao seu encerramento em 29/9/1934. Segundo dados do seu registo biográfico (*AHME, registo biográfico* 133 Cx. 2498), nasceu no dia 5/5/1886 na aldeia de Valverde, Concelho de Mogadouro. Formou-se na Escola Normal de Bragança em 14/7/1905 com a média final de curso de dezasseis valores. Iniciou as suas funções de professora primária na escola mista da aldeia de Avantos, no Concelho de Mirandela, em 20/1/1906, onde permaneceu até 29/1/1910. Foi colocada, depois, na escola mista da aldeia de Varge, do Concelho de Bragança, em 30/1/1910, ali exercendo até 30/9/1916. Exerceu durante um curto espaço de tempo, de 1/10/1916 a 31/12 do mesmo ano, na escola mista da aldeia de Carragosa, do concelho de Bragança. Foi depois colocada na EIB em 1/1/1917 onde permaneceu até ao seu encerramento em 29/9/1934, altura em que foi nomeada para a Escola Primária Feminina nº 2, de Bragança (*AHME, registo biográfico* 133, Cx. 2498), onde permaneceu até à sua aposentação em 1942 (DG, Nº 100, 1/5/1942).

Depois de terem exercido na EIB, seria normal que as professoras tivessem alguns problemas de adaptação à Escola Primária, como comprovamos através da consulta do registo biográfico das professoras que depois de saírem da EIB obtinham apenas a nota de suficiente na avaliação da sua efectividade e qualidade de serviço.

A professora Josefa Lopes, segundo entrevista concedida por um seu sobrinho e antigo aluno da EIB (anexo VI), também teve problemas de adaptação ao Ensino Primário por se achar desactualizada. Este facto também foi comprovado pela consulta do seu registo biográfico, onde consta a avaliação da efectividade e qualidade do seu serviço que demonstrou ser sempre a de uma boa professora quer nas escolas primárias onde exerceu antes de entrar na EIB, quer durante os anos em que exerceu o Ensino Infantil, pois teve sempre a nota anual de Bom. Só depois de sair da EIB obteve, em todos os anos, apenas a nota de

Suficiente.

#### **4.7.2.5. Elisa do Céu Fernandes**

Segundo o seu registo biográfico (*AHME, registo biográfico 338, Cx. 2493*), nasceu no dia 11/2/1889 em Bragança. Formou-se na Escola Normal do Porto, tendo terminado o curso no dia 19/7/1910 com a média de curso de onze valores. Começou a exercer como professora primária em 1911 na escola de Rio de Onor, do Concelho de Bragança. Exerceu depois nas escolas das aldeias de Deilão e Castrelos, do Concelho de Bragança e Edrosa, do Concelho de Vinhais, antes de ser colocada em Bragança na escola central feminina em 10/6/1916, onde permaneceu até ser colocada na EIB, depois de concurso para o lugar de vigilante (*AHCMB, Lv. 21, 1918:80f*).

Depois de ser nomeada vigilante da EIB iniciou funções em 7/11/1919, após pedido de prorrogação de prazo porque fazia falta na Escola Central Feminina. Estranhámos o facto de, sendo professora, ter concorrido à EIB para o lugar de vigilante. Justificamos este facto porque uma professora podia legalmente exercer as funções de vigilante, uma vez que esse tempo de serviço contava para a sua Reforma e, ainda, porque desta forma permanecia na cidade de onde era natural e onde residia com o marido, que era funcionário do Banco de Portugal nesta cidade. Seria assim, manifestamente preferível exercer na cidade as funções de vigilante, em vez das de docente numa qualquer aldeia recôndita, na maioria das vezes isolada e sem condições, do Distrito de Bragança. O facto da média de curso ser baixa também não a ajudava para poder exercer como professora na EIB, onde as médias de curso da colocação de professores eram elevadas como constatamos pelas médias das outras professora. Teria, no entanto, esperança de vir a exercer as funções de professora. Para a EIB, seria preferível ter uma professora que exercesse as funções de vigilante, pois sempre estaria melhor habilitada, e melhor auxilio prestava às outras professoras, principalmente quando era necessário substituí-las.

Exerceu as aludidas funções de vigilante na EIB de 7/11/1919 a 31/7/1924. Por razões que não conseguimos apurar, saiu da EIB e esteve sem exercer a docência em qualquer escola durante cinco anos até 16/12/1929. Este período de

tempo encontra-se em branco no seu registo biográfico.

Naquela data regressou novamente à EIB onde permaneceu até 30/9/1933. No ano lectivo 1929/30 ainda exerceu as funções de professora. De 1930 a 1933, trabalhou na EIB mas com funções de vigilante, uma vez que as professoras Josefa Lopes e Gaudência Gonçalves eram as únicas professoras em exercício, e estavam contabilizadas pelo Ministério da Instrução Pública.

Depois de sair da EIB, Elisa Fernandes foi colocada na Escola Primária da aldeia de São Martinho, no Concelho de Mogadouro, onde exerceu entre 1/10/1933 e 31/12/1934. Foi novamente colocada na cidade de Bragança onde exerceu entre 28/11/1934 e 30/9/1935. Depois deste período foi colocada na escola da aldeia de Talhas, Concelho de Macedo de Cavaleiros, onde exerceu de 14/5/1936 até 1/10/1936.

Revelou ser uma professora que desempenhou sempre bem as suas funções. No seu registo biográfico consta a avaliação da efectividade e qualidade com a nota anual de Bom, excepto nos anos à saída da EIB em que apenas obteve teve a nota de Suficiente, comprovando assim a dificuldade de adaptação das professoras ao Ensino Primário, depois de terem exercido funções na Escola Infantil.

Veio a pedir licença ilimitada, definitiva em 31/8/1937, na altura com quarenta e oito anos de idade.

#### **4.7.2.6. Gaudência do Espírito Santo Gonçalves**

A Câmara de Bragança abriu concurso público para provimento da vaga deixada pela professora Amélia Beatriz Charula Madeira, em Abril de 1929. Concorreu ao lugar a professora Gaudência do Espírito Santo Gonçalves, que iniciou funções em 16/4/1929. Trabalhou na EIB até 20/9/1934 (*AHME, registo biográfico* 256, Cx. 2495). Esta professora nasceu no dia 20/4/1879, na cidade de Bragança. Formou-se na Escola Normal de Bragança, em 2/8/1899, com a média final de curso de dezoito valores. Começou a exercer como professora na Escola Primária masculina da cidade de Bragança em 24/1/1901 onde permaneceu até 30/9 do mesmo ano. Posteriormente foi colocada na escola feminina da aldeia de Vilarelhos, no Concelho de Alfândega da Fé, onde exerceu funções desde

5/10/1902 até 30/11/1903. Depois desta data, por razões que não conseguimos apurar, esteve sem exercer durante dezoito anos seguidos, vindo apenas a ser colocada em 12/1/1922 na Escola Primária feminina da cidade de Bragança. Em nosso entender, as causas deste seu longo período sem docência, poderão dever-se ao facto de não querer sair da cidade de Bragança de onde era natural e residia com o seu marido que era professor do Liceu. Foi nas escolas primárias desta cidade onde exerceu durante mais tempo. Fora de Bragança ainda exerceu durante três meses na escola mista da aldeia de Nogueira, do Concelho de Bragança (de 9/6/1925 a 30/9 do mesmo ano) e durante nove meses na Escola Primária superior de Mirandela (de 1/10/1925 a 1/7/1926).

Depois do período em que exerceu na EIB, foi colocada na Escola Primária Feminina de Bragança, em 1/10/1934, onde permaneceu até passar à inactividade em 1/12/1944 (*DG*, N° 296, 21/12/1944). Foi ainda designada para a prática pedagógica dos alunos mestres da Escola do Magistério Primário de Bragança (*DG*, N°. 278, 28/11/1945). As suas funções docentes terminaram em 1946, ano em que se aposentou (*DG*, N°. 143, 22/7/1946). Revelou ser uma boa professora como podemos constatar através dos registos de avaliação da sua efectividade e qualidade de serviço constantes do seu registo biográfico onde é referida a nota de Bom na maioria dos registos anuais. Contam apenas três registos com a nota Suficiente, precisamente nos anos depois de sair da EIB. Estes dados vêm demonstrar as dificuldades de adaptação que sentiu para regressar novamente ao Ensino Primário depois de sair do Ensino Infantil, como nos casos referidos anteriormente.

#### **4.8. Alunos**

A abertura da EIB respondeu ao apelo do Governo Republicano para se abrirem Escolas Infantis em todas as capitais de distrito de Portugal e nas sedes dos principais Concelhos (art.21° do Decreto de 29/3/1911, in *DG*, N°73).

Tratava-se de um ensino facultativo e gratuito. Nenhuma criança poderia frequentar a EIB com menos de quatro anos de idade e mais de sete. Tinham que apresentar, no acto da inscrição, atestado médico, boletim de vacinas e provas de não sofrer de doenças infecto-contagiosas. A matrícula era permanente. A família

da criança recebia, no acto da matrícula, um certificado de admissão à escola e o conhecimento das condições regulamentares (art. 17º. 18º e 19º in *DG, N° 198, 25/8/1911*). Eram escolas mistas, e as crianças eram distribuídas sem distinção sexual por grupos de quinze a vinte crianças, conforme a idade, formando secções: - 1º secção – crianças de quatro e cinco crianças; - 2ª secção – crianças de cinco e seis anos, - 3º secção – crianças de seis e sete anos.

O Inspector Escolar de Bragança, considerava uma “necessidade inadiável” a abertura de Escolas Infantis em localidades com mais de mil habitantes e que deveria ser decretada a sua abertura em localidades com mais de três mil. Considerava também que deveria abrir-se uma Escola Infantil modelo junto de cada Escola Normal (*AHCMB, Lv. 20, 1917:fls.151f*). Defendeu que a frequência da EIB pelas crianças antes dos sete anos de idade se tornava imprescindível para o sucesso na Escola Primária “Pensou-se outrora que a criança não poderia aprender antes dos sete anos. Isto levou a descuidar a sua educação na tenra idade, durante muito tempo”. A este propósito, escreveu:

“E tanto isto assim é que o lugar onde a criança abriu os olhos às primeiras impressões, a casa onde nasceu, a sala da escola que os seus olhos primeiro viram, a aldeia onde passou os primeiros anos da sua infância, finalmente, tudo que nesta idade mais de perto a cercou, é geralmente pela vida fora o ideal mais belo que a sua imaginação possui, e tudo isto devido talvez a que estas foram as suas primeiras impressões. Decorreu o tempo, a criança de ontem fez-se o homem de hoje – viajou, viu coisas maravilhosas, umas formadas pela natureza, outras transformadas e embelezadas pela mão do homem. Conheceu do mundo os seus encantos e os seus prazeres e com eles também os seus vícios e os seus defeitos. Fez depois a comparação do seu passado de infância que vê à distância como um doce sorriso de criança, com seu presente cheio de desilusões e carregado de responsabilidades! E nesta ordem de ideias é ainda a imagem das suas primeiras impressões, a lembrança sempre saudosa da sua infância que nomeio do turbilhão da existência vem trazer-lhe as mais gratas recordações da sua vida” (*Ibid. 154f*).

Na EIB a frequência seria mista, sendo a única escola em Bragança onde não havia separação de alunos por questões de género. Uma das primeiras medidas a ser tomada no processo de criação da EIB foi a de fazer o recenseamento das crianças entre quatro e sete anos de idade existentes na cidade de Bragança (*AHCMB, Lv. 19, 1915:128v*). Efectuou-se o recenseamento nas duas freguesias da cidade, respectivamente Freguesias da Sé e de Santa Maria, sendo apuradas trezentas e oitenta e cinco crianças destas idades, numa população constituída por seis mil habitantes (*AHCMB, Lv. 20, 1917:156f*). Este número

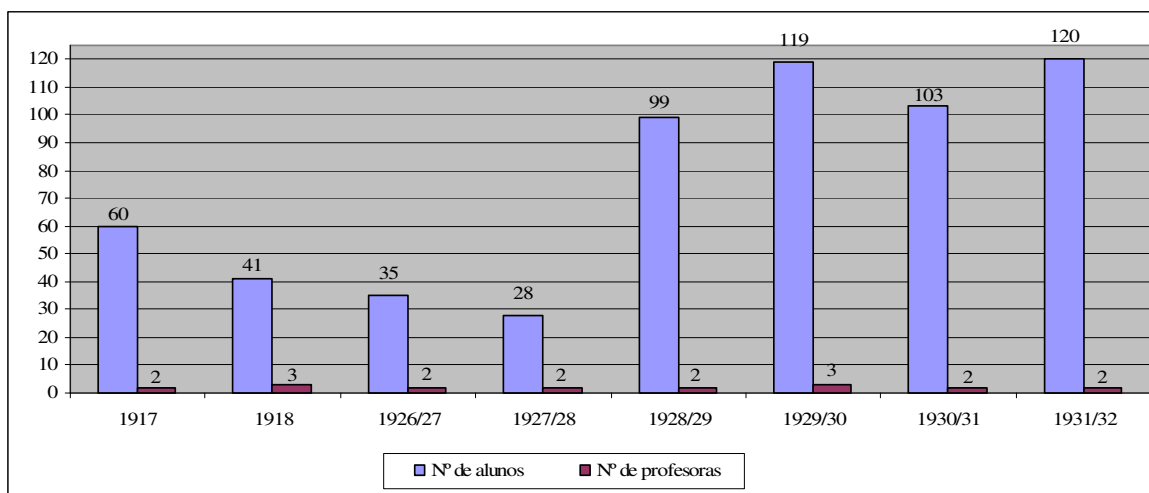
justificava bem a criação e existência de Escola Infantil em Bragança e, se este ensino fosse obrigatório, seriam precisas dez professoras pelo menos para outras tantas classes infantis com quarenta crianças cada classe, ou vinte professoras se o número de cada classe fosse de vinte crianças.

Não encontramos registos do número de matrículas e frequências referentes a todos os anos de funcionamento da EIB. Apresentamos a seguir em tabela os registos que apurámos nas Actas da CECMB e no *Anuário Estatístico de Portugal* dos anos de 1926 a 1934.

Figura 8: Professoras e alunos da EIB entre 1917 e 1932.

Anos	1917	1918	1926/27	1927/28	1928/29	1929/30	1930/31	1931/32
Nº de alunos	60	41	35	28	99	119	103	120
Nº de professoras	2	3	2	2	2	3	2	2

Gráfico V- Professoras e alunos da EIB entre 1917 e 1932.



Fonte: AHCMB, Lv. 20, 1917:169f e 68v e *Anuário Estatístico de Portugal* (1926 a 1934).

Apesar da EIB ter funcionado até Julho de 1934, os dados estatísticos relativos a este estabelecimento de ensino deixaram de constar no *Anuário Estatístico de Portugal* nos últimos dois anos da sua existência. O número de crianças inscritas nunca coincidia com o número de crianças a frequentarem com regularidade a EIB: “Temos matriculadas nada menos que 60 crianças das quais frequentam com

regularidade 40” (AHCMB, Lv. 20, 1917:169f). Este facto era compreensível por se tratar de um ensino facultativo e não obrigatório. Mesmo no Ensino Primário a taxa de frequência escolar também era inferior ao número de crianças inscritas, embora fosse de carácter obrigatório. Para se aumentar a assiduidade, pensou-se na abertura, na EIB, de uma cantina escolar (AHCMB, Lv. 21, 1918:68v) que nunca chegou a funcionar.

A distribuição de crianças por classes e professoras, foi sempre feita de acordo com o número de docentes e alunos. Houve períodos em que cada professora teve um número reduzido de crianças. Em 1918, por exemplo havia três professoras e quarenta e uma crianças, perfazendo uma média de 13,6 % de crianças para cada professora. Por outro lado houve períodos de excesso de crianças para cada professora, como nos últimos anos de funcionamento da EIB, mais precisamente no ano lectivo de 1931/32, em que havia duas professoras e cento e vinte crianças, sendo uma média de sessenta crianças para cada docente.

A mudança de instalações da EIB para a escola Adões Bermudes ocorrida em 1928, como referimos atrás, levou a um aumento considerável de alunos que passaram de vinte e oito em 1927 para noventa e nove em 1928, vindo ainda a aumentar nos anos seguintes conforme podemos observar no gráfico anterior. Tal facto terá acontecido, em nosso entender, devido à melhora das condições do edifício, uma vez que o anterior já se encontrava em mau estado de conservação, à abertura eminente do edifício da nova Escola Infantil e a uma ligação maior à Escola Primária.

A leitura destes factos permite-nos afirmar a valorização do Ensino Infantil, e a necessidade que as famílias de Bragança sentiam em colocar os seus filhos na EIB estava bem presente. Poderemos até afirmar que se houvesse mais Escolas Infantis estas teriam número suficiente de alunos para o seu funcionamento. Lamentamos apenas o facto de o Governo extinguir o Ensino Infantil em Bragança, na época em que a EIB tinha mais alunos inscritos. Não conseguimos recolher informações que nos permitem caracterizar de forma correcta a origem social dos alunos, dado que as matrículas estavam abertas para todas as crianças da cidade.

O antigo aluno da EIB que entrevistamos (ver anexo VI) era oriundo de

família abastada, sendo filho e sobrinho de professores. O seu avô tinha sido possuidor de muitos bens na localidade de Castelo Branco, Concelho de Mogadouro. Decidiu vender as suas propriedades para se mudar para Bragança para assim poder proporcionar uma melhor educação aos seus doze filhos. Oito das suas filhas obtiveram o diploma de professoras primárias. Em Bragança exerceu a profissão de notário. O seu pai era oficial da secretaria da Câmara. Tratava-se de uma pessoa influente na cidade, militante do partido Republicano, forte apoiante de Afonso Costa e amigo pessoal de Artur Lopes Cardoso um dos fundadores da EIB, e do Abade Baçal. O entrevistado referiu-se também a alguns colegas que terão frequentado a EIB e que eram todos filhos de pessoas importantes e com possibilidades financeiras e profissões como médico, director do Banco de Portugal, comerciante, armazenista, capitão do Exército, escrivão do tribunal, professora. Com base nesta informação podemos afirmar que frequentavam a EIB alguns filhos de pessoas influentes. No entanto, o elevado número de alunos dos últimos anos concluímos que a escola também foi frequentada por crianças de outros extractos sociais.

As crianças da EIB usavam batas no decorrer das actividades. A hora de entrada era às 9 horas e a de saída às 15 horas. Iam almoçar a casa, num intervalo de 1.30 h. Existia um espaço com camas para dormir, que apenas era utilizado em situações de doença de qualquer aluno. A criança até à idade de entrar na Escola Infantil, isto é até aos quatro anos de idade não possuía nesta época, quaisquer regras, segundo relatos em jornais locais. Seria por isso importantíssimo frequentar a Escola Infantil,

“Dos dois aos quatro anos quase todas as crianças sabem quebrar e destruir, os filhos de Froebel sabem imaginar, construir e edificar. Naquelas idades as crianças são demolidoras, verdadeiros vândalos, mas as que forem orientadas segundo o engenho de Froebel, são artistas, e vergôntes que hão-de fazer brotar o bem-estar geral e contribuir para uma regular perfeição social” (“A criança e a escola”, in *O Leste Transmontano*, Ano I, Nº 3, 16/2/1920:1).

As experiências de aprendizagem das crianças na EIB eram valorizadas “De rudimentares tornam-se cativantes os trabalhos que a infância prepara”. Era preciso proporcionar às crianças essas experiências de aprendizagem e a Escola Infantil era o local indicado.

“Entreguem-se umas poucas de fitinhas de várias cores a crianças que frequentem a Escola Infantil, e elas encanastrarão e dobrarão a seu bel prazer, produzindo um trabalho modesto sim, mas digno do nosso maior respeito. Distribuam-se-lhe também pedacitos de plasticina e vê-las-emos atarefadas a modelar a campainha cujo som lhes impressiona o ouvido, o galo que as delicia nos seus brinquedos, a chávena onde tomam o chá, a colher da sopa, etc, etc” (“A criança e a escola”, in *O Leste Transmontano*, Ano I, Nº5, de 18/3/1920:1).

Defendia-se que uma criança que tivesse frequentado uma Escola Infantil, antes de entrar na Escola Primária, adquiria o gosto pela actividade e seria pela vida fora um “cidadão prestante e sincero, o amigo leal, em suma, o homem de bem”.

A maioria das crianças de Bragança nestas idades, não tinha acesso ao Ensino Infantil pois apenas havia a EIB. Ficavam entregues à rua deambulando sem regras nem ordem,

“A rua a grande demolidora dos bons costumes, que cria preguiçosos, que amolece vontades, a educar a seu livre arbítrio os homens de amanhã! Triste sociedade, triste caminhar; infeliz da nação que assim abandonar os pequeninos ao sorvedouro infecto da rua” (“A criança e a escola”, in *O Leste Transmontano*, Ano I, Nº1, de 16/2/1920:1).

As crianças que frequentavam a EIB eram privilegiadas quando comparadas com as que não a frequentavam, pois tinham acesso a um conjunto de experiências que não teriam fora da escola.

As actividades eram realizadas num espaço cuidadosamente organizado e orientadas por professoras em grupos da mesma faixa etária. O espaço era diferente de qualquer outro, devidamente equipado com mobiliário e materiais didácticos que dificilmente se encontrariam em qualquer outro local. O dia a dia da criança estava também bem organizado e estruturado: Havia o tempo das “lições” e o tempo do recreio.

#### **4.9. Pessoal auxiliar**

O processo de contratação das vigilantes para as Escolas Infantis foi regulamentado em 1918 (Decreto nº 3756, in *DG*, Nº. 13, 16/1/1918). A Câmara Municipal tinha competência para nomear uma vigilante para cada Escola Infantil, mediante concurso documental, aberto por anúncio publicado no *DG*. Cada candidata não poderia ter menos de vinte e um anos e mais de trinta e cinco, tinha que apresentar documentos comprovativos do exame de admissão do 2º grau de

Instrução Primária e apresentar atestado médico em que provasse não sofrer de doenças infecto-contagiosas e ter robustez física suficiente para o exercício da profissão. Devia ser uma pessoa bem-educada, com bom comportamento moral e cívico. Tinham sempre preferência pelo lugar as pessoas com melhores habilitações literárias preferindo-se as que tivesse aprovação no exame de admissão às escolas do ensino normal do Magistério ou que tivessem a 3ª classe do curso dos liceus

O Decreto nº 6137 (*DG*, Nº. 198, de 29/9/1919), veio a diminuir a idade mínima de concurso das vigilantes para dezoito anos. A vigilante, tinha como função vigiar as crianças nos recreios, auxiliar as professoras e a Directora, vigiando as crianças na sua ausência e prestando-lhe apoio directo.

Quando não havia empregada auxiliar, “servente”, a vigilante assumia as funções de arrumo e limpeza da instituição. Auxiliava durante as refeições que as crianças faziam ao longo do dia, arrumava e limpava todas as salas de aula e corredores bem como o mobiliário e material. Não havia porteira específica; essas funções eram asseguradas por ela. Atendia também as pessoas que, por algum motivo, se dirigiam à instituição sendo encaminhadas para a Directora.

Quando entrou em funcionamento, em Janeiro de 1917, a EIB tinha apenas uma ajudante “servente” o que era manifestamente pouco para uma escola que tinha sessenta crianças e em idades que precisam de muitos cuidados. A primeira servente nomeada, em 17/1/1917, chamava-se Alcina da Ressurreição Garcia (*AHME*, Cx. 3475, 1927). Além da limpeza da escola tinha também como funções lavar as batas que as crianças utilizavam e vigiá-las durante os recreios. O excesso de trabalho da auxiliar vigilante levou a Directora a pedir à Câmara Municipal, três meses após a abertura da EIB, outra funcionária nos seguintes termos:

“Participo a V. Ex.<sup>a</sup> que se precisa aqui outra servente. A servente actual não pode, de forma alguma, satisfazer todas as exigências. As salas de aulas estão num lamentável estado, porcas e indecentes, era preciso lavarem-se, mas a servente não tem vagar nem força para satisfazer. Os bibes das crianças ainda não foram lavados por falta de vagar. Nos intervalos das aulas, a rapariga, só, não é capaz de evitar certas diabruras dos rapazes, como por exemplo, atirar pedradas aos telhados dos vizinhos, escaparem-se para a rua, etc., etc. Remedeia-se o caso nomeando uma mulher forte e activa” (*AHCMB*, *Lv.* 20, 1917:169f).

A Câmara não se apressou a contratar outra auxiliar. Optou por aguardar para avaliar como funcionava a EIB e verificar se as crianças diminuía ou

aumentavam. O Inspector Escolar era de opinião que não era necessária. A Câmara optou por substituí-la por uma outra que desse provas de desempenhar melhor as funções. Foi aberto concurso público em Fevereiro de 1918 (*AHCMB, Lv. 20, 1918:50f*). Foi seleccionada para exercer as funções de vigilante Elisa do Céu Fernandes que era professora primária na Escola Central Feminina da cidade (*AHCMB, Lv. 21, 1918:68f e 69v*). Não tomou logo posse, o que levou a que a EIB estivesse sem vigilante por vários meses até à sua tomada de posse em 7/11/1919. (*AHME, registo biográfico 338, Cx. 2493*).

#### **4.10. Horário de funcionamento**

Definir o horário de funcionamento e desenvolvimento das actividades da EIB foi uma tarefa que exigiu alguma reflexão (Ver quadro 6 e 7). As crianças não poderiam ser sujeitas a uma sistematização de horário igual ao praticado nas escolas primárias, por se tratar de alunos de menos idade e com ritmos de trabalho e aprendizagem diferentes. Na EIB adoptava-se o horário estabelecido pelo art. 20 (*DG, N° 198, de 25/8/1911*), que determinava a permanência na escola das 9 às 15 horas, com número maior de pausas do que nas escolas primárias

O Inspector Escolar foi a entidade responsável por elaborar o horário de acordo com as necessidades locais, sendo depois aprovado pela Câmara Municipal nos termos do n°14 do art. 64 do decreto do *DG, N°73, de 29/3/1911*. Quando visitou as Escolas Infantis do Porto pretendia inteirar-se do seu horário de funcionamento para melhor organizar o horário da EIB. Tinha também como referência o horário praticado nas Escolas Infantis da Suíça que tinha visitado e estudado. Em sua opinião, alicerçada, aliás, no comando legal citado, “A Escola Infantil funciona todos os dias lectivos em que funcionam as escolas primárias das 9 às 15 horas no período de Março a Julho, devendo começar e terminar respectivamente uma hora mais tarde no período de Outubro a Fevereiro” (*AHCMB, Lv. 20, 1917:156v*). À quinta-feira não havia aulas, mas havia ao sábado todo o dia.

Como havia dois grupos de crianças, em salas diferentes, optou por se efectuar dois horários ligeiramente distintos. A entrada das crianças fazia-se entre as 9h e as 9.20h, “Os exercícios escolares deverão principiar e terminar em cada

dia por uma saudação à Bandeira nacional a qual será hasteada e arriada, respectivamente, no princípio e fim dos exercícios” (Ibid. 156v). Todas as manhãs realizavam o acolhimento das crianças. Verificavam-se as suas condições higiénicas e cantavam-se canções. Depois organizava-se o grupo de crianças para se iniciarem as actividades “lições” do dia que começavam às 9.40h no grupo A e ligeiramente mais cedo, às 9.30 no grupo B. Estas dividiam-se pelo período da manhã e tarde. No período da manhã havia quatro actividades diferentes no grupo A e cinco no grupo B, cada uma com a duração de vinte minutos. Havia durante o período da manhã três intervalos de dez minutos cada. Estes intervalos entre as actividades, quer no período da manhã, quer da tarde, eram realizados em horários diferentes pelos dois grupos evitando assim que as crianças se encontrassem no recreio. As razões para tal facto poder-se-ão dever ao número de crianças existentes e ao espaço reduzido do recreio. No entanto, também poderá estar relacionado com o facto de não quererem que crianças de diferentes idades brincassem ao mesmo tempo.

Entre as actividades da manhã e as da tarde havia um intervalo de hora e meia, designado de “grande recreio”, precisamente entre as 11.30h e as 13.00h para o grupo A, e entre as 11.40h e as 13.10h para o grupo B. Este seria o tempo destinado à hora do almoço. No período da tarde havia dois recreios de dez minutos cada.

Os trabalhos, da tarde, do grupo A iniciavam-se com duas actividades seguidas. A primeira tinha a duração de vinte minutos e a segunda de trinta minutos. Esta última tinha duração maior, por se tratar de actividades de jogos e Educação Física. Eram seguidas por um intervalo de dez minutos a que se seguia mais uma actividade de vinte minutos. Depois desta, havia um intervalo de vinte minutos, seguido de um tempo destinado ao encerramento das actividades do dia, que consistia numa reflexão diária, canções, arranjo e arrumo da sala.

Os trabalhos de tarde do grupo B tinham início com uma actividade de vinte minutos, logo seguida por um intervalo de dez minutos. Depois outra actividade de vinte minutos. Tinham assim menos um intervalo ou recreio que o grupo A. O final dos trabalhos do dia era igual ao realizado pelo grupo A.

#### 4.11. Programa

Se a elaboração do horário da EIB não foi tarefa fácil, não foi mais fácil a elaboração do respectivo programa (Ver quadro 6 e 7). Para a sua elaboração, o Inspector Escolar tinha como referências os programas das Escolas Infantis da Suíça e das Escolas Infantis do Porto e a legislação publicada que regulava a matéria em *DG*.

Mesmo assim, o referido Inspector considerava que não havia um programa definido, defendendo antes, que todo o ensino devia ser critério das professoras, conscientes das necessidades das crianças, aproveitando todas as ocasiões para o estudo que sobre elas tenham feito. O programa do Ensino Infantil tinha em vista a educação e desenvolvimento integral, físico, moral e intelectual das crianças, com o fim de lhes dar um começo de hábitos e disposições, nos quais se pudesse apoiar o ensino regular da Escola Primária,

“...representando a Escola Infantil a transição entre a família e a Escola Primária propriamente dita, servindo aquela de preparação para esta, e ainda porque está hoje cientificamente provado e pedagogicamente demonstrado que a instrução deve principiar de «bonne heures» e portanto na tenra idade, pela Escola Infantil” (*AHCMB, Lv. 20, 1917:152f*).

O Ensino Infantil não se destinava a armazenar conhecimentos, mas sim a “aperfeiçoar os instrumentos de os adquirir, precisos, conscientes e perduráveis” (*DG, N° 198, 25/8/1911*). Era por isso um modelo bastante académico e escolar. Segundo o art. 2º, do Decreto atrás referido, o Ensino Infantil deveria ser feito gradual e progressivamente.

Por muito boas intenções que tivesse, o Inspector Escolar não conseguia separar completamente o programa da Escola Infantil do praticado nas escolas primárias. Em nosso entender, por muita sensibilização e formação que o Inspector tivesse nesta nova realidade, contra ele tinha, a sua formação de professor primário e o facto de ser o primeiro programa do Ensino Infantil a realizar. Tratava-se de um assunto melindroso, pela sua novidade. Considerava que um bom programa, bem pensado e elaborado, ajudaria as crianças desta idade a entrarem na Escola Primária melhor preparadas, contribuindo assim para a diminuição da taxa de analfabetismo.

No entender de Ladeiro, a organização de um programa a adoptar, era

imprescindível, servindo de guia às professoras para a organização da sua acção pedagógica, “As primeiras noções que a criança recebe são talvez as mais belas da sua vida, sendo quase por assim dizer – imortais – a criança grava-as e não as esquece jamais” (*AHCMB, Lv. 20, 1917:154f*).

Os programas foram elaborados, de uma forma distinta, para os diferentes grupos de crianças.

Para melhor entender as ideias de Ladeiro para a organização dos programas que elaborou, apresentamos a seguir uma transcrição de uma parte do relatório que efectuou sobre a temática:

“Não são as bonitas palavras que interessam à criança, por mais belo que seja, um discurso não prenderá a sua atenção sempre movediça, porém, uma coisa real, um facto concreto que lhe fale aos sentidos, pode ser para ela objecto de curiosa atenção e até de entusiasmo. A criança é geralmente activa, curiosa e imitadora. Fale-se-lhe de preferência aos sentidos à vista das próprias coisas e não das suas imagens ou sinais que os representam, exercitando-se-lhe de preferência a memória das coisas, bem mais sólida e duradoira que a memória das palavras, estéril e abstracta e até certo ponto absurda. É preciso ter também em atenção não fatigar o espírito da criança, variando-se-lhe constantemente o assunto porque a suavidade do trabalho é por assim dizer um repouso. Deverá haver o maior cuidado possível na forma de repor as primeiras noções à criança, as quais devem ser sempre justas, claras, precisas e verdadeiras, agradáveis na forma e belas no seu conjunto, de modo a despertar-lhe a curiosidade, o interesse a atenção. [...] Precisamos formar as gerações novas orientando-lhes o espírito com métodos práticos de observação e experiência, fazendo das crianças de hoje os cidadãos conscientes de amanhã, livres e independentes. Para isto é necessário criar um meio social inteiramente novo, onde a pontualidade, a disciplina, a energia, o hábito do trabalho, o espírito da iniciativa e independência se façam sentir eficazmente de uma forma precisa e definida, reagindo energicamente contra as nossas tradicionais tendências por natureza opostas. O objecto do Ensino Infantil é comum para as crianças dos dois sexos dos 4 aos 7 anos de idade, sendo a coeducação dos sexos o regime preferido nestas escolas, onde o ensino devesse limitar-se as matérias constantes do artigo sexto do Decreto e respectivo regulamento de 23 de Agosto do mesmo ano, nos termos do Decreto numero 2.887 de 5 de Dezembro de 1916” (*AHCMB, Lv. 20, 14/3/1917:155f a 156v*).

No entender de Ladeiro, todas as matérias e disciplinas que faziam parte do programa das escolas primárias deveriam fazer parte do programa das Escolas Infantís, embora que, “em grau muito rudimentar”: “Desenho, Cálculo, Geometria, Geografia, Canto, Ciências Naturais, etc., servindo de objecto as coisas, os jogos e o canto. (brincando, jogando, cantando, se vão instruindo e educando, quase sem darem por isso” (*Ibid. 156v*).

Segundo o art. 7º do Decreto de 29/3/1911, do *DG*, Nº 73, o Ensino Infantil ministrado em Portugal devia ser realizado através de representações

plásticas e gráficas e sempre com o auxílio de material Froebeliano e por exercícios adequados à idade. Neste enquadramento, toda a organização, estruturação e princípios pedagógicos da EIB, estava orientada segundo os princípios da Pedagogia de Froebel como podemos constatar através do programa apresentado nos quadros 6 e 7.

O Ensino Infantil da EIB era ministrado sob a forma de “lições de cousas”, consistia sobretudo em exercícios práticos e intuitivos, tendentes ao desenvolvimento da língua materna, que abrangia todas as disciplinas, ocupações normais e jogos acompanhados de canto com o fim de desenvolver “todas as faculdades intelectuais da criança” (Ibid.).

A seguir apresentamos o horário e programa de funcionamento da EIB, elaborados pelo Inspector Escolar em Janeiro de 1917, e proposto à Câmara que o aprovou em reunião de Março do mesmo ano (*AHCMB, Lv. 20, 1917:163f*):

Quadro 6: Horário e programa da EIB – Grupo A

Horário – Programa – Escola Infantil – Grupo A					
Horas	2ª.Feira	3ª.Feira	4ª.Feira	6ª.Feira	Sábado
9-9.20	Entrada Inspeção de Limpeza Saudação à Bandeira				
9.20-9.40	Arranjo de classe Preparação e ordenação de matrícula – Canção				
9.40-10	Dons e operações Froebelianas	Geografia	Serviços intelectuais preparação para a leitura	Moral	Calculo Aplicação do material de Froebel
10-10.10	Recreio				
10.10 - 10.30	Exercícios para aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos	Exercícios intelectuais. Nomenclatura. Preparação para a leitura	Exercícios para aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos	Exercícios intelectuais. Nomenclatura . Preparação para a leitura.	Exercícios para aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos
10.30 - 10.40	Recreio				
10.40 - 11	Jogos organizados acompanhados de canto, combinado com o exercício acima indicado para aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos	Modelação. Combinação sendo possível com o exercício acima indicado.	Jogos organizados acompanhados de canto, combinado com o exercício acima indicado para aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos	Modelação. Combinação sendo possível com o exercício acima indicado.	Jogos organizados acompanhados de canto, combinado com o exercício acima indicado para aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos.
11- 11.10	Recreio				
11.10 – 11.30	Canto – aprendizagem de letra e música	Recitação, de preferência e letra das canções	Dons e operações Froebelianas	Canto – aprendizagem de letra e música	Dons e operações Froebelianas
11.30 - 13	Grande Recreio				
13 – 13.20	Desenho – formas artísticas	Exercícios preparatórios de escrita	Desenho – formas artísticas	Exercícios preparatórios de escrita	Desenho – formas artísticas
13.20 – 13.50	Educação Física: Atitudes, exercícios de agilidade, marchas, etc. canto.	Jogos livres	Educação Física: Atitudes, exercícios de agilidade, marchas, etc. canto.	Jogos livres	Educação Física: Atitudes, exercícios de agilidade, marchas, etc. canto.
13.50 - 14	Recreio				
14 – 14.20	Jardinagem – cuidada com animais e plantas, canto.	Construções Froebelianas	Jardinagem – cuidada com animais e plantas, canto.	Construções Froebelianas	Jardinagem – cuidada com animais e plantas, canto.
14.20 – 14.40	Recreio				
14.40 – 14.50	Canto – Saudação à Bandeira nacional				
14.50 - 15	Preparação para a saída				
15	Saída				

Quadro 7: Horário e programa da EIB – Grupo B

Horário – Programa – Escola Infantil – Grupo B					
Horas	2ª. Feira	3ª. Feira	4ª. Feira	6ª. Feira	Sábado
9-9.10	Entrada Inspeção de Limpeza Saudação à Bandeira				
9.10-9.30	Arranjo de classe – Preparação e ordenação de matrícula – Canção				
9.30-9.50	Língua Materna	Cálculo	Língua Materna	Cálculo	Língua Materna
9.50-10	Recreio				
10-10.20	Conversação – Ideia Central/Educação intelectual	Exercícios de aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos	Conversação – Ideia Central/Educação intelectual	Exercícios de aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos	Conversação – Ideia Central/Educação intelectual
10.20h - 10.30	Recreio				
10.30 - 10.50	Modelação – Possível combinação com o exercício intelectual acima indicado	Jogos organizados acompanhados de canto, combinados com o exercício acima indicado sobre os órgãos dos sentidos	Modelação – Possível combinação com o exercício intelectual acima indicado	Jogos organizados acompanhados de canto, combinados com o exercício acima indicado sobre os órgãos dos sentidos	Modelação – Possível combinação com o exercício intelectual acima indicado
10.50- 11	Recreio				
11 – 11.20	Educação Física: Atitudes – Exercícios de agilidade, marchas, etc e canto				
11.20 - 11.40	Geografia	Modelação livre	Conversação Moral	Modelação livre	Conversação Ciências na terra
11.40 - 13.10	Grande recreio				
13.10 - 13.30	Desenho: Formas artísticas e objectos simples de uso comum (T. manuais)	Desenho Aplicação à escrita	Desenho: Formas artísticas e objectos simples de uso comum (T. manuais)	Desenho Aplicação à escrita	Desenho: Formas artísticas e objectos simples de uso comum (T. manuais)
13.30 - 13.40	Recreio				
13.40 - 14	Canto – Aprendizagem de letra e música	Recitação - Em especial letras das canções	Canto – Aprendizagem de letra e música	Recitação - Em especial letras das canções	Canto – Aprendizagem de letra e música
14- 14.10	Recreio				
14.10 - 14.30	Jardinagem e horticultura	Jogos livres	Jardinagem e horticultura	Jogos livres	Jardinagem e horticultura
14.30-14.50	Canto – Saudação à Bandeira nacional				
14.50 - 15	Preparação para a saída				
15	Saída				

Fonte: AHCMB, Lv. 20, 1917:157f a 158f.

Como podemos verificar no programa atrás apresentado, e segundo o Inspector Escolar, as disciplinas que exigiam mais concentração por parte das crianças eram ministradas, de preferência, no período da manhã, durante o tempo de “maior energia psíquica” e no período da tarde as que requerem “menor esforço intelectual”. “A base do grande sistema pedagógico era ter os alunos constantemente ocupados, saber ensinar e aplicar bem o tempo, isto é, praticar,

banindo sempre a rotina” (Ibid.:158v). Nessa altura já havia a preocupação com harmonização entre a família e a escola no que respeitasse à educação das crianças do Ensino Infantil.

No seguimento das políticas Republicanas, a EIB mantinha absoluta neutralidade em matéria religiosa.

“A lei de instrução primária manda guardar, e assim é preciso, absoluta neutralidade em matéria religiosa. Nos temos a máxima veneração pelo foro íntimo da consciência, e para que as nossas crenças sejam respeitadas pelos outros, temos também pelas dos outros demais profundo respeito quanto ao que é desconhecido – ignora-se – e o que se ignora não se discute” (*AHCMB, Lv. 20, 1917:152v*).

O método que se seguia na EIB fundava-se na liberdade ampla da criança. A esta realidade se referia um periódico da época, da seguinte forma:

“A ideia da disciplina é muito diferente da de outrora. Hoje permite-se a livre expansão; outrora a disciplina assentava na mais degradante passividade, confundindo-se a imobilidade e o silêncio com a bondade e a viveza com a maldade” (“A criança e a escola”, *O Leste Transmontano, Ano I, Nº 5, de 18/3/1920:1*).

Seguidamente apresentamos as principais matérias/“disciplinas” trabalhadas no programa da EIB.

#### **4.11.1. Desenho e trabalhos manuais**

O Desenho e a Modelagem em plasticina ou em barro eram actividades muito desenvolvidas. No seu programa havia diversas actividades relacionadas entre si.

Para Ladeira, de todas as manifestações humanas, o Desenho era uma das mais antigas no domínio da Pedagogia. Em sua opinião, desde as mais disformes imagens, gravadas sobre a pedra, madeira, osso ou mármore, o Desenho marcou a primitiva forma de representação gráfica das coisas. Até os mais modernos tratados de Desenho se nota a tendência natural, sempre constante e progressiva do Desenho. Considerava que era, sobretudo na infância, que as tendências imitadoras mais se manifestavam, uma vez que, geralmente todas as crianças gostam de imagens, sabendo quase sempre preferir as mais perfeitas entre elas. “As gravuras, embora toscas, adornam as paredes de bem humildes casas!” (*AHCMB, Lv. 20, 1917:159v*).

Era necessário saber guiar metodicamente, de maneira a deixar livre a imaginação, originalidade e iniciativa da criança, de forma a investigar e inventar, em vez de copiar simplesmente.

Ladeiro ia mais longe ao afirmar que para tornar o ensino atraente, era necessário que a criança gostasse do assunto da “lição” a tratar. A natureza seria sempre um modelo importante a considerar e inspiradora de todas as artes, uma vez que nesse ponto os recursos eram inesgotáveis.

Ao valorizar a natureza, valorizava as cores que atraíam a atenção das crianças. Por isso os desenhos na Escola Infantil deviam, em seu entender, ser feitos com lápis pretos e de cor.

A questão da lateralidade também era sua preocupação. Expressava a opinião de que a professora deveria iniciar as crianças na “ambidesteridade” (capacidade de utilizar indiferentemente as duas mãos), exercitando simultaneamente as mãos das crianças em desenhos rigorosamente simétricos, até se obter um resultado satisfatório.

“Da prática da ambidesteridade podem resultar excelentes serviços – extraordinários mesmo. Assim podia conseguir-se que um aluno, ao mesmo tempo que executava um desenho com a mão direita, realiza-se uma operação aritmética com a mão esquerda, o que é mais raro e difícil, pela realização de duplo fenómeno psíquico” (Ibid. 160f).

Considerava que a educação popular tinha feito desaparecer a estreita concepção de ler, escrever e contar, porque só isso não era suficiente. Uma verdadeira educação deveria formar o homem para a sociedade e o Desenho era indispensável para completar a educação integral do indivíduo.

Todas as referências modernas das ciências positivas exigiam, ao lado da palavra, a representação gráfica das coisas, eis porque a importância do Desenho se impunha ao espírito dos Educadores como uma necessidade absoluta.

Para Ladeiro, era importante que os educadores modernos reconhecessem a utilidade incontestável deste poderoso meio de expressão e educação, pois “o desenho é a linguagem universal por excelência”.

O Desenho estava, em seu entender, relacionado com todas as disciplinas. Nem a Botânica, nem a Zoologia, nem a Geologia, nem as Ciências Naturais, poderiam passar no seu método de expressão, sem o Desenho. Era ainda o auxiliar

poderoso, precioso da geografia, da história, da geometria e da arqueologia. “Mesmo as ciências abstractas, mesmo as Matemáticas, podem, graças ao desenho, tomar uma forma concreta”. (Ibid. 160f e 160v).

Era ainda ao Desenho que forçosamente a professora tinha de recorrer para exprimir mais rápida e claramente o que a linguagem escrita e falada não podia exprimir ou dizer em certos casos. Era mais expressivo do que a palavra, e assim deviam juntar-se à linguagem escrita, as gravuras, e à falada, os gestos. Os gestos eram, segundo Ladeiro, desenhos traçados no espaço.

Considerava que, para um grande número de ocupações, o Desenho era a base fundamental. Como meio intelectual era excelente. O Desenho desenvolvia poderosamente o hábito de observação e de reflexão, ensinando-lhes a ver a realidade das coisas e as suas aparências. Via que o desenho não tinha somente o lado utilitário, mas reunia também o útil ao agradável e, seria por isso, que os pedagogos reconheceram que era dos meios educativos mais importantes. Não contribuía somente para a educação das mãos e dos olhos, mas desenvolvia poderosamente o espírito de observação da criança, fornecia à memória noções claras e seguras, metendo em jogo as faculdades naturais da criança, habituando-a a comparar e escolher, e, formando o julgamento e a vontade, contribuindo assim, de uma maneira genérica para o desenvolvimento integral e completo de todas as faculdades da inteligência (Ibid. 160v). Aperfeiçoava o bom gosto e fazia nascer o sentimento artístico. “O duplo papel da instrução é fazer de um ser, inteligente e artístico e arteiro ao mesmo tempo. Pois na frase de Comenius ao espírito que pensa, e à língua que fala é preciso juntar a mão que produz” (Ibid. 160v).

Na EIB, o Desenho era ministrado ao grupo A dias da semana com actividades de vinte minutos para trabalhar as formas artísticas. No grupo B, realizavam-se actividades de Desenho todos os dias com actividades com a duração também de vinte minutos. Neste grupo o Desenho era trabalhado de outra forma. Trabalhavam-se as formas artísticas aplicadas ao desenho de objectos simples de uso comum e à escrita.

#### **4.11.2. Jardinagem e horticultura**

A Jardinagem e a Horticultura eram praticadas no jardim da EIB e estavam

contempladas no programa com actividades em três dias da semana. No grupo A tinham a duração de vinte minutos, e eram mais direccionadas para a sensibilização e cuidados a ter com animais e plantas. No grupo B as actividades tinham a duração de dez minutos e eram direccionadas especificamente para a Jardinagem e Horticultura, através do arranjo de espaços próprios de jardim e pequena horta. Era o contacto directo com a natureza que Froebel tanto defendia e aconselhava. A EIB tinha um espaço óptimo para a prática destas actividades que era o seu amplo jardim existente nas traseiras do edifício.

#### **4.11.3. Educação Física e Jogos**

A Educação Física e os Jogos eram considerados muito importantes para se utilizarem no Ensino Infantil, através da realização de actividades bem organizadas e aplicadas. “A Educação Física nas Escolas Infantis tem por fim o robustecimento e o bom equilíbrio orgânico das crianças, tornando-as ao mesmo tempo fortes, sadias, ágeis, corajosas, etc. (DG, N<sup>o</sup> 198, 25/8/1911).

Segundo o Inspector, deviam valorizar-se os exercícios de extensão, respiratórios, de agrupamentos musculares sempre executados por meio de jogos apropriados. Todos estes exercícios e jogos deviam ser efectuados sem cansaço e sem constrangimentos e numa grande liberdade. O espaço onde eram realizados também merecia especial cuidado sendo de preferência efectuados ao ar livre. Na impossibilidade, deviam ser realizados em espaços bem ventilados, com luz directa e temperatura adequada. Os cuidados com a higiene e o vestuário das crianças bem como a sua alimentação também se faziam sentir. A EIB respondia perfeitamente a estas exigências nos termos da legislação aplicável, pois dispunha de locais apropriados como o recreio, o pátio coberto ou mesmo as próprias salas de actividade.

O Inspector Augusto Ladeiro considerava fundamental a Educação Física e os Jogos no seu programa para os quais destinava todos os dias actividades no horário da EIB “Uma das primeiras necessidades que geralmente se manifestam na criança, após o instinto da nutrição, é o movimento, logo a Ginástica e os Trabalhos Manuais estão naturalmente indicados” (AHCMB, Lv 20, 14/3/1917:fls.160v e 161vf). Na EIB os alunos realizavam exercícios de agilidade

e trabalhavam a marcha, realizando passeios. Para que todas estas actividades fossem realizadas com boa disposição e alegria, era indispensáveis serem acompanhadas com canções.

Os jogos também eram fundamentais, e muito apreciados pelas crianças. Alguns dos jogos utilizados eram os tradicionais da região: - jogo do arco, corda girante, quatro-cantinhos, o gato e o rato, jogo do lençinho, estátuas, representações de quadros, escondidas, etc.

#### **4.11.4. Órgãos dos sentidos**

O desenvolvimento dos órgãos dos sentidos era fundamental no programa da EIB. Considerava-se importante observar as características dos objectos e determinar a sua utilidade. Segundo Ladeiro, os órgãos dos sentidos deveriam ser as primeiras faculdades a pôr em actividade. Havia no programa da EIB várias actividades de “exercícios de aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos”.

Para desenvolver o sentido da visão realizavam-se actividades destinadas à observação do meio ambiente, através da observação do tamanho de diferentes objectos colocados mais perto ou mais longe. Identificavam-se diferentes tipos e características de materiais que constituem os objectos, como o metal, madeira, pedras e líquidos. Realizavam-se actividades para distinguir cores, coleccionando flores diversas, papéis pintados, pedaços de pano, etc.

O sentido da audição desenvolvia-se através de actividades de conhecimento de objectos que produzissem diferentes sons. Procurava-se distinguir sons e a sua direcção. A música e as canções também eram importantes e faziam parte do dia a dia da EIB, onde havia um piano para acompanhar as canções.

Na EIB também se trabalhava o sentido do tacto. Praticavam-se actividades de identificação de objectos pelo tacto sem os ver, identificando as suas características quanto ao peso, textura e temperatura. As actividades de moldagem de barro e plasticina também eram importantes. O programa contemplava diversas actividades semanais relacionadas com estas actividades.

Também se proporcionava às crianças a possibilidade de distinguirem os diferentes sabores e cheiros. Apresentamos a seguir excertos de ofícios enviados à

Câmara pela Directora da EIB sobre o assunto:

“Nós, por exemplo, queremos dar a noção de certas frutas, fazê-los conhecer e patentear todas as particularidades, precisamos de comprá-los, e só nos servem para uma explicação, visto que o gosto é parte integrante do mesmo fruto. Dar a noção de chá, café, chocolate, leite, manteiga, vinho, etc, etc., A criança tem de tomar uma pequena porção de qualquer destas bebidas, e, como são muitas crianças, as explicações ficam-nos caras” (*AHCMB, Lv. 20, 1917:169f*).

Em nosso entender, as professoras teriam mesmo intenção de desenvolver os órgãos dos sentidos das crianças e o conhecimento de produtos a que não teriam acesso, como o propósito de melhorar a mas a alimentação das crianças que não seria a mais adequada, em especial nos tempos de crise que se viveram.

“...fazendo sentir a grande falta de alguns géneros, tais como vinho, vinagre, mel, açúcar, sal, bacalhau, ovos, leite, chá, café, etc, indispensáveis para o desenvolvimento dos órgãos dos sentidos das crianças que frequentam a referida escola, em número de 50” (*Ibid.:196f*).

Na EIB, ministrava-se um ensino baseado em dados concretos e não em elementos abstractos que levam a um conhecimento falseado. Privilegiava-se, por isso o mais possível, a proximidade com a natureza e com todos os elementos concretos da vida. Era a influência da Pedagogia de Froebel que, aconselhava que se mostrasse o máximo de objectos às crianças, afim de que elas os vissem, sentissem e examinassem para posteriormente sobre eles investigarem.

#### **4.11.5. Música**

A Música ocupava no programa da EIB uma parte considerável. Podemos dizer que estava presente em todas as actividades e que funcionava como motivação e preparação das diversas actividades bem como no seu desenvolvimento, como podemos constatar ao analisarmos o programa de actividades. Começava-se e terminava-se o dia com canções. Utilizavam-se as canções para trabalhar as diversas noções, conceitos, valores, atitudes e regras. As crianças utilizavam lousas pequenas, pautadas para as notas musicais. O Canto Coral e a dicção de pequenas poesias também integravam o programa.

Em nosso entender, o facto de se ter adquirido um piano para a EIB demonstra o papel importante que a Música ocupava, uma vez que era um instrumento de elevado custo, pouco acessível para a maioria das escolas dada a má situação financeira da Câmara.

O facto das crianças cantarem na escola não era muito bem aceite pela população em geral. Mas na Escola Infantil, o canto era essencial. Sobre o assunto assim se referia um periódico da época: “O povo não admite que se cante na escola, mas assim tem de ser nas escolas infantis. O método que nelas se segue funda-se na liberdade ampla da criança” (“A criança e a escola”, *O Leste Transmontano*, Ano I, Nº 5, de 18/3/1920:1).

#### **4.11.6. Leitura e Escrita**

Na EIB não se cuidava de ensinar a ler e a escrever, mas de preliminares da Leitura e da Escrita, elementos que faziam parte do programa do Ensino Infantil. Trabalhava-se através de contos e lendas tradicionais de “grande simplicidade e com intuítos patrióticos e morais”. Nesta idade, a criança precisava, acima de tudo, do, “aperfeiçoamento dos órgãos da fala”, desenvolvendo a linguagem. Para isso, havia actividades diárias de “Exercícios de preparação para a Leitura” “Exercícios preparatórios de Escrita” e de “Língua Materna”. Para auxiliar nestas actividades utilizavam-se jogos de letras duplas para as crianças brincarem e para contactarem com a Escrita. Utilizavam lousas grandes, com funcionamento vertical e lousas pequenas para as crianças utilizarem.

O ensino da “Língua Materna” fazia parte apenas do programa da classe superior. Não podia ser tratado isoladamente, uma vez que abrangia muitos outros assuntos. Consistia essencialmente na aquisição do vocabulário por exercícios graduados da linguagem que era familiar à criança, tomando por base o conhecimento de todos os objectos e das suas aplicações. O que se pretendia era que a criança criasse ideias exactas para a poder representar por palavras e exprimir-se facilmente.

Segundo Ladeiro, o que mais interessava à criança não eram as letras e os algarismos “sinais abstractos que nada dizem à inteligência da criança”, mas a natureza e tudo que com ela estivesse relacionado. Interessava-a, afirma este autor, tudo o que directamente estava relacionado com a criança, com a sua família, a sua casa e a sua escola. No seu entender, a criança gostava de falar de tudo que consigo se relacionasse, como um passeio que desse, um jardim que

visitasse e melhores amigos. Nesse sentido bastava dirigi-la ao assunto no ponto desejado, iniciando-a, assim, na aprendizagem e desenvolvimento da linguagem. Ladeiro defendia que se devia ter “meticulosos cuidados” nesta área.

Considerava que antes de ensinar a criança a ler era preciso ensiná-la a ver. Não seria tarefa fácil nesse tempo convencer os pais das crianças que os seus filhos iam para a Escola Infantil preparar-se para depois aprenderem mais facilmente a ler e a escrever na Escola Primária. Para validar a sua opinião, Ladeiro justificou-se ao dizer:

“E senão vejamos como a criança fala antes de conhecer as letras, conta sem conhecer os algarismos e canta antes de saber o que são as notas! As letras, os algarismos, as notas musicais, são os sinais abstractos da leitura, do cálculo e da música, que devem ser postos de parte pela sua avidez nas primeiras noções a dar à criança” (*AHCMB, Lv. 20, 1917:155v e156f*).

Por essa razão defendia que não devia haver livros na Escola Infantil, especialmente nos primeiros tempos, principalmente no grau inferior, substituindo tudo sempre que seja possível por exercícios práticos e subindo do exercício à regra, pelo exemplo. Para ele, o maior livro era o Mundo, a melhor mestra a natureza e a melhor escola a Vida. Queria dizer poucas regras e quase ausência de livros (*Ibid.: 155v*).

Trabalhava-se o aumento do vocabulário através da “Composição, Decomposição e Recomposição dos vocábulos, umas vezes partindo da palavra integral até à sílaba, outras vezes do elemento simples até à sílaba-palavra, ou leitura auricular, precioso preliminar do ensino da leitura” (*Ibid.*).

Na entrevista (anexo VI) efectuada a um antigo aluno da EIB, afirma-se concretamente: “era expressamente proibido ensinar as crianças a ler e a escrever nem havia preparação nenhuma para a leitura na infantil, só brincávamos”.

#### **4.11.7. Matemática**

Para trabalhar a Matemática utilizavam-se os dons de Froebel que era um conjunto de material próprio constituído por barras de madeira de diversas formas, contadores de mão e lousas pequenas quadriculadas.

Do programa para o Ensino Infantil a que se refere o *DG, N° 198, de 25/8/1911*, consta o seguinte:

“a) Fazer simples adições intuitivas da unidade para ensinar a contar de 1 até 10; b) O mesmo exercício em relação à dezena; c) Seguir o mesmo processo tomando as unidades concretas 2 a 2, 3 a 3, 4 a 4, 5 a 5, etc.; d) Proceder pelo mesmo processo intuitivo à subtração; Em cada agrupamento de 2,3,4,5,6,7,8 e 9 objectos, poder-se-lhão colocar o algarismo correspondente, que ficará assim sendo conhecido da criança, sem nenhum esforço” (DG, Nº 198, 25/8/1911).

Desenvolviam-se todas estas actividades da forma mais lúdica possível, porque, “brincando, jogando, cantando, se vão instruindo e educando, quase sem darem por isso” (AHCMB, Lv. 20, 1917:156v).

#### **4.11.8. Geografia**

A Geografia fazia parte do programa da EIB para os dois grupos de crianças. Consistia essencialmente na observação dos lugares que a criança conhecesse. Tratava-se da aprendizagem intuitiva dos rios, riachos e ribeiras, montes, montanhas e vales existentes em Bragança. Para tal, as professoras organizavam passeios, nos quais as crianças adquiriam os conhecimentos relacionados com a matéria que não poderiam ser aprendidos na sala de aula.

#### **4.11.9. Moral**

Na EIB o ensino da Moral tratava essencialmente dos valores educativos do novo cidadão, do homem novo que os Republicanos pretendiam formar. Segundo Ladeiro, devia chamar-se à atenção das crianças para os valores da partilha, do amor ao próximo, da importância da socialização e do respeito para com os outros dentro e fora da escola, despertar-lhe, em suma, todos os sentimentos de boa moralidade, pela narração de factos, contos morais, anedotas, narrativas e fábulas, apropriados à sua idade e ao seu modo de sentir e pensar. Pretendia-se desenvolver na criança o sentimento do respeito, da disciplina, da ordem e da solidariedade social. Orientava-se a criança para o cumprimento dos seus deveres em harmonia com o que lhe era mais natural, tanto em relação aos cuidados do asseio, higiene pessoal e conservação dos objectos do seu uso, como em relação ao tratamento dos seus semelhantes, dos animais domésticos, etc.

#### **4.11.10. Ciências Naturais**

As Ciências Naturais também integravam o programa da EIB, com o nome de “Conversação/Ciências da Terra”. Era uma actividade que apenas constava do programa do Grupo B. Tinha a duração de vinte minutos realizada uma vez por semana. Era essencialmente um período de tempo onde se conversava sobre a natureza e sobre tudo o que com ela estivesse relacionado. Fazia parte do programa das Escolas Infantis com a designação de “Ciências Naturais” (*DG*, N.º. 198, 25/8/1911).

Ladeiro valorizava o contacto e observação directa da natureza, afirmando; “O homem deve ser servidor e intérprete da natureza. Só a observação e experiência conduzem ao verdadeiro conhecimento dos objectos e o melhor estudo provem, portanto, da observação directa da natureza” (*Ibid.* fl.154v e 155f). Considerava que o conhecimento dos animais e plantas da região era fundamental no Ensino Infantil. A existência de dois aquários e dez vasos de plantas na lista de material da EIB poderão ter sido utilizados para o ensino das Ciências (*AHCMB*, *Lv.* 20, 1917:158f).

#### **4.12. Equipamento, mobiliário e materiais escolares da EIB**

Equipar a EIB, nesta época, não era tarefa fácil dadas as dificuldades financeiras e a ausência no mercado de mobiliário e material pedagógico específico. Também não havia referências para mandar executá-lo.

Parte do equipamento, algum mobiliário e materiais eram uma novidade. Mesmo que se fizesse igual ao das escolas primárias, tinha que se adaptar a crianças mais pequenas. Isto iria acarretar um esforço financeiro maior por parte da CMB, entidade responsável pelo fornecimento do equipamento.

No Período Republicano as escolas primárias do Distrito de Bragança não estavam bem equipadas, precisamente devido à falta de recursos financeiros. No entender do Inspector Escolar do Círculo de Bragança José Candeias Duarte, em 1926, à excepção das escolas da cidade de que fazia parte a escola do objecto desta dissertação, encontravam-se num estado lastimável em matéria de condições higiénicas, conservação, equipamento e material pedagógico:

“Se é má a instalação das escolas relativamente aos edifícios, pior é ainda pelo que diz respeito ao mobiliário e material de ensino. Para 117 lugares, com uma população escolar de 3200 alunos, há apenas 471 carteiras. À Excepção das escolas da cidade de Bragança, nenhuma possui o necessário mobiliário para o seu regular funcionamento. Mas, se o mobiliário é insuficiente, o material de ensino é tudo quanto há de mais exíguo. Além disto o pouco que existe está completamente inutilizado. É raríssima a escola que tem a colecção dos mapas de Portugal Continental, Insular e Ultramarino. Muitas nem, ao menos, possuem um quadro preto para o ensino prático. As quantias, embora escassas, votadas pelas Câmaras Municipais desde 1919 nunca foram gastas na compra de mobília, material de ensino” (*AHCMB, Lv. 25, 1926:135v a 136v*).

Com estas condições, consideramos interessante, averiguar como foi se desenvolveu o processo de equipar a EIB.

Tratando-se da primeira Escola Infantil da cidade, do Distrito e mesmo da região de Trás-os-Montes, seria natural que houvesse uma apetência especial para que fosse bem equipada, podendo mesmo vir a ser uma referência para outras que viessem a ser criadas.

A aquisição de mobiliário e materiais escolares para a EIB esteve sempre na primeira linha das preocupações da Câmara, com preocupações de que tudo se aproximasse o mais possível das condições impostas pelo regulamento do *DG, N° 198, 25/8/1911*.

O Inspector Escolar e a CMB foram as entidades responsáveis pela tarefa. O Inspector era a pessoa mais informada sobre o assunto, porque era conhecedor da legislação e devido à experiência adquirida com as suas na visita às Escolas Infantis.

Segundo o art. 12º do Decreto atrás referido, o mobiliário de uma Escola Infantil deveria constar de “uma mesa grande em forma de ferradura, disposta no meio de cada uma das salas, com bancos-cadeiras em volta, uma e outros proporcionados à altura das crianças; de cadeiras e secretárias para as professoras, e cadeiras pequenas para as crianças”. Tinha portanto que ser mobiliário adequado às crianças da EIB. Por isso, o mobiliário das escolas primárias não podia ali ser utilizado.

Quanto ao material de ensino, deveria consistir em:

“Um ou vários quadros pretos, sendo um deles quadriculado; Várias colecções de desenhos coloridos das plantas mais conhecidas, uma colecção de estampas representando os animais mais conhecidos do nosso País; Uma colecção do material Froebeliano; Colecções de jogos próprios para exercitar a atenção, a observação, a precisão e destreza dos movimentos e a auxiliar a Educação Física e

a dos órgãos dos sentidos; uma colecção de minerais mais conhecidos; Barro ou plasticina para modelagem; Alguns pesos e medidas mais geralmente usados, e uma balança de braços iguais; Utensílios de jardinagem” (art. 13º, in *DG, N° 198, 25/8/1911*).

O Inspector Escolar começou então, em colaboração com a CMB a providenciar o respectivo mobiliário e materiais escolares. Em Agosto de 1916 entregou à Câmara uma relação de mobiliário e material indispensável para o funcionamento da EIB (*AHCMB, Lv. 20, 1916:48v*). A CMB disponibilizou desde logo a quantia de 500\$00 “para a aquisição de material didáctico e mobiliário destinado à Escola Infantil”. Em Novembro do citado ano disponibilizou para o mesmo efeito a quantia de 151\$43. Parte do material foi adquirido na cidade do Porto, encomendado a um comerciante de nome João Gonçalves.

Ainda em Novembro foi adquirido um mapa de Portugal e pagou-se a quantia de 23\$45 pelo fornecimento de outro material pedagógico (*AHCMB, Lv. 20, 1916:100f*).

A CMB deliberou, ainda, adquirir, mediante concurso público, vinte carteiras e seis estiradores (*AHCMB, Lv. 20, 1916:78v*). Como não havia modelos para fazer iguais, a CMB providenciou mandar vir de Lisboa uma carteira e um estirador, para servir de modelo, pelo qual pagou a quantia de 19\$68 (*AHCMB, Lv. 20, 1916:fl. 85v*). A base de licitação foi de 6\$00 para cada carteira e igual importância para cada estirador. O material a construir tinha que ser robusto e ligeiramente diferente do modelo vindo de Lisboa. Foram substituídas as peças metálicas por ferro e empregou-se mais madeira na sua construção. Havia uma preocupação evidente pela qualidade de construção, apresentação e adaptação à idade das crianças. Rezava assim o Caderno de Encargos do concurso de fornecimento:

“Condições a que deve satisfazer a construção das carteira e estiradores para a Escola Infantil: Carteiras - A madeira deverá ser bem seca, com a espessura da carteira que serve de modelo, sendo 12 carteiras com as dimensões rigorosamente iguais ao modelo, e 8 carteiras idênticas com o mesmo comprimento e largura, mas com 4 centímetros mais baixo o assento e com a necessária redução proporcional na altura do tampo e mais dimensões relativas. A madeira a empregar deverá ser de choupo nacional bem seco, como já se disse, excepto o tampo que será de castanho seco e malhetado conforme o modelo, e as peças que fazem subir o tampo, serão de nogueira por ser mais resistente. A construção deverá ser rigorosamente bem executada, muito lisa e bem acabada de modo a poder levar uma infusão de cor de nogueira escura, sendo em seguida envernizada a verniz de pincel excepto o tampo que deve ser de verniz de troneca.

Estiradores – Poderão ser em madeira de choupo e com a mesma dimensão e espessura que serve de modelo, excepto as peças onde gira para subir e descer era de nogueira por ser mais resistente, devendo levar também uma infusão igual à das carteiras e envernizada em termos idênticos. Relativamente às ferragens, poderão ser empregadas de ferro (AHCMB, Lv. 20, 1916:108v e 109f).

Este mobiliário foi entregue durante o mês de Janeiro de 1917, quando as professoras já tinham tomado posse.

Depois da visita efectuada às Escolas Infantis do Porto, o Inspector Escolar terá ficado melhor informado sobre o equipamento e mobiliário aconselhado para a EIB, constante da seguinte relação:

Quadro 8: Relação do mobiliário e material escolar para o funcionamento provisório da Escola Infantil.

Nº.	Designação dos objectos
20	Carteiras
3	Secretárias
3	Cadeiras de braços para as professoras
1	Estante envidraçada
10	Estiradores e 12 cadeirinhas
1	Piano
6	Leitos simples para crianças (com grades e respectivos colchões)
2	Lavatórios e respectivos toalheiros, toalhas, sabonetes, etc.
3	Tinteiros para as secretárias das professoras
2	Escarradores higiénicos
1	Guarda chuveiro em ferro fundido
3	Campainhas de corda
1	Filtro “ Pasteur” para 15 litros e “fonte higiénica de jacto ascendente”
1	Relógio
1	Capacho de arame
3	Capachos tapete, em estofo
	Material Froebeliano completo – ( dons de Froebel)
12	Caixas com jogos de letras
2	Duplas – lousas, grandes, com funcionamento vertical
4	Dúzias de lousas, pequenas, estrangeiras, quadriculadas e pautadas
1	Colecção de quadros morais e instrutivos
3	Dúzias de tesouras
12	Caixas ou cartões com aguarelas diversas
6	Dúzias de lápis de cores
1	Resma de papel de seda surtido, em todas as cores
1	Resma de papel de linho, branco e liso, de (tanaleiros) formas
30	Quilos de terra própria para modelação
3	Dúzias de pincéis para aguarelas
3	Quilos de plasticina
2	Aquários
10	Vasos com plantas
2	Dúzias de contadores de mão, com lousa

Fonte: AHCMB, Lv. 20,1917:158f.

Através da observação da relação de material da EIB, constatamos que estava bem equipada, com material e mobiliário próprio e adequado e respeitando as exigências do *DG*, Nº. 198, 25/8/1911, atrás citado.

Julgamos interessante referir que cada professora tinha uma secretária com um tinteiro e uma cadeira de braços para seu maior conforto. Havia também uma estante envidraçada que serviria para arrumação e exposição de material diverso.

Foi adquirida também uma campainha para as salas. A existência de um piano é comprovada não só por aparecer nesta listagem de material mas também por relatos nas Actas da CECMB. A compra de seis camas e respectivos colchões demonstra que apenas serviam para descansar alguma criança quando precisasse.

A preocupação com a higiene pessoal também se fazia sentir através da existência de dois lavatórios e respectivos toalheiros, toalhas e sabonetes. Havia dois escarradores higiênicos, que eram comum haver nas escolas e repartições públicas. A existência de um guarda-chuveiro também permitiria a alguma criança que precisasse tomar banho.

A escola tinha também um relógio que teria sido colocado no nosso entender num corredor onde todos o pudessem ver; a entrada seria o local indicado. Havia um capacho de arame para aquecer os pés.

Sendo uma escola orientada segundo o modelo de Froebel o material de Froebel, ou seja, os dons de Froebel também não podiam faltar. Na lista aparecem-nos também doze caixas de jogos de letras.

Nesta listagem de material desperta-nos a atenção a existência de material que não seria usual nas escolas precisamente por ser novidade e por ser de custos elevados como se refere em Acta da CECMB (*AHCMB*, *Lv.* 21, 1917:31v). Estamos a referir-nos a plasticina, tesouras, diferentes tipos de papel, aguarelas e pincéis. Este material foi adquirido ao longo do período de existência da EIB, tal como outro que não se encontra na referida lista.

No orçamento de Dezembro de 1917 aparece referenciada a verba de 355\$00 para pagamento do material adquirido a João Gonçalves (*AHCMB*, *Lv.* 21, 1917:27v). No ano de 1929 houve necessidade de se adquirir mais mobiliário para a EIB devido ao aumento de alunos nas novas instalações (*AHCMB*, *Lv.* 27, 1929:235f).

#### **4.13. Encerramento da Escola Infantil de Bragança**

Em 28/7/1934 consumou-se o fim da 1ª experiência da Educação de Infância em Bragança ao ser extinta a EIB:

“Usando da faculdade conferida pela 2ª parte do nº 2º do artigo 108º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte: Artigo 1º São extintas as Escolas Infantis da cidade de Bragança. Artigo 2º As duas professoras das escolas extintas ingressam no quadro geral do Ensino Primário elementar, devendo ser-lhes dado provimento no quarto lugar de cada uma das escolas nºs 2 e 4 da mesma cidade, com todos os direitos de que gozam nesta data. Publique-se e cumpra-se como nele se contém. Paços do Governo da República, 28 de Julho de 1934- António Óscar de Fragoso Carmona - António de Oliveira Salazar ...”, (Decreto-lei 24:246:1415, in DG, Nº , 28/7/1934).

Sem nada a indicar que tal viesse a acontecer, o Governo de Salazar antecipou, nesta cidade, o fim do Ensino Infantil que viria a acontecer no resto do País apenas em 1937 com a entrada em vigor do Decreto-lei nº 28081, (DG, Nº 236, 9/10/1937). A determinação governamental apanhou toda a gente desprevenida. Sabia-se que era irrevogável e que nada havia a fazer. O poder de Salazar já era muito forte nestes primeiros anos do seu regime. Não encontramos quaisquer documentos, movimentações ou pedido de explicações sobre o sucedido. Apesar do novo edifício destinado à EIB estar iniciado, a conformação foi geral. Se a EIB já não se podia construir havia então que dar outro destino ao empréstimo contraído. O Governo do Estado Novo valorizava mais o Ensino Primário. Entendia-se que só depois de haver escolas primárias suficientes, se deveriam construir Escolas Infantis e apenas de iniciativa particular. Em Bragança havia apenas dois edifícios construídos de raiz para escolas primárias, havendo mais três a funcionar em casas adaptadas. Era prioritário para o novo Governo construir escolas primárias.

## CONCLUSÃO

Gostaríamos de retomar sucintamente tudo o que expusemos até aqui e continuar num processo de reflexão e aprofundamento que ficará preferencialmente inconclusivo como um convite implícito a outras mentes disponíveis e inquietas. Não se pode concluir um tema num espaço de um trabalho cujo objectivo é provocar a atenção e estimular reflexão sobre o mesmo. Pretendemos terminar com dúvidas e reticências, o que nos impede de experimentar certezas nítidas e desejos definidos. Falar em conclusão parece indicar um ponto final, dar por acabado o caminho. Não é o que ocorre connosco neste momento. O processo de trabalho aqui registado, por ser dinâmico e vivo, traz novas questões, abre-se a diversas reflexões sobre a Educação de Infância no contexto da vida contemporânea.

A dissertação aqui apresentada resulta de uma investigação cuidada, articulando a teoria e as diversas vivências. No seu percurso, constatámos que o objecto de estudo não era nada fácil, mas revelava-se cada vez mais aliciante à medida que a investigação avançava e ia progredindo, encontrando documentos ímpares e relevantes. Cada pequena notícia num Jornal, cada frase de uma Acta revelava-se de importância fundamental contribuindo assim para o deslindar do problema.

Ao escolhermos a imprensa local para procurar assuntos sobre o objecto desta dissertação, tivemos que o fazer de uma forma sistemática, num trabalho muito moroso, mas como esperamos ter demonstrado, muito compensador. Permitiu-nos colmatar as falhas de documentação, aferir a veracidade do noticiado com os documentos guardados nos arquivos, além de permitir vivenciar todo um quotidiano escolar e social que nas suas páginas é noticiado, pelo que a sua consulta persistente e pormenorizada não deve ser olvidada na investigação em História da Educação.

A originalidade da Educação de Infância em Portugal pode ser identificada através de características que lhe são próprias: a independência histórica dos outros sectores do sistema escolar; a intervenção de diversos serviços concorrentes ou complementares; a integração nas comunidades; a forte ligação

com os pais e, note-se ainda, desde longa data, uma formação contínua específica, para os Educadores de Infância.

A evolução histórica da Educação de Infância viveu sempre entre a necessidade de resposta social para os filhos das mulheres que é preciso libertar para que, com toda a liberdade, possam ser utilizadas num trabalho produtivo imediato e o acolhimento em estruturas privadas com preocupações pedagógicas, das crianças de camadas privilegiadas, que souberam construir para o seu uso as estruturas adequadas ao tratamento que pretendem para os seus filhos, a fim de dinamizarem ao máximo as suas potencialidades.

Este nível de ensino foi generalizado tanto em nome da libertação dos pais e das mulheres, como em nome da eficácia da formação, uma vez que para democratizar é necessário reunir e cuidar dos indivíduos desde a mais tenra idade.

Sendo inquestionável a escolha deste tema, esta temática surgiu por razões fundamentais, que tiveram a ver com a ausência de estudos sistematizados sobre esta área de ensino, sobretudo na altura em que definitivamente esse foi o enfoque investigativo escolhido, pois em muita bibliografia consultada, em múltiplos encontros com profissionais de educação, foram raras as referências sobre a História da Educação de Infância de Bragança. O nosso contributo manifesta-se assim de grande relevância.

O âmbito cronológico foi delimitado de 1915 a 1934. Escolhemos 1915 por considerarmos ter havido em Bragança uma viragem e uma preocupação diferente com as crianças antes da entrada na Escola Primária, materializada com a criação da EIB, e 1934, precisamente, por coincidir com o fim da mesma experiência educativa. No entanto, não deixamos de fazer referências a todos os acontecimentos anteriores considerados relevantes e de interesse para formalizar uma ideia geral do que foi a Educação de Infância em Bragança até essa época.

Ao longo desta dissertação, fomos apresentando algumas considerações, e respostas às questões que formulámos no início deste trabalho e que nos pareceu ser possível inferir, e nas quais nos iremos basear para esta síntese final. Os objectivos que pretendemos alcançar foram conseguidos. A EIB foi uma resposta clara da edilidade brigantina às ideias de modernidade pedagógica que se faziam sentir em Portugal em torno da Educação de Infância durante a 1<sup>a</sup>. República.

O trabalho apurado de pesquisa a que procedemos sobre a EIB, permitiu-nos encontrar documentos significativos e tomar como adquiridos alguns dados sobre as dificuldades e vicissitudes que quase sempre estão na origem de uma grande ideia.

Bragança era uma cidade com as mesmas dificuldades que o resto do País, ou até ainda mais acentuadas. No entanto, conseguiu abrir uma Escola Infantil. Gomes (1977:128) refere que “...só há escola, só há vida intelectual organizada, onde as necessidades essenciais da vida estão satisfeitas”. Em Bragança não estariam de todo. Gomes considerava que “numa economia de subsistência, em que o homem vive inteiramente ocupado e preocupado com a satisfação das suas necessidades quotidianas mais elementares, não há vagar, não há ócio, não há tempo livre, não há lazer, numa palavra não há escola” (Ibid.: 128). Apesar de todas estas dificuldades, e levada por uma forte motivação ideológica, os cidadãos de Bragança estavam conscientes das vantagens do Ensino Infantil para toda uma sociedade, elemento imprescindível para a sua afirmação e modernização. As primeiras práticas de Educação de Infância no interior de Portugal foram realizadas em Bragança.

Não é apenas o crescimento económico e o aumento da produtividade que abrem escolas e prolongam a escolaridade. A escola não é apenas o espelho e o reflexo da sociedade, mas é e deve ser também o seu motor, “...sem esquecer que é a escola que permite o crescimento económico, pois esta não é possível sem conhecimentos científicos profundos e sem técnicas evoluídas que só a escola proporciona (Ibid. 129).

Numa economia de subsistência em que o homem vive inteiramente ocupado e preocupado com a satisfação das suas necessidades a escola é sempre posta em segundo plano, no entanto em Bragança, no caso específico da EIB, isso não aconteceu.

Foi-nos assim possível verificar como se concretizou a ideia inicial dos fundadores de dotar a cidade de Bragança com uma instituição de Educação de Infância vocacionada para a Educação de Infância, e também para o romper de ideias ancestrais de que as crianças só podiam ir para a escola aos sete anos.

As entidades Bragançanas, por intermédio dos seus fundadores, sempre consideraram elemento fundamental para o estabelecimento de uma relação pedagógica e educativa eficaz, o edifício escolar. Ele devia ser sólido, funcional, luminoso, de forma a tornar-se um espaço agradável, propício ao bem-estar e convívio dos alunos. Embora tendo funcionado sempre em instalações provisórias, tratou-se de uma instituição pioneira quando comparada com as escolas primárias, principalmente no que respeita a mobiliário e materiais pedagógicos. Todas as modificações efectuadas, todas as obras realizadas estavam direccionadas para a sua especificidade e independência. As obras de adaptação na casa onde funcionou nos primeiros anos a EIB tiveram a marca do conceito de Pedagogia do Ensino Infantil do Inspector Escolar. Não duvidamos que foi fruto de muitas noites de discussão, análise e consulta da legislação específica, bem como a troca de ideias com outras pessoas. Foi clara a preocupação de aproveitar ao máximo o conforto e a luminosidade proporcionada pela óptima exposição solar do local. Tratava-se de um espaço completamente independente e destinado especificamente ao Ensino Infantil, procurando seguir as características exigidas por lei e pelos higienistas escolares.

A juntar a tudo isto, não podemos esquecer a má situação em que se encontrava o parque escolar e a educação da cidade e do concelho; a precaridade dos edifícios escolares do Ensino Primário com condições inimagináveis em relação aos nossos dias, em casas arrendadas ou com mudanças de local porque o senhorio não queria renovar o arrendamento, com aulas por cima de lojas de gado, com vidros partidos, telhados a meter água; o mobiliário escolar na maior parte dos casos degradado ou em muito pouca quantidade; o material escolar era muito escasso, desactualizado e muitas vezes em mau estado de conservação.

A boa gestão efectuada também contribuiu para um bom funcionamento da EIB. Segundo Ron Glatter, “a boa gestão é uma característica significativa das melhores escolas” (cit. in Nóvoa, 1992:159). Nesse sentido, teve a sorte de ter encontrado uma equipe com capacidade, dinamismo e dedicação numa primeira fase como o Inspector Escolar Augusto Ladeira, o Presidente da Câmara Carlos Almeida e a professora e Directora Cândida Florinda Ferreira que estabeleceram as regras e toda a estrutura organizativa que as pessoas seguintes conseguiram

manter e até melhorar. Consideramos que, naturalmente, a sua liderança forte, o seu abnegado empenho e dedicação para o sucesso desta instituição, foram elemento essencial, ganhando o respeito por parte dos professores, funcionários e o respeito da Sociedade Bragançana.

Quanto ao grupo de professoras, verificamos a importância que teve para a instituição a possibilidade de escolha criteriosa das mesmas, segundo qualidades de competência e dedicação, apesar de por vezes se manifestar uma isenção duvidosa. Partilhando com o Inspector Escolar consenso alargado quanto às ideologias e aos valores educativos, o quadro docente revelou-se elemento fundamental na dinâmica educativa e pedagógica da instituição e na formação dum clima escolar favorável ao desenvolvimento de elementos culturais identitários.

Em relação ao pessoal auxiliar, vigorava o princípio da polivalência: para lá da função específica fazia-se o que fosse necessário e urgente. Não havendo chefe de pessoal, a relação com a Directora era directa.

O corpo discente da EIB, formado por alunos residentes na cidade, tinham como origem territorial predominantemente a cidade de Bragança, embora tivesse recebido alunos filhos de famílias de outras localidades que vinham trabalhar para Bragança fruto das suas exigências profissionais. Todavia, a proveniência social dos alunos terá abarcado os diferentes estratos sociais. Portadores de diferentes motivações, por vezes sem objectivos educacionais definidos, provocavam respostas à sua situação por parte da instituição, revelando-se como uma instituição flexível. Seriam crianças provenientes de famílias de proprietários rurais e urbanos, comerciantes, funcionários públicos, militares e outros.

Estamos convencidos que a percentagem de alunos aumentaria consideravelmente, se existissem mais Instituições vocacionadas. Não duvidamos que se o edifício novo se tivesse concretizado que facilmente atingiria o seu número máximo de frequência, o que levaria à abertura de outras Instituições. Teríamos assim uma educação muito mais completa e hoje teríamos um povo muito mais culto, melhor preparado. Seria sim o homem novo idealizado pelos Republicanos.

Se o mesmo se tivesse passado em muitas mais localidades pelo País a Educação de Infância teria tido outro ritmo de desenvolvimento. O processo seria contínuo, o investimento aumentaria bem como a investigação, a inovação e a formação de novos professores mais capazes e especializados.

Resumidamente, o percurso histórico da EIB pode considerar-se, no nosso entender, dividido em três fases:

Uma primeira fase de constituição:

Os dois primeiros anos (1915-1917) foram de enormes dificuldades provocadas pela sua criação. Tratava-se de um conceito novo de escola, com todas as dificuldades que acarretava, desde a falta de modelos comparativos, até um novo nível de ensino para uma nova faixa etária das crianças que até aí sempre permaneceram na família. A todas estas dificuldades ainda se juntou a crise por que o País passava. Os enormes obstáculos provocados pela carência de instalações, equipamentos e professores especializados, pelo controlo rigoroso e impiedoso da inspecção, ao mesmo tempo que tinha de se fazer uma campanha de sensibilização da população para a importância desta nova escola de combate ao analfabetismo e à formação educativa de um melhor cidadão ou homem novo.

Vencidos todos estes obstáculos conseguiu abrir-se a EIB, disponibilizar-se o edifício com a respectiva mobília e equipamento, nomearem-se os professores e restante pessoal auxiliar, elaborar-se programas e horários. Ao mesmo tempo que se tratava da estrutura organizativa da EIB, lançava-se uma acção para a inscrição de alunos. Tratando-se da primeira experiência de Educação de Infância em Bragança, a população aguardava ansiosa (e desconfiada) esta ideia de modernidade pedagógica, que só estabilizaria com o seu funcionamento regular.

Uma segunda fase de consolidação, crescimento, independência:

Consolidação porque conseguiu afirmar-se no sistema escolar de Bragança, estabilizando o corpo docente, que aderiu com empenho à fase de implementação.

Crescimento emergente porque conseguiu impor-se e manter um número de alunos suficiente para o seu regular funcionamento, sem o qual tudo teria sido em vão.

Independência porque possuía características únicas, típicas de uma Escola Infantil, que a diferenciavam de todas as outras escolas existentes.

Com um ideário educativo próprio e único, uma organização interna peculiar, a EIB passou a ser o local de Ensino Infantil escolhido por muitas famílias. Em alternativa, oferecia as possíveis condições em grandeza e funcionalidade, um corpo docente competente e dedicado, um ambiente propício ao desenvolvimento de competências das crianças nesta idade, através da instauração de um clima escolar responsável, disciplinado, sendo o mais adequado ao desenvolvimento das crianças destas idades na época.

Uma terceira fase, de sistematização e aceitação:

Sistematização, porque conseguiu ultrapassar todas as dúvidas que possa ter suscitado a sua implementação e sucesso funcional, mantendo inalterada a sua estrutura organizacional e a capacidade de frequência de alunos que veio a aumentar nos últimos anos de funcionamento, para níveis nunca até então conseguidos. O número considerável de alunos que se registou nos últimos anos poderá dever-se ao facto das mudanças de instalações para uma Escola Primária e a possibilidade de guardar vaga para a nova EIB que iria funcionar em edifício novo que estava em vias de ser iniciado.

Aceitação, porque a sociedade de Bragança estava sensibilizada para este novo sistema de ensino. Reconheceu-lhe importância e especificidade. Tinha professores, alunos e a sociedade do seu lado; tinha o projecto do novo edifício elaborado e aprovado; e tinha o financiamento tratado com o empréstimo, junto da Caixa Geral de Depósitos e inclusivamente as obras iniciadas.

Inesperadamente, no final do ano lectivo em 28/7/1934, o Governo de Salazar antecipou o fim do Ensino Infantil em Bragança, não deixando que fosse como no resto do País no ano de 1937.

Não sabemos as razões ou justificações apontadas pelo regime do Estado Novo; no entanto, no nosso entender, deve-se acima de tudo a razões economicistas, para impedir um financiamento que o Estado já tinha assegurado e um empréstimo camarário realizado para um investimento num sistema de ensino que nesta data já sabiam que estaria em vias de extinção. Considerava que seria melhor gastar o dinheiro no Ensino Primário.

Não podemos olhar para esse tempo num tom crítico, estabelecendo comparações com o sistema educativo actual. Temos sim que o enquadrar no período em estudo, entender todas as suas condicionantes e valorizar a experiência pioneira. Tendo este aspecto em consideração, podemos concluir que a EIB soube responder de forma ajustada e ajustável às circunstâncias do quadro sociológico, geográfico e institucional, verificadas ao longo do período em análise, de forma a poder considerar-se que os serviços que prestou se relevaram de grande qualidade pedagógica, constituindo, em termos de sistema de ensino, uma resposta indispensável educativa e social.

Essa vocação da EIB, conseguida através da manutenção contínua do Ensino Infantil, foi fundamental para que se desenvolvesse um verdadeiro sentido de educação, só possível numa sociedade desenvolvida moderna e disponível em aceitar novas ideias renovadoras e pedagógicas. O reconhecimento da importância deste nível de ensino ultrapassou as barreiras ideológicas, materializadas com a abertura e funcionamento da EIB e só encerrada por Decreto ministerial. A frase de Gomes (1977: 128) “...a vontade política dos Governantes, só por si, não é suficiente para criar e manter escolas”, em Bragança, não se aplicou porque, neste caso, a vontade política dos Governantes foi suficiente para fechar a Escola Infantil de Bragança.

O fim da Educação de Infância decretado em 1937, revelou ser um erro histórico. Ainda hoje estamos a “pagar a factura” no nosso sistema educativo tão em voga nos nossos dias, devido aos erros dos nossos Governantes e não devido aos professores, como continuamente são apontados. Tratou-se mais uma vez da vontade e dos ideais de um povo que não foram valorizados e respeitados. É precisamente esta a função do estudo do passado, para evitarmos repetir os mesmos erros no presente, e não hipotecar o futuro.

Terminamos com uma frase que lemos algures, e que dizia: “ Quero perceber porque é que os velhos Republicanos da minha terra são diferentes dos outros”. Porém, à medida que o tempo passa, tal frase transformou-se, a nossos olhos, naquele elemento subterrâneo que conduz a pesquisa, o fio vermelho da investigação que, radicalizando-se, atinge zonas cada vez mais afastadas do universo empírico.

Compreender algo, por isso, não é escutar a modelação da palavra nem ser sensível à música dos gestos, nem acompanhar o fio de uma memória que se faz aos nossos olhos, por vezes deslumbrados; compreender algo é partir dele e reconstruir a longa viagem – o longo caminho – que o fez ser o que ele é, trazendo à clareza consciente dos nexos reconstitutivos mesmo aqueles elementos que teceram inconscientemente a espessura da experiência vivida.

A história faz-se de acontecimentos. Qualquer investigador que queira contar ou explicar algo tem de encontrar esses acontecimentos. Este é tanto mais profundo quanto mais desacompanhado for das respectivas chaves de interpretação. Pelo acontecimento, percebemos, contra a convicção das filosofias da história, que a malícia da história reside em ocultar-nos os elementos de compreensão das próprias situações em que nos envolve. Neste sentido, o acontecimento é uma oferta da história e nem o tempo nem o modo nem os limites do que se oferece como acontecimento dependem da subjectividade humana. Só tornando-se, experiência uma afirmação de subjectividade pode ser tocada pelo acontecimento, nunca fechada no seu poder constituinte ou integrada num tempo linear e homogéneo.



## **Fontes e Bibliografia**

### **1. Fontes**

#### **1.1. Manuscritas**

##### **Arquivo Distrital de Bragança (ADB);**

- Actas das Sessões da Junta Geral do Distrito:
- (1836-1842) – *Governo Civil* – Cx.204, Lv. N.º.824;
- (1843-1853) – *Governo Civil* – Cx.204, Lv. N.º.825;
- (1843-1864) – *Governo Civil* – Cx.204, Lv. N.º.826;
- (1865-1872) – *Governo Civil* – Cx.204, Lv. N.º.827;

##### **Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Bragança (AHCMB):**

Actas do Senado da Câmara Municipal de Bragança,

- Livro n.º1 de 7-08-1913 a 30-11-1921);

Actas da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Bragança:

- Livro n.º19, de 1914-1916;
- Lv. N.º20, de 1916-1917;
- Lv. N.º21, de 22/11/1917 a 26/5/1919;
- Lv. N.º22, de 2/6/1919 a 17/2/1921;
- Lv. N.º23, de 28/2/1921 a 6/8/1923;
- Lv. N.º24, de 20/8/1923 a 23/11/1925;
- Lv. N.º25, de 30/11/1925 a 25/11/1926;
- Lv. N.º26, de 29/11/1926 a 19/9/1927;
- Lv. N.º27, de 25/8/1927 a 18/3/1929;
- Lv. N.º28, de 23/3/1929 a 29/11/1929;
- Lv. N.º29, de 13/12/1929 a 28/11/1930;
- Lv. N.º30, de 5/12/1930 a 23/5/1932;
- Lv. N.º31, de 30/5/1932 a 19/1/1934;
- Lv. N.º32, de 26/1/1934 a 24/8/1935
- Lv. N.º33 de 31/8/1935 a 4/1/1937

Livro de Correspondência expedida da Câmara Municipal de Bragança

-1914-1935

## **Arquivo Histórico do Ministério da Educação de Lisboa**

Série nº5 do fundo da Direcção-Geral do Ensino:

- Cx. 1265: Promoção, transferência, permuta de lugar, reclamações de professores primários de todo o País (1915-1916);
- Cx. 1266: Promoção, nomeação, permuta de lugar, exoneração, reclamação, licença por doença (1921-1925);
- Cx. 1267: Nomeação, permuta de lugar, aposentação, licença por doença, reclamações, rectificação do pagamento de vencimento. (1915/1916);
- Cx. 1551: Nomeação de professores, licenças por doença... (1919);
- Cx. 2512: Criação de escolas e postos, nomeação, diuturnidades a regentes/professores, recenseamento de crianças em idade escolar (1920-1937);
- Cx. 3403: Promoções de professores, criação de escolas, postos escolares, instrução sobre o serviço de exames ... (1833, 1899, 1900, 1902, 1911, 1914);
- Cx. 3453: Cargos vogais, pedidos para suspensão de matrículas, provimentos de professores, pedidos para fazer exames (1927, 1929, 1947);
- Cx. 3475: Pedidos de serventes, empréstimos, pedido de informações sobre os responsáveis da escola do ano económico de 1922-1923, relação nominal de professores, número de alunos de cada classe;

Série nº32 (Nomeação e colocação de professores):

- Cx. 1523 (1924);
- Cx. 3428 (1912-1913 e 1943-1944);
- Cx. 3458 (1926-1927);
- Cx. 3490 (1923-1924 e 1937);

Registos biográficos de professores

- Cx. 2495, nº256;
- Cx. 2493, nº 338;

-Cx. 2492, nº210;

-Cx. 2498, nº 133.

Série nº15 (Relatórios de Inspectores):

-Cx. 3454 (1912-1914, 1927-1928);

Série nº20 (Postos escolares):

-Cx. 3455 (1927);

## **1.2. Fontes Impressas**

### **1.2.1. Jornais e revistas**

*A Madrugada* (1920) – BPMP -XI-3-21;

*Alerta* (1908) – BPMP – P-C-1677;

*Boletim da Diocese de Bragança* – (1928-1936) – BPMP – P-A-618;

*Brigantino* (1886) -BPMP – P-C-1109;

*Circular* (1912) – BPMP – IX-3-7;

*Concelho de Bragança* – (1911) – BPMP – P-D-264;

*Distrito de Bragança* – (1907) – BPMP – P-D-271 (3), (1911) – P-D-270 (3);

*Escola Transmontana* – (1912) – BPMP – IX-1-64;

*Gazeta de Bragança* – (1898) – BN- J.466/12M ;

*Jornal de Bragança* – (1911) – BPMP – P-D-270 (1);

*Leste Transmontano* – (1920) – BPMP – P-D-300 (2);

*Mensageiro de Bragança* – Arquivo na sede do Jornal em Bragança;

*Norte Transmontano* – BPMP;

*Notícias de Bragança* – (1912-1917) – BPMP – P-D-298;

*Notícias do Nordeste* – (1910-1911) – BPMP – P-D-264 (11);

*O Bragançano* – (1919) – BPMP – P-D-300 (1);

*O Legionário Transmontano* – (1914-1917) – BPMP – P-D-300 (2);

*O Montanhês do Norte* – (1912-1913) – BPMP – IX-1-64;

*O Nordeste* – Museu Abade Baçal de Bragança;

*O Transmontano* – (1915-1917) – BPMP – P-D-300;

*Pátria Nova* – (1908-1915) – BPMP – P-C-1138;

*Pra cá do Marão* – (1933) – BPMP – P-D-302 (3);

*Os amigos de Bragança* – Museu Abade Baçal de Bragança;

*Saboreano* – (1922) – BPMP – P-D-301;  
*Sorrir da Mocidade* – (1910) – BPMP – P-D-264 (10);  
*Terras de Bragança* – (1921) – BPMP – P-D-301 (6), 1934/1940-P-D-299;  
*Transmontano* – (1915-1917) – BPMP – P-D-300 (2);  
*Traz-os-Montes* – Museu Abade Baçal de Bragança  
*Verdade* – (1910-1912) – BPMP – P-A-2579, (1913) -IX-5-7;  
*Voz académica* – (1931) -BPMP – P-D-302 (4);  
*A Junta Escolar* – BPMP;  
*Boletim da Beneficência* – (1909-1910) – BPMP – P-A-110 (9);  
*Boletim de Propaganda* – (1910-1919) – BPMP – P-B-301 (1);  
*Escola Nova* – (1911-1912) – (BPMP) – P-B-4392 (10);  
*Revista Froebel* – (1882-1885) – BN – J302P;  
*Revista Os nossos filhos* – (1942-1947) - BPMP – P-B-998;  
*Traço de União* – BPMP – P-B-998.  
*Regulamento do Colégio Pestalozzi – Jardim e Escola Froebel – Porto (1882).* –  
*BPMP.*

### **1.2.2. Legislação**

Decreto-3/11/1852;  
Carta de Lei – 2/5/1878;  
Carta de Lei – 11/6/1880;  
Portaria – 9/12/1980;  
Decreto -28/7/1881;  
Decreto – 14/4/1891;  
Decreto – (DG N.º 292, 24/12/1884);  
Regulamento – (DG N.º 141, 27/6/1896);  
Decreto n.º 8 – 24/12/1901;  
Decreto – (DG N.º 25, 3/11/1910);  
Decreto – (DG N.º 73, 29/3/1911);  
Programa – (DG N.º 198, 25/8/1911);  
Regulamento – (DG N.º 198, 25/8/1911);  
*Diário do Governo N.º 116 – 18/5/1912;*

Decreto nº 134 – (DG Nº 216, 15/9/1913);  
Lei 233 – (DG Nº 11, 7/7/1914);  
Decreto nº 1843 – 20/8/1915;  
Decreto nº 1843 – 30/8/1915;  
Lei 410 – (DG Nº 181, 9/9/1915);  
Lei 449 – 18/9/1915;  
Decreto nº 1927 -2/10/1915;  
Decreto nº 2858 – 29/11/1916;  
Decreto nº 2213 – 10/12/1916;  
Decreto nº 2387 – 12/5/1916;  
Lei 489 – 18/9/1916;  
Decreto nº 2887 – (DG Nº 255, 23/12/1916);  
Decreto nº 2947 – (DG Nº 11, 20/1/1917);  
Decreto nº 3551 – 15/11/1917;  
Decreto nº 3756 – 16/1/1918;  
Decreto nº 4594 – 13/7/1918;  
Decreto nº 6137 – 29/8/1919;  
Decreto nº 5787-B – (DG Nº 98, 10/5/1919);  
Decreto nº 6137 – (DG Nº 198, 29/9/1919);  
Decreto nº 6154 – (DG Nº 206, 11/10/1919);  
Decreto nº 6156 – 13/10/1919;  
Decreto nº 6348 – 4/1/1920;  
Decreto nº 6732 – (DG Nº 141, 8/7/1920);  
Lei 1264 – 9/5/1922;  
Decreto nº 8203 – (DG Nº 121, 19/6/1922);  
Proposta de Lei – (DG Nº 151, 2/7/1923);  
Decreto nº 9223 – 6/11/1923;  
Decreto nº 10148 – (DG Nº 221, 1/10/1924);  
Decreto nº 11204 – (DG Nº 286, 2/11/1925);  
Decreto nº 12566 – (DG Nº 241, 28/10/1926);  
Decreto nº 13432 – 7/4/1927;  
Decreto nº 13619 – 17/5/1927;

Decreto n° 13791 – 17/6/1927;  
Decreto n° 14498 – 29/10/1927  
Decreto n° 16037 – (DG N° 237, 15/10/1928);  
Decreto n° 17964 – 30/1/1930;  
Decreto n° 18646 – 19/7/1930;  
Decreto n° 20254 – (DG N° 197, 25/8/1931);  
Decreto n° 21695 – (DG N° 229, 29/9/1932);  
Decreto n° 23447 -5/1/1934;  
Decreto n° 23735 – 3/4/1934;  
Decreto n° 24402 – 24/8/1934;  
Decreto n° 24246 – 28/7/1934;  
Decreto n° 25311 – (DG N° 106, 10/5/1935);  
Decreto n° 26893 – (DG N° 191, 15/8/1936);  
Decreto n° 28081 – (DG N° 236, 9/10/1937).

## 2. Bibliografia

*A Educação Pré-escolar na União Europeia, (1997), Ministério da Educação, Lisboa.*

ABAD, José, Clara André et al. (2004). *Bragança – Um olhar sobre a sua história.*

Bragança: Polis.

ABBAGNAMO N. e Visalberghi A. (1982). *História e Pedagogia I, II, III e IV.*  
Lisboa: Livros Horizonte.

ABRANTES, Paulo (2000). *A Educação pré-escolar e os cuidados para a Infância em Portugal.* Lisboa: Ministério da Educação.

Actas do VII encontro nacional da APEI (2001). *Pensar o currículo em Educação de Infância.* Lisboa: Associação de Profissionais de Educação de Infância.

ADÃO, Áurea (1984). *O estatuto Sócio-Profissional do Professor Primário em Portugal (1901-1951).* Oeiras: Instituto Gulbenkian e Ciência.

AGUAYO, A: M. (1963). *Didáctica da Escola Nova.* São Paulo, Companhia Editora nacional.

ALLEN, A.T. (2000). *Children between public and private worlds: The Kindergarten and public policy in Germany.* In R. Wollon (Ed.), *Kindergatens & cultures: The global diffusion of an idea.* New Haven: Yale University Press.

ALVES, Francisco M. (1986). *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança.*:Bragança.

ALVES, Luís A. M. [et al] (1990). *O passado da escola O futuro do ensino.* Porto: Edições Asa.

ANDRADE, A: A. Banha (1982). *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa.* Lisboa: Imprensa nacional – Casa da Moeda;

ARAÚJO, A. Filipe [et all] (1998). *História, Educação e Utopia.* Braga: Universidade do Minho.

ARIÈS, Philippe (1978a). *A criança e a vida familiar do Antigo Regime.* Lisboa: Editora Relógios de Água.

- ARIÈS, Philippe (1978b). *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro Editora Guanabara.
- BAIRRÃO J. e T. Vasconcelos (1997). *A Educação Pré-escolar em Portugal: Contributos para uma perspectiva histórica*. Inovação.
- BAIRRÃO, Joaquim [ et all ] (1994). *A Educação Pré-escolar na União Europeia*, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- BALLESTEROS, António (1945). *El método Décroly*. Buenos Aires: Losada;
- BAPTISTA, Maria Isabel Alves (1999). *A escola Transmontana - Tempo, modose Ritmos de Desenvolvimento 1759-1835*. Bragança: Bringráfica.
- BARREIRA, Cecília (1994). *História das nossas avós. Retrato da Burguesa em Lisboa*. Lisboa: Edições Colibri 2ª Edição.
- BARROS, João de ( ). *A República e a escola*. Lisboa: Aillaud.
- BARROS, João de (1911). *A Reforma da Instrução Primária*. Porto: Tipografia Costa Carral.
- BARTOLOMEIS, Francesco, (1968). *A nova Escola Infantil*, Biblioteca do Educador Profissional, Firenze: Livros Horizonte.
- BEJA, Filomena et al. (1985). *Muitos anos de Escolas. Edifícios para o Ensino Infantil e Primário*. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura.
- BENARDINIS, Anna Maria (19859). *Itinerários: Guia critico-história de narrativa y divulgacion para la Infância*. Madrid: Cadernos para educar.
- BENJAMIN, Walter (1992). *Rua de sentido único e Infância em Berlim por volta de 1900*. Lisboa: Edições Relógio d)água.
- BERENGUEL, Alda, Fernando Freixo et al., (2003). *Presidentes da Câmara de Bragança – Da República aos nossos dias*. Bragança: Câmara Municipal.
- BOILLÉ, M. (1988). *L`école, histoire d`une utopie? XVIIe. – debut XXe. Siécle*. Paris: Rivages.
- BRAUDEL, Fernand (1990). *História e ciências Sociais*. Lisboa: Editorial Presença.
- BRITO, Isabel – Tradução (1978). *Saúde e Educação de Infância*. Lisboa: Editorial Estampa.
- CABRITA, João (2005). *Paulo Quintela um ilustre desconhecido*. Lisboa:Ediçõs Colibri.

- CÂMARA, Maria José (1998). *Identidade e a diferença – Como os Educadores marcam as diferenças*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- CAMBI, Franco (1999). *História da Pedagogia*. São Paulo: UNESP.
- CAMPAGNOLO, Henri (1979). *João de Deus, Pedagogo Moderno*. Lisboa: Museu João de Deus.
- CAMPOS, Agostinho (1918). *Educar na família, na escola e na vida*. Lisboa: Livraria Aillaud & Bertrand.
- CAMPOS, Bártolo Paiva (1984). *Projecto Alcácer: desenvolvimento da criança em comunidade rural*. Lisboa: Serviços de Educação/ Fundação Calouste Gulbenkian.
- CANADINE, David (2006). *Que é a história hoje?* Lisboa: Gradiva.
- CANDEIAS, António (1992). *Educar de outra forma, A Escola Oficina N.º 1 de Lisboa, 1905-1930*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- CANDEIAS, António (2005). *Modernidade, Educação e Estatística na Ibero América dos séculos XIX e XX*. Lisboa: Educa.
- CANDEIAS, António et al (1995). *Sobre a Educação Nova: Cartas de Adolfo Lima a Álvaro Viana de Lemos (1923-1941)*. Lisboa: Educa.
- CARDONA, Maria J. (Org). (2000). *Um estudo sobre a Educação de Infância no Distrito de Santarém*. Santarém: ESSE de Santarém/Fundação Calouste Gulbenkian.
- CARDONA, Maria João (1991). *Para a História da Educação de Infância em Portugal: O discurso oficial 1834.1990*. Porto: Porto Editora.
- CARDONA, Maria João (2006). *Educação de Infância. Formação e Desenvolvimento Profissional*. Chamusca: Edições Cosmos.
- CARDONA, Maria João [et al] (1995). *A Educação de Infância no Distrito de Santarém*. Santarém: Edição PROCEPE ESE de Santarém/ F.C. Gulbenkian.
- CARDOSO, José (1990). *Subsídios para a história do ensino em Portugal, trinta anos de Jornalismo*. Braga: APPACDM.
- CARNEIRO, A. Henriques (2003). *Evolução e controlo do Ensino em Portugal. Da fundação da nacionalidade ao 1º Ministério da Instrução Pública*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- CARVALHO, Isabel de Lemos (1996). *A Educação Pré-escolar em Portugal*. Lisboa: Ministério da Educação.
- CARVALHO, Maria Eugenia da Cunha Correia de Carvalho. (2000). *A inclusão na Educação pré-escolar: em torno da colaboração dos seus Educadores* : Instituto de estudos da criança universidade do Minho.
- CARVALHO, Rómulo (2001). *História do Ensino em Portugal – Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime e Salazar Caetano*. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª edição.
- CATANI, D. Barbara (2003). *Educadores à meia-luz: Um estudo sobre a revista de ensino da associação beneficente do professorado público de São Paulo*. São Paulo: Editora Universitária São Francisco.
- CLAPARÈDE, Édouard (1911). *Psychologie de l'enfant et pédagogie expérimentale: histoire, problèmes, méthodes, développement mental, fatigue intellectuelle*. Genève: Kundig.
- CLAPARÈDE, Édouard (1931). *L'éducation fonctionnelle*. Neuchatel Paris: Delachaux e Nestlé.
- COELHO, F. Adolfo (1973). *Para a história da Instrução popular*. Lisboa: Instituto Gulbenkian da Ciência.
- COELHO, José Augusto (1891). *Princípios de Pedagogia*. Tomo I. São Paulo: Teixeira&Irmão Editores.
- COELHO, José Augusto (1893). *Princípios de Pedagogia*. Tomo IV. São Paulo: Teixeira&Irmão Editores.
- COMÊNIO, João Amos (1976). *Didáctica Magna*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- COMENIUS, J. Amos (1957). *Pages choisies, Introduction de Jean Piaget*. Unesco.
- COMISSÃO DE ARTE SACRA DE BRAGANÇA (1997). *Páginas da Diocese de Bragança – Miranda – Congresso Histórico. 450 Anos da fundação*. Bragança: Gráfica de Coimbra.
- CONSEIL DE L'EUROPE/Comité des Ministres (1981). *L'Education de l'Enfant de la Naissance à Huit ans, Recommandation NOR*.

- COQUET, Eduarda (2000). *Os mundos sociais e culturais da Infância*. Braga: Universidade do Minho.
- CORREIA; A. C. Luz [et all] (2004). *Escolas Públicas em Portugal e em São Paulo: olhares sobre a organização do tempo escolar (1880-1920)*. Lisboa: Educa.
- COSTA, Maria Helena Gil da costa (1998). *A construção social da identidade do educador de Infância*: Edições APPACDM Distrital de Braga.
- COSTA, Nunes (1978). *História da Educação na Antiguidade Cristã*. São Paulo: EPU.
- COSTA, Nunes (1979). *História da Educação na Idade Média*. São Paulo: EPU.
- COSTA, Nunes (1980). *História da Educação no Renascimento*. São Paulo: EPU.
- COSTA, Nunes (1981). *História da Educação no Século XVII*. São Paulo: EPU.
- CUNHA, M. Luísa (1997). *Alguns aspectos da evolução da Educação em Portugal*. Lisboa: Departamento de Prospectiva e Planeamento.
- CURY, C. R. Jamil (2003). *A Educação na revisão constitucional de 1925-1926*. São Paulo: Editora Universitária São Francisco.
- DEUSDADO, Ferreira (1995). *Educadores Portugueses*. Porto: Lelo & Irmão Editores.
- DEWEY, John (1954). *Vida e Educação*. São Paulo: Edições melhoramentos.
- DEWEY, John (2002). *A escola e a sociedade. A criança e o currículo*. Lisboa: Relógios d`água.
- DINIZ, Armelim de M. (1952). *A Educação dos nossos filhos. Escola-Infantário e o Jardim-de-Infância*. Montijo: Gazeta do Sul Editora.
- DIONISIO, Sant`Anna (1945). *Jardins de Infância*. Lisboa: Seara Nova.
- DURKHEIM, Emile, (1995). *A evolução pedagógica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- ERIKSON, Erik H. (1976). *Infância e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- ESTRELA, Maria Teresa (2002). *Investigar em Educação*. Cruz Quebrada: Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- FAURE, Madeleine (1957). *Nouvelle Encyclopédie Pédagogique, Le Jardin D'Enfants*. Paris: Presses Universitaires de France.

- FAZOLO, Eliane et al. ( 1997). *Educação Infantil em Curso: Colecção da Escola de Professores*.
- FERNANDES, A. Mendes (1958). *A Educação em Portugal. Direitos da família, da Igreja e do estado*. Guarda: Oficinas gráficas da União de S. João Gouveia.
- FERNANDES, António Sousa, (1995). *Educação e Poder Local – Actas do Seminário «Educação, Comunidade e Poder Local»* Lisboa: Conselho Nacional de Educação – Ministério da Educação.
- FERNANDES, António Sousa, (1996). *Os Municípios Portugueses e a Educação – As normas e as práticas*, in *A Administração da Educação – Os Caminhos da Descentralização*, Lisboa: Edições Colibri.
- FERNANDES, António Sousa, (1998). *Os Municípios Portugueses e a Educação: Entre os Fantasmas do Passado e os Desafios do Futuro*, in *Actas do Seminário «A Territorialização das Políticas Educativas»*, Guimarães: Centro de Formação Francisco de Holanda.
- FERNANDES, António Sousa, (1999). *Estado, Municípios e Escolas: O papel da Associação Nacional dos Municípios Portugueses*, Guimarães: Centro de Formação Francisco de Holanda.
- FERNANDES, António Sousa, (1999a) *Os Municípios Portugueses e a Educação: Entre as Representações do Passado e os desafios do Presente*, in *Comunidades Educativas*, Colecção Minho Universitária, Braga: Livraria Minho.
- FERNANDES, António Sousa, (1999b). *Descentralização Educativa e Intervenção Municipal*, Revista Noesis, n.º 50, Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- FERNANDES, António Sousa, (2000), *Municípios e Escolas Normativização e Contratualização da Política Educativa Local*, in *Autonomia Contratualização e Município*, Braga: Centro de Formação de Associação de Escolas Braga/Sul.
- FERNANDES, Rogério (1978). *O pensamento pedagógico em Portugal*. Amadora: Biblioteca Breve, Instituto de Cultura Portuguesa.

- FERNANDES, Rogério (1979). *A Pedagogia Portuguesa Contemporânea*. Amadora: Livraria Bertrand.
- FERNANDES, Rogério (1992). *O Pensamento Pedagógico em Portugal*. Amadora: Bertrand.
- FERREIRA, Cândida Florinda (1934). *A Função Educadora da História*. Lisboa: Tipografia J. Avelino.
- FERREIRA, Cândida Florinda (1935). *A mulher Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Sociedade nacional da Tipografia.
- FERREIRA, Manuela (2004). «Agente gosta é de brincar com os outros meninos!» *As relações sociais entre crianças num Jardim-de-Infância*. Santa Maria da Feira: Edições Afrontamento.
- FILHO, A. Pimentel (1932). *Lições de Pedagogia Geral e de História da Educação*. Lisboa: Guimarães & C.<sup>a</sup>.
- FILHO, Aristóteles Gonçalves Leite. (1997) *Educadora de educadoras: trajetória e idèias de Heloisa Marinho Uma História do Jardim-de-Infância no Rio de Janeiro* (tese): Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Departamento de Educação Programa de Pós.
- FILHO, Luciano M.(2004). *A Infância e sua Educação*. Belo Horizonte: Autentica Editora.
- FILHO, M: B. Lourenço (1963). *Introdução ao estudo da Escola Nova*. São Paulo: Edições Melhoramentos.
- FINKELSTEIN, Barbara (1986). *La incorporación de la infancia a la História de la educación*. Madrid: Revista de Educación, n. 281, p.19-46.
- FIQUEMONT, J. Evrard (1958). *Jardins-de-Infância*. São Paulo: Livraria Editora Flamboyant.
- FONSECA, M.M. (2000). *A diversidade no Jardim-de-Infância: Estudo do Jardim-de-Infância de Carrazeda de Ansiães*. (Monografia Licenciatura em Educação de Infância). Chaves: Universidade de Trás-os-Montes e alto Douro.
- FORMOSINHO, Júlia (1996). *Modelos curriculares para a Educação de Infância*. Porto: Porto Editor.

- FORMOSINHO, Júlia [et all] (1996). *Educação Pré-escolar – A construção Social da moralidade*. Lisboa: Texto Editora.
- FOSSIER, Robert (1997). *La petite enfance dans l'Europe médiévale et moderne*. Toulouse : Presses Universitaires du Mirail.
- FRANÇA, José Augusto (1992). *Os anos vinte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.
- FREITAS, Marcos Cezar (2001). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora.
- GARCIA, José António (1989). *Mentalidad social y modelos educativos: la imagen de la Infância, la familia y la escuela através de los textos literários (1990-1930)*. Salamanca: Servicio de Publicaciones.
- GILBERT, Roger (1974). *As ideias actuais em Pedagogia*. Lisboa: Moraes Editores.
- GILES, Th. (1987). *História da Educação*. São Paulo: EPU.
- GOMES, Fátima C.(2000). *O Jardim-de-Infância de Chaves: Uma História da Educação na periferia*. (Monografia Licenciatura em Educação de Infância) Chaves: Universidade De Trás-os-Montes e Alto Douro.
- GOMES, J. Ferreira (1962). *A “L'École de l'Ermitage” de Ovídio Décroly*. Lisboa: Instituto de Estudos Psicológicos e pedagógicos.
- GOMES, J. Ferreira (1964). *Martinho de Mendonça e a sua obra pedagógica*. Coimbra: Instituto de Estudos Filosóficos, Universidade de Coimbra.
- GOMES, J. Ferreira (1967). *História da Educação*. Coimbra: Gabinete de Estudos e planeamento da Acção Educativa.
- GOMES, J. Ferreira (1977). *Um projecto de «Escola Infantil» Elaborada por um pedagogo português nos fins do século XIX*. Coimbra: Faculdade de Letras, Imprensa de Coimbra Limitada.
- GOMES, J. Ferreira (1977). *Dez estudos pedagógicos*. Coimbra: Livraria Almedina.
- GOMES, J. Ferreira (1980). *Estudos para a História da Educação no Século XIX*. Coimbra: Livraria Almedina.
- GOMES, J. Ferreira (1984). *Estudos de História e de Pedagogia*. Coimbra: Livraria Almedina.

- GOMES, J. Ferreira. et al., (1988). *História da Educação em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte.
- GONÇALVES, Luiz da C. G.(1937). *O problema da Educação nas suas relações com a família o Estado e a Igreja*. Coimbra: Coimbra Editora LDA.
- GONDRA, J. Gonçalves (2002). *História, Infância e Escolarização*. Rio de Janeiro: Sete Letras.
- GOUVÊA, M. C. Soares (2004). *O mundo da criança: A construção do infantil na literatura brasileira*. São Paulo: Editora Universitária São Francisco.
- GUIMARÃES, M. Alice (1974). *História da Educação*. Aveiro: Editorial Vouga;
- GULBENKIAN, Fundação Calouste (1993. *Encontro sobre Educação Pré escolar*), Lisboa.
- HABERMAS, Jurgen (1990). *O Discurso Filosófico da Modernidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- HAMAIDE, Amélie (1966). *La méthode Décroly*. Suisse: Delachaux et Niestlé;
- HAMIDO, Gracinda (1993). *Projecto de caracterização de Educação Pré-escolar – Actas do 1º Encontro Regional de Educação de Infância*. Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém/Fundação Calouste Gulbenkian.
- HEADLEY, e Foster (1967). *Jardim de Infância Princípios Gerais-Direção de atividade*. Rio de Janeiro: Ao Livro técnico SA.
- HECHINGER, M. Fred (1966). *Pré-School Education Today*. New York: Doubleday & Company.
- JULIA, Dominique [et all] (1996) *Histoire de l'enfance en Occident: Du XVIII Siècle à nos jours*. Tome 1 et 2. Paris : Editions du Seuil.
- KAMI, Constance (1996). *A teoria de Piaget e a Educação Pré-escolar*. Lisboa; Horizontes Pedagógicos.
- KAMI, Constance [et all] (1978). *O conhecimento físico na Educação Pré escolar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- KRAMER, Sónia (1982). *A política do pré-escolar o Brasil. A arte do disfarce*. Rio de Janeiro: Achiamé.
- KUHLMANN, Moysés (1998). *Infância e Educação Infantil – Uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Editora Mediação.

- KUHLMANN, Moysés (2002). *Os intelectuais na História da Infância*. São Paulo: Cortez Editora.
- LARROYO, Francisco (1970). *História geral da Pedagogia*. São Paulo: editora Mestre Jou.
- LEANDRO, Maria E.(1997) *Irene Lisboa* (Tese em Ciências da Educação: Área de Teoria e desenvolvimento curricular). Lisboa.
- LEITE, R. Pinto (1973). *Reforma do Sistema Educativo*. Lisboa: M.E.N.
- LENER, Delia (1995). *O ensino e o aprendizado escolar: argumentos contra uma falsa oposição*. In: *Piaget, Vygotsky: novas contribuições para o debate*. São Paulo: Ática.
- LEZINE, Irene (1982). *PsicoPedagogia da Primeira Infância*. Lisboa Publicações Dom Quixote.
- LIMA, A. (1924). *Educação Pré-Escolar, Educação Social*. Lisboa.
- LIMA, A. (1925). *A autonomia dos Educandos e as Associações Escolares: As solidárias*. Educação Social. Lisboa.
- LISBOA, Irene (1944). *Educação*. Lisboa: Seara Nova.
- LLOP, José M. B. (1996). *História de la infancia en la España contemporánea 1834-1936*. Madrid: Ministerio de trabajo y asuntos sociales.
- LOBROT, Michel (1980). *Os efeitos da Educação*. Lisboa: Edições 70.
- LUC, Jean N., Bardet, Jean P. [et all] (2003) *Lorsque l'enfant grandit*. Paris : Presses de l'université de Paris- Sorbonne.
- LUC, Jean Noel (1982). *La petite Enfance a l'ecole XIX – XX Siècles*. Paris : Institut National de Recherche Pédagogique.
- LURÇAT, Liliane (1976). *Uma escola Pré Primária*. Lisboa: Livros Horizonte.
- LUZURIAGA, Lorenzo (1967). *História da Educação e da Pedagogia*. São Paulo: Companhia Editorial nacional.
- LUZURRIAGA, Lorenzo (1977). *História da Educação e da Pedagogia*. São Paulo: Editorial nacional.
- LUZURIAGA, Lorenzo (1989). *História da Educação e da Pedagogia*. São Paulo: Companhia nacional.
- MACCIO, Charles (1993). *As ciências humanas em movimento. A humanidade perante as mudanças*. Lisboa: Instituto Piaget.

- MACEDO, H. Veiga (1955). *Grandes e pequenos problemas da Educação primária portuguesa*. Lisboa: Campanha nacional de Educação de Adultos.
- MACHADO, J. T. Montalvão (1972). *No II centenário da Instrução Primária 1772-1972*. Lisboa: Ministério da Educação Nacional.
- MACHADO, M. Lúcia (2002). *Encontros e desencontros em Educação Infantil*. São Paulo: Cortez Editora.
- MAGALHÃES, Justino (1996). *Fazer e ensinar História da Educação*. Braga: Universidade do Minho.
- MAGALHÃES, J. P. (1997). *Um contributo para a História da Educação de Infância em Portugal*. In: M. Pinto e M.J. Sarmiento (org). *As crianças: Contextos e identidades*. Braga: Universidade do Minho. Centro de Estudos da Criança.
- MAGALHÃES, Justino (2004). *Tecendo nexos. História das Instituições educativas*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco.
- MANACORDA, Mário (1989). *História da Educação: da antiguidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez.
- MARINHO, Heloísa (1967). *Vida e Educação no Jardim-de-Infância*. Rio de Janeiro: Conquista.
- MARQUES, Ramiro (1987). *A criança na Pré-escola. Efeitos e programas*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MARQUES, Ramiro (1988). *A prática Pedagógica no Jardim-de-Infância*. Lisboa: Livros Horizonte.
- MARROU, Henri Irénée (1966). *História da Educação na antiguidade*. São Paulo: Editora Herder.
- MATTHEWES, Goreth B. (1997). *A filosofia da Infância*. Lisboa: Edições do Instituto Piaget.
- MENDES, R. L. Rodrigues (1999). *Educação Infantil: as lutas pela sua difusão*. Belém: Unama.
- MIALARET, Gaston (1976). *A educação pré-escolar no mundo*. Lisboa: Moraes Editores.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1966). *Possibilidades educativas em Portugal (organização escolar portuguesa)*. Lisboa.

- MOLINS, Maria P. (1994). *Introducción a la educación infantil*. Barcanova.
- MOLL, Luís C.(1996). *Vygotsky e a Educação*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- MÓNICA, M<sup>a</sup> Filomena (1978), *Educação e sociedade no Portugal de Salazar (A Escola Primária Salazarista, 1926-1939)*. Lisboa: Presença.
- MONROE, Paul (1979). *História da Educação, Qualidades Pedagógicas*, volume 34. São Paulo: Companhia Editora nacional.
- MONTEIRO, José R. e Fernandes M. H. (1985). *A Educação e o Ensino no 1º Quartel do século XX*. Bragança: Instituto Politécnico de Bragança.
- MONTEIRO, José R., Ernesto Rodrigues et al., (2004). *Contrastes e transformações na cidade de Bragança 1974/2004.*. Bragança: Tipografia Arte Gráfica.
- MONTESSORI, Maria (1944). *A criança*. Lisboa: Portugália Editora.
- MONTESSORI, Maria (1965). *Ideas generales sobre mi método*. Buenos Aires: Editorial Losada.
- MORAIS, Maria Cândida (2002). *O Paradigma Educacional Emergente*. 8º Edição. Campinas: Papyrus Editora.
- MOREIRA, M. Vicente (1934). *Assistência e Educação maternais e infantis de uma zona pobre de Lisboa*. Lisboa: Revista Brotéria.
- MYERS, Robert G. (1992). *Um tempo para a Infância*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida.
- NARODOWSKI, Mariano (1994). *Infancia y poder: la conformación de la Pedagogia moderna*. Buenos Aires: Editora Aique;
- NAUD, Ithurbide, (1964). *Nouvelle Encyclopédie Pédagogique, Les Écoles Maternelles*. Paris: Presses Universitaires de France.
- NÓVOA, António (1992). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- NÓVOA, A. e Berrio J. Ruiz (1993). *A História da Educação em Espanha e Portugal*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação.
- NÓVOA, António (1993). *A imprensa de Educação e Ensino. Repertório Analítico (Séculos XIX e XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- NÓVOA, António (2003). *Educadores Portugueses*. Lisboa: Edições Asa.

- NÓVOA, António (2005). *Evidentemente. Histórias da Educação*. Lisboa: Edições Asa.
- Ó, Jorge R. (2003). *O Governo de si mesmo*. Lisboa: Educa Ciências Sociais.
- OCDE (1983). *L'Enseignement Obligatoire face à l'Évolution de la Société*. Paris: OECD.
- ORTIGÃO, Ramalho, ( ). *As farpas I. A geração de 70*. Lisboa: Circulo de Leitores;
- ORTIGÃO, Ramalho, ( ). *As farpas II. A geração de 70*. Lisboa: Circulo de Leitores.
- PASQUALE, H. et al., (SD). *Educadora na Escola Materna*. Porto Edições Salesianas.
- PEIXOTO, Augusto César de Magalhães, (1922). *Descentralização do Ensino Primário*. Lisboa: Imprensa nacional.
- PERRENOUD, Ph. [et al] (1974). *L'École à Quatre Ans: d'Une Nouvelle Image de l'Enfant à l'Education Compensatrice*, Cahiers du Service de la Recherche Sociologique. Geneve.
- PIAGET, Jean (1983). *A epistemologia genética*. São Paulo: Abril cultural.
- PINTASSILGO, Joaquim (1998). *República e formação de cidadãos. A Educação cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.
- PINTO, Cabral (1996). *A formação Humana no Projecto da Modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget.
- PIRES, L. Eurico [et all] (1989). *O Ensino Básico em Portugal*. Porto: Edições Asa.
- PONTE, Cristina (2005). *Crianças em Notícia. A construção da Infância pelo discurso Jornalístico 1970-2000*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- POPER, K.R. (1974). *Conocimiento Objectivo*. Madrid: Tecnos.
- POPER, K.R. (1974). *La Miséria del Historicismo*. Madrid: Alianza.
- POPER, K.R. (1977). *Busqueda sin termino*. Madrid: Tecnos.
- POPER, K.R. (1977). *La lógica de la investigación científica*. Madrid: Tecnos.
- POPER, K.R. (1979). *La Société Ouvert et ses Ennemis I. L'Ascendent de Platon*. Paris: Seuil.

- PROENÇA, M. Cândida (1997). *História, Regeneração e República, Materiais para Professores*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- PROENÇA, M. Cândida (1998). *O sistema de Ensino em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- PROENÇA, M. Cândida, Manique, A. P. (1994). *Didáctica da História. Património e História local*. Lisboa: Texto Editora.
- PROGRAMAS RENOVADOS DE EDUCACIÓN (1981). *Preescolar y Ciclo Inicial*. Madrid: Editorial Escuela Española.
- QUELUZ, Ana Gracinda, (1984). *A pré-escola Brasileira*. São Paulo: Série Cadernos de Educação, Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, Livraria Pioneira Editora.
- RAMOS, J. Deus (1940). *A criança em Portugal antes da Escola Primária*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- RAMOS, João de Deus (1936). *Era uma vez um colégio*. Lisboa: Tipografia Henrique Torres.
- RAMOS, João de Deus (1939). *A criança em Portugal antes da Escola Primária*. Lisboa: Livraria Bertrand.
- RAPOSO, Nicolau de Almeida Vasconcelos. (MCMLXXXV) *O contributo do método de João de Deus para Educação Pré-Escolar*. Lisboa: MCMLXXXV.
- RESENDE, José Manuel (2003). *O engrandecimento de uma profissão. O professor do Ensino Secundário Público no Estado Novo*. Coimbra. Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROCHA, Eloisa Acires Candal (1999). *A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma Pedagogia*: UFSC- Centro de Ciências da Educação Núcleo de Publicações.
- RODRIGUES, Britaldo (1980). *Perspectivas para o ensino em Portugal*. Lisboa: Editorial Progresso Social e Democracia, S.A.R.L.
- ROUSSEAU, J. J. (1979). *Emílio ou da Educação*. Rio de Janeiro: Difel.

- RUFINO; César et al., (2003). *Para uma História da ReEducação e Assistência a Menores em Portugal e no Brasil nos séculos XIX e XX: Discursos e Instituições*. Lisboa: Educa.
- RUMINA, Branca (1932). *As crianças e a nação*. Junta Geral do Distrito de Lisboa, Instituto Clínico: Tipografia Sousa Neves.
- RUSK, R. Robert (1933). *A History of Infant Education*. London: University of London Press.
- SACADURA, Costa (1939). *Dois problemas de assistência*. Lisboa: Imprensa Médica.
- SAMPAIO, J. Salvado (1968). *O Ensino Infantil em Portugal*. Boletim Bibliográfico e Informativo N.º 8. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian Centro de Investigação Pedagógica.
- SAMPAIO, J. Salvado (1973). *Evolução do Ensino em Portugal*. Lisboa Instituto Gulbenkian de Ciência.
- SAMPAIO, J. Salvado (1975). *O Ensino Primário 1911-1969*, Contribuição Monográfica, Volume I, 1.º Período – 1911-1926. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência.
- SAMPAIO, J. Salvado (1976). *O Ensino Primário 1911-1969*. Volume I 2.º Período – 1911-1926 Lisboa: Instituto Gulbenkian da Ciência.
- SAMPAIO, J. Salvado (1976). *O Ensino Primário 1911-1969*. Volume II 2.º Período – 1926-1955. Lisboa: Instituto Gulbenkian da Ciência.
- SAMPAIO, J. Salvado (1977). *O Ensino Primário 1911-1969*, Contribuição Monográfica, Volume III, 3.º Período – 1955-1969. Lisboa: Instituto Gulbenkian de Ciência.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres (1991). *A Educação Infantil: Cadernos de Inovação Didáctica*.
- SANTOS, Alves (1921). *Um plano de reorganização do Ensino Público*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- SANTOS, Arquimedes (1993). *Do método de João de Deus à formação de Educadores de Infância*. Lisboa: E.S.E. João de Deus.
- SANTOS, Boa Ventura de Sousa (2001). *Um discurso sobre as ciências*. Porto: 12ª edição, Edições Afrontamento.

- SARAIVA, J. Hermano (1983). *História de Portugal – 1640 – Actualidade*. Lisboa: Publicações Alfa.
- SARMENTO, Pereira, M.T. (1999). *Percursos Identitários de Educadoras de Infância em Contextos diferenciados: Cinco histórias de vida. Dissertação de Doutoramento em Estudos da criança*. Braga: Universidade do Minho, Instituto de Estudos da criança.
- SAUNIER, Francis (1970). *Em defesa da criança*. Lisboa: Editorial Pórtico.
- SÉRGIO, António ( ). *Sobre Educação primária e infantil*. Lisboa: Editorial “Inquérito”.
- SÉRGIO, António (1939). *Educação Primária e Infantil*. Lisboa: Cadernos Culturais Editorial Inquérito Lda.
- SILVA, Agostinho (1939). *O método Montessori*. Lisboa: Cadernos Culturais Editorial Inquérito Lda.
- SILVA, Manuela [et al] (1981). *Sistema de ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- SIMÕES, Maria F.(1977). *O método Montessori. Análise crítica de alguns aspectos*. Separata da Revista Portuguesa de Pedagogia, Ano XI – 1977. Coimbra: Imprensa de Coimbra.
- SOARES, Natália Fernandes (1998). *Outras Infâncias... A Situação Social das Crianças atendidas numa Comissão de protecção de menores*. Braga: Instituto de Estudos da criança Universidade do Minho.
- SOUSA, Francisco P.(1997). *Educação Pré-escolar: Benefícios e Limites. Caracterização da situação em Portugal*. (Mestrado em Economia e Política Social. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão.
- SPODEK, Bernard (2002). *Manual de Investigação em Educação de Infância*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TAMEN, Isabel e Silva Manuel (1981). *Sistema de Ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TEODORO; António (1976). *Perspectiva do ensino em Portugal*. Porto: Cadernos o professor.

- THOMPSON, E. P.(1981). *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar.
- TOURAINÉ, Alain (1992). *Crítica da Modernidade*. Lisboa: Instituto Piaget;
- TUCKMAN, Bruce W (2005). *Manual de investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ULIVIERI, Simonetta. (1986). *Historiadores y sociólogos en busca de la infancia: apuntes para una bibliografía razonada*. Madrid: Revista de Educación. , n.281, p.47-86.
- VÁG, O, (1991). *La investigación en la Historia de la educación preescolar. Algunos asuntos a debatir*. História de la Educación.
- VALADA, Rui (SD). *Sobre o futuro das nossas Instituições de Ensino*. Lisboa: Editora Gráfica.
- VASCONCELOS, Teresa Maria (1997). *Ao redor da mesa grande – A prática educativa de Ana*. Porto: Porto Editora.
- VIEGAS, José Manuel Leite (1998). *Portugal, que modernidade?* Oeiras: Celta Editora 2ª edição.
- VIEIRA, José Luandino (1997). *A cidade e a Infância*. Lisboa: Edições 70.
- VIEIRA, Maria Pilar de Araújo et al (1989). *A pesquisa em história*. São Paulo: Ática.
- VILARINHO, E.(2000). *Políticas de Educação Pré-escolar em Portugal (1977-1997)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.
- VILHENA, Isabel F. (2002). *Institucionalização da Educação Pré-escolar em Portugal 1880-1950*.Lisboa:Universidade de Lisboa Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação.
- VYGOTSKY, I.S. (1994). *Obras Escogidas Vls. I, II, III*. Madrid: Visor.
- WALLON, Henri (1975). *Psicologia e Educação da Infância*. Lisboa: Biblioteca de Ciências Pedagógicas.
- ZABALZA, Miguel A. (1987). *Áreas, médios y evaluación en la educación infantil*. Madrid: Narcea Ediciones.
- ZABALZA, Miguel A. (1998). *Qualidade em Educação Infantil*. Porto Alegre: Artmed.

ZORRO, A. Maria (1966). *Carneiro Pacheco, Um homem de fé e o pensamento da revolução nacional*. Lisboa: Edições Panorama.

## **ANEXOS**



**Anexo I: Escolas e secções infantis existentes ou que existiram em Portugal até 1926.**

Cidade	Nome	Escolas Infantis (EI) Secções Infantis (SI) Classes preparatórias (CP)	Edifício	Data da criação	Data dos dados
<b>Porto</b> (1) (Inspeção do Círculo Escolar do 2º Bairro do Porto)	Foz do Douro	2 EI	Próprio	9-1-1915	15-03-1926
	Cedofeita	5EI	Arrendado	9-1-1915	
	Lordelo do Ouro	6EI	Arrendado	9-1-1915	
<b>Lisboa</b> (Inspeção do Círculo Escolar do 1º Bairro de Lisboa)		4 SI			11-3-1926
	Patronato	1 EI		2-10-1923	
<b>Bragança</b>		1EI	Arrendado da Câmara Municipal)	6/11/1915	13-03-1926
<b>Leiria</b>	1CP “1 classe preparatória nos termos do art. 5 do Decreto lei nº.5787 a correspondente à 3ª secção das Escolas Infantis. [...] aproveito o ensejo para informar que estão iniciados os trabalhos de construção de um Jardim- Escola em Leiria” (Inspector Escolar)			12-2-1925	13-03-1926
<b>Aveiro</b>	Nº1	1EI“4 salas de aula”	Edifício do Estado	1-4-1916	20-8-1916
	Nº2	1EI“4 salas de aula	Edifício do Estado	11-5-1917	
	Nº.2	1CP		26-10-1925	

	Nº.13	1CP		15-12-1923	
	Nº.16	1CP		2-11-1925	
	Nº.22	1CP		15-12-1923	
	Nº.33	1CP		1-2-1924	
	Nº34	1CP		1-2-1924	
	Nº.35	1CP		10-10-1924	
	Nº.37	1CP		25-2-1924	
	Nº.38	1CP		11-1-1924	
	Nº.45	1CP		31-10-1925	
	Nº46	1CP		31-10-1925	
	Nº.49	1CP		15-12-1923	
	Nº.50	1CP		10-10-1925	
	Nº.67	1CP	Edifício próprio	5-4-1924	
<b>Lisboa</b> (Inspeção do Círculo Escolar do 2º Bairro de Lisboa)	Nº7	1SI	Nenhuma funciona em edifício próprio.	30-3-1926	
	Nº14	1SI			
	Nº42	1SI			
<b>Lisboa</b> (Inspeção do Círculo Escolar do 4º Bairro de Lisboa)	7 SI que funcionam em escolas primárias			19-8-1926	
Braga	S. João do Souto	1EI	Edifícios das antigas escolas, em salas e anexos adaptados	Depois de 20 de Março e 1920	19-3-1926
	S. Lázaro	1EI			
	S. Vítor	1EI			
	Maximinos	1EI			
	Real	1EI		1-10-1924	
	Junto ao Colégio dos Orfãos	1 SI	Dependências do colégio dos Orfãos	17-11-1925	27-4-1926
Torres Novas		2 CP	Edifício da Escola Primária Central	19/1/1923	18/3/1926

São Pedro do Sul	“..não existem nem nunca existiram embora a sua falta se faça sentir na educação das respectivas crianças”	17-4-1926
Guimarães	Algumas CP sem referir o número que funcionam em escolas nos termos do disposto do art.5 do Decr. 5.787A	15-3-1926
Arcos de Valdevez	“Aproveito, porém o ensejo de manifestar a V. Ex <sup>a</sup> a necessidade da criação de uma Escola Infantil (3 <sup>a</sup> classe) na escola central desta vila, começando a funcionar desde que se consiga instalação, mobiliário e material, para o que conto com a auxiliar e boa ajuda da Câmara Municipal deste Concelho”	11-3-1926
Coimbra	“...neste círculo escolar, não existe nenhuma escola ou secção infantil, a não ser o Jardim Escola João de Deus, em Coimbra”	11-3-1926
Alcobaça	“a) Neste círculo só existe o Ensino Infantil ministrado no Jardim Escola João de Deus, com edifício próprio, desde 1914. b) Em nenhuma outra escola há secção infantil [...] d) Estão matriculadas 52 crianças, que recebem duas refeições na respectiva cantina”	13-3-1926
Figueira da Fo	“...neste círculo escolar existe nenhuma Escola Infantil, nem junto das escolas primárias funciona qualquer curso com essa denominação. Há apenas nesta cidade da Figueira da Foz um Jardim Escola João de Deus, mas de iniciativa particular, sendo as despesas respectivas pagas por uma comissão. Funciona em edifício próprio O Pessoal contratado pela comissão	17-3-1926
Vila Franca de Xira	“...cumpre-me informar de que neste círculo não há nenhuma Escola Infantil, existindo apenas uma secção infantil recentemente criada no Instituto Feminino de Educação e Trabalho de Odivelas, a qual ainda não funciona”	13-3-1926
Anadia	“As respectivas Câmaras reconhecem a estrema importância dessas escolas..... e centros de maior população mas não pode promover a sua criação por falta de casas apropriadas para a sua instalação, mobiliário e material de ensino”	12-3-1926

Fonte: AHME, Caixa 3475.

**Anexo II: Número de Escolas e Secções Infantis, alunos e professoras entre 1926 e 1937 em Portugal.**

Ano Lectivo	Escolas ou Secções Infantis	Alunos	Professoras
1926/27	55	2784	83
1927/28	58	2944	91
1928/29	47	3507	92
1929/30	34	3346	90
1930/31	66	3800	91
1931/32	65	4134	100
1932/33	*	3857	94
1933/34	*	3782	94
1934/35	*	2909	80
1935/36	*	2748	77
1936/37	43	3032	76

Fonte: *Anuário estatístico de Portugal* (1926/27 a 1926/37)

\*Não há dados sobre o número de Escolas ou Secções Infantis).

### **Anexo III: Relatório do Inspector Escolar Augusto Ladeiro**

Acta da Sessão Ordinária da Comissão executiva da Câmara Municipal de Bragança, realizada dia 14 de Março de 1917, onde consta o Relatório da Visita efectuada pelo Inspector do Círculo Escolar de Bragança (Augusto Ladeiro) às Escolas Infantis do Porto.

(Livro de Actas nº 20 dos anos 1916-1917, fls.150 frente a 163 frente) que se encontra no Arquivo da Câmara Municipal de Bragança.

Acta da sessão ordinária da comissão executiva da Câmara Municipal do concelho de Bragança, celebrada em 14 de Março de 1917.

Presidência do respectivo presidente, Dr. Carlos Alberto de Lima e Almeida, secretariado pelo vogal vice-secretário Dr. José Alandino Nunes, estando também presentes os vogais efectivos Srs. Luís José de Ramalho, Artur José da Costa e Marcelino António Fernandes faltando os restantes não mencionados.

Sendo doze horas do indicado dia catorze de Março de mil novecentos e dezassete, o Sr. Presidente, em nome da lei, declara aberta a sessão e a seguir repôs que, por virtude dos muitos serviços que nesta época correm pela secretaria – recenseamentos militares e o eleitoral, não estava lavrada a Acta da sessão anterior, ia por isso passar-se à leitura e apreciação da seguinte.

#### **Correspondência**

Foi presente um ofício expedido em 8 de Fevereiro do ano corrente sob os nºs 96 e 183. L B.1, pelo inspector do Círculo Escolar com sede nesta cidade, ofício que é assim redigido: “ Respondendo ao assunto constante do ofício nº489, de V. E, do dia 8 de Novembro de 1916, e para cabal cumprimento do que por V. Ex.<sup>a</sup>. É solicitado no mencionado ofício, tenho a honra de remeter a V. Ex.<sup>a</sup>. o incluso Relatório, acompanhado de sete documentos – acerca da forma como desempenhei a comissão de serviço de que fui superiormente incumbido por ocasião da visita de estudo às escolas infantis do Porto, em Janeiro último (1917). Da forma como foi apreciado o meu trabalho pela Ex.<sup>a</sup>. Comissão mui digna presidência de V. Ex.<sup>a</sup>. – espero que depois de previamente estudado e devidamente ponderado e discutido se digne dar-me conhecimento – Saúde e Fraternidade.

O Inspector(a) Augusto Ladeiro: - Segue o citado Relatório acerca da Comissão de serviço desempenhado pelo Inspector escolar de Bragança – “ Augusto Ladeiro – por ocasião da visita às escolas infantis do Porto, em Janeiro de 1917. «Le premier devoir d'une etad est de s'occuper et protéger l'éducation et instruction de la jeunesse» Luther. Pela descentralização do Ensino Primário em Portugal, foram chamados a cooperar directamente no importantíssimo problema do desenvolvimento da Instrução as Câmaras Municipais, cabendo-lhe especialmente a parte administrativa do ensino onde poderão prestar bons serviços à causa da instrução. Nesta ordem de ideias tem a actual vereação da Câmara Municipal de Bragança procurado, dentro dos seus limitados recursos, satisfazer o fim que o dever lhe impõe, no melhor desejo de acertar, tomou

a deliberação constante do ofício número 489, de 8 de Novembro de 1916, adiante transcrito, solicitando da Inspeção Escolar para que, em comissão, o respectivo Inspector fosse ao Porto visitar algumas escolas infantis, a fim de orientar depois o pessoal nomeado em sessão de 8 de Novembro de 1916 para a nova escola infantil de Bragança, acerca da execução dos programas, horários e disciplina a ministrar às crianças, etc., em harmonia com o regulamento e orientação seguida nas escolas infantis do Porto, a qual é diferente da que é seguida em escolas idênticas que conheço no estrangeiro.

Esta deliberação, assas honrosa para a digna Comissão Executiva da Câmara Municipal de Bragança não poderia ter efectividade, se não fora a boa vontade das estações superiores, sempre sollicitas em anteriores causas justas, mormente quando como no caso sujeito se beneficia a instrução. Assim por despacho do Exmº Ministro de Instrução Pública de 22 de Dezembro de 1916, foi autorizado o Inspector escolar de Bragança a ir ao Porto visitar as escolas infantis daquela cidade, conforme consta dos ofícios da Repartição de Instrução Primária, número 25 do livro quinto folhas 256 e 256 (16), respectivamente de 22/ 12/1916 e 3/1/1917, de que se junta cópia, bem como dos ofícios de referência.

Deferido o pedido solicitado pela Câmara e obtida a competente autorização do Exmº Ministro da Instrução Pública, parti para o Porto onde fui muito bem recebido pelo meu colega e pelo Exmº. Director e corpo docente da Escola de Ensino Normal daquela cidade, – estabelecimento de ensino que muito honra a Instrução nacional, – facultando-me todos os esclarecimentos necessários, chegando mesmo a gentileza do ilustre Director da Escola Normal Henrique Santana, a franquiar-me repetidas visitas às salas de classe da E. Normal, e mais insistentemente às classes da Escola Sueca, Infantil – Modelo, - anexa também à referida escola. Na Escola Normal do Porto faz-se ainda sentir a falta de balneários e jardins espaçosos, melhoramentos estes que, uma vez obtidos, rivalizará a escola com muitas suas congêneres das melhores no estrangeiro. Além da Escola Infantil modelo, anexa à Normal funciona a Escola Infantil da Praça da Alegria, instalada num edifício próprio recentemente construído e onde funcionam seis professoras com outras tantas classes de escola infantil. Tudo aqui se encontra agradavelmente bem distribuído e disposto. O edifício de estilo português é dum lindo efeito tanto interior como exteriormente, cuja despesa segundo informações colhidas, foi superior a 15.000\$00.

Plantas, vasos com flores servem de ornamento nas salas de entrada na escola e no salão onde com elas se misturam as crianças – mimosas flores do jardim de infância todas alegres e buliçosas com seus bibes brancos, quais inquietas borboletas que jamais se cansam. Nesta escola funciona uma cantina que distribui diariamente um lanche (pão e leite) às crianças, das 11 horas e 30 minutos às 13h.

A mesma escola tem bebedouros higiênicos modernos fonte higiênica de jacto ascendente conforme preceitua o Decreto n 2.947 de 2 Janeiro de 1917, funcionando como os da Escola Normal com filtros sistema Pasteur. Possui instalações para banhos e duches, bem como objectos de jardinagem, carrinhos, arcos, enchadas e pás para as crianças.

Visitei também a Escola Infantil de Costa Cabral, instalada no Palacete Mourisco situado num espaçoso jardim particular o qual, além de servir para recreio, é também utilizado para brincar ali as três classes da mesma escola debaixo das copadas árvores do parque nos lindos dias da primavera e estio.

Visitei ainda o edifício da Escola Infantil da Foz do Douro situado no vasto jardim do Passeio Alegre, à beira mar, e que é de tipo idêntico ao da Praça da Alegria, sendo utilizado na época das férias do verão para colónia balnear marítima.

A minha impressão acerca da visita às Escolas Infantis do Porto, veio confirmar de uma forma indestrutível a opinião que anteriormente já tinha formado acerca do mesmo assunto, desde que durante o meu estágio no estrangeiro em 1907-1908 a 1909, me dediquei algum tempo ao estudo deste problema nas escolas infantis da Suíça, como poderá ver-se no relatório que apresentei à Direcção Geral de Instrução Pública, após o meu regresso em 9 de Julho de 1909.

A existência da escola infantil impõem-se no momento presente como uma necessidade inadiável, mormente num meio em que a população vá além de 1000 habitantes, e entendo que deverá desde já ser decretada a criação de escolas infantis em todas as localidades de população superiores a 3000 habitantes, para o que era preciso também uma escola infantil modelo, junto de cada Escola Normal, pois que a escola infantil é, por assim dizer, a continuação da materna aperfeiçoada, atenta a falta de preparação relativa que infelizmente existe ainda na mulher portuguesa, representando a escola infantil a transição entre a família e a escola primária propriamente dita, servindo aquela de preparação para esta, e ainda porque está hoje cientificamente provado e pedagogicamente demonstrado que a instrução deve principiar de «bonne heures» e portanto na tenra idade, pela escola infantil.

A pedagogia como facto é tão velha como o mundo – diz algures – da data desde o dia em que a primeira mãe sorrindo ao primeiro filho, o ensinou a balbuciar os primeiros sons da voz humana, embora em seu idioma rudimentar.

Porém a história da pedagogia da escola infantil, não obstante ter sido tratada por diversos pedagogos, tão importante assunto, pode dizer-se que é recente, por ser uma instituição relativamente moderna, visto que a sua realização prática data dos últimos 20 anos, tendo-se acentuado mais depois de 1900, e, em Portugal, pode dizer-se que há uns dois anos apenas.

A lei de instrução primária manda guardar, e assim é preciso, absoluta neutralidade em matéria religiosa. Nos temos a máxima veneração pelo foro íntimo da consciência, e para que as nossas crenças sejam respeitadas pelos outros, temos também pelas dos outros demais profundo respeito quanto ao que é desconhecido – ignora-se – e o que se ignora não se discute.

.....

O que não se compreende é como haja criaturas que pretendam amesquinhar e confundir a bela e generosa ideia da fundação e funcionamento das escolas infantis onde os pequeninos são tratados com o verdadeiro carinho natural. Não se acredita, a não ser que seja por verdadeira ignorância motivada pela novidade do assunto, questões de mesquinho interesse ou mera fantasia.

Seja, porém como for a verdade é que em breve os factos hão-de provar quanto esta alevantada ideia da escola infantil é carinhosamente bela, sublime e proveitosa para a sociedade. Em todos os tempos, as ideias novas tiveram sempre os seus combatentes, os seus mártires e os seus heróis. Mas o mundo marcha e o progresso não pára.

Pensou-se outrora que a criança não poderia aprender antes dos 7 anos. Isto levou a descurar a sua educação na tenra idade, durante muito tempo.

Na Bélgica, Inglaterra, França, etc., existiam asilos a que chamavam – *garderies* – verdadeiros, mas quase inúteis viveiros, onde as crianças, não sendo ensinadas mas simplesmente guardadas.

Em Portugal tivemos também, se é que não temos ainda, alguns exemplares daquele género. A creche seria um modelo de internato mais aproximado deste género, se não fosse a diferença na idade e permanência no local. No entanto é frequente haver quem confunda creche com asilo e até ainda o que é mais grave, escola infantil com Jardim-escola «João de Deus».

Froebel, qual novo Arquimedes, numa das belas noites do estio de 1840, encontrou o nome – Jardim de Infância – com que designou a genial ideia da transformação do antigo asilo «*garderie*» na forma que acabava de dar a tão simpática instituição, que não era mais que a resultante da prática do seu longo e aturado estudo.

Sublime ideia! As crianças seriam os arbustos do seu jardim ideal, A professora a jardineira das tenras plantas humanas, a educação as flores e a instrução os frutos abençoados daquela sementeira, sementeira sagrada. Foi tão feliz na escolha do tema como na realização do assunto e, bem mais feliz do que os seus antecessores: Comenius, Rousseau, René Gerard e Pestalozzi, mesmo que Bernardieu de Saint Piére, Montaigne, e Rabelais, e ainda que os filósofos e pedagogos da antiguidade – Aristóteles, Seneca e Platão, que na execução de tão alevantada ideia, pois que havendo estes trabalhado também pela mesma causa, no mesmo campo e em prol do mesmo ideal, não chegaram contudo ao resultado desejado a que chegou Froebel o preconizador da escola infantil, podendo no entanto ser considerados como seus percursores espirituais, todos aqueles sábios e pensadores filósofos e pedagogos que precederam Froebel e nos quais este se inspirou.

A criança deve encontrar-se na escola infantil cercada de todos os carinhos e afectos que inicialmente, – com a abnegação e generosidade que caracterizam a mulher, a professora, uma segunda mãe, como tal amavelmente lhes dispensará. É preciso tornar-se pequeno entre os pequenos, pensar como criança para se fazer compreender pelas crianças. É por isso que, como muito bem disse um grande espírito «Vítor Hugo», a arte de ensinar como a de governar os povos, é a mais difícil de todas.

São numerosos os requisitos a que Jean Baptiste de la Sale chama virtudes, indispensáveis ao bom educador. Assim diz que o professor deve ser grave, silencioso, humilde, prudente, sábio, paciente, moderado, discreto, modesto, generoso, vigilante e piedoso possuindo zelo, suavidade e doçura, devendo ainda ser jovial e alegre de forma a inspirar amor e afeição às crianças.

O professor deverá ser bom, sem moleza e quando se torne preciso, austero sem violência, não empregando em caso algum castigos corporais, que aviltam e não educam o que de há muito estão condenados por serem um péssimo meio de educação, pois que, além de combaterem a sensibilidade corrompem o carácter e endurecem o coração da criança. O professor, embora ame verdadeiramente os seus alunos, como deve, isso só não basta. É preciso conseguir fazer-se amar sinceramente por eles, para o que é necessário provar-lhe praticamente com exemplos a sua estima e afeição. Uma vez conseguida a afeição mútua entre professor e alunos, os bons resultados são quase certos e seguros.

Instintivamente a criança é essencialmente imitadora, por tal motivo só se lhe devem apresentar bons modelos e sobretudo excelentes exemplos. As crianças julgam mais pelos exemplos que pelas razões que se lhe apresentam, são mais sensíveis às acções que às palavras, aos exemplos que às regras que se lhes repetem. Por isso o exemplo é o educador por excelência. Tem uma grande influência em todas as idades mas, principalmente na infância, é mais forte, pois que é o momento em que as impressões são mais profundas. As primeiras noções que a criança recebe são talvez as mais belas da sua vida, sendo quase por assim dizer – imortais – a criança grava-as e não as esquece jamais, como muito bem define em versos sublimes o nosso genial poeta Guerra Junqueiro: «As almas infantis são brancas como a neve.

São pérolas de leite em urnas originais:

Tudo quanto se grava e quanto ali se escreve cristaliza em seguida e não se apaga mais»

(da velhice do padre eterno, páginas 121 G. Junqueiro).

E tanto isto assim é que o lugar onde a criança abrir os olhos às primeiras impressões, a casa onde nasceu, a sala da escola que os seus olhos primeiro viram, a aldeia onde passou os primeiros anos da sua infância, finalmente, tudo que nesta idade mais de perto a cercou, é geralmente pela vida fora o ideal mais belo que a sua imaginação possui, e tudo isto devido talvez a que estas foram as suas primeiras impressões. Decorreu o tempo, a criança de ontem fez-se o homem de hoje – viajou, viu coisas maravilhosas, umas formadas pela natureza, outras transformadas e embelezadas pela mão do homem. Conheceu do mundo os seus encantos e os seus prazeres e com eles também os seus vícios e os seus defeitos. Fez depois a comparação do seu passado de infância que vê à distância como um doce sorriso de criança, com seu presente cheio de desilusões e carregado de responsabilidades! E nesta ordem de ideias é ainda a imagem das suas primeiras impressões, a lembrança sempre saudosa da sua infância que nomeio do turbilhão da existência vem trazer-lhe as mais gratas recordações da sua vida.

Eis portanto baseado no facto que venho de referir, justificado um dos múltiplos motivos por que – além das circunstancias altamente importantes de ordem higiénica e pedagógica que em todos os casos devem ser postos em prática – se recomenda e até modernamente a lei deveria exigir que os edifícios escolares, principalmente os destinados a escolas primárias e muito especialmente infantis, se salientassem pelo bom gosto da sua arquitectura que, muito embora de um estilo simples, fosse todavia artístico e a sua execução primorosa de uma correcção primorosa de maneira a despertar nas faculdades nascentes da criança o verdadeiro sentimento estético do

bom e do belo! É preciso não esquecer que é necessário reunir o útil ao agradável e que nas regiões do norte do país, é indispensável que as condições higiénicas e pedagógicas dum boa ventilação, superfície, reposição e iluminação, se reúnam também as do aquecimento artificial. A mobília e material escolar em condições higiénicas e pedagógicas e em quantidade suficiente para as necessidades do ensino completariam o quadro, e junto da escola se instituisse a cantina escolar com assistência aos seus alunos. Eis o passo mais importante para a extinção do analfabetismo, se a tudo isto juntarmos a competência do pessoal ensinante bem habilitado, bem seguido poder-se-ia decretar imediatamente o ensino obrigatório com todas as penalidades para os que faltassem, logo que houvesse escolas em número suficiente.

No entanto, a casa da escola confortável, ardente e alegre, mobilada com material apropriado, cómodo e variado no meio de uma tépida atmosfera, tudo disposto com decência e arte, atrairia necessariamente a criança para a escola, dispondo-a a instruir-se e educar-se livre e espontaneamente. É inegável que esta série de circunstâncias, auxiliaria certamente o ensino, pois já Fenelon dizia: «Tudo que alegria a imaginação facilita o estudo». E assim é.

Devemos, porém procurar pôr o aluno à vontade, banindo os velhos métodos que obrigavam o aluno a posições forçadas a aceitar como verdade axiomática todas as regras, cujos termos empregados, embora exactos, poderão não corresponder à ideia que o aluno forma. Por isso é preferível guiar apenas e deixar operar livremente o aluno, pois que o aluno deverá fazer sempre um trabalho pessoal por ser este o único meio educativo que pode tornar possível um trabalho original.

O homem deve ser servidor e intérprete da natureza. Só a observação e experiência conduzem ao verdadeiro conhecimento dos objectos e o melhor estudo provem, portanto, da observação directa da natureza.

Animemos a criança desde o berço e segundo a lei natural, tomemos para modelo de mestre a mãe. Vejamos como ela sorri contente para o filho querido que começa a balbuciar os primeiros sons – «é a primeira lição da escola maternal». Todo o aspecto do seu coração, toda a ternura da sua alma são para o pequenino que sorri cedo de a ver sorrir e que mesmo inconscientemente vai imitando já todos os seus gestos, pondo em acção os sentidos.

A criança vê, ouve e sente, sem saber falar, compreende, porque já sabe sentir. Logo os sentidos da criança são as primeiras faculdades a porem em actividade. (Vide Método Madame Montessori). Os objectos vêm sempre primeiro que as palavras, este o grande principio que a ordem natural das coisas nos indica e que o bom educador jamais perderá de vista.

Não são as bonitas palavras que interessam a criança, por mais belo que seja um discurso não prendera a sua atenção sempre movediça, porem, uma coisa real, um facto concreto que lhe fale aos sentidos, pode ser para ela objecto de curiosa atenção e ate de entusiasmo. A criança é geralmente activa, curiosa e imitadora. Fale-se-lhe de preferênciam aos sentidos à vista das próprias coisas e não das suas imagens ou sinais que os representam, exercitando-se-lhe de preferênciam a memoria das coisas, bem mais sólida e duradoira que a memoria das palavras, estéril e abstracta e ate certo ponto absurda. É preciso ter também em atenção não fatigar o espírito da criança,

variando-se-lhe constantemente o assunto porque a suavidade do trabalho e por assim dizer um repouso.

Deverá haver o maior cuidado possível na forma de repor as primeiras noções a criança, as quais devem ser sempre justas, claras, precisas e verdadeiras, agradáveis na forma e belas no seu conjunto, de modo a despertar-lhe a curiosidade, o interesse e a atenção.

O que mais interessa à criança não são as letras e os algarismos, – sinais abstractos que nada dizem à inteligência da criança – mas ao contrario, a natureza e dentro dela especialmente tudo que mais de perto a rodeia e mais directamente a impressiona como sejam a família, a sua casa, a escola, os seus condiscípulos, etc. A criança gosta de falar de tudo que consigo mais se relaciona, de um passeio que deu de um jardim que conhece ou de um companheiro mais íntimo. Neste sentido basta simplesmente dirigi-la no assunto ao ponto desejado, iniciando-a assim na aprendizagem e desenvolvimento da língua materna.

Especialmente o primeiro ensino deve ser objecto de meticulosos cuidados. Antes de ensinar a criança a ler é preciso ensina-la a ver, – pois que ensinar é saber escolher nada de abstracções, seguir e imitar sempre, tanto quanto possível a natureza nas suas linhas gerais. E senão vejamos como a criança fala antes de conhecer as letras, conta sem conhecer os algarismos e canta antes de saber o que são as notas! As letras, os algarismos, as notas musicais, são os sinais abstractos da leitura, do cálculo e da música, que devem ser postos de parte pela sua avidez nas primeiras noções a dar à criança. Por esta razão não deve haver livro na escola infantil, especialmente nos primeiros tempos, principalmente no grau inferior, substituindo tudo sempre que seja possível por exercícios práticos subindo do exercício à regra pelo exemplo.

O maior livro é o mundo, a melhor mestra a natureza e a melhor escola a vida. Quer dizer poucas regras e quase ausência de livros. A natureza e os exemplos em tudo, vão revelando por muito tempo as crianças que como as aves amam a liberdade o ar e a luz.

Precisamos formar as gerações novas orientando-lhes o espírito com métodos práticos de observação e experiência, fazendo das crianças de hoje os cidadãos conscientes de amanhã, livres e independentes. Para isto é necessário criar um meio social inteiramente novo, onde a pontualidade, a disciplina, a energia, o habito do trabalho, o espírito da iniciativa e independência se façam sentir eficazmente de uma forma precisa e definida, reagindo energicamente contra as nossas tradicionais tendências por natureza opostas.

O objecto do ensino infantil é comum para as crianças dos dois sexos dos 4 aos 7 anos de idade, sendo a coeducação dos sexos o regime preferido nestas escolas, onde o ensino devesse limitar-se as matérias constantes do artigo sexto do Decreto e respectivo regulamento de 23 de Agosto do mesmo ano, nos termos do Decreto numero 2.887 de 5 de Dezembro de 1916.

O ensino infantil não é obrigatório, mas facultativo. Porém, esta faculdade impõe o dever de mandar a criança a escola desde que o encarregado da sua educação se apresente a matricula-la.

O recenseamento das crianças de 4 a 7 anos de idade nas duas freguesias de que a cidade de Bragança se compõe, acusa presentemente 385. Este número justifica bem a criação e existência de escola infantil em Bragança e, se este ensino fosse obrigatório, seriam precisos 10

professores pelo menos para ministrar o ensino a outras tantas classes infantis. Mercê da iniciativa particular, uma comissão auxiliar, por intermédio da benemérita associação das escolas moveis e Jardins – Escola – João de Deus, com o generoso impulso da câmara, projecta a construção de um edifício e criação do Jardim Escola João de Deus que particular e independentemente da escola oficial infantil, com carácter diferente desta, embora tendente ao mesmo fim, devera também funcionar naquele edifício que será construído nesta cidade admitindo crianças depois dos 4 ate aos 9 anos de idade.

Neste relatório tratarei apenas da escola infantil oficial, fazendo contudo algumas referências ainda que de passagem a escola primária por ser também oficial e pela sua afinidade com a infantil, não tratando aqui do Jardim Escola por ser particular, visto que pertence à associação das escolas moveis João de Deus, onde não tem interferência nem a câmara nem o estado.

Na escola infantil devera haver duas classes, inferior de 4 a 5 anos e superior de 5 a 6 anos, durante os primeiros tempos, devendo mais tarde combinar a classe infantil com a primaria, organizando-se uma nova classe com a designação de “semi- infantil”, para as crianças de 6 a 7 anos.

O ensino das classes da escola infantil é ministrado com o auxilio do material de Froebel, e consiste sobretudo em exercícios práticos e intuitivos, tendentes ao desenvolvimento da língua materna, que abrange todas as disciplinas, ocupações normais e jogos acompanhados de canto com o fim de desenvolver todas as faculdades intellectuais da criança.

Todas as disciplinas, embora em grau muito rudimentar, são já, mais ou menos ensinadas na escola infantil: desenho, calculo, geometria, geografia, canto, ciências – naturais, etc., servindo de objecto as coisas, os jogos e o canto. (brincando, jogando, cantando, se vão instruindo e educando, quase sem darem por isso.

A escola infantil funciona todos os dias lectivos em que funcionam as escolas primárias, das 9 às 15 horas no período de Março a Julho, devendo começar e terminar respectivamente uma hora mais tarde no período de Outubro Fevereiro.

Os exercícios escolares deverão principiar e terminar em cada dia por uma saudação à Bandeira nacional a qual será hasteada e arriada, respectivamente, no princípio e fim dos exercícios.

A duração das lições será de 20 minutos findos os quais haverá 10 minutos de recreio, devendo haver um intervalo de hora e meia entre a aula de manhã e a de tarde.

Submeto, em seguida, à aprovação superior o horário – programa que deve ser adoptado na escola infantil de Bragança.

O mobiliário da escola, simples mas apropriado, bem como o material, será, pelo menos, o constante da relação que vai junto.

## Horário e programa da EIB – Grupo A

Horário – Programa – Escola Infantil – Grupo A					
Horas	2ª.Feira	3ª.Feira	4ª.Feira	6ª.Feira	Sábado
9-9.20	Entrada Inspeção de Limpeza Saudação à Bandeira				
9.20-9.40	Arranjo de classe Preparação e ordenação de matrícula _ Canção				
9.40-10	Dons e operações Froebelianas	Geografia	Serviços intelectuais preparação para a leitura	Moral	Calculo Aplicação do material de Froebel
10-10.10	Recreio				
10.10 - 10.30	Exercícios para aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos	Exercícios intelectuais. Nomenclatura. Preparação para a leitura	Exercícios para aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos	Exercícios intelectuais. Nomenclatura. Preparação para a leitura.	Exercícios para aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos
10.30 - 10.40	Recreio				
10.40 - 11	Jogos organizados acompanhados de canto, combinado com o exercício acima indicado para aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos	Modelação. Combinação sendo possível com o exercício acima indicado.	Jogos organizados acompanhados de canto, combinado com o exercício acima indicado para aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos	Modelação. Combinação sendo possível com o exercício acima indicado.	Jogos organizados acompanhados de canto, combinado com o exercício acima indicado para aperfeiçoamento dos órgãos dos sentidos.
11- 11.10	Recreio				
11.10 - 11.30	Canto – aprendizagem de letra e música	Recitação, de preferência e letra das canções	Dons e operações Froebelianas	Canto – aprendizagem de letra e música	Dons e operações Froebelianas
11.30 - 13	Grande Recreio				
13 – 13.20	Desenho – formas artísticas	Exercícios preparatórios de escrita	Desenho – formas artísticas	Exercícios preparatórios de escrita	Desenho – formas artísticas
13.20 - 13.50	Educação Física: Atitudes, exercícios de agilidade, marchas, etc. canto.	Jogos livres	Educação Física: Atitudes, exercícios de agilidade, marchas, etc. canto.	Jogos livres	Educação Física: Atitudes, exercícios de agilidade, marchas, etc. canto.
13.50 - 14	Recreio				
14 – 14.20	Jardinagem – cuidada com animais e plantas, canto.	Construções Froebelianas	Jardinagem – cuidada com animais e plantas, canto.	Construções Froebeliana	Jardinagem – cuidada com animais e plantas, canto.
14.20 - 14.40	Recreio				
14.40 - 14.50	Canto – Saudação à Bandeira nacional				
14.50 - 15	Preparação para a saída				
15	Saída				

### Horário e programa da EIB – Grupo B

Horário – Programa – Escola Infantil – Grupo B					
Horas	2ª. Feira	3ª. Feira	4ª. Feira	6ª. Feira	Sábado
9-9.10	Entrada Inspeção de Limpeza Saudação à Bandeira				
9.10-9.30	Arranjo de classe – Preparação e ordenação de matrícula – Canção				
9.30-9.50	Língua Materna	Cálculo	Língua Materna	Cálculo	Língua Materna
9.50-10	Recreio				
10-10.20	Conversação – Ideia Central/Educação intelectual	Exercícios de aperfeiçoament o dos órgãos dos sentidos	Conversação – Ideia Central/Educaçã o intelectual	Exercícios de aperfeiçoament o dos órgãos dos sentidos	Conversação – Ideia Central/Educaçã o intelectual
10.20h - 10.30	Recreio				
10.30 – 10.50	Modelação – Possível combinação com o exercício intelectual acima indicado	Jogos organizados acompanhados de canto, combinados com o exercício acima indicado sobre os órgãos dos sentidos	Modelação – Possível combinação com o exercício intelectual acima indicado	Jogos organizados acompanhados de canto, combinados com o exercício acima indicado sobre os órgãos dos sentirdos	Modelação – Possível combinação com o exercício intelectual acima indicado
10.50- 11	Recreio				
11 – 11.20	Educação Física: Atitudes – Exercícios de agilidade, marchas, etc e canto				
11.20 – 11.40	Geografia	Modelação livre	Conversação Moral	Modelação livre	Conversação Ciências na terra
11.40 – 13.10	Grande recreio				
13.10 – 13.30	Desenho: Formas artísticas e objectos simples de uso comum (T. manuais)	Desenho Aplicação à escrita	Desenho: Formas artísticas e objectos simples de uso comum (T. manuais)	Desenho Aplicação à escrita	Desenho: Formas artísticas e objectos simples de uso comum (T. manuais)
13.30 – 13.40	Recreio				
13.40 – 14	Canto – Aprendizagem de letra e música	Recitação - Em especial letras das canções	Canto – Aprendizagem de letra e música	Recitação - Em especial letras das canções	Canto – Aprendizagem de letra e música
14– 14.10	Recreio				
14.10 – 14.30	Jardinagem e horticultura	Jogos livres	Jardinagem e horticultura	Jogos livres	Jardinagem e horticultura
14.30- 14.50	Canto – Saudação à Bandeira nacional				
14.50 - 15	Preparação para a saída				
15	Saída				

Bragança, Janeiro de 1917

Relação do mobiliário e material escolar para o funcionamento provisório da Escola Infantil.

Nº.	Designação dos objectos
20	Carteiras
3	Secretárias
3	Cadeiras de braços para as professoras
1	Estante envidraçada
10	Estiradores e 12 cadeirinhas
1	Piano
6	Leitos simples para crianças (com grades e respectivos colchões)
2	Lavatórios e respectivos toalheiros, toalhas, sabonetes, etc.
3	Tinteiros para as secretárias das professoras
2	Escarradores higiénicos
1	Guarda chuva em ferro fundido
3	Campainhas de corda
1	Filtro “ Pasteur” para 15 litros e “fonte higiénica de jacto ascendente”
1	Relógio
1	Capacho de arame
3	Capachos tapete, em estofo
	Material Froebeliano completo – ( dons de Froebel)
12	Caixas com jogos de letras
2	Duplas – lousas, grandes, com funcionamento vertical
4	Dúzias de lousas, pequenas, estrangeiras, quadriculadas e pautadas
1	Colecção de quadros morais e instrutivos
3	Dúzias de tesouras
12	Caixas ou cartões com aguarelas diversas
6	Dúzias de lápis de cores
1	Resma de papel de seda surtido, em todas as cores
1	Resma de papel de linho, branco e liso, de (tanaleiros) formas
30	Quilos de terra própria para modelação
3	Dúzias de pincéis para aguarelas
3	Quilos de plasticina
2	Aquários
10	Vasos com plantas
2	Dúzias de contadores de mão, com lousa

As disciplinas que demandam mais concentração de espírito devem ser tratadas, de preferência, na aula da manhã durante o tempo de maior energia psíquica e na aula da tarde as que requerem menor esforço intelectual. A base do grande sistema pedagógico é ter os alunos constantemente ocupados, saber ensinar e aplicar bem o tempo, isto é, praticar banindo sempre a rotina.

As 3 professoras nomeadas para a escola infantil de Bragança, uma devera exercer as funções de Directora, ficando a seu cargo o serviço de escrituração e direcção da mesma escola.

Este cargo, que é remunerado será exercido rotativamente, em cada ano, pois cada uma das professoras da escola que a Inspeção indicar, devendo a Directora apresentar no fim de cada ano lectivo com a estatística anual, num relatório desenvolvido acerca dos trabalhos realizados, propondo os alvitres e modificações que a pratica lhe aconselhar.

Atendendo a que as professoras não possuem o curso da especialidade, e porque já eram professoras oficiais em exercício, em cujo serviço consta haverem revelado qualidades especiais e reconhecendo-se nelas muita vontade e desejo de saber e porque me parecem susceptíveis de aplicação e aproveitamento, proponho à excelentíssima câmara que, com prévia autorização da competente repartição de instrução primaria, se digne autorizar também que conforme indicação do inspector escolar, cada uma das três professoras nomeadas, vá por sua vez ao Porto, onde devera frequentar assiduamente durante 2 meses a escola infantil – modelo, anexa à de Ensino Normal daquela cidade, com a indispensável autorização do director daquele estabelecimento de ensino que, no fim de dois meses, lhe passara um certificado de assiduidade, com a nota da competência que lhe atribui e bem assim se julga ou não a candidata apta para ministrar o ensino infantil. Após o regresso, cada professora apresentara um trabalho escrito sobre a didáctica do ensino infantil.

De harmonia com o disposto no artigo 33 do regulamento de 23 de Agosto de 1911, a professora de cada classe da escola infantil devera também, nos termos da alínea e do artigo 39 do citado regulamento, preparar previamente e por escrito em um caderno especial, a lição para o dia seguinte, e esta série de lições constituirá o Jornal do professor, ou diário pedagógico que o professor não deixara de organizar em caso algum, devendo ser visados pelo inspector escolar os referidos diários das professoras da escola infantil, pelo menos, uma vez em cada mês. Para a organização de tal serviço foram directamente dadas as instruções necessárias as respectivas professoras.

A entrada na escola infantil não será permitida a pessoas estranhas e ninguém poderá assistir as aulas sem prévia autorização da inspecção escolar.

O jardim deverá merecer, também, cuidados especiais.

O ensino teórico, destinado a completar a cultura geral das futuras aspirantes ao ensino infantil, depois de possuírem as habilitações correspondentes ao terceiro ano dos liceus, deve compreender:

1º Elementos de pedagogia, pedologia, puericultura e de psicologia, especialmente da psicologia infantil;

- 2º Noções de anatomia e de fisiologia humana;
- 3º Didáctica do jardim da infância “ocupações froebelianas”;
- 4º Português;
- 5º Francês;
- 6º Ciências naturais;
- 7º Matemática;
- 8º História e Geografia;
- 9º Higiene, Horticultura e Jardinagem;
- 10º Desenho (de ornato, geométrico e livre), pintura e modelagem;
- 11º Música e canto;
- 12º Trabalhos manuais (além dos de agulha e lã);
- 13º Ginástica e jogos.

O ensino prático das candidatas devesse durar 1 ano na escola infantil modelo.

As candidatas ao ensino infantil, além de possuírem os requisitos indicados, deverão ter uma cultura artística especial sobretudo em desenho, pintura e trabalhos manuais artísticos, música e canto. A música é uma arte que muito alegria a imaginação da criança, e a mãe, modelo da mestra, quando cala o filho pequenino, canta-lhe, por isso não pode dispensar-se na escola infantil, e bem assim os trabalhos manuais e o desenho.

De todas as manifestações humanas, o desenho é uma das mais antigas no domínio da pedagogia. Desde as mais disformes imagens, gravadas sobre a pedra, madeira, osso ou mármore, que marcou a primitiva forma de representação gráfica das coisas, até aos mais modernos tratados de desenho se nota a tendência natural, sempre constante e progressiva do desenho através das diferentes épocas. É sobretudo na infância que as tendências imitadoras do desenho se manifestam mais, e assim é que geralmente, todas as crianças gostam de imagens, sabendo quase sempre preferir as mais perfeitas entre elas.

As gravuras, embora toscas, adornam as paredes de bem humildes casas! Tudo isto significa que há uma tendência natural que é preciso satisfazer, o que é necessário é sabê-la guiar metodicamente de maneira a deixar livre a imaginação, originalidade e iniciativa da criança, de forma a investigar e inventar, em vez de copiar simplesmente.

Para tornar o ensino atraente, é necessário que a criança goste do assunto da lição a tratar, podendo dar-se-lhe para modelo a natureza, inspiradora de todas as artes. Neste ponto os recursos são inesgotáveis.

As crianças gostam da natureza, dos seres vivos e até das imagens, mesmo grosseiras, sobretudo quando elas são coloridas, porque as cores arrebatam a atenção das crianças. Por isso os desenhos na escola infantil devem ser feitos com lápis pretos e de cor. A fim de variar mais e melhorar o assunto, o professor deverá iniciar os pequeninos desenhadores na ambidestridade (capacidade de utilizar indiferentemente as duas mãos), exercitando simultaneamente as mãos das crianças em desenhos rigorosamente simétricos, até se obter um resultado satisfatório. Da prática da ambidestridade podem resultar excelentes serviços – extraordinários mesmo.

Assim pode conseguir-se que um aluno, ao mesmo tempo que executa um desenho com a mão direita, realize uma operação aritmética com a mão esquerda, o que é mais raro e difícil, pela realização de duplo fenómeno psíquico.

A educação popular tem feito desaparecer a estreita concepção de ler, escrever e contar, porque só isso não é suficiente. Uma verdadeira educação deve formar o homem para a sociedade e o desenho é absolutamente indispensável para completar a educação integral do indivíduo.

Assim, todas as referências modernas das ciências positivas, exigem, ao lado da palavra, a representação gráfica das coisas, eis porque a importância do desenho se impõem ao espírito dos educadores como uma necessidade absoluta.

Depois de se haver considerado por longo tempo o desenho como um ramo secundário do programa escolar, não obstante não ter ainda hoje o lugar que merece vão já, contudo, os educadores modernos fazendo a justiça de reconhecer a utilidade incontestável deste poderoso meio de expressão e educação, pois que o desenho é a linguagem universal por excelência.

Nem a botânica, nem a zoologia, nem a geologia, nem as ciências naturais, enfim, poderiam passar sem o desenho. É ainda o auxiliar poderoso, digo, precioso da geografia, da história, da geometria e da arqueologia.

As ciências abstractas, mesmo as matemáticas, podem, graças ao desenho, tomar uma forma concreta.

É ainda ao desenho que forçosamente temos de recorrer para exprimir mais rápida e claramente o que a linguagem escrita e falada não pode exprimir, alias, dizer, em certos casos, e só muito dificilmente noutros. Muitas vezes o desenho é mais expressivo do que a palavra, e assim é que juntamos a linguagem escrita, as gravuras e a falada os gestos, que são também desenhos traçados no espaço.

Geralmente para um grande número de ocupações o desenho é a base fundamental. Como meio intelectual é excelente. O desenho desenvolve poderosamente o hábito de observação e da reflexão, ensinando-lhes a ver a realidade das coisas e suas aparências. Mas o desenho não tem somente o lado utilitário, esta importantíssima disciplina reúne o útil ao agradável, e por isso os pedagogos reconheceram que é dos meios educativos mais importantes.

O desenho não contribui somente para a educação das mãos e dos olhos, mas desenvolve poderosamente o espírito de observação da criança, fornece à memória noções claras e seguras, metendo em jogo as faculdades naturais da criança, habituando-a a comparar e escolher, e, formando o julgamento e a vontade, contribui assim, de uma maneira genérica (geral) para o desenvolvimento integral e completo de todas as faculdades da inteligência.

Enfim, o desenho aperfeiçoa o bom gosto e faz nascer o sentimento artístico.

O duplo papel da instrução é fazer de um ser, inteligente e artístico e arreiro ao mesmo tempo. Pois na frase de Comenius ao espírito que pensa, e a língua que fala é preciso juntar a mão que produz, por isso, como o desenho, é a introdução dos trabalhos manuais nas escolas primárias, está justificado, não só no conceito dos grandes pedagogos como na própria natureza, visto que

uma das primeiras necessidades que geralmente se manifesta na criança, após o instinto da nutrição, é o movimento, logo a ginástica e os trabalhos manuais estão naturalmente indicados.

Por conclusão termino propondo à excelentíssima câmara de Bragança e à competente Repartição de Instrução Primaria a aprovação das bases do presente relatório e em especial o seguinte:

1º Aprovação dos horários – programas que fazem parte integrante deste relatório.

2º Aprovação da proposta relativa ao pessoal nomeado para a Escola Infantil, autorizando cada uma das três professoras a praticar, durante dois meses, na Escola Infantil modelo, anexa a do ensino normal do Porto. Saúde e fraternidade. Bragança, Janeiro de 1917. O Inspector(a) Augusto Ladeiro.

Cópia – Câmara Municipal do concelho de Bragança – comissão executiva. Nº 489-Serviço da Republica – Bragança, 8 de Novembro de 1916. Exmo. Sr. Inspector do circulo Escolar de Bragança. Para os devidos efeitos, cumpre-me levar ao conhecimento de V. Exa. Que, em sessão de hoje, a Comissão da minha presidência deliberou solicitar de V. Exa. para que em comissão se digne ir ao porto visitar algumas escolas infantis afim de orientar depois o pessoal hoje nomeado para a escola infantil desta cidade acerca dos programas, e disciplinas a ministrar às crianças, em harmonia com a orientação seguida nas escolas infantis do Porto, e assim respeitosamente rogo a V. Exa. Se digne, por sua vez, requisitar, com a possível brevidade a necessária autorização das instancias superiores para o indicado fim. Saúde e fraternidade o Presidente Carlos Almeida. Está conforme. Bragança, 25 de Janeiro de 1917. O chefe da secretaria Américo do Sacramento Dias.

Cópia Serviço da Republica – Exmo. Sr. Chefe da Repartição de Instrução Primaria da Inspecção do Circulo Escolar de Bragança. Livro b.7, nº 151, fls.351 – Bragança, 8 de Novembro de 1916.

Extracto: Remessa de um ofício (cópia) da Câmara Municipal de Bragança, pedindo para que o Inspector vá ao Porto visitar algumas escolas infantis e solicitando à Inspecção autorização para esse fim. – A fim de satisfazer ao pedido constatando ofício nº 489, do dia 8 do corrente, da Câmara Municipal de Bragança, vou muito respeitosamente rogar a V. Exa. se digne autorizar-me a ir ao Porto para o fim indicado no ofício que por cópia remeto a V. Exa., informando se me poderão ser concedidos guias de caminho de ferro por intermédio do Ministério de Instrução Publica, visto que vou em missão de serviço ou se poderei incluir essa despesa em folha. Saúde e fraternidade. O Inspector Augusto Ladeiro – Está conforme.

Secretária da Inspecção Escolar de Bragança, 22 de Dezembro de 1916 – O Secretário Vespasiano Tito Sendas

Cópia – Câmara Municipal do Concelho de Bragança – Comissão Executiva – nº 538 – Serviço da Republica – Bragança 5 de Dezembro de 1916 – Exmo. Sr. Inspector Escolar, Bragança – para os devidos efeitos, tenho a honra de enviar a V. Exa. Cópia, parte respectiva, dos actos das sessões desta Comissão Executiva celebrados em 28 de Novembro próximo passado. Saúde e

Fraternidade. O Presidente Carlos Almeida. Está conforme. Bragança, 25 de Janeiro de 1917 – O chefe da Secretaria Américo Dias.

Cópia – Serviço da Republica – Exmo. Sr. Chefe da repartição de Instrução Primaria – Lisboa. Livro b 7 – nº 151 – fls. 382. Bragança – 5 de Dezembro de 1916.

Extracto: participando que acerca da comissão de serviço solicitada pela Câmara de Bragança, para ir ao Porto estudar a organização das escolas infantis, a mesma Câmara se responsabilizou pelo pagamento das despesas de transporte e ajudas de custo, informando que o Inspector só o fará depois de previamente autorizado pela Repartição competente. Confirmando o ofício nº151, fls. 351, do L. B.7, desta Repartição, de 8 de Novembro de 1916, cumpre-me, como julgo do meu dever, levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup>. que em ofício sob o nº 538, datado de hoje do Exmo. Presidente da Câmara Municipal desta cidade, participa que, em sessão de 8 de Novembro ultimo, deliberou aquela comissão responsabilizar-se pelos pagamentos das despesas de transporte e ajudas de custo provenientes da comissão de serviço a que se refere o pedido constante do ofício nº 489 do Presidente da Câmara de 8 de Novembro de 1916, que por cópia remeti a v. Ex.<sup>a</sup>. acompanhado do ofício de remessa nº 151 desta Repartição, do dia 8 do referido mês e ano.

Apesar de ser uma comissão especial de serviço solicitada pela Câmara deste concelho para ir ao Porto estudar a organização das escolas infantis daquela cidade – venho respeitosamente informar e declarar a V. Ex.<sup>a</sup> que não aceitarei o referido oferecimento constante daquela deliberação, sem que isso me seja superiormente ordenado por intermédio da Repartição competente e a realização daquele serviço precedida da indispensável autorização de V. Ex.<sup>a</sup>. Rogo portanto a V. Ex.<sup>a</sup> se digne ordenar acerca do assunto a que V. Ex.<sup>a</sup> entender de melhor a bem da instrução. Saúde e Fraternidade. O Inspector Augusto Ladeiro. Está conforme.

Secretaria da Inspeção Escolar de Bragança, 25 de Dezembro de 1916. O Secretario. Vespasiano Tito Sendas.

Cópia – Ministério de Instrução Pública – Repartição Pedagógica de Instrução Primária e Normal – Ao Inspector de Circulo Escolar de Bragança – L. 5, Nº25 fls.256 – Lisboa, 22 de Dezembro de 1916. Comunico a V. Ex.<sup>a</sup> que S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro de Instrução Pública, por despacho de ontem, lhe concedeu licença com os vencimentos respectivos, pelo prazo máximo de 15, a contar do dia em que reabram as aulas, para ir ao Porto visitar as escolas infantis, como solicitou, sem encargo para este Ministério por não haver verba para isso destinada, devendo V. Ex.<sup>a</sup>. Enviar cópia do relatório dessa visita. Saúde e Fraternidade. O chefe de Repartição A. M. da Silva Barreto.

Está conforme Secretaria da Inspeção Escolar de Bragança, 28 de Dezembro de 1916. O Secretário Vespasiano Tito Sendas.

Cópia – Serviço da República – Exmo. Sr. Chefe da Repartição de Instrução Primaria – Lisboa – Livro B.7 – Nº.151 – Bragança, 26 de Dezembro de 1916 – À margem L.º. 5. Nº. 25, folhas 256, de 23 de 12 de 1916. Respondendo à comunicação de V. Ex.<sup>a</sup>, à margem indicada, relativamente ao despacho ministerial de 22 deste mês em que foi deferido o pedido da Câmara de

Bragança, que solicitou para que o respectivo Inspector Escolar do Círculo fosse ao Porto visitar algumas escolas infantis, responsabilizando-se a mesma Câmara pelo pagamento das despesas de transporte e ajudas de custo – respeitosamente rogo a V. Ex.<sup>a</sup>. se digne informar-me, com a possível brevidade se, naquela comunicação acima referida foi, ou no caso negativo, se esta Repartição é agora autorizada a receber da Câmara o subsídio de transporte e ajudas de custo a que aquela comissão de serviço obriga, visto que a respectiva corporação assumiu aquela responsabilidade, conforme consta do ofício que a V. Ex.<sup>a</sup>. Remeti em 5 do corrente mês de Dezembro.

Saúde e Fraternidade. O Inspector Augusto Ladeiro. Está conforme – Secretaria da Inspeção Escolar de Bragança, 25 de Janeiro de 1917. O Secretário Vespasiano Tito Sendas.

Cópia – Ministério de Instrução Pública – 2<sup>a</sup> Repartição de Instrução Primária e Normal – Ao Sr. Inspector do Círculo Escolar de Bragança. L.<sup>o</sup>. 5 – N.<sup>o</sup>. 25 – fls. 256 (16), Lisboa, 3 de Janeiro de 1917. – L.<sup>o</sup>. B.7 – N.151, de 26/12/1916.

Em resposta à nota citada à margem devo dizer a V. Ex.<sup>a</sup>. Que todas as despesas de transporte e ajudas de custo a fazer com a visita à Escola Normal do Porto “escolas infantis, nos termos do despacho ministerial comunicado, devem ser pagas pela Câmara. Saúde e Fraternidade. O chefe de Repartição A. M. da Silva Barreto. Está conforme – Secretaria da Inspeção Escolar de Bragança, 26 de Janeiro de 1917. O Secretário Vespasiano Tito Sendas.

Terminada a leitura deste tão bem elaborado documento, o Sr. Presidente propôs que ele fosse na integra transcrito na presente Acta e exercesse na mesma um voto de bem merecido louvor àquele digno e inteligente funcionário – O Inspector deste Círculo Escolar, Sr. Augusto Ladeiro, por tão útil e profícuo trabalho, cuja correcção de fundo, clareza e desenvolvimento com que foi elaborado, revela profundos conhecimentos pedagógicos do assunto tratado, por mais que desta deliberação se disse, digo, por isso mais propor que desta deliberação se desse conhecimento à competente Repartição de Instrução Primária e que o mesmo funcionário fosse publicamente louvado pela proficiência com que tratou o assunto, fazendo companhia a proposta da cópia do relatório. Esta proposta foi unanimemente aprovada pela Comissão, bem como aprovou as bases do aludido relatório e as propostas com que o mesmo termina, que são as seguintes: 1<sup>a</sup>. Horários - programas que fazem parte integrante do relatório; - 2<sup>a</sup>.Proposta relativa ao pessoal nomeado para a Escola Infantil, autorizando cada uma da 3 professoras a praticar durante 2 meses, na Escola Infantil modelo, Anexa à de Ensino Normal do Porto.

[...] O senhor Presidente, em nome da Lei, levantou a sessão e eu José Claudino Nunes a subscrevo e assino.

Carlos Alberto de Lima e Almeida (Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal de Bragança)

Luís José de Carvalho

Carlos Alberto de Lima Furtado

Carlos Francisco Teixeira

## Anexo IV: Guião de entrevistas

Tema: Abordagem à existência e funcionamento da Escola Infantil de Bragança no período 1917-1934

Entrevistado:

Objectivo Geral: Identificar o posicionamento do sujeito face à existência da Escola Infantil

BLOCOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS	TÓPICOS	QUESTÕES
(A) Legitimação da entrevista	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Legitimar a entrevista;</li> <li>-Informar sobre a natureza da pesquisa;</li> <li>-Informar sobre o tema e objectivos do trabalho;</li> <li>-Motivar o entrevistado;</li> <li>-Pedir a sua colaboração;</li> <li>-Realçar a importância dessa colaboração para a realização do trabalho;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Trabalho de pesquisa sobre a Escola Infantil de Bragança;</li> <li>-Pedir autorização para gravar a entrevista;</li> </ul>	
(B) Existência da Escola Infantil a)- Organização pedagógica a)- Estrutura física	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Identificar a Escola Infantil;</li> <li>-Identificar a sua organização pedagógica</li> <li>-Identificar atitudes e a regulação das actividades</li> <li>-Identificar os métodos e os procedimentos</li> <li>-Identificar a influência da formação dada</li> <li>-Identificar a estrutura física, arquitectónica, mobiliário e materiais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Compreensibilidade e apropriação da existência da Escola Infantil;</li> <li>-Articulação do seu dia a dia</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Que recordações tem da Escola Infantil;</li> <li>-Como era a Escola Infantil</li> </ul>

## **Anexo V: Entrevista, realizada no dia 15 de Abril de 2005, a um habitante da cidade de Bragança no período de funcionamento da Escola Infantil.**

Pergunta – Qual é o seu nome e a sua data de nascimento?

Resposta – Chamo-me Albino Marcelino Carneiro e nasci em 27 de Abril de 1914

P – Pode-nos indicar o seu endereço?

R – Lar da Santa Casa da Misericórdia de Bragança.

P – Sabe da existência da Escola Infantil para crianças antes de entrarem na Escola Primária?

R – Sei, que era na rua da Amargura, que hoje é a rua de São João.

P – A Escola Infantil tinha muitas crianças?

R – Na altura havia muitas crianças na cidade; hoje em dia há muitas mais; a Escola Infantil funcionava neste edifício que está a ver, que agora se encontra à venda.

P – Sabe em que anos funcionou a Escola Infantil?

R – Funcionou nos anos de vinte e primeiros anos de trinta.

P – Antes de funcionar aqui não sabe onde é que ela funcionou?

R – Não, isso já não sei.

P – O edifício era mesmo este e não foi alterado?

R – O edifício não foi alterado, está precisamente a mesma coisa. As crianças brincavam na rua, não havia vedação nem nada, nós ali na costa também não tínhamos vedação, era o local do recreio, uns a jogar o peão, outros ao eixo, outros à macaca. Esta era a rua da Amargura, muito mais tarde a Câmara mudou-lhe o nome para rua de São João. O Edifício vai até à rua de trás).

P – A escola tinha recreio próprio?

R – Tinha, o terreno ainda é o mesmo e pode-se ver.

P – Recorda-se de ver as crianças a brincar no recreio?

R – Sim, mas as crianças também vinham para a rua, pois não havia transito, não havia nada, não havia perigo por eles saírem para a rua. Lembro-me de ver aqui os pequeninos a brincar. Andavam na Escola Infantil porque ainda não tinham idade para primária só se entrava com sete anos feitos, não podiam entrar com menos.

P – Como é que soube da existência desta escola?

R – Soube da existência porque às vezes vinha para aqui, porque o meu pai tinha uma oficina na rua Direita por baixo da escola, e às vezes passávamos aqui eu e dois ou três amigos, às vezes até a jogar aos botões.

P – As crianças pequenas vinham para a rua?

R – Sim, vinham para a rua

P – O que é que lhe via fazer, ainda se lembra?

R – Faziam o que fazia eu naquele tempo. Brincavam aos jogos de roda, o lencinho, às corridas, ao jogo do arco, à cabra cega, e muitos mais.

P – Quem vigiava as crianças no recreio?

R – Eram as contínuas; hoje chamam-se auxiliares.

P – Sabe se esta escola funcionou sempre neste edifício?

R – Funcionou aqui e depois mudou para a Escola Primária Adães Bermudes. Aqui funcionou depois uma Escola Primária e depois a Guarda-Fiscal. A Guarda-Fiscal foi depois para o edifício dos correios, quando estes mudaram para o edifício novo no ano de 1948.

## **Anexo VI: Entrevista, realizada no dia 28 de Abril de 2005, a ex. aluno da Escola Infantil de Bragança**

Pergunta – Qual é o seu nome e a sua data de nascimento?

Resposta – O meu nome é Virgílio Chaves Lemos e nasci no dia 2 de Agosto de 1919.

P – Pode indicar-nos o seu endereço?

R – Rua Emídio Navarro, nºs 56 e 58, Bragança

P – De onde é natural?

R – Sou natural de Bragança. Nasci, vivi e estudei aqui. Mas os meus pais eram de Castelo Branco, do concelho de Mogadouro.

P – Sabe como os seus pais vieram para Bragança? Conte-me um pouco da sua vida.

R – O meu avô era muito rico em Castelo Branco, tinha muitas propriedades. Mas tinha 12 filhos. Eram 10 raparigas e 2 rapazes. Pensou que se fosse a dividir tudo pelos filhos não era suficiente para os deixar a viver bem toda a vida, não dava para nada. Achou que seria melhor formar os filhos. Então pensou em vender tudo e foi para Bragança. Foi Notário aqui em Bragança. O meu pai tinha muitas habilitações e era oficial da secretaria da Câmara. Era o segundo que mandava mais. O outro irmão foi para o exército, onde foi 1º Sargento. Das 10 raparigas uma foi para modista, outra para a escola dos correios. As outras 8 foram todas professoras primárias. O meu pai era uma pessoa muito influente aqui em Bragança. O Dr. Abílio Beça era padrinho dele. O meu pai contou-me muitas vezes um episódio que se passou com ele quando ainda era um jovem estudante no tempo da Monarquia. Numa altura que veio cá o Afonso Costa a fazer um discurso, quando tudo estava em silêncio a ouvir, ele subiu-se a qualquer coisa e deu vivas à República “Viva a República, viva Afonso Costa”. Foi logo levado preso. Passado uns anos, já o meu pai era casado, no período da República, o Afonso Costa veio cá a um banquete. Ele era uma pessoa muito importante acho que era Ministro. O meu pai também estava lá mas no meio da multidão. No meio do Banquete o Afonso Costa levantou-se para fazer um discurso e começou a falar do episódio do jovem estudante que deu vivas à República. Perguntou que teria sido feito desse rapaz. Foi então que lhe disseram que estava ali e pediu logo para se ir sentar ao lado dele na mesa do banquete “Se os senhores me derem licença e sem quebrar o protocolo quero pedir ao Sr. Lemos para se vir sentar aqui ao meu lado na mesa”. Assim começou uma amizade. Por isso o meu pai ficou ainda mais conhecido. Depois por causa do serviço na Câmara chegou a faltar ao serviço para ir ajudar pessoas. O meu pai era também militante do partido Republicano do Afonso Costa. A minha mãe foi sempre professora fora de Bragança. O sonho de qualquer professora era vir para Bragança, mas o meu pai nunca fez uso das suas influências para que viesse para Bragança. Em todas as aldeias onde ela deu aulas, ganhou sempre as eleições o Afonso Costa por causa da influência do meu pai. O meu pai era amigo de muitas individualidades como o Sr. Dr. Lopes Cardoso que era Juiz Conselheiro e o Sr. Abade de Baçal. O Sr. Abade ofereceu ao meu pai toda a sua obra. O meu pai também ajudou o Sr. Abade colaborando com ele em algumas coisas na obra.

Acho que ainda chegou a ir com ele em algumas viagens. Eu também era amigo do Sr. Abade de Baçal. Uma vez eu e um grupo de amigos fomos a casa do Sr. Abade á sua casa na aldeia de Baçal fazer-lhe uma visita. Ele deu-nos de lanchar e ficou todo contente por ser muito amigo dos nossos pais.

Quando eu nasci, a minha mãe ficou muito doente. Mas continuou sempre a dar escola. Fui criado com uma minha tia, irmã do meu pai. A minha mãe só vinha a casa nas férias grandes, do Natal e da Páscoa. Quando entrei para a 4ª classe tinha 9 anos e a minha mãe morreu.

A minha casa ainda tem uma argola; se alguma pessoa fugisse da prisão e se agarrasse a ela, já ninguém lhe podia fazer nada. Estava protegido pelo dono da casa. Nós vivíamos muito bem, tínhamos uma criada.

P – Antes de entrar para a Escola Primária frequentou alguma escola?

R – Sim frequentei a Escola Infantil.

P – Sabe onde estava localizada?

R – Sei. A casa onde funcionou a Escola Infantil ainda existe, posso até levá-lo lá. A Escola Infantil funcionou na rua da Amargura que hoje se chama rua de São João. Era a 3ª casa dessa rua contando de quem vem de cima. Era uma casa antiga com arquitectura em cantaria. A casa já era muito velha na altura.

(A entrevista continuou em frente ao edifício onde funcionou a EIB).

P – Então conheceu bem esta Escola Infantil?

R – Conheci, porque fui lá aluno antes de ir para a Escola Primária. Andei na Escola Infantil da qual era professora uma tia minha. Lembra-me de andar aqui com ela.

P – Como se chamava a professora?

R – Chamava-se Josefa Lopes. Ela morava nesta casa em frente e eu às vezes ia para casa dela.

P – Havia mais professoras na Escola Infantil? Como se chamavam?

R – Havia mais professoras mas não me lembro dos nomes.

P – Quantas salas tinha?

R – Esta escola tinha duas salas, uma era a sala onde eu andava e na outra andavam garotos maiores que eu.

P – Como era a escola por dentro?

R – Lembro-me que as salas ficavam no andar de cima. Tínhamos que subir umas escadas. Era uma escola mista. Em baixo à entrada era onde colocávamos os casacos nuns cabides. Lembro-me também que em baixo era onde estavam as professoras quando entrávamos. A cozinha também era em baixo pois lembra-me de tomar lá leite.

P – Que mobiliários, materiais e outras coisas havia na sala?

R – Já não me lembro, mas acho que havia quadros nas paredes. Um quadro de lousa preta. Nem me lembra se havia carteiras. Por baixo da minha sala ficava a cavaliçã, porque o lixo das ruas era tirado por carros de mulas com uma mula a puxar. A mula até era muito engraçada. Na minha sala havia um alçapão que dava para a cavaliçã onde estava a mula. Um dia

um rapaz que era mais velho e andava na outra sala trazia uma irmãzita na minha sala, e um dia consegue abrir aquela tábua e meteu-se lá com as pernas para baixo e começou a gritar a dizer que ia atirar-se para baixo. A irmã muito assustada começou a chorar com pena dele. Esse pormenor ficou-me porque nós todos ficamos muito assustados. Depois veio a professora. Não percebo como tinham aquilo na sala.

P – Que brinquedos havia na sala?

R – Não me lembra se tínhamos brinquedos. Acho que não tínhamos nenhuns brinquedos.

P – Faziam desenhos?

R – Sim tenho uma vaga ideia de fazermos desenhos.

P – Além dessas salas sabe se havia outras salas?

R – Havia também uma sala onde punham os garotos a dormir, mas a mim não me punham porque eu nunca queria ir dormir.

P – Sabe se já havia casas de banho, ou outro local onde pudessem tomar banho e ir fazer “as necessidades”?

R – Lembro-me de haver no fundo do jardim uma casita onde íamos à retrete. Disso não sei.

P – Que faziam na Escola Infantil?

R – Fazíamos brincadeiras, não me lembro de mais nada. Nós brincávamos muito, ensinavam-nos a brincar. Jogávamos a jogos e cantava-mos canções, e jogos de roda. Só brincávamos. A ideia que tenho é que era muito engraçado, muito diferente da Escola Primária onde nos batiam muito.

P – Jogavam alguns jogos?

R – Sim, jogos de roda, às escondidas só brincadeira.

P – Na Escola Infantil liam a Cartilha ou faziam alguma preparação para a leitura?

R – Não, isso não. Lembro-me de ouvir dizer a minha tia que era a professora Josefa Lopes que era expressamente proibido ensinar as crianças a ler e a escrever nem havia preparação nenhuma para a leitura na infantil, só brincávamos. Era expressamente proibido ensinar a ler. As diretoras das professoras infantis proibiam ensinar a ler. Nem o A nem o B nem nada Não nos podiam ensinar a ler nesse tempo Eu não me lembro de ninguém me ensinar a ler. Mas quando fui para a Escola Primária já sabia ler. Aprendi sozinho. Lembro-me de ler a Cartilha à minha mãe que era professora.

P – Mas depois foi para a Escola Primária?

R – Fui. Fiz o liceu, tenho o curso de agrimensor. Fui para a Escola Primária em 1927. Andei lá 4 anos e depois fui para o 1º ano do liceu; tinha 11 anos. Lembro-me que foi em 1930/31.

P – Feitas as contas andou lá de 1923 a 1926 aproximadamente?

R – Pois deve ser, andei lá até aos sete anos que foi quando fui para a primária na Escola da Estacada onde fiz a 1ª classe. Depois fui para a Escola Primária Conde Ferreira onde fiz a 4ª classe.

P – Andavam muitas crianças na Escola Infantil?

R – Andavam, andavam lá muitas crianças, também andava lá uma irmã minha mas na outra sala. A minha irmã é mais velha que eu 2 anos e andava na outra sala. Depois a minha irmã foi-se embora e eu ainda fiquei lá.

P – Ainda se lembra de alguns colegas que também frequentaram a EIB?

R – Sei de alguns que foram lá meus colegas mas não me lembro deles lá. Depois fomos colegas na primária e já vínhamos da infantil. Havia o Rodrigues que era filho do director do Banco de Portugal aqui em Bragança. Outro era o Bino que se formou em arquitectura. Outro era o Tito Gomes filho de um comerciante e armazenista muito rico. Havia também o Matos que era filho de um capitão do Exército. O Armando que a mãe era professora primária e o pai escrivão do tribunal. Ainda me lembro também da Julieta Torres que era filha de um capitão e médico aqui em Bragança.

P – Eram todos filhos de pessoas importantes na cidade. Então não havia crianças pobres a frequentar a EIB?

R – Isso não sei. Acho que os que eram pobres eram os do Bairro de Além do Rio os pais não tinham vagar para os trazer à infantil. A mim quem me levava à escola era uma criada que tínhamos em casa. Acho que esta escola era mais para meninos ricos. E claro tínhamos que andar bem vestidos e limpos o que deveria ser mais difícil para as pessoas com menos posses. Mas acho que também deviam lá andar crianças de poucas posses, mas eu não me lembro.

P – O que faziam logo de manhã quando entravam na escola?

R – Já não sei.

P – Não hasteavam a bandeira à entrada e à saída?

R – Não, isso também não me lembra.

P – Lembra-se do recreio?

R – O recreio era na sala, no jardim e às vezes até na rua. A escola tinha um pátio mas brincávamos muito na sala e no jardim. No intervalo algumas vezes fugi da escola para ir ver trabalhar um marceneiro que havia ali perto. As professoras e a contínua não nos deixavam ir para a rua sozinhos.

P – Almoçavam na escola?

R – Não, tínhamos que ir comer a casa, mas lembro-me de nos darem lá de comer. Eu ia sempre comer a casa da minha tia Josefa que era mesmo em frente.

P – Alguma vez o castigaram ou às outras crianças?

R – Não me lembra de nos castigarem. Era proibido bater nos garotos. Na primária batiam muito mas na infantil nunca me bateram nem vi bater. Eu também era o menino bonito pois era filho de professora e sobrinho da professora da Escola Infantil. Eu na primária levei muita porrada de um professor que era amigo do meu pai o que ainda era pior. Ele exigia muito de mim. Queria fazer de mim um homem, mas eu só queria brincadeira, não era bom aluno.

P – A Escola Infantil funcionou sempre neste edifício ou construíram um novo?

R – Depois a Escola Infantil mudou para a Escola Primária Adães Bermudes. As professoras foram para lá. Mas não me lembro em que ano foi. Mas eu andei sempre aqui.

P – Lembra-se quando acabou a Escola Infantil em Bragança?

R – Sim lembro. Quando acabaram as Escolas Infantis as professoras foram mudadas para outra escola. Lembro-me porque a minha tia era lá professora e depois não estava actualizada e foi uma má professora. Ela não gostou de ir depois para a Escola Primária. Na primária ela começou com a 1ª classe, depois a 2ª, depois a 3ª e quando chegou à 4ª classe não lhe passou uma criança. Por ser má professora teve que se Reformar com a vergonha.

P – Que imagem lhe fica da sua passagem na Escola Infantil?

R – Fica-me uma recordação de alegria, passei lá bons tempos que me deram muito prazer.